

AGÁLIA

PUBLICAÇÃO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO GALEGA DA LÍNGUA

números 79|80 2º Semestre 2004



n.º 79 | 80 2.º 2004

director:

Carlos Quiroga

conselho de redacção:

Carlos Garrido Rodrigues, Carmen Villarino Pardo, Isaac Alonso Estraviz, Isabel Morám Cabanas, J. Henrique Peres Rodrigues, Joám Manuel Araújo, José António Souto Cabo, José Luís Rodríguez, José-Martinho Montero Santalha, Mário Herreo Valeiro, Oscar Diaz Fouces, Paulo Valério.

conselho científico:

(Galiza) **Alberto García Vessada, Aurora Marco, Carlos Campoy, Cláudio Lôpez Garrido, Felisindo Rodríguez, Higinio Martínez Estêvez, Joám Trilho Pérez, José Agrelo Ermo, José Posada, Luís Gonçalves Blasco, Manuela Rivera Cascudo, Marcial Gondar Portasany, Maria das Dores Rei Teixeira, Ramon Nogueira Calvo, Ramon Reimunde Noreña, Xavier Vilhar Trilho /**
(Brasil) **Gilda da Conceição Santos, Júlio Barreto Rocha, Leodegário A. de Azevedo Filho, Márcio Ricardo Coelho Muniz, Raúl Antelo, Reynaldo Valinho, Yara Frateschi Vieira /** *(Moçambique)* **Fátima Mendonça /**
(Portugal) **Albano Martins, Álvaro Iriarte Sanromám, Amadeu Torres, Benjamim Moreira, Carlos Assunção, Inocência Mata, José Luís Pires Laranjeira, Mário Gomes dos Santos, Óscar Lopes /** *(Estados Unidos)* **Onésimo Teotónio de Almeida.**

N O T A D A R E D A C Ç O M

1. **AGÁLIA** reserva-se o direito a publicar originais nom solicitudes.
2. A revista nom se responsabiliza da devolución de originais.
3. Os trabalhos publicados passam a ser propiedade da revista.
4. Os trabalhos publicados aparecerán na normativa de carácter reintegracionista que defende **AGAL** (no seu *Prontuário Ortográfico Galego*), ou em qualquer outra normativa do noso sistema lingüístico. O envio de originais supom a aceitação desta norma.
5. Os textos assinados som da responsabilidade dos autores, nom se identificando, necessariamente, a revista com os respectivos pontos de vista.
6. Os trabalhos publicam-se na ordem alfabética do primeiro nome da autora ou autor.

Assinatura anual da Revista

30 € *Estado Espanhol*
34 € *Europa*
37 € *resto do mundo*

Desenho e Maquetación: Carlos Quiroga
Imprime: **LITONOR** artes gráficas
Santiago de Compostela
litoron@corevia.com

Dep. Legal: C-250-1985
ISSN: 1130-3557

R E C E P Ç O M D E O R I G I N A I S E A S S I N A T U R A S

Apartado dos Correios 453 - 32080 OURENSE (Galiza)

Fax: 986 438 856

agalía@agal-gz.org ♦ fgtinta@usc.es

www.agal-gz.org

S U M Á R I O

ESTUDOS

- 11** *Funcionalismo e tradução de textos científicos de carácter didáctico*
Carlos Garrido
- 33** *A Norma é Culta ou Ideológica?*
Cirineu Cecote Stein
- 47** *Rosalía de Castro e Virginia Woolf:
perspectivas feministas que confluem*
Inês Rodo Montes
- 59** *Três criptolectos gremiais galegos: o verbo dos xingreiros,
a lafrada e o barallete dos granhudos*
Jorge Rodrigues Gomes
- 95** *Personagem e tempo no romance brasileiro contemporâneo*
Regina Dalcastagnè
- 109** *Problemas originados por uma focagem terminológica incoerente no
contexto de autoritarismo prescritivista da planificação de córpus de
uma língua não-normalizada: o caso da toponímia estrangeira
no galego secessionista*
Robert Neal Baxter
- 139** *Poesia e Ficção Científica. Imagens Cósmicas em Cobra
de Herberto Héder*
Tomás González-Ahola

POESIA

- 153** Roberto Samartim
- 154** Mário Herrero Valeiro
- 162** Ramiro Torres

ENTREVISTA

- 173** *Siobhán Nic Gaoithín e Daithí ó Madháin*
por Joseph Ghanime López

NOTAS

- 195** *Notas sobre o 3º Colóquio Anual da Lusofonia em Bragança*
J. Chrys Chrystello

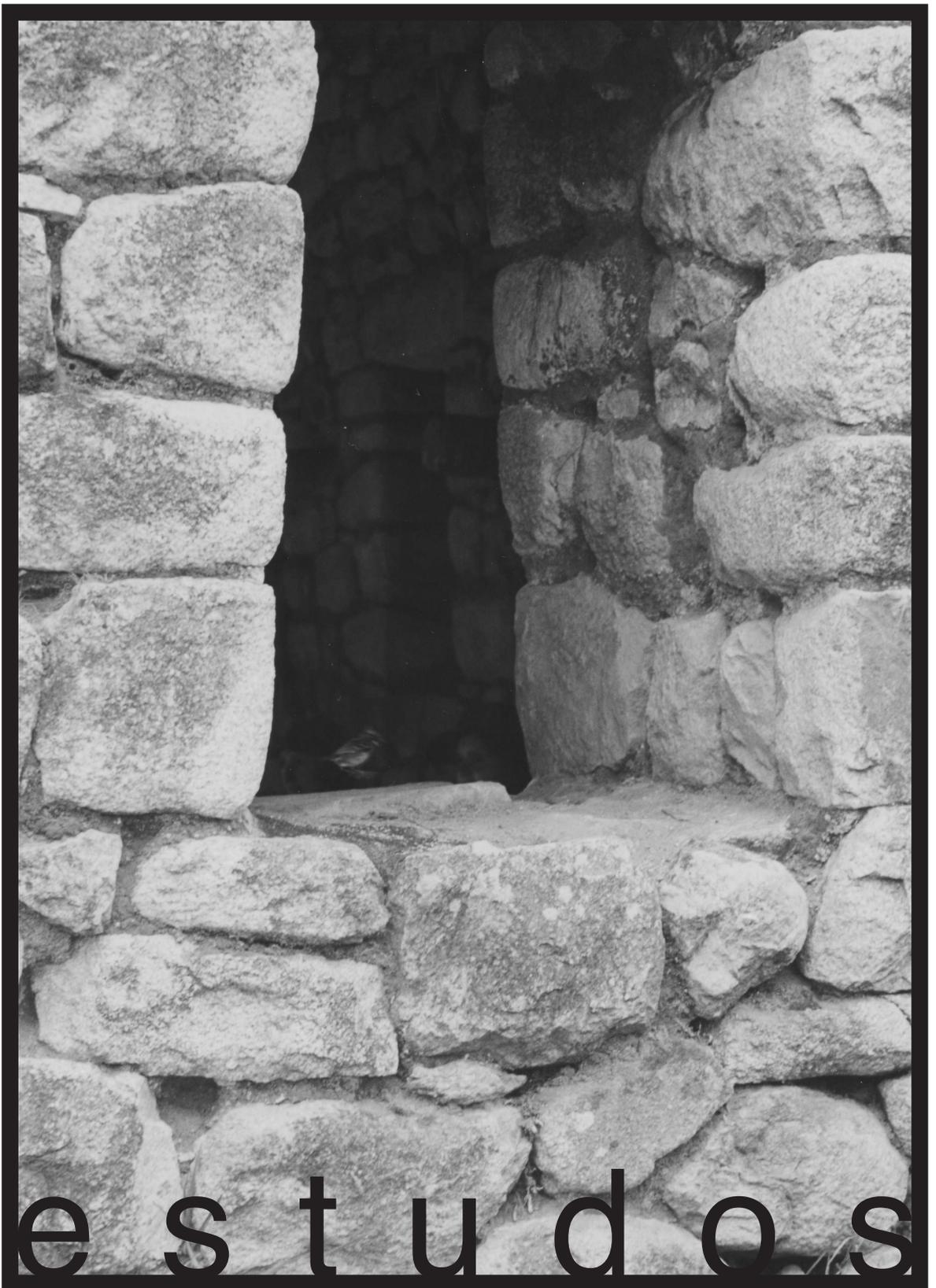
- 239** **Rectificando e completando**
Luís Gonçalves Blasco
- 241** **Galiza e o referente irlandês: estudo comparativo de *Cathleen ni Houlihan* de W. B. Yeats e *Mátria*, de A. das Casas**
Maurício Castro
- 253** **Caixas. Caixas. Caixas**
Roberto Zular
- 259** **Três mestres**
Silviano Santiago

RECENSONS

- 271** Roberto López-Iglésias Samartim
- 273** Raquel Bello Vázquez
- 276** Joel R. Gómez

281 PERCURSO

TESE DE DOUTORAMENTO DE JORGE RODRIGUES GOMES /
COLECTIVOS LUSO-REINTEGRACIONISTAS REPRESENTAM A
GALIZA NO FORO SOCIAL EUROPEU EM LONDRES /
DOCENTES PORTUGUESES NA GALIZA / "PLANETA DOS
MACACOS", NAS ONDAS / LÍNGUAS E CÉREBRO / ROSALIA DE
CASTRO NO BRASIL / CANDIDATURA GALEGO-PORTUGUESA
NA UNESCO / Iº CICLO DE CULTURA GALEGO-PORTUGUESA
EM OURENSE / MAIS RÁDIO EM GALEGO... NA GALIZA /
RADIOGALIZA.NET A EMITIR / *BRIGA*, NOVA ORGANIZAÇÃO
JUVENIL INDEPENDENTISTA / GRUPO DA AGAL NOS PAÍSES
CATALÁNS / HOMENAGEM INSTITUCIONAL A GUERRA DA CAL
EM FERROL / CAMPANHA NO ENSINO E GALEGUIZAÇÃO DA
BANCA / NOVO GRUPO LOCAL DA AGAL-LÍMIA / *GENTALHA
DO PICHEL* E A TOPONÍMIA / MATÉRIA DE PORTUGUÊS NO
LICEU DE BANDE / AGAL ASSESSORA O JORNAL *MAREA
NEGRA* / CENTRO SOCIAL DE *ATREU* NA CORUNHA /
CAIXANOVA E O GALEGO / A ASSOCIAÇÃO CULTURAL *A
ESMORGA* ABRIU O SEU LOCAL EM OURENSE / O GALEGO NA
ESCOLA OU A ESCOLA EM GALEGO? / O NATAL DO 10 / TV E
RÁDIO PORTUGUESA NA GALIZA / PROGRAMAÇÃO ESTÁVEL
EM PORTUGUÊS NA NASA / GRAVE ATAQUE AO PORTAL
WWW.AGAL-GZ.ORG / *RENOVAÇÃO* NO Nº 20!



estudos







Funcionalismo e tradução de textos científicos de carácter didáctico(*)

Carlos Garrido

(Universidade de Vigo)

1. Introdução

Na obra fundacional da teoria funcional da tradução, Reiss e Vermeer (1984) diferenciam os diversos tipos de tradução atendendo às variadas manifestações da equivalência entre o texto de partida e o texto de chegada que se revelam *adequadas* para as respectivas *finalidades* ou *escopos* da tradução. Assim, a *tradução palavra por palavra* ou *versom interlinear* serve aos linguistas para desentranharem a estrutura de línguas ainda imperfeitamente conhecidas; a *tradução literal* é utilizada no ensino de línguas estrangeiras com o fim de se verificar a compreensão por parte do estudante dos diferentes elementos lexicais, gramaticais e estilísticos; a *tradução criativa* é aquela que exige do tradutor a instauração de novos signos linguísticos na língua de chegada para reproduzir termos, conceitos, objectos ou modos de pensar da cultura inicial que são desconhecidos na cultura final; *tradução filológica* é a que tenciona informar o leitor da língua final acerca do modo em que o autor do texto original se comunica com os leitores do texto original, tentando reproduzir não só os conteúdos, mas também a forma e a pragmática do texto original, sem tomar em consideração as convenções da cultura final; pelo contrário, a *tradução comunicativa* consiste em imitar a oferta informativa do texto original mediante o emprego dos recursos da língua e cultura finais, o que frequentemente acarreta «adaptar» o texto inicial às convenções pragmático-textuais da cultura de chegada (equivalência textual); por último, a *adaptação* responde à necessidade de mudar a finalidade comunicativa do texto de partida (mudança de género), modular a informação do texto inicial para um público receptor na língua de chegada diferente do da língua de partida ou alterar deliberadamente um ou vários aspectos do conteúdo do texto original.

(*) Umha versão inicial, menos desenvolvida, deste trabalho foi apresentada no II Congresso Internacional de Tradução Especializada realizado na Universitat Pompeu Fabra de Barcelona em Março de 2002.

Se se fai ressalva dos casos de tradução dos denominados *clássicos da Ciência*⁽¹⁾, que podem e devem ser objecto de *tradução filológica*, e da tradução que se produz para línguas que se acham num processo de (re)abilitação do seu discurso especializado (que corresponde à modalidade de *tradução criativa*: cf., p. ex., Rajaspera, 1996), no campo da tradução de textos científico-técnicos, dos seis tipos de translação enunciados, revelam-se pertinentes apenas a *adaptação*⁽²⁾ e a *tradução comunicativa*. Sobre esta última, Reiss e Vermeer afirmam:

Por regla general, los textos de uso práctico se traducen con el fin de posibilitar de forma inmediata la comunicación en la cultura final, en el marco de las convenciones usuales en ella, objetivo que induce a elegir el tipo de traducción comunicativa y a sustituir las convenciones lingüísticas y de estructuración textual de la cultura de partida por convenciones propias de la cultura final. Al traducir, por ejemplo, textos de categoría informativa (en los que, de continuar la función constante, se exige que se mantenga el contenido invariable), o también textos de categoría operativa (para los que se exige que se conserve invariable el efecto persuasivo), es muy posible que, en casos extremos, tenga que modificarse considerablemente el texto final con respecto al de partida. (Reiss e Vermeer, 1996: 171)

No entanto, esta definição de tradução comunicativa nom se revela totalmente satisfatória para a translação de textos científico-técnicos, pois, como assevera Göpferich (1995a: 172, 173), ela deve ser completada no sentido de incluir também, além das adaptações nos âmbitos lingüístico (cf. Rülker, 1972: 51) e da estrutura textual, a adaptação do texto original às circunstâncias extralingüísticas, nalguns casos determinadas

(1) Trata-se de obras de tema científico, compostas antes da segunda metade do séc. xx, que, pela importância das suas contribuições científicas e pela qualidade, elegância, precisom, carácter pessoal da sua prosa, devem ser objecto de umha tradução que aspire a reproduzir fielmente nom só os conteúdos do original, como também os seus aspectos *formais* ou *estilísticos* (por exemplo, *The Origin of Species by Means of Natural Selection*, de Charles Darwin [1859], ou *On Growth and Form*, de D'Arcy Wentworth Thompson [1917]; cf. Gould, 1992).

(2) A adaptação que Göpferich (1995a: 174, 182) enquadra na *interkulturelles Technical Writing* («redacção técnica intercultural»), denominada em Schmitt (1999: 157) *interlinguales Technical Writing* («redacção técnica interlingüística»), face à tradução comunicativa (v. *infra*), caracteriza-se por umha inconstância do género textual e, ocasionalmente, por umha modulação da informação do texto original. Esta modulação informativa deriva freqüentemente do facto de os destinatários do texto final diferirem, quanto à profundidade dos seus conhecimentos especializados, dos destinatários do texto original. Assim, som adaptações científico-técnicas a tradução resumida de um artigo científico (mudança do género textual) ou a transformação de um artigo de enciclopédia científico-técnica redigido em inglês num verbete de um dicionário escolar galego (mudança do género textual e modulação informativa).

socioculturalmente, da cultura final. Só mediante a aplicación do método de tradución assim entendido será posible conseguir unha equivalencia funcional no campo da tradución científico-técnica, de maneira a resultarem traducións encobertas (*covert translations*), no sentido de House:

A *covert* translation is a translation which enjoys or enjoyed the status of an original ST [source text] in the target culture. The translation is covert because it is *not* marked pragmatically as a TT [target text] of an ST but may, conceivably, have been created in its own right. A covert translation is thus a translation whose ST is not specifically addressed to a target culture audience, i. e. not particularly tied to the source language community and culture. An ST and its covert TT are pragmatically of equal concern for source and target language addressees. Both are, as it were, equally directly addressed. An ST and its covert TT have equivalent purposes, they are based on contemporary, equivalent needs of a comparable audience in the source and target language communities. In the case of covert TTs, it is thus both possible and desirable to keep the function of ST equivalent in TT. (House, 1977: 194)

Em conseqüência, por *tradución comunicativa* (ou *tradución instrumental equiifuncional*, na terminología de Nord: v. Garrido, 2004: 50, 51) debemos entender, no campo científico-técnico, aquela que conserva o género textual original e reproduce no texto final os conteúdos do texto original procedendo a unha adaptación à realidade da cultura receptora de todos aqueles elementos do conteúdo ou da forma do texto original que están ligados (em virtude de convenções socioculturalmente determinadas) à comunidade sociocultural de partida (o que pode reflectir-se na tradución como modificacións, reducións ou amplificacións dos elementos orixinais). Além disso, a tradución comunicativa propia do campo científico-técnico, para optimizar a súa función informativa, non transfere ao texto final as deficiencias factuais e formais que se registam no original, de modo que o tradutor debe proceder a saneá-las.

Neste contexto teórico, e a propósito da tradución para galego-português que o autor deste ensaio realizou recentemente de un manual universitario alemán de Biología (*Einführung in die Phylogenetik und Systematik*, de Walter Sudhaus e Klaus Rehfeld)⁽³⁾, aquí som analisados, e

(3) A versión galego-portuguesa, publicada polas Edicións Laiovento, de Santiago de Compostela, foi editada en Decembro de 2002 sob o título *Manual de Evolución e Sistemática*. Unha recensión desta obra e tradución (a cargo de Salvador Mourelo) pode ler-se no número 77/78 da *Agália* (pág. 245-247).

ilustrados mediante exemplos, diversos problemas que se levantam e as correspondentes estratégias tradutivas seguidas ao traduzir textos de Biologia didáctico-instrutivos de orientação teórica e apresentação mnemónica (segundo a tipologia textual de Göpferich, 1995a; 1995b), levando em conta que o texto de chegada há de revelar-se verdadeiramente *fiel* à obra original e *adequado* aos seus destinatários, pertencentes a uma comunidade sociocultural diferente à dos destinatários do texto de partida (cf. Garrido, 2004).

Assim, de acordo com a definição de *tradução comunicativa* antes exposta, as exigências e estratégias de tradução que som estudadas nas próximas alíneas podem enquadrar-se nas seguintes categorias: 1.º, exigências relacionadas com a conservação do género textual original (eventual necessidade de que o texto final mostre uma macroestrutura diferente da do original); 2.º, exigências relacionadas com a reprodução eficaz dos conteúdos do texto original (o tratamento tradutivo inclui, ou nom inclui, a adaptação dos conteúdos originais); 3.º, correcção de erros, formais e factuais, do original.

2. Análise das exigências da *tradução comunicativa*

2.1. Exigências relacionadas com a conservação do género textual original

Nom se tratando de adaptação, a tradução comunicativa exige que se mantenha o género textual a que pertence a obra original, e isto, por sua vez, determina que se observem na composição do texto de chegada as convenções próprias desse género na comunidade sociocultural receptora. Nalguns casos, esta circunstância pode acarretar a necessidade de o texto final mostrar uma macroestrutura diferente da do original, como, por exemplo, um diferente arranjo espacial das secções ou blocos textuais (cf., p. ex., tradução de bula de medicamento em Garrido, 2001: 112-122; tb. Azenha, 1999). No caso que aqui nos ocupa, o género textual *manual universitário de disciplina científica*, de formato livro, diverge entre a Alemanha e a Galiza polo que à disposição de um dos textos auxiliares diz respeito: a situação do sumário ou índice de matérias, que aparece no princípio das obras na Alemanha e costuma aparecer após o texto principal na Galiza (e em Espanha e Portugal). No entanto, a de dispor no fim do livro o índice de matérias é uma convenção de estruturação textual cada vez menos observada nas nossas obras académicas, e nom só pola universal imposição das convenções textuais

anglo-saxónicas, como também porque –e este é aqui o caso– estes livros apresentam com frequência um extenso índice alfabético remissivo que ocupa as páginas finais e que se revela pouco compatível com um sumário situado também no fim do livro.

2.2. Exigências relacionadas com a reprodução eficaz dos conteúdos do texto original

Nesta alínea pode diferenciar-se entre intervenções do tradutor que nom incluem adaptação e intervenções tradutivas que sim exigem umha adaptação (amplificativa, modificativa ou supressiva).

2.2.1. Tratamento tradutivo sem adaptação

Entre as exigências mais importantes que coloca a transferência *fiel* da informação dos textos alemães de Biologia, acham-se a determinação da equivalência das denominações vernáculas originais de grupos de seres vivos (táxones), a conservação do registo terminológico do original, a conservação da precisom e coerência terminológicas do original, a adequada tradução de uns cognatos enganadores (= «falsos amigos») que, se bem que comparativamente escassos, podem ser insidiosos, e a reprodução de citações textuais.

2.2.1.1. Determinação da equivalência das denominações vernáculas originais de grupos de seres vivos

Sobre a determinação da equivalência na língua de chegada das denominações vernáculas alemãs de grupos de seres vivos (= táxones) já se tratou noutro trabalho (Garrido, 1998; cf. Garrido, 2000; 2001: 280-284). No entanto, nom estará de mais salientarmos aqui, mais umha vez, a grande dificuldade que envolve esta operação e a enorme importância de que ela se efectue correctamente. No que diz respeito à tradução do manual alemão que aqui nos ocupa, e dentro dos casos conflituosos (a equivalência nom é registada nos dicionários bilingües de carácter geral), a estratégia mais produtiva, e a mais singela, foi a da consulta da denominação vernácula de táxone em glossários alemães de nomes de animais e plantas de que constavam as correspondentes equivalências científicas (p. ex., AA.VV., 1988). Noutras ocasiões, o nome vernáculo alemão nom era registado neste glossário e entom a pesquisa terminológica podia tornar-se muito complicada e incluir a consulta de documentos na *Internet* mediante um motor de pesquisa, o recurso a livros de texto zoológicos e botánicos, etc.

A título de amostra, a seguir som enunciados alguns casos particularmente interessantes da determinação de equivalência alemão-galego das denominações vernáculas de grupos de organismos que se suscitáram na tradução do livro em causa. Como se verá, os princípios que ilustram estes exemplos som os seguintes: a) Freqüente necessidade de se verterem denominações vernáculas alemãs de táxone como denominações científicas ou semicientíficas nas línguas românicas (Garrido, 1998: 1059)⁽⁴⁾; b) ocasionalmente, revela-se conveniente acrescentar a essas denominações (semi)científicas na língua de chegada, para assegurar a sua correcta interpretação, o nome do correspondente grupo supraordinado (nalguns casos, sobretudo quando se trata de táxones exóticos, inconspícuos ou raros, este acréscimo pode compreender outros elementos informativos: Garrido, 2000: 259); c) necessidade de se diferenciarem os usos próprios das denominações vernáculas alemãs dos usos metonímicos (*metonímia tipológica*: Garrido, 1998: 1062).

a) Denominação vernácula alemã por denominação (semi)científica galego-portuguesa:

pág. 16 (da obra original): Einzeller > eucariontes unicelulares [Nome semicientífico por vernáculo. *Einzeller* nom pode traduzir-se por **organismos unicelulares* porque no conceito de *Einzeller* nom se incluem as bactérias!]

pág. 57: Schleimfisch > bliuídeo [Nome semicientífico por vernáculo]

pág. 98: Eulen und Greifvögel > rapaces nocturnas (Estrigiformes) e rapaces diurnas (Falconiformes) [nomes semicientíficos por vernáculos]

pág. 110: Riesenschlangen > Boidae [nome científico por vernáculo]

pág. 134: Nabeltiere > Amniota [nome científico por vernáculo]; Strahlenflosser > actinopterígiros [nome semicientífico por vernáculo]

pág. 142: Großlibellen > odonatos anisópteros [nome semicientífico por vernáculo]

pág. 143: Furchenmolch > urodelo proteídeo (norte-americano) [nome semicientífico por vernáculo]

(4)Exemplo desta gradação designativa de grupos de seres vivos é a seguinte série, em galego-português e alemão: *Plathelminthes* (denominação científica, de validade internacional), *Platelmintes/Plathelminthen* (denominações semicientíficas), *vermes chatos/Plattwürmer* (denominações vernáculas).

pág. 148: Teichmuschel > mexilhom-de-água-doce *Anodonta cygnea* [nome científico por vernáculo]

b) Complementação das denominações (semi)científicas galego-portuguesas por meio de outros elementos informativos (sobretudo: grupo supraordinado):

pág. 98: Lausfliege > dípteros Hippoboscidae [acrécimo do grupo supraordinado: dípteros]

pág. 98: Biberlaus-Käfer > coleóptero *Platypsyllus castoris* (fam. Leptinidae) [acrécimo do grupo supraordinado: coleóptero + família Leptinidae]

pág. 98: Pilzmücken > mosquitos da família Mycetophilidae [acrécimo do grupo supraordinado: mosquitos]

pág. 150: Sackträgermotten mit einem larvalen Gespinstgehäuse > fêmeas ápteras –reduzidas em diversos graus– dos lepidópteros Psychidae, encerradas num saco larvar de seda [a denominação vernácula alemá é vertida como denominação científica, *lepidópteros Psychidae*, com acréscimo de informação contextualizadora: «fêmeas ápteras –reduzidas em diversos graus–»]

c) Detecção de usos metonímicos da denominação vernácula alemá:

pág. 98: die Leberegel Monogenea und Digenea

Aqui, *Leberegel* é empregado em sentido lato (*metonímia tipológica*), e nom no restrito de =‘distómio (do fígado)’ (= *Fasciola hepatica* + *Dicrocoelium dendriticum*). Apresentam-se, em princípio, as seguintes possibilidades de tradução:

1. Leberegel Monogenea und Digenea > fascíolas Monogenea e Digenea [Inapropriado: a denominação alemá inclui géneros diferentes de *Fasciola*]

2. Leberegel Monogenea und Digenea > distómios Monogenea e Digenea [Inapropriado: *distómio* nom pode empregar-se em sentido lato para abranger os Monogenea e Digenea: só pode empregar-se para designar Digenea providos de duas ventosas]

3. Leberegel Monogenea und Digenea > baratas-do-fígado Monogenea e Digenea [Inapropriado: o termo *barata-do-fígado* é vulgar e específico para os distómios hepáticos]

4. Leberegel Monogenea und Digenea > trematódeos Monogenea e Digenea [Inapropriado: Trematoda é um grupo artificial ou, redefinido, que nom compreende os Monogenea]
5. Leberegel Monogenea und Digenea > platelmintes parasitários Monogenea e Digenea [A melhor soluçom, e a adoptada na nossa traduçom].

2.2.1.2. Conservaçom do registo terminológico

Ao contrário do que acontece nas línguas románicas –e, em grande medida, em inglês–, a constituíçom dos termos especializados em alemám nom é, com freqüência, greco-latina e, de facto, nom raro os recompostos presentes em galego-português (integrados pola combinaçom de radicais de origem clássica) cedem o lugar em alemám a termos compostos próprios surgidos pola soldadura de palavras vernáculas (de cunho germánico), os quais a miúdo nom som (correctamente) registados nos dicionários bilíngües ao uso. Esta circunstância pode colocar um desafio para o tradutor, pola necessidade de nom se decalcarem as estruturas originais (recorrendo a elementos patrimoniais da língua-alvo), e sim de se utilizar o termo de constituíçom greco-latina realmente empregado no tecnolecto da língua de chegada. Nos exemplos que seguem, para tornar clara ao leitor desconhecedor da língua alemá a natureza deste problema, procede-se a realizar umha análise semántica dos componentes dos termos originais.

pág. 22: Jahreszeitenklima [(*Jahres* 'do ano' + *Zeiten* 'períodos, épocas') > 'estaçoms (do ano)' + *Klima* 'clima'] > clima temperado

pág. 22: ausdauernden Landpflanzen [*ausdauernden* 'duradouras, persistentes'] > plantas terrestres vivazes

pág. 91: Nebenblattedornen [no género *Robinia*] [*Neben* 'auxiliar' + *Blatt* 'folha' + *Dorn* 'espinho'] > espinhos surgidos por transformaçom de estípulas; Stacheln [no género *Rosa*] [*Stachel* 'agulhom, pua, espinho'] > acúleos

pág. 91: der altweltlichtropischen Kannenpflanzen *Nepenthes rafflesiana* [*alt* 'velho' + *Welt* 'mundo' + *tropisch* 'tropical'] > o nepentes paleo-tropical *N. rafflesiana*

pág. 110: Riesenschlangen [*Riesen-* 'gigantesca' + *Schlange* 'serpente, cobra'] > [serpentes da família] Boidae; [no, em geral, excelente

dicionário alemão-espanhol de Slabý, Grossmann e Illig (1994) dá-se a equivalência *Riesenschlange* > *serpiente gigante*, que carece de qualquer significado científico!; pelo contrário, sim estão correctas (do ponto de vista semântico) as equivalências *Riesenschla[n]ge* > *jibóia* e *Riesenschlange* > *boa, gibóia* que fornecem os dicionários de alemão-português de, respectivamente, AA.VV. (2000) e Hoepner, Cortes Kollert e Weber (2001)]

pág. 128: Häutungen ['mudanças de pele'] > ecdise

pág. 149: Schnurrhaare [*Schnurr* 'focinho' + *Haare* 'pelos'] > vibrissas

pág. 149: sproßbürtige Wurzeln [*Sproß* 'rebento' + *bürtig* 'engendradoras'] > raízes caulogénias

pág. 178: Warmblütigkeit [*warm* 'quente' + *blütig* 'de sangue' + sufixo nominalizador *-keit*] > homeotermia

pág. 188: Einhufer [*ein* 'um' + *Huf* 'casco' + sufixo genitivo *-er*] > solípedes

2.2.1.3. Conservação da precisão e da coerência terminológicas

Nalguns casos, a transferência precisa da informação veiculada no texto original por um termo ou expressão torna-se uma operação delicada, que exige da parte do tradutor certa reflexão e conhecimento do campo. A esta categoria de problemas podemos acrescentar: a) a necessidade de se determinar o sentido em que um termo polissémico original, a que correspondem dois ou mais termos monossémicos na língua de chegada, é utilizado no texto de partida; b) a necessidade de se explicitar o sentido em que é utilizado um termo polissémico no texto-alvo que traduz um termo monossémico do texto-fonte; c) a necessidade de se vertem para galego-português certos termos simples alemães de feição latina que funcionam como «termos-convenção» (no sentido de Bédard, 1986: 64) como termos compostos descritivos («termos-definição»), mediante o acréscimo de algum elemento especificador; e, finalmente, d), a necessidade de se ter presente na determinação de algumas equivalências terminológicas a adscrição ideológica ou intelectual dos autores da obra (cf. Garrido, 1999).

a) Discriminação de acepções de um termo polissémico alemão:

pág. 168: Lebensraum > hábitat [referido a uma espécie concreta];

- 170: Lebensraum > biótopo [referido às espécies de um ecossistema]
- pág. 169: Hornhaut > estrato córneo [da epiderme, e nom *córnea, do olho]
- pág. 172: Plattenskelett > exosqueleto integrado por escleritos [nos Arthropoda]
- pág. 191 (tb. 127, 118, 171): *Begriff* nom equivale, no seguinte exemplo, a *conceito, mas a *termo, denominação*:
- Fussnote: Mit dem von Jefferies (1980) eingeführten Begriff «Kronengruppe» verbindet sich das anschauliche Bild von einem Baum mit Stamm und Krone. > *Kronengruppe* (= *Kronegruppe*) no original; *crown group* em inglês. Este conceito foi introduzido por Jefferies (1980) com umha denominação muito gráfica, que fai referência a umha árvore com tronco e copa. (N. dos A. e do T.)

b) Explicitação do sentido de um termo polissémico no texto-alvo:

- pág. 10: †Flugsaurier besaßen eine am verlängerten vierten Finger aufgespannte Flughaut [*Finger* > dedo da mão, e nom do pé, que se diz *Zehe*] > Os †pterossauros possuía umha membrana alar estendida polo quarto dedo alongado dos membros anteriores; pág. 98: Beide sind jeweils mit Nagezähnen und einem (dem 3. bzw. 4.) verlängerten Finger ausgestattet, um Insektenlarven im Holz zu erbeuten. > Ambas as espécies estão providas de incisivos adaptados a roer e de um dedo da mão prolongado (3.º / 4.º, respectivamente), que utilizam para extrair da madeira as larvas de insectos de que se alimentam.; pág. 101: Fingerglieder > falanges do membro anterior
- pág. 41: Bison > bisonte-americano [diferente do *auroque* ou *bisonte-europeu* = al. *Wisent*]

c) Termo-convenção em alemão (latinismo simples) > termo-definição em galego-português:

- pág. 39: Isolationsmechanismen > mecanismos de isolamento reprodutivo [Valor pragmático do latinismo em alemão perdido em galego, polo que se torna necessária umha amplificação de carácter especificador: o *termo-convenção* alemão é substituído por um *termo-definição* em galego-português]

pág. 39: Separation > segregação espacial

pág. 82: Modifikation > modificação induzida polo meio [diferente de *Abwandlung* > *transformação genética*]

pág. 166: Zonenbildung > formação de zonas ecológicas

d) Adscrição ideológica do autor do texto original:

pág. 77-78: *Ur-Insekten* nom pode traduzir-se por *Apterygota* (e sim por *insectos primitivos*), pois –apesar de que, por exemplo, em AA.VV. (1998) *Urinsekten* se dê como equivalente de *Apterygota*– o táxone *Apterygota* nom é considerado grupo monofilético na Sistemática Filogenética, escola biológica em que se enquadram os autores do texto-fonte, como, aliás, atesta, mediante o emprego de aspas, a Tabela 18, pág. 110, do texto original (*Ur-Insekten*, «*Apterygota*»).

2.2.1.4. *Tradução de cognatos enganadores ou «falsos amigos»*

Como acontece noutras combinações do alemão com línguas românicas, no caso do alemão e do galego-português poucos som, em comparação com outros pares de línguas enfrentadas na tradução, os «falsos amigos» terminológicos. No entanto, na tradução que nos ocupa apresentáram-se alguns casos de cognatos enganadores, que, se numericamente pouco importantes, sim podem qualificar-se de insidiosos, por passarem facilmente despercebidos.

Extremität nos Artrópodes em geral nom é **extremidade* (=‘apêndice locomotor’), e sim *apêndice* (=‘expansão lateral segmentada e articulada do corpo’):

-pág. 84: Abb. 37 zeigt Abwandlungen der an den verschiedenen Segmenten zunächst einheitlichen Arthropoden-Extremität entsprechend der gegenwärtigen Lehrmeinung. > A Gravura 37 mostra as transformações sofridas polo apêndice artropodiano, em princípio constante nos diferentes segmentos, segundo a opinião actual.

Rudiment nom é **rudimento* (=‘órgão atrofiado ou pouco desenvolvido’), mas *vestígio* (=‘o que resta de um órgão ou estrutura que existira anteriormente’):

-pág. 149: Larven maulbrütender Cichliden (*Tilapia*) zeigen dorsal am Kopf drei Paare rudimentäre drüsige Haftorgane, wie sie bei freibrütenden Verwandten zum Festkleben am Substrat dienen. >

As larvas de ciclídeos que incubam na boca (*Tilapia*) apresentam na cabeça, em posição dorsal, três pares de órgãos adesivos glandulares de natureza vestigial, como os que se desenvolvem, para a fixação a diversas superfícies, nas espécies aparentadas cujos ovos eclodem em liberdade.

-pág. 151: Auch die rudimentären männlichen und weiblichen Gametophyten bei Spermatophyten werden als Neotenie interpretiert. > Também se interpretam como neoténicos os gametófitos masculino e feminino, de natureza vestigial, dos Espermatófitos.

2.2.1.5. Reprodução de citações textuais

Na página 114 do texto original, na nota de rodapé número 27, aparece a citação literal de um trecho de *Die Entstehung der Arten durch natürliche Zuchtwahl*, versom alemá de *The Origin of Species by Means of Natural Selection*, de Charles Darwin. Visto que nessa nota nom se indica o capítulo do livro de que foi extraída a citação (só o número de página da edição alemá manejada), a operação de substituir a citação alemá polo correspondente trecho presente numha edição galego-portuguesa da obra de Darwin (*A Origem das Espécies por Meio da Seleção Natural*) vê-se dificultada. Para resolver este problema, seleccionou-se em primeiro lugar umha palavra significativa, que se supom pouco freqüente na obra, do trecho em alemám (*Zebra*). A seguir, procurou-se na *Internet*, mediante um motor de pesquisa, umha edição em suporte informático de *The Origin of Species*, e, por meio de um buscador interno, procurou-se nesse texto a palavra *zebra*, equivalente inglês da alemá *Zebra*. Esta busca permitiu localizar o trecho em causa no capítulo v, intitulado “Laws of Variation”, e num parágrafo começado por «What now are we to stay [...]», da obra original, e isto, por sua vez, permitiu localizar o trecho na correspondente edição galego-portuguesa:

Darüber schrieb Darwin (1963, S.225): «Was mich betrifft, so blicke ich getrost über Tausende von Generationen zurück, und sehe ein Tier, das wie ein Zebra gestreift, wenn auch sonst vielleicht anders gebaut ist, als den gemeinsamen Stammvater...» > A este respeito, escreveu Darwin (1961: 152): «Quanto a mim, indo com o pensamento a alguns milhões de gerações atrás, vejo um animal raiado como a zebra, mas talvez de uma construção muito diferente, predecessor comum do nosso cavalo doméstico (quer este último derive ou não de muitas origens selvagens), do jumento, da hemíona, do quaga e da zebra.»

2.2.2. Tratamento tradutivo com adaptação

A reprodução eficaz dos conteúdos do texto de partida envolve a consideração das características do público destinatário e da realidade lingüística e extralingüística própria da comunidade sociocultural receptora, de modo que a informação transmitida no texto de chegada se revele *adequada*. Para atingir este objectivo, no caso que nos ocupa, o tradutor teve de realizar *adaptações* (substitutivas ou modificativas, amplificativas e redutoras) do texto original, que a seguir som enunciadas sob duas epígrafes: adaptações de tipo conceptual e adaptações de tipo estilístico.

2.2.2.1 Adaptações de tipo conceptual

Tendo em conta os conhecimentos e características do público destinatário da tradução (neste caso, estudantes e professores universitários de Biologia da Galiza, de cultura geral média-alta), realizáram-se adaptações conceptuais, atinentes aos conteúdos, a), para naturalizar na comunidade receptora certas informações do original, que nom som pertinentes no texto de chegada na forma em que aparecem no texto de partida (adaptação geralmente substitutiva, mais raramente amplificativa); b), para esclarecer certas informações do original que nom som tam acessíveis na comunidade de chegada como na de partida (adaptação amplificativa, freqüentemente mediante o acréscimo de notas do tradutor); c), para ilustrar sucintamente o leitor sobre assuntos conexos com os tratados no texto original e que servem para contextualizar estes (adaptação amplificativa, que responde ao prurido didáctico do tradutor, feita mediante a inclusom de notas de rodapé ou, mais raramente, mediante o acréscimo de informação no corpo do texto).

a) Naturalização de informações na comunidade receptora:

pág. 14: Die Kleinschreibung gilt heute auch für Namen, die von Personen abgeleitet sind, z.B. *buetschlii* nach dem Zoologen Otto Bütschli. Dies Beispiel zeigt zugleich, wie die im Deutschen üblichen *Umlaute* abzuwandeln sind. > A regra pola qual os epítetos específicos devem grafar-se com inicial minúscula também rege hoje para os nomes derivados de antropónimos, como, por exemplo, *buetschlii*, nome que se inspira no zoólogo alemám Otto Bütschli. Este exemplo também ilustra a necessidade de suprimir

nos epítetos específicos derivados de antropónimos os sinais diacríticos presentes nestes (como acentos, tremas, hífenes, apóstrofos e tis) e, no caso do trema alemám (*Umlaut*), a necessidade de acrescentar um *e*. [Adaptação modificativa, naturalizadora e mais explícita do que o original]

pág. 36: Miesmuschel (*Mytilus edulis*) > mexilhom (*Mytilus edulis* ou *M. galloprovincialis*) [A espécie de mexilhom mais freqüente na Galiza, e ausente na Alemanha, é *Mytilus galloprovincialis*: adaptação amplificativa e naturalizadora]

pág. 42: So sind die restlichen Bestände der Flußperlmuschel (*M. margaritifera*) in Deutschland völlig überaltert, [...] > Assim, as populações sobreviventes do bivalve dulciaquícola *Magaritifera margaritifera* na Alemanha estão todas elas extremamente envelhecidas [...] Nota do Tradutor: «Também as populações galegas de mexilhons-de-água-doce (*Margaritifera margaritifera* e *Unio pictorum*) estão em perigo de extinção e muito envelhecidas (sobretudo as da primeira espécie citada). Assim, em declarações ao jornal ourensão *La Región* (02.09.2001: 20), António Esteves Preto, estudioso da fauna dulciaquícola, estimava que os mexilhons do rio Tâmega, à altura de Tamaguelos (perto de Verim), tinham mais de 50 anos e que a sua reprodução estava muito comprometida, devido à escasseza cada vez maior de peixes no rio.» [Amplificação naturalizadora]

pág. 54-55: No quadro de um exercício de aplicação que devem realizar os estudantes que utilizam o manual, em vários casos no texto original figuram pares de espécies estreitamente aparentadas que nom concorrem na Península Ibérica (mas sim, polo geral, no âmbito centro-europeu), e cuja biologia e etologia os alunos devem documentar a partir da bibliografia. Com o fim de facilitar a realização do exercício, e para que este ganhe pertinência para o leitor a que em princípio se destina esta versão galego-portuguesa, procedeu-se a substituir na tradução esses pares extraibéricos do original por outros pares (ou trios) de espécies congénicas que vivem na Península Ibérica. Por exemplo:

Rotbauchunke - Gelbbauchunke [= *Bombina bombina* / *Bombina variegata*] substituído por *Bufo bufo* (sapo-vulgar) / *Bufo calamita* (sapo-corredor ou sapo-dos-juncais)

Kreuzotter - Aspiviper [= *Vipera berus* / *Vipera aspis*] substituído

por *Vipera seoanei* (víbora-de-seoane) / *Vipera latastei* (víbora-cornuda)

Vipernatter - Würfelnatter [= *Natrix maura* / *Natrix tessellata*] substituído por *Natrix natrix* (cobra-de-água-de-colar) / *Natrix maura* (cobra-de-água-viperina)

pág. 98-99: Altwelt-Geier erwiesen sich als Greifvögel, Neuwelt-Geier hingegen als nächstverwandt zu den Störchen. > Os abutres do Velho Mundo revelam-se como aves rapaces, enquanto que os do Novo Mundo (urubus) estão proximamente aparentados com as Ciconiformes. [Acréscimo de nome vernáculo galego-português correspondente aos “abutres americanos”, que nom existe em alemám]

pág. 204: «Trockenschlaf» bei Lungenfischen in einer Schleimkapsel im Schlamm wie bei den heutigen *Protopterus* und *Lepidosiren* wurde durch Fossilien seit dem Ober-Karbon nachgewiesen. > Mediante fósseis foi atestado que desde o Carbónico superior os Dipnóicos atravessam por um período de estivaçom, que tem lugar numha cápsula de muco enterrada na lama, como nos actuais *Protopterus* e *Lepidosiren* (conhecido no Brasil por pirambóia). [Acréscimo de nome vernáculo galego-português, quando no original apenas constava o científico, correspondente a umha espécie nom exótica no domínio lingüístico da comunidade receptora]

b) Esclarecimento de informações do original:

pág. 19: Maria Sibylla Merian > Nota do Tradutor: «Maria Sibylla Merian: pintora alemá (1647-1717), hábil desenhista de aves, insectos e flores. De 1698 a 1701 estivo no Suriname (antiga Guiana Holandesa) pintando flora e fauna, dedicação de que surge o volume ilustrado *Metamorphosis Insectorum Surinamensium* (1705), onde vincula as distintas fases do ciclo vital dos lepidópteros.» [Amplificação explicativa]

pág. 27: Furesee > Lago Fure (Dinamarca) [Amplificação explicativa]

pág. 37: Winkerkrabben > chama-marés (caranguejos ocipodídeos do género *Uca*); Hammerkopf-Vogel > ave-martelo (*Scopus umbretta*); Seeschwalben > andorinhas-do-mar (Sternidae); Strandläufer > pilritos (*Calidris*); Löffelstör > peixe-espátula (*Polyodon spathula*); Stenzelläufer > perna-longa (*Himantopus himantopus*); pág. 98: Mittagsblume > pedra-viva (*Lithops*; família Aizoaceae) [Nestes

casos, realizárom-se amplificações de natureza explicativa acrescentando no texto de chegada os nomes científicos correspondentes aos vernáculos, por julgar-se que o sistema de denominações vernáculos de espécies de animais e plantas em galego-português nom está tam assentado, nem goza de tanta difusom, como em alemám]

pág. 201, legenda da gravura 80: B, C. Schädel von der Seite und in Aufsicht. Ursprüngliche Merkmale sind zwei Kiemendeckel-Knochen (nur einer gezeichnet in Aufsicht), [...] > B, C. Crânio em vista lateral e desde acima. Caracteres primitivos som a presença de dous ossos operculares por cada lado (só se mostra um de cada lado na vista desde acima), [...] [O texto original segue a convençom pola qual as estruturas anatómicas pares som referidas unilateralmente; para evitar umha possível confusom, e para que fique claro o número de ossos presentes, na tradução decidiu-se explicitar que os números dados se referem a um único lado do animal]

c) Amplificações para ilustrar assuntos conexos («prurido didáctico do tradutor»):

pág. 48 da tradução: Exemplos de polifenismo som as diferentes castas, especializadas na realização de determinadas tarefas, dos insectos eussociais (rainha e operárias entre as abelhas; rainha, operárias e soldados entre as formigas*), que som determinadas pola alimentação fornecida às larvas. / *Nota do Tradutor acrescentada: Nas formigas (Hymenoptera), os soldados som sempre fêmeas estéreis; entre as térmites (Isoptera), dependendo da espécie, os soldados podem ser machos e/ou fêmeas. [Amplificação de tipo didáctico]

pág. 138 da tradução: Entre as centopeias (Chilopoda), os Scutigeromorpha apresentam como órgãos respiratórios pulmões traqueais dorsais*, [...] / *Nota do Tradutor acrescentada: O *pulmom traqueal* dos Scutigeromorpha (nom confundir com o *pulmom foliáceo* dos Aracnídeos) é cada um dos sete órgãos respiratórios ímpares que consistem num estigma (situado na margem posterior do tergito) que, mediante um curto ducto, conduz a um saco atrial, de que partem dous tufos de centenares de troncos traqueais que se dividem progressivamente em traqueias; estas, em vez de atingirem, como no resto dos Quilópodes, os diferentes tecidos corporais, som finalmente banhadas pola hemolinfa, que fixa e distribui

polo corpo o oxigénio graças ao pigmento hemocianina.
[Amplificação de tipo didáctico]

2.2.2.2. *Adaptações de tipo estilístico*

Nesta alínea incluímos adaptações de carácter modificativo que respondem à existência de divergências entre as duas comunidades socioculturais envolvidas na tradução no relativo a preferências na composição formal de alguns aspectos do texto⁽⁵⁾.

pág. VIII: Für kritische Anmerkungen sind wir weiterhin den Herren Prof. Dr. G. Oscher (Freiburg), Dr. Th. Berthold (Felsberg), Dr. M. I. Hakki (Berlin) und Dipl. Biol. R. Gossow (Berlin) zu besonderem Dank verpflichtet [...] > Polos seus comentários críticos, também estamos muito gratos aos senhores Prof. Dr. Günther Oscher (Friburgo), Dr. Thomas Berthold (Felsberg), Dr. Madjit I. Hakki (Berlim) e Dipl. Biol. Reinhold Gossow (Berlim) [...] [Na secção de agradecimentos é costume, nas obras galegas, incluírem-se os prenomes completos das pessoas nela mencionadas, polo qual tivo de pesquisar-se esta informação que nom constava do texto original]

pág. 39: Eine **Population** ist die Gesamtheit der an einem Ort in einem bestimmten Zeitraum vorkommenden Individuen (einer Art), die sich mit höherer Wahrscheinlichkeit untereinander fortpflanzen als mit Individuen anderer Populationen derselben Art. > Umha **populaçom** é o conjunto de indivíduos (de umha espécie) existentes numha localidade num determinado espaço de tempo, os quais se reproduzem entre si com maior probabilidade do que com indivíduos de outros tais conjuntos (= populações) da mesma espécie. [Procedeu-se a «corrigir a redacção original» para que nom entrasse na definição a palavra a definir (*populaçom*)]

pág. 153: Bei *Ginkgo biloba* sind die Blätter eines jungen Baumes geschnitten, was bei fossilen Formen für den ausgewachsenen Zustand belegt ist, während bei blühfähigen Bäumen eine zunehmende Verwachsung auftritt. > Assim, na árvore *Ginkgo biloba* as folhas

(5) Nom devem confundir-se estas divergências interculturais nas preferências compositivas com as divergências interlingüísticas de tipo estrutural. Assim, por exemplo, com valor distributivo, o alemám emprega substantivos em plural, enquanto que o galego-português, em singular: pág. 205: «Die Deckschuppen sind jeweils Tragblätter einer Blüte.» > «[...] e cada umha das suas escamas tectrízes é a bráctea de umha flor.»; pág. 206: «Stammlinienvertreter sowohl der Agnathen als auch der Gnathostomen besaßen jedoch Knochenpanzer, [...]» > «Contudo, os representantes da linha troncal tanto dos Agnatos como dos Gnatostómatos possuíam umha couraça ossificada, [...]».

dos indivíduos jovens som fendidas –condiçom que também foi assinalada em formas fósseis adultas–, enquanto que nos indivíduos que están na idade de floraçom se regista umha progressiva concrescência dos lobos foliares. [O estilo de redaçom em galego é mais explícito do que em alemám: acréscimo de «lobos foliares»]

pág. 204: Mecopteren und Dipteren, [...] sind seit dem oberen Perm bekannt. > Os Mecópteros e os Dípteros, [...] sabe-se terem existido desde o Pérmico superior.; pág. 205: Erste Pan-Mammalia [...] sind aus dem Ober-Karbon bekannt. > Os primeiros Pan-Mammalia [...] sabe-se terem existido no Carbónico superior. [Se bem que frequente nas traduçons do inglês e do alemám de livros de Biologia, a redaçom decalcada do original «o grupo X conhece-se desde o/no/do período geológico Y» é claramente absurda]

2.3. Correçom de lapsos do original

No quadro da traduçom comunicativa, que aspira a otimizar a funçom informativa, deve proceder-se à correçom dos eventuais erros formais ou factuais que ocorrerem no texto de partida. A seguir enunciam-se, em primeiro lugar, os erros factuais detectados na obra original, junto com a sua emenda na versom traduzida, e, depois, os lapsos meramente formais.

pág. 29: Königin, Arbeiter [> *operários] und Soldaten bei Ameisen > rainha, operárias [< Arbeiterinnen] e soldados entre as formigas [entre as formigas, a casta de indivíduos ápteros e estéreis que no formigueiro se ocupam, entre outros labores, do cuidado e alimentaçom das larvas e da rainha, é integrada por fêmeas, e nom por machos]

pág. 100: Andererseits gibt es die Staatenbildenden, die Nester aus sechseckigen Wachs- bzw. Zellulosewaben bauen. > por outro lado, há-as formadoras de colónias, que constroem ninhos integrados por favos de células hexagonais de cera ou celulose, respectivamente [células foi acrescentado na traduçom, já que o que realmente é hexagonal som as células, e nom os favos, al. *Waben*]

pág. 128: Konstitutive Merkmale für die Insekten wie die sechs Beinpaare [> *seis pares de patas] > como os três pares de patas

pág. 74: *Nymphyaea* > *Nymphaea* [correçom de erro tipográfico]

pág. 139 (duas tabelas consecutivas):

Gorilla, *Gorilla* > gorila, gorila [unificação tipográfica]

Meerkatze, Gr. Meerkatze [por Grüne Meerkatze] > cercopiteco, cercopiteco [unificação designativa]

Atelinae, *Atelinae* > Atelinae, Atelinae [correção tipográfica]

pág. 146: Wesenburg-Lund > Wesenberg-Lund [correção de erro tipográfico num nome próprio]

pág. 193: incoerência tipográfica: †"Symmetrodongta", "†Therapsida" > †"Symmetrodongta", †"Therapsida"

3. Conclusons

A tradução de textos científicos de carácter didáctico –claramente orientados, portanto, para o leitor–, requer umha transmissão de informação que seja *fiel* aos conteúdos do texto original e *adequada* às características dos seus destinatários e da comunidade sociocultural receptora, de modo a se conseguir umha tradução verdadeiramente *comunicativa*. Esta tradução comunicativa exige, em geral, a conservação do género textual original, a reprodução *eficaz* dos conteúdos do texto de partida e a emenda dos eventuais erros factuais ou formais que ocorrerem no original. No presente caso de tradução para galego-português de um manual universitário alemão de Biologia, tanto a conservação do género textual original como a reprodução eficaz de conteúdos exigiram da parte do tradutor a realização de certas adaptações (amplificativas, modificativas ou supressivas), que afectaram, sobretudo, certos elementos conceptuais e estilísticos do original. Neste contexto, como operações particularmente exigentes revelou-se a resolução de determinados problemas de transmissão eficaz da informação original, entre os quais alguns que nom requerem adaptação (determinação da equivalência de denominações vernáculas de grupos de organismos, conservação do registo terminológico, conservação da precisom e coerência) e outros que sim requerem a aplicação dessa estratégia (adaptações substitutivas para naturalizar na comunidade receptora certas informações nom pertinentes do original, adaptações amplificativas para esclarecer certas informações do original). Como conclusom geral, do aqui exposto depreende-se que, em muitos casos, só o conhecimento especializado do tradutor e/ou o manejo de umha boa documentação –cada vez mais acessível a partir do universo textual da *Internet*– podem garantir a

necessária *comunicatividade* e *funcionalidade* no âmbito da tradução de textos científicos de carácter didáctico.

Bibliografia

- AA.VV. 1988. *Meyers Kleines Lexikon. Tiere*. Meyers Lexikon Verlag. Mannheim/Viena/Zurique.
- AA.VV. 2000. *Dicionário de Alemão-Português*. Porto Editora. Porto.
- AZENHA JR., J. 1999. *Tradução técnica e condicionantes culturais: primeiros passos para um estudo integrado*. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- BÉDARD, C. 1986. *La traduction technique: principes et pratique*. Linguattech. Montreal.
- GARRIDO, C. 1998. La traducción al español de las designaciones alemanas de grupos taxonómicos. Em L. Félix Fernández e E. Ortega Arjonilla (org.). *II Estudios sobre Traducción e Interpretación*. Volume III: 1057-1063. Universidad de Málaga.
- GARRIDO, C. 1999. Importancia del contexto en la traducción científico-técnica: el caso de los textos alemanes de biología. Em M. Á. Vega e R. Martín-Gaitero (org.). *Actas de los VII Encuentros Complutenses en torno a la Traducción*: 415-422. Universidad Complutense de Madrid. Madrid.
- GARRIDO, C. 2000. Traducción de los nombres vernáculos ingleses de animales en los textos de divulgación científica. Em A. Beeby, D. Ensinger e M. Presas (org.). *Investigating Translation*: 251-260. John Benjamins. Amesterdám/Filadélfia.
- GARRIDO, C. 2001. *Aspectos Teóricos e Práticos da Tradução Científico-Técnica (Inglês > Galego)*. Associação Galega da Língua. Santiago de Compostela.
- GARRIDO, C. 2004. Análise e ensaio da crítica da tradução (para galego) de livros técnico-científicos. Em C. Garrido (org.). *Ferramentas para a Tradução*: 41-125. Associação Galega da Língua. Santiago de Compostela.

- GÖPFERICH, S. 1995a. *Textsorten in Naturwissenschaften und Technik. Pragmatische Typologie —Kontrastierung — Translation*. Gunter Narr Verlag. Tübinga.
- GÖPFERICH, S. 1995b. A pragmatic classification of LSP texts in science and technology. *Target*, 7-2: 305-326.
- GOULD, S. J. 1992. This was a man. Prólogo a D. W. Thompson. *On Growth and Form*. Edição abreviada por J. T. Bonner. Cambridge University Press. Cambridge: ix-xiii.
- HOEPNER, L., A. M. CORTES KOLLERT E A. WEBER. 2001. *Langenscheidts Taschenwörterbuch Portugiesisch-Deutsch, Deutsch-Portugiesisch / Dicionário de Bolso Langenscheidt Português-Alemão, Alemão-Português*. Langenscheidt. Berlim/Munique.
- HOUSE, J. 1977. *A Model for Translation Quality Assessment*. Gunter Narr Verlag. Tübinga.
- RAJASPERA, R. 1996. Pour la création d'une terminologie scientifique et technique en malgache. *Meta*, XLI-3: 435-445.
- REISS, K. e H. J. VERMEER. 1984. *Grundlegung einer allgemeinen Translationstheorie*. Max Niemeyer Verlag. Tübinga. [Cit. pola trad. esp. da 2.^a ed. orig., 1991, por S. García Reina e C. Martín de León, rev. H. Witte: *Fundamentos para una teoría funcional de la traducción*. Akal Ediciones. Madrid. 1996]
- RÜLKER, K. 1972. Einige Probleme der Übersetzung naturwissenschaftlich-technischer Literatur unter besonderer Berücksichtigung des pragmatischen Aspekts. Em H. Spitzbardt (org.). *Spezialprobleme der wissenschaftlichen und technischen Übersetzung*: 44-58. VEB Max Niemeyer Verlag. Halle (Saale).
- SCHMITT, P. A. 1999. Technical Writing und Übersetzen. Em M. Snell-Hornby, H. G. Hönig, P. Kußmaul e P. A. Schmitt (org.). *Handbuch Translation*: 154-159. Stauffenburg Verlag. Tübinga.
- SLABÝ, R. J., R. GROSSMANN e C. ILLIG. 1994. *Diccionario de las lenguas española y alemana*. Vol. II: Alemán-Español. Editorial Herder. Barcelona.



A Norma é Culta ou Ideológica?

Cirineu Cecote Stein

(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

Eu acho o seguinte: a gente está falando hoje em dia muito mais gíria do que, do que português propriamente, entende, do que o, o camoniano, né, entendeu? Eu acho que isso em qualquer nível, entendeu? (...) a gíria está representando mais o que as pessoas querem falar do que propriamente a língua, entende, porque essas pessoas teriam recursos lingüísticos pra falar a língua, entendeu? (...) Bom, só tinha uns babacas lá, sabe, umas bestas, os professores eram umas bestas, pô, estavam completamente por fora, umas redações imbecis, aquele negócio super-velho e tradicional de redação chata, entende, aquela análise sintática que eu nunca soube direito, que todo ano mudava, entende, cada ano era... tinha uma regra, pô, entende, então nunca deu pra saber, pô! Eu me amarrava nesse negócio de antônimo e sinônimo, isso eu achava bacana, entendeu?

(Inquérito 18, de 19/11/1971, do Projeto NURC)

0. Introdução

Estar em contato com a norma culta da língua não é apenas um aspecto cultural. Trata-se, principalmente, de uma questão de prestígio social. Num país em que, historicamente, as desigualdades sociais se perpetuam, dominar o padrão culto da língua é ser detentor de um poderoso instrumento, senão de ascensão, pelo menos de imposição de respeito frente a uma interlocução dominadora.

O Brasil é um país que, por mais de quatrocentos anos, mostrou-se analfabeto. Segundo Houaiss (1985, *apud* LOBO, 2003:407), até o século XIX o índice da população brasileira considerada alfabetizada oscilava entre 0,5% e 1%, sendo que, apenas no século XX, essa situação foi modificada: entre 1900 e 1920, 35% da população já eram alfabetizados (Fernandes, 1966, *apud* Lobo, 2003:407) e, de acordo com o censo demográfico de 1991, esse índice se eleva a 75% da população. Os esforços dos vários governos têm se direcionado para a eliminação total do analfabetismo no país, numa tendência mundial, seguindo preceitos da Unesco.

Esses números que, a princípio, podem parecer promissores, não são suficientes, *per se*, para retratar o que subjaz à realidade lingüística brasileira. Embora possa parecer que a simples escolarização (ainda que em

níveis muito baixos) represente a possibilidade de inserção do indivíduo em sua sociedade, o que geralmente se omite é, em relação ao uso do idioma, o distanciamento existente entre uma prática cotidiana (no nível da *parole* saussureana) e a prescrição que se decidiu instituir como padrão culto. Essa exclusão lingüística do cidadão se coloca como uma simbologia da própria exclusão social (cf. Mattos e Silva, 1996:295).

Essa polarização da realidade lingüística brasileira, como indica Lucchesi (2002:64), define-se dentro de um diassistema heterogêneo, em que se distinguem “dois sistemas igualmente heterogêneos e variáveis: a NORMA CULTA e a NORMA VERNÁCULA ou POPULAR”. No caso específico do Brasil, especialmente a partir do século XIX, o distanciamento entre esses dois sistemas se intensificou gradativamente, num reflexo nítido da projeção ideológica da elite sobre seus dominados, que, sem acesso a um sistema regular (ou mesmo irregular) de educação formal, não conseguiriam transpor o fosso que os separava da sociedade prestigiosa. Valorizando um padrão culto distinto da norma vernácula, a elite conseguiria, assim, manter seu domínio, tanto ideológico quanto político.

Embora as discussões mais acirradas em relação aos aspectos de uma língua brasileira ocupem o espaço do século XX, especialmente a partir da Semana de Arte Moderna de 1922, o ponto inicial da discussão remonta ao século anterior e à questão do Romantismo, que se processou, quanto aos aspectos lingüísticos, de formas diferenciadas em Portugal e no Brasil. A elite brasileira, para manter seu projeto de dominação, assume ideologicamente, aqui, um processo lingüístico oposto ao que se verificou em Portugal, como será discutido mais à frente.

Para determinação do que é a norma culta, já se convencionalizaram, como fonte de pesquisa, os textos publicados em jornais, para os séculos XIX e XX. Para o século XVIII, seguindo Barbosa (1999), tomam-se como referencial as cartas de comércio. Nos séculos anteriores aos citados, a produção de textos não-literários no Brasil se deu por meio de mãos portuguesas, o que os distancia de um possível *corpus* para estabelecimento do que seria a norma do português brasileiro àquela época.

Por essa conduta metodológica, verifica-se a distinção entre o que se entende como *prescrição*, segundo os compêndios gramaticais, e *descrição*, segundo uma linha de análise dos fenômenos lingüísticos internos ao idioma. A norma culta, aqui em reflexão, deve, portanto, ser entendida como o uso verificado nesses documentos e, não, a prescrita nas gramáticas ou verificada nos textos literários, salvo casos específicos, como o que será utilizado para exemplificação, mais à frente.

Este artigo objectiva, à luz dessas informações teóricas, estabelecer um diálogo com a consciência do leitor acerca da questão da língua como instrumento de cidadania, de modo a perceber os possíveis aspectos ideológicos subjacentes ao padrão culto estabelecido socialmente.

1. O percurso no estabelecimento da norma

Uma passagem bastante pitoresca quanto aos problemas inerentes à fixação da norma é a referida por Castro (2002:12), segundo a qual o escritor Augusto Abelaira, recorrendo à *Nova Gramática do Português Contemporâneo* (Cunha & Cintra) para verificar o uso de uma dada construção sintática, encontrou-a, mas abonada por um exemplo dele próprio, Abelaira. Esse fato deixa perceber a relativização que se deve ter em conta quando da análise das prescrições normativas. Mesmo o escritor pode hesitar quanto às construções a empregar, e seu uso como referencial pode tornar-se duvidoso. O escritor, na verdade, se apresenta como mero pretexto, pois, efetivamente, é o gramático normativo quem fixa a norma (*idem*, p. 13). A solução, como já apresentada na introdução, está em buscar o estabelecimento da norma em textos não-literários das várias épocas. Mas, ainda com base nesse substrato, a relativização deve ser constante, pois a pretensão de verificação æ diga-se “verificação”, não “estabelecimento” æ da norma se dá a partir do maior percentual de recorrência de dada construção. Mais razoável, ainda, é a noção de uma possível norma para distintos momentos históricos (Barbosa, 2004), anulando a noção equivocada de uma norma culta que se perpetue ao longo da evolução histórica de um povo, como recorrentemente se pretende sugerir no contexto brasileiro, de forma mais específica.

A sociedade brasileira tem perpetuado a noção de que a língua oral deve ser um reflexo da norma culta, que se manifesta na língua escrita. Esse comportamento possui raízes históricas, num contraste constante entre dominadores e dominados. Trata-se do permanente embate entre a “gente boa” (Lucchesi, 2002:78) da colônia e os desprestigiados, na época representados, respectivamente, pela elite dos pequenos centros urbanos e pelos negros, índios e mestiços. Assim, usos desviantes desse padrão culto seriam condenados, mesmo que extrapolando as esferas de realização lingüística culta (*i.e.*, aquelas outras em que se manifesta a espontaneidade languageira, como uma conversa íntima). Rosenblat (1967:114) considera que o maior erro do critério tradicional de correção se situa numa confusão de planos, como se o mesmo padrão regulador pudesse ser aplicado a todas as circunstâncias de fala.

O critério de correção se coloca de forma imperativa no cotidiano social. Curiosamente, mesmo entre indivíduos analfabetos, é possível verificar uma preocupação com uma “forma de falar” mais apropriada (*idem*, p. 116). Rosenblat (*idem*, p. 113) questiona o seguinte ponto: por ser o sistema correto por natureza, o critério de correção não deve ser aplicado à “língua”; mas não seria aplicável à “fala”? Embora essa discussão coloque em juízo a própria noção de sistema, nela se encontra a fundamentação para o uso dominador e indiscriminado que se procura perpetuar para a norma culta. Mesmo que, em sua linguagem cotidiana, o dominador não utilize toda a prescrição gramatical, permanece no inconsciente coletivo a noção de que o dominador detém essa norma, e dela advém seu prestígio social. Como o acesso a ela é restrito, e como a fala popular se mostra tão distante desse padrão culto, o dominado permanece em sua condição subalterna, indefinidamente.

O estudo da norma, no Brasil, deve remontar ao final do século XVII, utilizando-se os textos notariais como referência. Os textos escritos no século XVI e no início do século XVII foram produzidos por portugueses aqui residentes ou de passagem, e, indiscutivelmente, refletem um comportamento lingüístico europeu. Por convenção metodológica, excluem-se os textos literários. No entanto, essa postura deve ser reconsiderada quando em presença de escritores que, mesmo fazendo uso de uma forma literária, procuraram refletir os usos populares, como é o caso, no século XVII, de Gregório de Matos Guerra. Ao leitor contemporâneo não soará estranha a construção destacada nesses versos: “*Se como Anjo sois dos meus altares, / Fôreis o meu custódio, e minha guarda, / Livrara eu de diabólicos azares.*”. Mattos e Silva (1996: 311), por exemplo, menciona que Mattoso Camara, décadas atrás, já analisava o uso do pronome-sujeito de 3ª pessoa como objeto direto (“*ele* acusativo”). O verso de Gregório de Matos registra esse uso no século XVII. Esse fato, então, significa que o brasileiro, mesmo após séculos, persiste em suas mesmas “incorrekções” lingüísticas? Ou significa que a norma sempre buscou se manter distante do que talvez possa ser considerado um padrão lingüístico que, possivelmente, é inerente a uma gramática internalizada?

Avançando para o século XVIII, as cartas de comércio seriam tomadas como referencial para estudo da norma culta (Barbosa, 1999). A partir do século XIX, os textos jornalísticos, especialmente os editoriais e os anúncios (nos jornais sempre foi de praxe a circulação de textos literários, como os folhetins). A razão de, anteriormente ao século XIX, não serem considerados os jornais está na ausência de oficinas tipográficas no território colonial (os jornais que circulavam no Brasil eram impressos em outros países).

Apenas com a vinda da família real foi possível uma produção jornalística brasileira, inclusive em regularidade e quantidade expressivas.

O século XX traz uma nova perspectiva em relação à divulgação da norma. O advento dos modernos meios de comunicação, numa sociedade que se torna industrializada e apresenta um intenso crescimento urbano, acaba por gerar uma visão cosmopolita que democratiza os padrões culturais e lingüísticos (Lucchesi, 2002:79). O Movimento Modernista inaugurado em 1922 se alicerçou, especialmente, na questão da identidade cultural do povo brasileiro. O elemento mais representativo dessa identidade é a língua, que passou a ser explorada, trabalhada, recriada e também representada por inúmeros escritores. Não é desconhecido da maioria dos professores de Português o poema de Oswald de Andrade intitulado “*Pronominais*”:

*Dê-me um cigarro
Diz a gramática
Do professor e do aluno
E do mulato sabido
Mas o bom negro e o bom branco
Da Nação Brasileira
Dizem todos os dias
Deixa disso camarada
Me dá um cigarro*

Curiosamente, as avaliações a que são submetidos os alunos em sala de aula (situação para a qual é especialmente reservado esse texto) indagam qual seria o erro presente nos versos e qual a regra prescritiva. Dificilmente algum professor busca uma discussão sobre a questão da diversidade lingüística e mesmo os aspectos envolvidos no estabelecimento da norma culta. Estabelece-se, assim, uma rígida distinção entre “o que se pode escrever” e “o que se pode falar”. A discussão, em sua essência, permanece em níveis extremamente superficiais.

É reservado ao século XIX, no entanto, talvez o que se possa considerar o mais importante papel no estabelecimento da consciência sobre a norma. Com o advento do Romantismo literário, as questões nacionalistas (motivadas de formas distintas na Europa e no Brasil) ocupam o centro das discussões. O Brasil há pouco politicamente independente busca sua identidade. Mas essa identidade permanecerá como conflito entre dois pólos: os interesses da elite, materializados na adoção de um padrão lingüístico normativo baseado no português europeu moderno e a efetiva cultura nacional, que busca, num sentimento nativista, sua maior forma de expressão (Lucchesi, 2002:79).

2. Romantismo, o divisor de normas

Pagotto (1998) observa as construções lingüísticas utilizadas na constituição do Império, de 1824, e na constituição republicana, de 1892, dois textos que marcam, portanto, o início e o fim do século XIX. Verificou, no primeiro, o predomínio do uso pronominal proclítico; no segundo, do uso enclítico. No primeiro, a forma “aonde”, em contextos em que a norma culta prescreve “onde”, como ocorre regularmente no segundo. No primeiro, o uso de relativas cortadoras; no segundo, de relativas não-cortadoras. No primeiro, a construção “todo o”, para a quantificação universal; no segundo, essa forma é utilizada sem o artigo.

A partir desses dados, Pagotto (p. 52) verifica que várias características entre as enumeradas são típicas do português clássico, o que atestaria “o seu caráter de norma culta do período. Por outro lado, muitas delas vieram a ser consideradas no Brasil como formas populares, fora daquilo que é prescrito pela norma culta moderna”. Essa constatação lhe permite sugerir que o século XIX foi o momento em que se processou uma mudança radical na norma culta, momento em que os falantes teriam começado a perceber as formas lingüísticas que deveriam usar na escrita de modo diferente das que vinham utilizando regularmente. Acrescenta, ainda, que não se tratava apenas de formas da escrita em desuso “sendo substituídas por formas da oralidade brasileiras. Elas são substituídas por outras igualmente estranhas ao português brasileiro nosso de cada dia, que continua seguindo o seu percurso de mudanças”.

A título de curiosidade, SILVA & ANDRADE (1894 [1887]:589) informam que as formas pronominais sem preposição eram preferidas no século XIV, e exemplificam: “*mim ouve* (R. de S. Bento) = *me ouve, ouve A mim.*”, tecendo o seguinte comentário: “*Note-se pois que os modos de dizer me ouve, me parece, etc., não é, como afirmam os Portugueses –um brasileiro, que nos tem servido para chacota. Não aprovamos, porém, como veremos adiante, essa construção*”(*). A seguir, prescreve, para esse ambiente, o uso pronominal enclítico.

A norma prescrita por esse compêndio do final do século XIX deixa perceber que o uso proclítico remonta, em Portugal, a momentos anteriores à colonização brasileira. No momento representado pela gramática de SILVA & ANDRADE (1887), percebe-se, os portugueses já haviam

(*) Será mantida a grafia como registrada nas obras consultadas. Isso pretende ser mais um elemento que desperte a curiosidade do leitor para o processo evolutivo da língua.

incorporado –na linguagem oral– a construção enclítica, uma vez que criticavam esse “brasileirismo”. Os brasileiros, no entanto, apenas mantinham um uso do Português arcaico, o que revela, por exemplo, ser o Português brasileiro mais conservador que o Português europeu. Os mesmos autores apresentam as seguintes linhas (p. 619):

“O emprego proclítico do pronome, a par da fôrma enclítica, data do séc. XII. No XIV é manifesta a preferência pelas fôrmas proclíticas (quando em relação adverbial ou conjunctiva), e que mais se accentúa e torna-se geral e uniforme, no XV.

“No latim barbaro a preferencia é pela posposição do pronome obliquo (...). “Mas que o povo portuguez mais se affeioou á anteposição, provam-no os seus dizeres, proverbios, juras, precações e imprecações: - O demo te leve; o diabo te carregue; Deus te ouça; Deus te ajude; mãos raios te partam; Deus me livre, etc.”

Essa tendência do homem brasileiro, comentada por João Ribeiro (*apud* Pagotto, 1998:60) é o mesmo ponto de apoio para a denominação feita por Gilberto Freire, em 1933, do *homem cordial*, em oposição ao uso enclítico europeu, percebido como imperativo, autoritário. No contexto do século XIX, essa tendência e outras típicas do Português brasileiro ensinaram, durante o período do Romantismo literário, uma das maiores polêmicas linguísticas: a questão alencariana.

José de Alencar, um dos mais profícuos e melhores romancistas brasileiros, utilizava em seus textos construções que buscavam resgatar a identidade nacional. Entendia que a linguagem utilizada no meio popular seria, senão a maior, uma das maiores características de seu povo. Em uma de suas *Cartas sobre a Confederação dos Tamoios*, assim se manifesta:

Escreveríamos um poema, mas não um poema épico; um verdadeiro poema nacional, onde tudo fosse novo, desde o pensamento até a forma, desde a imagem até o verso.

A forma com que Homero cantou os Gregos não serve para cantar os índios; o verso que disse a desgraça de Tróia e os combates mitológicos não pode exprimir as tristes endeixas do Guanabara, e as tradições selvagens da América.

Por ventura não haverá no caos incriado do pensamento humano uma nova forma de poesia, um novo metro de verso?

Embora, nesse trecho, esteja questionando especificamente a forma poética de expressão, Alencar deixa perceber que sua ânsia se manifestava incisivamente sobre o contraste entre a cultura européia e a brasileira. As

críticas direcionadas contra seus textos baseavam-se mais nos usos populares do que nos muitos absurdos idealizados de que lançava mão na caracterização de seus personagens. O que chocava não eram os personagens e suas bravuras: o que chocava era a forma de escritura do texto.

Alencar, imbuído do senso nacionalista que dominou todo o período romântico, procurou contribuir para a fixação do que seria a norma brasileira. Seu mérito, nesse sentido, foi extremamente aclamado, ao ponto de Machado de Assis o instituir como patrono de sua cadeira na Academia Brasileira de Letras, e os modernistas, a par de condenarem a idealização de seus personagens, reconhecerem suas preocupações lingüísticas.

O ponto principal a ser considerado é a diferenciação lingüística essencial entre o Português brasileiro e o europeu durante o século XIX, momento em que floresceu o Romantismo. Pagotto (1998:53), com base nas diferenças lingüísticas verificadas entre a constituição do Império e a primeira republicana, já mencionadas anteriormente, percebe duas diferenças diametralmente opostas: enquanto em Portugal as variantes em mudança, na norma vernácula, ascenderam à condição de norma culta, com o apoio da literatura romântica, que as incorporou em seus textos, no Brasil, mesmo com a literatura buscando sistematizar essas variantes populares, a norma culta não as incorporou: ao contrário, construiu-se um maior senso de estigmatização.

Explica-se o fenômeno. O Brasil se apresentava ao mundo como país politicamente independente. Como atualmente os EUA são considerados por muitos o maior referencial de desenvolvimento, inclusive na esfera cultural (a Inglaterra e a França também já ocuparam esse posto), no século XIX, para os vários mundos coloniais, a Europa, como um todo, se colocava como referencial a ser seguido. Era necessário mostrar que o cidadão brasileiro, mesmo habitando uma terra tropical sem desenvolvimento, se comportava como os europeus. A extrema idealização dos personagens românticos, tanto femininos quanto masculinos, inclusive para os indígenas, nada mais foi do que a tentativa de igualar o brasileiro ao europeu. Embora os escritores, como Alencar, por exemplo, desejassem caracterizar o comportamento lingüístico de seus personagens como tipicamente brasileiro, na prática social a assimilação de modos se efetivou também lingüisticamente, ou seja, a elite brasileira, na expectativa de igualar-se à européia, busca assimilar os padrões lingüísticos de Portugal, sem a consciência, no entanto, de que, em Portugal, a norma culta estava em final de processo de modificação, na assimilação de padrões outrora populares. Assim, enquanto a norma culta em Portugal se distanciava do português clássico, a do Brasil se aproximava dele.

Esse procedimento está na base do constructo ideológico das elites. O acesso à norma culta se restringiria àqueles que pudessem receber a educação formal. Considerando a precariedade do ensino no Brasil até o início do século XX (cf. Villela, 2000), a constatação é a de que o acesso a essa educação formal era privilégio basicamente da elite dominante. Assim, como sugere Lucchesi (2002:64), a intensificação da polarização verificada na realidade lingüística brasileira, entre a norma culta, de um lado, e a vernácula, de outro, está fundamentada em “*um modelo adventício de regulação do comportamento lingüístico engendrado desde a independência política do Brasil por meio do projeto elitista de dominação que marca a formação do Estado brasileiro*”. Por extensão, mais do que ter negado o acesso à norma culta, a grande parcela desfavorecida da população lhe tem negado o acesso à própria ascensão social.

3. A prescrição e o uso

Talvez o maior problema quanto à observação da questão da norma culta, para o usuário comum da língua, esteja em não possuir uma visão diacrônica que permita entender o processo evolutivo no estabelecimento da norma. O texto de Pagotto (1998), ao destacar as diferenças lingüísticas entre os dois *corpora* utilizados, permite essa visualização.

Os dados apresentados a seguir são uma tentativa de contribuir para o enriquecimento dessa visão diacrônica. Foram colhidos em quatro documentos, a saber: **a)** carta de Antônio Rodrigues da Cunha Viana para AEC, Bahia, 16 de março de 1798; **b)** carta da redação do jornal *O Carijó*, Rio de Janeiro, 30 de julho de 1833; **c)** carta da redação do jornal *Echo Social*, Rio de Janeiro, 08 de março de 1879; **d)** carta da redação do jornal *O Estravagante*, Rio de Janeiro, 09 de outubro de 1881. Esses documentos serão referidos, respectivamente, como documentos (a), (b), (c), (d).

3.1. Uso do particípio passado com valor adjetivo

A questão de o particípio passado assumir um valor adjetivo ou um valor verbal tem suscitado estudos que procuram observar como o usuário da língua constrói essa percepção (cf. Silva, 2003). De acordo com a prescrição atualmente estabelecida, a construção *verbo auxiliar + particípio passado* constitui um tempo verbal composto, permanecendo a forma participial invariável.

No documento (a), de 1798, registra-se a seguinte construção: “*Té adac-ta dehoje não hé **chegado** o Comboio do Rio*”; no documento (b), de 1833,

esta outra: “De passagem aconselhamos a V. Ex. que não siga os exemplos dos seus *immortales* antecessores, que **tem manchados** os seus ministerios com mil crimes”.

O que se percebe é uma oscilação de usos. Barbosa (1881:149) prescreve desta forma essa construção:

Eu fui, eu houve ou tive de ser, eu estive sendo, são *linguagens de um tempo passado, e de uma existência já acabada em respeito á época actual, porém absoluta e indeterminadamente, sem dizer quando foi acabada; e esta é a razão por que se podem dizer tambem do tempo presente, quando d'elle resta ainda alguma coisa, como: Agora fui sabedor ou soube. Esta manhã houve eu de ser presente ou de presenciar. Hoje estive presente ou presenciando. Porque uma hora, uma manhã, um dia tem sua extensão, e n'esta pôde alguma coisa ter cessado de existir sem que a mesma extensão ou espaço tenha expirado.*

Silva (1824 [1802]:132), por sua vez, ao caracterizar o paradigma verbal, apresenta apenas a forma do passado simples (“*amei*”, “*defendi*”, “*applaudí*”, “*puz*”).

O que Barbosa caracterizou como “*linguagens de um tempo passado*” é verificado nos dois exemplos arrolados. O uso habitual nos dias atuais, na mesma ambientação lingüística do primeiro exemplo, seria a forma verbal simples (*i.e.*, “chegou”). É curioso perceber que Silva, em seu compêndio gramatical, não apresenta a forma composta para esse tempo verbal, ele que, cronologicamente, é mais próximo do documento (a). A construção verificada em (b) só foi possível por conta do valor adjetivo que o particípio verbal pode assumir, da mesma forma que ocorria no latim. A construção verificada em (b), comum no início do século XIX, mostra-se rarefeita na atualidade. Os que a utilizam transmitem uma sensação de arcaísmo aos seus textos.

3.2. Casos de contração

Estilisticamente, é recomendado que a preposição “de”, por exemplo, quando seguida de um artigo ou pronome começado por vogal, fundase com eles, formando uma única palavra. Há escritores, porém, que consideram essa fusão um prejuízo para o valor semântico original da preposição (cf. Lapa, 1998:241). Esse uso, no entanto, reside numa sutileza de significação, passando despercebido do usuário comum da língua. O que hoje se coloca como norma estabelecida, no entanto, mostrava-se de forma diferente.

Bacellar (1783:106) assim prescreve: *Todas as vezes que em qualquer modo de falar, sem barbarismo, se achar a preposição de, da, (b), das, do, dos, (c); o vocábulo que se segue á esta, vai a genitivo; v.g. amor da patria (...).* E, na nota (b), esclarece: *“i.e. De com o artigo a, v.g. d’a.*

Silva (1802:65), na nota (b), observa:

“Quando a preposição concorre com a artigo, contrahem-se, ou ajuntão se em á com accento agudo: se concorre com o artigo, perde se ás vezes, e ó faz se agudo; v.g. fui ó templo, bradei ós Ceos. De concorrendo com o artigo perde o e, e fica d’a, d’o, d’as, d’os. Em com o artigo perde se, e fica ‘na, ‘no, por em a, em o. Por com o artigo perde o r, ou muda se este em l: v.g. po-lo campo, ou por o campo. Per em Pel, pela casa.

Explicando o que ocorre quando ocorre esse tipo de contração, o mesmo Silva (p. 123):

Quando se suprime uma vogal usamos de (‘) v.g. d’o, d’as, ‘no, ‘nas, e não n’o, n’a; porque o que se suprime é a preposição em, e onde falta a vogal, aí deve ir o sinal: v.g. c’o homem, por com o; chama-se a isto (‘) sinalefa.

E Barbosa (1881:227), por sua vez:

Todo o objecto sensível, que existe, existe em um lugar. Esta relação de existencia, a mais geral por ordem ao lugar onde, é a que indica nossa preposição em, ou se exprima e escreva assim, ou ãe com todos seus sons, ou só pela letra n’ junta com o artigo, como: n’o, n’a, n’os, n’as. Assim, do espaço do lugar dizemos: estar na cidade, estar em o campo.

O que se percebe dessas citações é uma evolução na norma para o uso de uma preposição contraída com um artigo ou com um pronome iniciado por vogal. Tanto Bacellar (final do século XVIII) quanto Silva (início do século XIX) prescrevem a indicação da contração por um apóstrofo. Como bem indica Silva, esse sinal diacrítico deveria ser posto no ponto exato de supressão da vogal, indicando, inclusive, as formas incorretas. O fato de ter indicado essas formas como incorretas implica dizer que elas seriam, na época, utilizadas correntemente. Aliás, a prescrição de Barbosa (final do século XIX), assume explicitamente o que Silva, 79 anos antes, havia prescrito como incorreto. Na atualidade, sequer se cogita esse uso.

A documentação analisada oferece alguns dados bastante interessantes.

Em (a), as seguintes três ocorrências: 1. “*Em os Navios Caretas emvio primeira e segunda Via de letras*”; 2. “*hũa Remessa que a Vossa mercê sehá defazer emrollos de fumo emos Navios*”; 3. “*que todos emgeral ofazião nesta te fim deFevereiro passado.*”.

A julgar pela prescrição sua contemporânea (a de Bacellar), o autor dessa carta não cumpre o indicado, uma vez que não contrai a preposição com o artigo e, ao contrai-la com o pronome, não utiliza o apóstrofo. O uso feito pelo autor da carta retrata a norma anterior a essa que prevê a contração, que, por sua vez, é inovadora.

Os documentos (c) e (d) apresentam informações distintas, embora estes dados não devam ser considerados excludentes uns dos outros por uma simples razão: o espaço de tempo entre os dois textos é de apenas dois anos e meio, estando ambos localizados no final do século XIX.

Em (c), verificam-se as seguintes ocorrências: 1. “*se passam nas chamadas «Agencias de locação de serviços»*”; 2. “*vimo-nos na necessidade*”; 3. “*e para o aluguel, no qual os honrados agentes*”; 4. “*as cousas que... n’um momento fazem liquidação*”; 5. “*a existencia d’esse genero de agenciar*”.

Em (d), estas ocorrências: 1. “*a leitura do nosso jornal*”; 2. “*em letras de ouro nos livros da litteratura*”; 3. “*a briosa população desta capital*”.

Os dados presentes em (c) indicam uma oscilação em relação ao uso do sinal diacrítico para indicar a contração, enquanto em (d) esse uso se mostra totalmente ignorado, num reflexo do que se apresenta como a atual prescrição para esses casos.

4. Considerações finais

O cotejo dos dados acima provavelmente possibilitou ao leitor a percepção de que a norma culta, que, de um ponto de vista sincrônico, parece estática, sofre, na verdade, um processo evolutivo. A expectativa é a de que essa constatação venha acompanhada de uma postura que relativize o embate entre a norma culta e a norma vernácula e, a partir dessa consciência, motive a percepção dos mecanismos ideológicos subjacentes ao emprego dessa que as elites buscam impingir como norma culta.

No Brasil, curiosamente, a norma culta se fixa com o predomínio do discurso científico, e sua manutenção se processa sem maiores polêmicas (Pagotto, 1998:60, 67). Em nome desse mesmo discurso científico, que passa a dominar todos os contextos de comunicação como forma única de expressão, indiscriminadamente, é que as elites são bem sucedidas na manutenção de seu domínio. Veja-se, por exemplo, a intensa divulgação que os grandes meios de comunicação têm feito do que se considera

“certo” ou “errado” no Português. Como toda essa mídia possui um intenso poder de penetração no imaginário popular, e como essas prescrições normativas parecem se colocar muito mais como exceções do que como regras, mais se desenvolve no cidadão a sensação de que nunca conseguirá dominar seu próprio idioma. Essa capacidade de uso “correto” fica restrita a um grupo privilegiado, e o abismo lingüístico-social se mantém.

Não se deve perder de vista a idéia de que, por se tratar de uma relação com uma língua viva, a norma culta varia de acordo com o momento histórico: não se deve pensar em uma norma culta no Brasil, mas nas suas várias normas cultas. É imperiosa, sobremaneira, a consciência do plurilingüismo, respeitando as diversidades culturais e sociais, conhecendo-as, e, a partir desse conhecimento e do domínio dessas normas, a capacidade de fluência social entre os vários estratos.

Evidentemente, toda essa questão deve ser mediada por uma via pedagógica. Não é preciso recorrer a estudos específicos para perceber que, historicamente, a pedagogia adotada na formação escolar do cidadão brasileiro tem sido centrada no código, quando deveria ser centrada sobre o uso desse código. O que não significa eliminar a prescrição: pelo contrário, com uma abordagem desse tipo é possível desenvolver o senso crítico no aprendiz-cidadão.

Lucchesi (2002:87) oferece uma interessante definição:

A norma culta seria, então, constituída pelos padrões de comportamento lingüístico dos cidadãos brasileiros que têm formação escolar, atendimento médico-hospitalar e acesso a todos os espaços da cidadania, e é tributária, enquanto norma lingüística, dos modelos transmitidos ao longo dos séculos nos meios da elite colonial e do Império e inspirados na língua da Metrópole portuguesa. A norma popular, por sua vez, se define pelos padrões de comportamento lingüístico da grande maioria da população alijada de seus direitos elementares e mantida na exclusão e na bastardia social.

Talvez o problema da norma possa ser resolvido de uma forma bastante simples: tirando essa grande maioria da população da bastardia social.

Referências bibliográficas

- BACELLAR, Bernardo de Lima e M. (1783). *Grammatica philosophica e orthographica racional da lingua portugueza*. Lisboa : Simão Thaddeo Ferreira.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves (1999). *Para uma História do Português Colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*. Rio de Janeiro: UFRJ, Fac. de Letras. 484 fl. mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.
- BARBOSA, Afranio Gonçalves. Palestra proferida no dia 11 de abril de 2004, para a Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no curso *Norma, variação e história*, ministrado pela Profa. Dinah Callou.
- BARBOSA, Jeronymo Soares (1881). *Grammatica philosophica da lingua portuguesa*. Lisboa : Academia Real das Sciencias.
- CASTRO, Ivo (2003). *O lingüista e a fixação da norma*. In: *Actas do XVIII encontro Nacional da Associação Portuguesa de Lingüística*. Lisboa : APL. pp. 11-24.
- LAPA, M. Rodrigues (1998). *Estilística da língua portuguesa*. São Paulo : Martins Fontes.
- LUCCHESI, Dante (2002). *Norma lingüística e realidade social*. In: BAGNO, Marcos (org.) *Lingüística da norma*. São Paulo : Loyola. pp. 63-92.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (2002). *Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro)*. In: BAGNO, Marcos (org.) *Lingüística da norma*. São Paulo : Loyola. pp. 291-316.
- ROSENBLAT, Angel (1967). *El criterio de corrección lingüística*. Unidad o pluralidad de normas en el español de España y América. In: *El simposio de Bloomington*. Agosto de 1964. Bogotá : Instituto Caro Y Cuervo. pp. 113-53.
- SILVA, Antonio de Moraes (1802). *Grammatica portugueza*. Rio de Janeiro : Silva Porto, 1824.
- SILVA, Kátia Carlos (2003). *Particípio ou adjetivo? Eis a questão!* Rio de Janeiro : UFRJ, Faculdade de Letras. 100fl. mimeo. Dissertação de Mestrado em Língua Portuguesa.
- SILVA, Jr., Pacheco da & ANDRADE, Lameira de (1887). *Grammatica da lingua portuguesa*. Rio de Janeiro : Alves & Cia, 1894.
- VILLELA, Heloisa de O. S. (2000). *O mestre-escola e a professora*. In: LOPES, Eliane M. T. et al. (org.) *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte : Autêntica. pp. 95-134.

Rosalia de Castro e Virginia Woolf: perspectivas feministas que confluem (*)

Inês Rodo Montes

(Santiago de Compostela)

Introdução

A image que se propagou de Rosalia de Castro até há nom muitos anos, e que perdura ainda hoje na mente da população galega, a de figura santa, romântica, enferma e mai, contrasta radicalmente com o retrato que de si mesma nos deixou na sua obra. Isto pode ser entendido se temos em conta que, depois da caída da Primeira República espanhola, em 1874, o mau lugar em que a crítica colocaria umha Rosalia de Castro liberal, só podia ser evitado introduzindo-a no campo da norma, criando umha image da escritora que permitisse canonizá-la e popularizá-la. Daí que Manuel Murguia, o seu home, dedicasse grandes esforços à manipulação da sua figura, com o objectivo de divulgar as ideias regionalistas. Apesar de que num princípio poda parecer despropositada umha análise comparativa entre Rosalia de Castro e Virginia Woolf, devido às distâncias espaciais, temporais e culturais que as separam, resulta surpreendente comprovar como existem importantes coincidências nas suas posturas feministas, e como a mentalidade crítica de Rosalia de Castro avançou questons que ainda hoje están no centro das preocupações do feminismo. Pretende-se, neste artigo, chamar a atençom sobre alguns dos posicionamentos destas autoras em relaçom com as problemáticas que as escritoras padecem polo facto de serem mulheres, quer dizer, por questons de género. Neste sentido, fica de manifesto a excepcionalidade e a

(*) Este estudo tem por base o Trabalho de Investigaçom Tutelado intitulado *As mulheres e a literatura na obra de Rosalia de Castro e nos ensaios de Virginia Woolf. Umha análise comparativa*, dirigido por Carmen Blanco, dentro do Programa de Doutoramento de Filologia Galega da USC.

radicalidade de Rosalia de Castro, cuja obra antecipa ideias que aparecem mais tarde em *A Room of One's Own* (1929), considerada a origem do feminismo literário. A genialidade rosaliana suscita o interesse da comparação com autoras como Virginia Woolf, universalmente reconhecida pela sua importância dentro da conformação do pensamento feminista. Desde os anos oitenta, época em que começam a abundar na Galiza os estudos sobre escritoras, vêm sendo habituais, na crítica literária galega, análises que relacionam Rosalia de Castro com Virginia Woolf. Será na obra *Literatura galega da muller* (Blanco 1991), onde se estabeleça uma conexão importante entre “Las literatas. Carta a Eduarda” (1886), breve ensaio sociológico sobre as dificuldades que se lhes colocam às mulheres para poder ser escritoras, de R. de Castro e *A Room of One's Own*, de V. Woolf, proclamando o interesse de um estudo comparativo da perspectiva de género de ambas.

Ao analisarmos a obra destas autoras, podemos observar como os factores que ambas sinalam como determinantes das dificuldades, materiais e psicológicas, que as escritoras devem enfrentar, som em muitos casos os mesmos, e consequência de um sistema profundamente patriarcal. Entre eles, apontam ao matrimónio, à dependência económica, ao rol das mulheres na família tradicional, ao trabalho doméstico, à carência de estudos, à misoginia, à linguagem sexista e androcêntrica, à ocultação das mulheres na história, etc. Considerarei aqui os aspectos que melhor mostram a radicalidade do pensamento feminista de Castro, e que permitem conectá-la com a reconhecida feminista Virginia Woolf, praticamente meio século posterior a ela: o matrimónio, o androcentrismo e a solidariedade entre as mulheres.

Matrimónio

O matrimónio e a distribuição de roles na família tradicional deixam as mulheres numa posição de dependência económica que, do ponto de vista da postura crítica materialista de Virginia Woolf, incide na mente da artista, como ilustra a metáfora da importância de um quarto de seu para poder escrever literatura. Tanto Castro como Woolf som conscientes de como o patriarcado impujo a instituição matrimonial como única saída profissional para as mulheres. Woolf denuncia que o matrimónio foi “the one great profession open to our class [as mulheres]”⁽¹⁾ (Woolf 2000: 120). Essa mesma ideia está presente em *El caballero de las botas*

(1) “a única grande profissão aberta à nossa classe” [Tradução de citações responsabilidade da autora].

azules (1867), de Rosalia de Castro: “Los hombres se casan muchas veces, se casan con la toga, con la política, con las ciencias, con la cartera de ministro, mientras que las mujeres sólo se casan una vez en la vida.” (Castro 1993 II: 149-150). O matrimónio era a única forma de subsistência para o sexo feminino, daí que conseguir um home seja um objectivo de vital necessidade. Existem inumeráveis casos de raparigas desesperadas por casar nas páginas das obras rosalianas que exemplificam esta situação. Em *Ruinas* (1866), as moças da vila aspiram a encontrar um home com quem estabelecer-se economicamente, ainda que para isso tenham de renunciar à sua autonomia e fiquem reduzidas a “bonecas”. No poema “San Antonio bendito”, de *Cantares gallegos* (1863), a voz lírica expressa extrema desesperação, ao solicitar ao santo que lhe dê um home, ainda que este seja pequeno, coxo, a mate ou a esfole. Também no poemário *Follas Novas* (1880) aparece umha image do matrimónio do mais negativa: “Decides que o matrimonio / é santo e bueno. Seraio; / mais non casou san Antonio, / por máis que o mesmo demonio / tentouno a face-lo ensaio. / Celicios, cantos poder; / penitencias, a Dios dar; / mais santo n’houbó, a meu ver, / que dos casados quixer / ca pesada cruz cargar. (...) / Do direito, do rivés, / matrimonio, un dogal es; / eres tentazón do inferno, / mais casarei...pois no inverno / ¡non ter quen lle a un quente os pés!...” (Castro 1993 II: 364-365)

Rosalía de Castro utiliza as suas personagens para exemplificar atitudes contrárias à submissão que supom o matrimónio. Temos o caso de Dona Isabel, em *Ruinas*, personage que encarna o triunfo da liberdade e da independência frente às supostas comodidades materiais outorgadas por um casamento ou por umha vida junto à sua família, já que optou por manter-se solteira para conservar assi a sua autonomia. Mariquita, personage de *El caballero de las botas azules*, pergunta-se: “¿Para qué quiero yo marido?” (Castro 1993 II: 54). Quando esta nena interroga ingenuamente umha vizinha, para saber em que consiste um marido, ela responde-lhe:

“la Iglesia nos le da siempre por compañero cariñoso, pero el pícaro mundo, por compañero y por tirano como me lo ha dado a mí. (...) Pero es el caso que se manda que la mujer ame y respete al que se le ha dado para ser *apoyo de su debilidad* (yo siempre he pensado, niña mía, que mejor que eso fueran dinero y buena salud) y, en fin, que le obedezca y le cuide y mil cosas más que sólo la práctica enseña..., (...) si el matrimonio es cruz vale más andar sin cruz que con ella, que el buey suelto bien se lame y que para una boca basta una sopa.” (Castro 1993 II: 54-55)

Tanto Rosalia de Castro como Virginia Woolf criticam umha educação e umhas normas sociais que reclusam as mulheres no âmbito doméstico, relegando-as a labores de servidume. Woolf compara as possibilidades com que contou Shakespeare com as de umha hipotética irmã: “she was not sent to school. (...) She picked up a book now and then, one of her brother’s perhaps, and read a few pages. But then her parents came in and told her to mend the stockings or mind the stew and not moon about with books and papers”⁽²⁾ (Woolf 2000: 43)

Rosalia de Castro recolhe, em “Las literatas. Carta a Eduarda” exactamente as mesmas exigências sobre as mulheres: “no dejan pasar nunca la ocasión de decirte que las mujeres deben dejar la pluma y repasar los calcetines de sus maridos, si lo tienen, y si no, aunque sean los del criado.” (Castro 1993: 658), deixando em evidência a discriminação das mulheres por cima das diferenças de classe.

Este sistema económico denunciado por Castro e Woolf, conformado a partir de umha óptica patriarcal, consegue poupar formidavelmente em gastos, através da exploração das mulheres, que trabalham sem retribuição económica nem valorização social das tarefas que realizam, que som, ademais, imprescindíveis para a sociedade. Resulta surpreendente que já Rosalia de Castro denunciasses umha questom como esta, que ainda se vem arrastando na actualidade. E, assi, acusa os homes de parasitas: “no han nacido más que para tragar el pan de cada día y vivir como los parásitos”. (Castro 1993 I: 658). Woolf, em *Three Guineas* (1938), anuncia a necessidade de pressionar o estado para que pague as profissões de maternidade e de matrimónio (Woolf 2000: 236) e denuncia que, quando as mulheres exercem o mesmo trabalho que os homes, os salários que recebem som inferiores (Woolf 2000: 131-132, 188).

Outro tema que ambas as autoras tratam nas suas obras, e que continua a ser um objectivo da agenda feminista, é o que tem a ver com compatibilizar diversas funções, redundando na falta de tempo que padecem as mulheres. Exemplifica-o assi Rosalia de Castro no artigo “Las literatas”: “el escribir algunas páginas no le hace a todas olvidarse de sus quehaceres domésticos” (Castro 1993 I: 658). Deste modo, a mulher escritora tem de trabalhar muito mais que o home (nas tarefas da casa, na atenção aos membros da família, escrever, etc). A ideia da sobrecarga de tarefas que sofrem as mulheres também está presente no prólogo a *Follas Novas*, intitulado “Dúas palabras da autora”:

(2) “nom a mandárom à escola. (...) Apanhava de quando em vez um livro, um de seu irmao, talvez, e lia umhas quantas páginas. Mas entom, vinham os seus pais e díziám-lhe que fosse remendar as meias ou atender o guiso e nom perdesse o tempo com livros e papéis.”

No campo compartindo metade por metade cos seus homes as rudas faenas, na casa soportando valerosamente as ansias da maternidade, os trabalhos domésticos e as arideces da pobreza. Soias o mais do tempo, tendo que traballar de sol a sol e sin axuda pra mal manterse, para manter ós seus fillos, e quisais ó pai valetudinario, parecen condenadas a non atoparen nunca reposo se non na tomba. (Castro 1993 II: 272).

Umha das causas que fam indesejável a profissom de escritora é o seu carácter público, pois umha mulher devia cingir-se ao âmbito doméstico. Esta questom tem muito a ver com a castidade, base sobre a qual se sustenta o controlo do género feminino. Escrever supom um grande atrevimento para umha mulher, já que implica auto-expressom e criaçom de um discurso próprio. Rosalia de Castro é consciente da sua ousadia como literata quando, no prólogo a *La hija del mar* (1859), di: “Antes de escribir la primera página de mi libro, permítase a la mujer disculpase de lo que para muchos será un pecado inmenso e indigno de perdón” (Castro 1993 I: 47). Ou quando Mara, escritora e protagonista de *Flavio* (1861), exclama: “Una mujer que se atreve a trasladar al papel sus sentimientos más ocultos, aquellos sentimientos que nadie debe penetrar..., aquéllos de que ella misma debiera tal vez ruborizarse... ¡Locura!” (Castro 1993 I: 295).

Virginia Woolf adverte, numha conferência intitulada “Professions for Women” (1931) (publicada postumamente), da consciência do pecado e do sentimento de castidade que levam dentro as escritoras, e que se manifesta na hora de criar, utilizando a metáfora do “anjo do lar”, que simboliza o deseável nas mulheres: a submissom e a docilidade (Woolf 2000: 356-361).

No prólogo a *La hija del mar* Rosalia de Castro refere-se à carreira literária como “senda de perdición” (Castro 1993 I: 48). Carmen Blanco explica que o sentido dessa “senda de perdición” joga com a mesma ambigüidade que o termo “mulher pública”. Polo que esta image iguala, no caso das mulheres, fazer carreira literária com “fazer a carreira” (Blanco 1991: 57). Woolf relaciona a castidade com o anonimato que os pseudónimos masculinos proporcionavam às escritoras (Woolf 2000: 46). As mulheres nom deviam expor-se publicamente e, como explica Castro, se és escritora: “por la calle te señalan constantemente, y no para bien, y en todas partes murmuran de ti.” (Castro 1993: 657). A crítica examinava mais a moralidade da autora que a qualidade da obra literária produzida. As críticas sociais fôrom desencadeantes de atitudes defensivas ou da queima e da desaparición de escritos.

A consideração como escravidom das relações entre mulheres e homes dentro do sistema patriarcal está presente em obras como “Lieders” (1858): “aunque alrededor hubiese sentido, desde la cuna ya, el ruido de las cadenas que debían aprisionarme para siempre, porque el patrimonio de la mujer son los grillos de la esclavitud” (Castro 1993 I: 41) ou *El caballero de las botas azules*: “–Esas pobres hijas de la esclavitud aman la libertad como el mayor bien de la vida, pero no han comprendido todavía la manera de alcanzarla.” (Castro 1993 II: 239). Ao igual que resultava ameaçante para o sistema escravista que escravas e escravos percebessem a injustiça da sua situação e se sublevassem, o patriarcado precisa manter na inconsciência as mulheres. Daí as estratégias para mantê-las analfabetas. Nom interessa que descubram que o rol que a sociedade lhes impom nom vem determinado pola natureza, pois entraria em perigo a situação privilegiada dos homes. Rosalia de Castro e Virginia Woolf evidenciam como, à hora de contrair matrimónio, valorizava-se que a mulher fosse ignorante. Assi, explica Woolf em *Three Guineas*: “the one profession that was open to her –marriage- (...) was of such a nature that education unfitted women to practise it”⁽³⁾ (Woolf 2000: 146). Rosalia de Castro denuncia, por meio da ironia, que: “una mujer de talento es una verdadera calamidad, que vale más casarse con la burra de Balaam, y que sólo una tonta puede hacer la felicidad de un mortal varón.” (Castro 1993 I: 657-658).

Androcentrismo

As ideias de Virginia Woolf, em obras como *A Room of One's Own* ou *Three Guineas*, sobre o androcentrismo que domina as páginas da história, estão também presentes no prólogo a *La hija del mar*: “la historia, no mucho más imparcial que los hombres” (Castro 1993 I: 47). Woolf argumenta que as mulheres ficárom excluídas da glória e do reconhecimento por estarem condenadas à invisibilidade da incultura e da domesticidade. Esta ausência e silenciamento da história das mulheres provocou que nom se sentissem representadas e carecessem de modelos de seu.

Ante esta situação, ambas as escritoras assumem a reivindicação do papel feminino na construção dum pensamento alternativo a aquel androcêntrico e tradicional. Desta maneira, no prólogo a *La hija del mar*, Rosalia de Castro cita nomes de mulheres que contribuírom como modelo na defesa das capacidades intelectuais do seu sexo. O mesmo acontece nos ensaios de Woolf, onde reelabora umha tradição literária negada.

(3) “a única profissão que estava aberta a ela –o matrimónio– (...) era de tal natureza que a educação incapacitava as mulheres para praticá-lo”

A importância da recuperação da tradição feminina e da relação matrilinear das escritoras e das mulheres em geral, discriminada e esquecida pelo pensamento androcêntrico, constituiu uma das principais reivindicações feministas, dando lugar à origem de múltiplas obras que percorrem o passado tentando salvar do olvido figuras que, se não, desapareceriam perdidas no tempo. *A Room of One's Own* é considerado o primeiro ensaio de história literária das mulheres. Com esta obra, Woolf reflecte sobre as necessidades das escritoras para poderem criar (dinheiro e um quarto de seu) e os obstáculos que encontraram ao longo dos tempos para fazerem-no, ao mesmo tempo que reconstrói esse passado literário ocultado.

É devido à essa necessidade de possuir uma tradição que proporcione modelos, que Woolf procura divulgar exemplos de mulheres que de alguma maneira podem abrir caminhos, bem pelo seu labor intelectual ou profissional, bem por lutar contra as normas que as submetiam por questões de género. Em vários momentos da sua obra ensaística oferece-nos nomes de escritoras com os quais estabelece uma tradição matrilinear, na qual entram, sobretudo, autoras inglesas, mas também outras como Safo ou Lady Murasaki. Rosalia de Castro não foi alheia a este interesse por ressaltar a contribuição das mulheres à história literária, e *La hija del mar*, tanto no prólogo como nas citações que encabeçam os capítulos, mostra o reconhecimento de escritoras e de pensadoras, predominando as de origem francófona.

Virginia Woolf considera que toda a literatura produzida por mulheres forma parte de uma mesma obra, e pretende recuperar esta história literária, entendendo cada texto como produto da tradição anterior, e, portanto, vendo as escritoras em contínuo diálogo através dos tempos: “a woman writing thinks back through her mothers”⁽⁴⁾ (Woolf 2000: 88).

Solidariedade entre as mulheres

Um mecanismo do sistema patriarcal que ambas as escritoras desvelam como trágico, é a participação das próprias mulheres no controlo sobre elas mesmas. Os homens conseguiram fomentar tal rivalidade entre elas, que só buscam desqualificar-se umas às outras segundo os critérios patriarcais, com o fim de adequar-se aos valores que se lhes exigem. Assim o reconhecem Rosalia de Castro: “las mujeres ponen en relieve hasta el más escondido de tus defectos” (Castro 1993 I: 657) e Virginia Woolf: “Women are hard on women. Women dislike women”⁽⁵⁾ (Woolf 2000:

(4) “uma mulher que escreve está em contacto com o passado através das suas mães.”

(5) “As mulheres são duras com as mulheres. Às mulheres desagradam-lhes as mulheres.”

100). A competitividade fomentada entre as mulheres é explícita em *El caballero de las botas azules*, onde todas as personagens femininas, de umha e outra classe social, tenhem em mente um objectivo, o cavaleiro, e para conquistá-lo, estão dispostas a fazer o que for, competindo entre elas.

Virginia Woolf declara em “Women Novelists” (1918) e *A Room of One’s Own* que todas as descrições de mulheres na história da literatura foram realizadas por homes, e nom se correspondem com a realidade; já que resultam de umha visom simplificada, em que som vistas unicamente em função deles.

Em oposição aos estereótipos e à rivalidade, que acabamos de comentar, os textos destas autoras apresentam uns laços de amizade, companheirismo, admiração, etc, que permitem captar a riqueza das relações entre as mulheres.

Em primeiro lugar, temos o diálogo que se estabelece entre Nicanora e Eduarda em “Las literatas”. Nicanora funciona como a escritora experimentada, que aconselha e protege a Eduarda, principiante. Doutra banda, observamos a admiração de Nicanora pola autora George Sand, facto que contribui a sugerir certos laços de uniom entre a comunidade literária feminina. Seguidamente, encontramos a reacção da editora, que, ao ler a carta, sente-se totalmente identificada com o que ali se di e decide publicá-la. Deste modo, a carta constitui o resultado dumha acção conjunta entre três mulheres, e, ademais, o público feminino desta, pode entrar a assumir para si os conselhos que ali se expõem. Fomentaria assi Rosalia de Castro umha rede de alianças entre mulheres, que romperia com a rivalidade impulsada polo patriarcado, e da qual ela mesma adverte no seu ensaio.

Umha estrutura similar é a que funciona nalgumhas obras woolfianas. Em “Professions for Women” e em *A Room of One’s Own*, Woolf apresenta-se como umha conferencista dirigindo-se a um grupo de mulheres. Mas, por meio da publicação, chega a um público mais amplo, que recebe as palavras como um diálogo entre mulheres.

Outra obra rosaliana onde as relações femininas som essenciais, é *La hija del mar*. A uniom entre as mulheres é o que fica de relevo neste romance em que umha nena vive graças a umha maternidade compartilhada entre Candora (quem lhe dá a vida) e Teresa (que a cria), e morre devido ao poder opressor do pai. Salienta-se a solidariedade das personagens femininas, caracterizadas no seu conjunto com apelativos carinhosos e de admiração, que contrastam com a maldade que representa o comportamento do pai. A importância dos laços materno-filiais, defendida polo

feminismo como forma de resistência ante a linhage patriarcal, também se vê reflectida na obra de Rosalia de Castro por meio do poemário *A mi madre*, escrito depois da morte desta.

Virginia W. analisa como a inveja e os ciúmes definem as relações entre mulheres na literatura e declara: “how interesting it would have been if the relationship between the two women had been more complicated. (...) all the great women of fiction were, until Jane Austen’s day, not only seen by the other sex, but seen only in relation to the other sex. And how small a part of a woman’s life is that”⁽⁶⁾ (Woolf 2000: 74-75).

Em *A Room of One’s Own*, ao descrever a escrita da que seria a autora que, para ela, deveria reunir os progressos alcançados pelas mulheres na literatura, simbolizada na figura de Mary Carmichael, introduz o tema da atracção sexual entre mulheres: “ ‘Chloe liked Olivia...’ Do not start. Do not blush. Let us admit in the privacy of our own society that these things sometimes happen. Sometimes women do like women”⁽⁷⁾ (Woolf 2000: 74).

No caso de Rosalia de Castro nom podemos provar um tratamento tam aberto do lesbianismo, ainda que haja estudos como o de Francisco Rodríguez que afirmam encontrar certa tendência homofilia na obra desta autora (March 1994: 239). Concretamente, quanto a *El caballero de las botas azules*, March comenta vários exemplos que apontam neste sentido. Em primeiro lugar, no diálogo que se estabelece entre a musa e o poeta ao começo da obra. Quando ela, que nom responde precisamente ao carácter submisso e doce esperável do sexo feminino, cobra presença física, o home exclama: “¡Ah! ¿Conque mi musa era un mari-macho, un ser anfíbio de esos que debieran quedar para siempre en el vacío?...¡Qué abominación!” E a musa, que encarna os ideais que vam ser defendidos no romance, e que portanto representa o pensamento da autora, responde: “Todo lo que ha sido hecho es bueno”. (Castro 1993 I: 17). Sobre umha conversa entre as ‘independientes’ nesta mesma obra, explica March:

El amante ruso con quien sueña Laura será al final sólo un hombre más, dice Casimira, y luego hace una pregunta muy ambigua acerca de si su amiga no ha podido soñar nada mejor. Cuando Laura le pide aclaración, explica: ‘Cosas extrañas..., muy extrañas existen, que hubieran podido trastornar la más fuerte cabeza.’ La reacción

(6) “...que interessante teria sido se a relação entre as duas mulheres fosse mais complexa. (...) Era estranho pensar que todas as grandes mulheres na literatura fôrom, até Jane Austen, nom só vistas polo outro sexo, senom vistas unicamente em relação com o outro sexo. E que pequena parte é essa na vida de umha mulher”

(7) “«Chloe gostava de Olivia...» Nom vos sobressaltedes. Nom vos ruborizedes. Admitamos na intimidade da nossa sociedade que estas cousas às vezes acontecem. Às vezes as mulheres gostam das mulheres.”

de Laura es de nerviosismo, como si su amiga sugiriera un tipo de relación entre mujeres más allá de su comprensión, y completamente prohibida” (March 1994: 271).

Além destas referências, March aponta também a androgínia na qual se envolvem algumas personagens, como a musa de *El caballero de las botas azules* ou o Duque da Glória, a quem nom podemos evitar relacionar com o Orlando de Woolf, figura andrógina por excelência na história da literatura. Elena Sánchez Mora observa, ademais, traços andróginos em Mara e Flavio (Sánchez 1990: 36).

A este respeito, resulta mui interessante a visom que Michelle C. Geoffrion-Vinci oferece na sua obra *Between the Maternal Aegis and the Abyss. Woman as Symbol in the Poetry of Rosalia de Castro* (2002). Centrando-se, principalmente, nos poemários *Cantares gallegos*, *Follas Novas* e *En las orillas del Sar*, sublinha a presença recorrente de diferentes figuras de mulheres, deixando de manifesto o protagonismo destas na poesia de Rosalia de Castro e na sua obra em geral. Ademais, Geoffrion-Vinci observa como se subverte o protótipo genérico feminino associado culturalmente às mulheres. Assi, lemos poemas como “A xusticia pola man”, onde a protagonista, em vez de submeter-se à injustiça e assumir a passividade esperável numha mulher, toma umha posiçom activa de vingança. No nono poema de *Cantares gallegos*, umha rapariga sucumbe, sem arrependimento, ao desejo por um home, sem respeitar as advertências de pecado do cura, actuando, pois, contra a moral católica. Mas onde a análise de Geoffrion-Vinci resulta mais inovadora, é no estudo que realiza do sujeito poético. Os dados a que chega sobre a identidade genérica da voz poética som surpreendentes:

<i>Cantares gallegos</i> (1863):	50% feminina 8% masculina 3% ambos os géneros 25% género indeterminado
<i>Follas Novas</i> (1880):	20% feminina 3% masculina 4% ambos os géneros 73% género indeterminado
<i>En las orillas del Sar</i> (1884):	13% feminina 3% masculina 2% ambos os géneros 80% género indeterminado

Observamos umha preponderância de voz poética de género feminino ou indeterminado, aumentando, à medida que passam os anos, esta última. A voz poética masculina é extremamente minoritária, e, quando aparece, como nos poemas décimo e duodécimo de *Cantares gallegos*, é para ressaltar umha dupla moral em mulheres e homes. Podemos contrastar estes dous poemas com o nono, antes comentado, e veremos como Rosalia de Castro denuncia as diferentes reacções da sociedade ante o mesmo comportamento sexual dependendo de se é umha mulher ou um home quem o leva a cabo. Estas proporções de apariçom de um ou outro género na voz poética, evidenciam um protagonismo feminino, mas também ponhem de manifesto a ambigüidade genérica que domina às vezes a obra rosaliana. Para Geoffrion-Vinci, esta escolha de um sujeito poético ambíguo, assi como a presença de comportamentos sexuais nom aceites, revela umha postura de resistência ante as normas genéricas e sexuais e permite subverter o imperativo heterossexual. Assi, vemos que é no terreno lingüístico que a sua poesia é mais subtil e radical, pois, manipulando a ambigüidade da language, Castro cria um sujeito que transcende os limites do género e da sexualidade. E isto concede-lhe hoje umha profunda actualidade à sua obra.

Conclusons

Como vimos, existem importantes confluências nas perspectivas críticas feministas de Rosalia de Castro e Virginia Woolf. Em primeiro lugar, ambas as escritoras mostram umha notável consciência de como o patriarcado actua reprimindo e oprimindo a liberdade das mulheres, obstaculizando, portanto, a sua auto-expressom. Daí a preocupação que estas autoras sentem por tudo o que se refere às dificuldades que as atingem à hora de escrever. Tanto Castro como Woolf sinalam como os mecanismos sobre que se sustenta o sistema patriarcal (a instituição do matrimónio e a família, a carência de formação intelectual, a dependência económica, o sexismo e a misoginia, etc.) funcionam em sentido negativo contra o desenvolvimento intelectual das mulheres e a sua manifestaçom pública. Observamos também o seu interesse por reconstruir umha história feminina silenciada, e, através dos seus escritos, encontramos multidom de referências a outras escritoras ou mulheres salientáveis que ajudam a estabelecer umha tradiçom própria.

Na procura dessa auto-afirmaçom das mulheres que actue como resistência ao poder patriarcal, ambas fomentam a solidariedade, apresentando, nos seus textos, universos em que as mulheres som protagonistas. A

complexidade, tanto dos diferentes graus de intimidade nas relações femininas, como da ampla gama de personalidades de mulheres possíveis, fica manifesta na obra destas autoras.

Nom se pretende, com este trabalho, cair no perigo da glorificação e isolamento de Rosalia de Castro como umha escritora excepcional, facto que obscureceria a tradição feminina a que pertencia e os obstáculos que aquelas escritoras devêrom afrontar. Como dixo Sánchez Mora: “o isolamento de Rosalia de Castro pola crítica en nome da sua glorificación, condénaa ao fracaso dunha rebelión individual” (1990: 34).

Referências bibliográficas

- BLANCO, Carmen. 1991. *Literatura galega da muller*. Vigo: Xerais.
- CASTRO, Rosalia. 1993. *Obras completas*. Edición de Marina Mayoral. (2 tomos). Madrid: Turnes.
- GEOFFRION-VINCI, Michelle C. 2002. *Between the Maternal Aegis and the Abyss. Woman as Symbol in the Poetry of Rosalia de Castro*. London: Associated University Presses
- MARCH, Kathleen N. 1994. *De musa a literata: el feminismo en la narrativa de Rosalía de Castro*. Sada (Corunha): Do Castro.
- SÁNCHEZ MORA, Elena. 1990. “Rosalia e a crítica feminista galega”. *Rosalía viva*. Extra *A Nosa Terra*. Vigo: A Nosa Terra, pp. 30-36.
- WOOLF, Virginia. 1986. *The Essays of Virginia Woolf. Volume I (1904-1912)*. Andrew McNeillie (ed.). United States of America: Harcourt Brace Jovanovich. 6 volumes.
- WOOLF, Virginia. 1987. *The Essays of Virginia Woolf. Volume II (1912-1918)*. Andrew McNeillie (ed.). United States of America: Harcourt Brace Jovanovich. 6 volumes.
- WOOLF, Virginia. 1988. *The Essays of Virginia Woolf. Volume III (1919-1924)*. Andrew McNeillie (ed.). United States of America: Harcourt Brace Jovanovich. 6 volumes.
- WOOLF, Virginia. 1994. *The Essays of Virginia Woolf. Volume IV (1925-1928)*. Andrew McNeillie (ed.). London: The Hogarth Press. 6 volumes.
- WOOLF, Virginia. 2000. *A Room of One's Own / Three Guineas / “Professions for Women”* (1993). London: Penguin Books.

Três criptolectos gremiais galegos: o *verbo dos xingreiros*, a *lafrada* e o *barallete dos granhudos* (*)

Jorge Rodrigues Gomes

(Vigo)

Três gírias galegas pouco conhecidas som a dos músicos da Terra de Cela Nova (o *verbo dos xingreiros*), a dos alvanéis de Bueu, no Morraço (a *lafrada*), e a dos vendedores ambulantes da aldeia da Granha, no concelho de Covelo (o *barallete dos granhudos*); a última das citadas nem sequer foi nunca catalogada como tal. Denominamos este género de falas especiais como *criptolectos gremiais* já que se caracterizam por pertencer a um grupo profissional fechado e por procurar o segredo, quer dizer, nom serem entendidas polas pessoas alheias ao grémio.

No estudo que segue apresentamos um estudo dos processos de geração de léxico em cada um destes criptolectos e novas compilações vocabulares dos mesmos.

1. O Verbo dos Xingreiros

Umha das gírias gremiais mais desconhecidas da Galiza é a que falavam os músicos da Terra de Cela Nova. Ramón e Fernández Oxea (1953) ao falar do barallete informa de que era utilizado por diferentes profissões ambulantes, entre elas os músicos, mas sem esclarecer que se trata de gírias diferentes. Trigo Díaz (1993: 24) conhece a sua existência mas nom possui qualquer dado fora de que a falam os músicos das Terras de Cela Nova. Igualmente Fidalgo Santamariña (2001: 269) cita entre as gírias da Galiza a dos músicos mas também reconhecendo carecer de informações sobre a mesma. O primeiro e único trabalho que oferece umha compilação do léxico deste verbo é o da autoria de Carlos Rodríguez (2000), quem em 1993 recolheu 180 palavras de músicos pro-

(*) N.R. Este artigo fai parte da tese de doutoramento "Estudo comparativo da formação de gírias gremiais galegas e castelhanas", dirigida pola professora doutora Maria do Carmo Henriques Salido, noticiada na pág. 285 deste volume.

cedentes do concelho da Merca. Este autor intitula o seu artigo *O Baralhete dos Xingros*, xa que afirma que a gíria dos músicos é conhecida com o nome de *baralhete*, igual que a dos afiadores, mas na investigação realizada por nós, baseada em entrevistas pessoais com numerosos músicos, apenas os da cidade de Ourense e os do concelho da Merca utilizavam este nome, sendo maioritária a denominação de *verbo* para designar a sua gíria.

Em 2003 e 2004 entrevistamos músicos desta comarca e também de Ourense conseguindo recolher 368 vozes, das quais 258 nom están incluídas no trabalho de Carlos Rodríguez, com o qual o acervo lexical desta gíria ascende a 438 palavras. A nossa investigação centrou-se nos concelhos de Gomesende, Ramirás, Cartelhe, Cela Nova, a Merca e Ourense. No artigo de Carlos Rodríguez di-se-nos que os músicos entrevistados davam como berce desta gíria a zona da Merca, isto é, a norte. Mas nós verificamos como também os músicos da parte sul da comarca, Gomesende e Ramirás, atribuían à sua zona ser aquela em que mais e melhor se falava o verbo. Podemos ver nestas opiniões talvez um pouco de bairrismo ou de desconhecimento da realidade do conjunto da comarca. Segundo a nossa investigação a zona de procedência dos músicos que falavam este verbo abrangia toda a comarca, isto é, os concelhos da Merca, Cela Nova, Cartelhe, Ramirás, Gomesende, Quintela de Leirado e Ponte Deva, e também outros como o de Barbadás, Alhariz e Ribadavía. Todos os músicos destes concelhos faziam parte das mesmas bandas de música. Igualmente tivemos ocasiom de falar com músicos jovens de orquestras actuais da cidade de Ourense que conheciam esta gíria e que confessárom continuar a utilizar, de modo que podemos afirmar que o *verbo dos xingreiros* goza ainda de algunha vitalidade. Existe também na cidade de Ourense um grupo de jazz que se denomina com um termo do *verbo*: *Abunha Jazz*.

No trabalho de Carlos Rodríguez os músicos denominam-se na sua gíria *xingros* ou *xingreiros*, mas os dos concelhos onde nós investigamos directamente utilizavam maioritariamente o termo *xingreiro*, reservando o de *xingro* para designar o instrumento musical, com excepçom dos da zona oriental da comarca; por este motivo nós denominamos esta gíria *verbo dos xingreiros*.

O galego falado nesta comarca, como o da parte ocidental da Galiza, possui um fonema aspirado faringal ou laringal surdo, /h/, em lugar do oclusivo velar sonoro, /g/, excepto precedido de nasal implosiva interior; portanto deve-se pronunciar /h/ a letra *g* das seqüências *ga*, *go*, *gu* e de *gue*, *gui*, nesta situaçom.

Os procedimentos de criação de palavras som os mesmos que os das outras gírias gremiais esotéricas da Galiza, e passamos, a seguir, a examinar.

1.1. A derivação externa

No nosso estudo do *barallete*, o criptolecto dos afiadores e outros ambulantes das comarcas de Ourense, Maceda, Caldelas e Trives (Rodrigues Gomes, 2003) distinguíamos dous processos diferentes: a derivação externa e a derivação interna. Por derivação externa entendemos a criação de palavras nos criptolectos por derivação morfológica de outras galegas, isto é, a deformação de léxico galego, portanto externo à gíria, por meio dos recursos da derivação (sufixação, prefixação, etc.), com o fim de nom ser reconhecido polos falantes alheios ao grémio, e sem proporcionar o afixo derivativo qualquer significado para além do de naturalizar como gíricos termos alheios. Por derivação interna referimo-nos à criação de novas palavras desde outras já pertencentes ao criptolecto ou gíria modificando o seu significado. Os sufixos e prefixos que intervem no processo de deformação ou disfarce do léxico da língua base nom tenhem, portanto, nem valor apreciativo nem nocional, podendo considerá-los como umha categoria diferente de afixos, que é adequado denominar “naturalizadores”, dada ser a sua função integrar no criptolecto termos estranhos a el, de maneira a ser apenas identificados polos seus falantes, os quais possuem a chave para os interpretar. Umha vez “naturalizados” os novos termos podem cumprir a função do resto do vocabulário gíresco, isto é, comunicar mensagens cifradas. Ferreira de Castro (1947: 27), referindo-se à gíria dos estudantes de Coimbra, denominou como *sufixos deformadores* aqueles que cumpriam esta função, e García González (1975: 392), no seu estudo do *mansolea* (gíria dos çapateiros de Pimiango, Astúrias), chama-lhes *afijos parásitos*.

No mesmo estudo do *barallete* citado, diferenciávamos também dous tipos diferentes de sufixos com função deformadora. Aquel em que o sufixo se acrescenta a umha palavra galega, passando esta a lexicalizar-se dentro do vocabulário do criptolecto, isto é, a constituir um termo reconhecido e usado por todos os falantes, e aqueloutro em que, ante a inexistência de um vocábulo gírico ou o desconhecimento do mesmo polo falante, o sufixo serve para improvisar um novo termo de maneira circunstancial. Quer dizer, no mesmo acto de fala recorre-se a um expediente de encobrimento de palavras que o ouvinte vai saber decifrar.

Para este uso da sufixação o número de sufixos implicados é mui reduzido, dado que deve ser fácil e rapidamente recordado polo falante e polo ouvinte. A este tipo de sufixo, ao qual os utentes da gíria gremial acodem para improvisar novos termos no discurso, denominamo-lo “sufixo universal” ou “sufixo geral”, dado ser possível a sua aplicação a qualquer palavra do galego comum em qualquer momento.

No *verbo dos xingreiros* registamos um sufixo deformador com carácter universal, o sufixo *-ilório,-a*:

<i>braço</i> → <i>bracilório</i>	<i>dentro</i> → <i>dentrilório</i>
<i>café</i> → <i>cafilório</i>	<i>frio</i> → <i>frilório</i>
<i>cedo</i> → <i>cedilório</i>	<i>hora</i> → <i>horilória</i>
<i>cento</i> → <i>centilório</i>	<i>mês</i> → <i>mesilório</i>
<i>corpo</i> → <i>corpilório</i>	<i>tempo</i> → <i>tempilório</i>

Talvez se tenha criado desde o sufixo *-ório*, que, embora nocional, tem também valor pejorativo em determinados casos (Freixeiro, 1999: 218): *latinório*. Com este mesmo valor ou com o aumentativo é utilizado no calão de Portugal: *cafezório* ‘um mau café’, *patifório* ‘patifão’ (Kröll, 1994: 357). Em galego também existe a voz *santilório*, derivado de *santo*, com o significado de ‘santom’, ‘que finge santidade’, ‘beato’.

O sufixo *-eces/-ces* acrescenta-se aos advérbios de lugar absolutos “aqui”, “aí” e “ali”, e na zona oriental (a Merca), segundo Carlos Rodríguez (2000), também aos numerais e nomes dos meses:

<i>aqui</i> → <i>aquices</i>	<i>Agosto</i> → <i>Agosteces</i>
<i>aí</i> → <i>aíces</i>	<i>um</i> → <i>unces</i>
<i>ali</i> → <i>alices</i>	<i>dous</i> → <i>douces</i>
<i>Abril</i> → <i>Abrileces</i>	<i>três</i> → <i>treces</i>
<i>Fevereiro</i> → <i>Fevreireces</i>	<i>sete</i> → <i>seteces</i>
<i>Maio</i> → <i>Maieces</i>	<i>nove</i> → <i>noveces</i>

Se o número acaba em *-ce* acrescenta apenas *-s*: *onzes*, *quínzes*. No caso de *Março* substituíu-se a vogal final por *-es*: *Marces*.

Outros sufixos deformadores som:

<i>-eito: todo</i> → <i>todeito</i>	<i>-ento: todo</i> → <i>todento</i>
<i>-elo: chisco</i> → <i>chisquelo</i>	<i>-émio: bar</i> → <i>barcémio, pelo</i> → <i>pelémio</i>

-eta: *fora* → *foreta*
 -iça: *paga* → *paguiça*, *roupa* → *roupiça*
 -ifa: *roupa* → *roupifa*, *gana* → *ganhifa*
 -lhero: *il 'el'* → *ilhero*
 -trofes/-trofos: *nós* → *nostrofes*, *vós* → *vostrofes*, *vostrofes*
 -uncha: *terra* → *terruncha*

No campo da sufixação verbal som usados os seguintes sufixos:

-içar: *cobrar* → *cobriçar*, *pagar* → *paguiçar*
 -ifar: *ganhar* → *ganhifar*, *gostar* → *gustifar*
 -ubir: *passar* → *passubir*, *querer* → *querubir*
 -unchar: *saber* → *sabunchar*, *valer* → *valunchar*

Talvez também *abunhar* ('haver', 'ter', 'ser', 'estar'), no caso de vir de "haver", devendo-se escrever entom *havunhar*.

No que diz respeito à prefixação assinalar que existe um único prefixo que se junta aos numerais, o prefixo *xabr-*, e que se antepom à base suprimindo a consoante inicial no caso de existir:

<i>xabrum</i> 'um'	<i>xabrato</i> 'quatro'	<i>xabrete</i> 'sete'
<i>xabrous</i> 'dous'	<i>xabrinco</i> 'cinco'	<i>xabroito</i> 'oito'
<i>xabrês</i> 'três'	<i>xabreis</i> 'seis'	<i>xabrez</i> 'dez'

A partir do dez formam-se unindo dezenas e unidades com a conjunção "e". Para nove dérom-nos duas possibilidades: *xanove* ou *xabrinco* e *xabrato*.

1.2. A derivação interna

A maioria dos sufixos utilizados nom apresenta qualquer particularidade a respeito da língua base, o galego. Um dos mais utilizados é *-eiro,-a*:
baio → *baieira*, 'vinho', 'adega' *foupo* → *foupeiro*, 'bombo', 'bombeiro'
caxo → *caxieira*, 'padre', 'casa reitoral' *maralha* → *maralheira*, 'gente', 'feira'
formélio → *formelieiras*, 'leite', 'mamas' *pisco* → *pisqueiro*, 'milho', 'canastro'

Outros sufixos registados com menor grau de uso som:

- a: *guinhar* → *guinha*, ‘defecar’, ‘excremento’
- aço: *gaucha* → *gauchaço*, ‘mao’, ‘bofetada’
isqueiro → *isqueiraço*, ‘cu’, ‘peido’
- as: *turuta* → *turutas*, ‘trombeta’, ‘trombetista’
- ciom: *alupar* → *alupaciom*, ‘ver’, ‘vista’
muquir → *muquiciom*, ‘comer’, ‘comida’
- deira: *escorbar* → *escorbadeira*, ‘escuitar’, ‘orelha’
muquir → *muquideira*, *muquideiro*, ‘comer’, ‘boca’, ‘dente’
- doiro: *chumar* → *chumadoiro*, ‘beber’, ‘bar’
muquir → *muquidoiro*, ‘comer’, ‘restaurante’
- dor: *chumar* → *chumador*, ‘beber’, ‘bebedor’
caramolar → *caramolador*, ‘cantar’, ‘cantor’
- ilório,-a: *fate* → *fatilório*, *fatilória*, ‘mau’, ‘cousa ou pessoa ruim’
- inho,-a: *Xodes* → *Xodinha*, *xodinho*, ‘Deus’, ‘Nossa Senhora’, ‘santo’/‘anjo’
- mento: *farda* → *fardamento*, ‘casaco’, ‘roupa’
- o: *sabunchar* → *sabuncho*, ‘saber’, ‘pessoa que sabe muito’
- om, -ona: *guinhar* → *guinhom*, ‘defecar’, ‘cu’.
gueirar → *gueirom* ‘ir’, ‘veículo em que se deslocam os músicos’
quilhar → *quilhona*, ‘copular’, ‘prostituta’
- orto: *baio* → *baiorto*, ‘vinho’, ‘bêbedo’
- ota: *quilhar* → *quilhota*, ‘copular’, ‘mulher muito dada à prática do sexo’
- tória: *garlar* → *garlatória*, ‘falar’, ‘língua’
quilhar → *quilhatória*, ‘copular’, ‘cópula’

Em *Xodinha*, *xodinho*, o sufixo nom tem valor diminutivo nem qualquer dos habituais em galego, mas umha espécie de hierarquia divina. Em casos como os de *xingrar* ‘tocar um instrumento’ e *xingro* ‘instrumento’, ou de *xipar* ‘defecar’ e *xipa* ‘excremento’, pode tratar-se de derivação nominal ou de derivação verbal.

Registamos o sufixo *-tória*, existente em galego apenas como terminação em substantivos eruditos (*convocatória*, *jaculatória*), com valores também inéditos em duas palavras: *garlatória* ‘língua’, significando o instrumento com que se realiza umha açom, neste caso falar, e em *quilhatória* ‘acto de fazer amor’, neste caso com um valor de açom. É também original o sufixo *-orto* que registamos apenas umha vez. O sufixo *-om,-ona*

cria substantivos deverbais, mas significando o objecto que realiza umha açom, o qual nom é habitual na língua comum. O sufixo *-ilório,-a*, que vimos na secçom de derivaçom externa como sufixo deformador universal, utiliza-se também como formador de substantivos deadjectivais nos casos citados acima. O seu valor pode ser de açom característica em *fatilória* ‘cousa má’, ou de agente, isto é a cousa ou pessoa que realiza umha má açom, em *fatilório* ‘pessoa ruim’.

Mas, sem dúvida, o aspecto mais salientável é o alto rendimento do sufixo *-nte*, o seu uso como desubstantival, além de como deverbal, e a criaçom de umha forma feminina insólita em galego:

alupar → *alupante, alupanta*, ‘olhar’, ‘olho’, ‘óculos’
escorbar → *escorbanta*, ‘escuitar’, ‘orelha’
garlar → *garlanta*, ‘falar’, ‘língua’
gueirar → *gueirante, gueiranta*, ‘ir-se’, ‘autocarro’, ‘perna’
intervar → *intervante*, ‘entender’, ‘o que entende o verbo’
muquir → *muquinante*, ‘comer’, ‘comilom’

Som vozes derivadas de verbos do galego comum:

andanta, andante, ‘perna’, ‘pé’
cortante, cortanta, ‘cuitelo’, ‘faca’
marcante ‘relógio’
saltantas ‘mamas’

Derivado de substantivo conhecemos um caso: *borrante* (de “borra”) ‘azeite’.

No que di respeito à sufixaçom verbal podemos apresentar exemplos com os sufixos *-ar* e *-ear*: *ánsia* → *ansiar*, ‘água’, ‘chover’ / ‘mejar’; *maleque* → *malequear*, ‘cigarro’, ‘fumar’; *maquino* → *maquinar*, ‘caminho’, ‘caminhar’. Num caso temos um verbo formado desde um substantivo galego: *faina* → *fainar* ‘fazer’.

Dentro das formaçons parassintéticas encontramos exemplos dos modelos mais freqüentes em galego comum: *gaucha* → *agauchar*, ‘mao’, ‘colher’; *baiorto* → *embaiortar*, ‘bêbedo’, ‘embebedar-se’.

A derivaçom genérica produz-se em casos em que o uso do masculino e do feminino serve para distinguir objectos ou animais com algum tipo de relaçom ou parecido, e sempre acompanha o género que tem a

forma correspondente em galego, embora neste com raízes lexicais diferentes:

andante < > *andanta*, ‘pé’, ‘perna’
bea > *beo*, ‘peseta’, ‘peso’
cortante < > *cortanta*, ‘cuitelo’, ‘navalha’
escamelo > *escamela*, ‘peixe’, ‘sardinha’
fianhosa < > *fianhoso*, ‘camisa’, ‘fato’
formélia < > *formélio*, ‘leite’, ‘teta’
gaiola > *gaiolo*, ‘pulga’, ‘piolho’

Um caso especial é o dos termos que designam os órgãos genitais, em que a variação de género serve para nomear o órgão masculino ou o feminino: *ibea* < > *ibeo* ‘vulva’, ‘pénis’; *xabaia* < > *xabaio* ‘vulva’, ‘pénis’.

1.3. A composição e outros recursos de criação de palavras

A composição léxica, do mesmo modo que noutros criptolectos, é pouco frequente. Registam-se quatro casos: *estafa-copos* (mata-saos) ‘médico’; *estafa-piscos* (mata-graos) ‘moinho’; *passa-foupas* (passa-fames) ‘mestre’; *salta-zanjas* ‘coelho’. O primeiro deles é um decalque da forma popular e irónica com que se denomina os médicos. A terceira reflecte a fama de estarem mal pagos os mestres de escola. Como se verifica, dous estão formados com termos do *verbo*, um com galegos e outro é misto.

A composição sintagmática oferece mais exemplos e, da mesma maneira que noutras gírias gremiais, também nesta as construções com os adjetivos *copo,-a* ‘bom’, ‘boa’, *fate* ‘mau’, ‘má’, *granjo,-a* ‘grande’, e *chouqueno,-a* ‘pequeno,-a’, representam umha parte significativa deste tipo de composição. Os esquemas principais som:

- Frase nominal constituída por um núcleo e um modificador, podendo ser este último um adjetivo ou umha frase preposicional:

aguilhado chouqueno (clarinete pequeno) ‘requinta’
areoso copo (areoso bom) ‘açúcar’
areoso fate (areoso mau) ‘sal’
baio fate (vinho mau) ‘vinagre’
caxo chouqueno (padre pequeno) ‘sacristao’

jerro chouqueno (jerro pequeno) 'trombeta'
jerro granjo (jerro grande) 'trombone'
larato granjo (prato grande) 'travessa', 'pratela'
picoia chouquena (jerra pequena) 'taça'
picoio granjo (jerro grande) 'trombone'
reiganha granja (saxofone grande) 'barítono'
tejo fate (cam mau) 'lobo'
coime dos estafados (casa dos mortos) 'cemitério'
farda da copeira (casaco da cama) 'cobertor'
fate da moucha (mal da cabeça) 'tolo', 'louco'
ferramenteiro da ánsia (carro do mar) 'barco'
fianhoso do ibeo/xibardo (camisa do pénis) 'preservativo'
foupa de chumar (fame de beber) 'sede'
larenca das galhofas (ladra das galinhas) 'raposa'
picoio de ansiar (jerro de mejar) 'penico'
xingros da altana (instrumentos da igreja) 'sinos'

- Cláusula formada de verbo mais frase nominal ou preposicional:

calmar a muquideira (dar a boca) 'beijar'
garlar no xarpelo (falar no papel) 'escrever'

Um caso especial representa-o a locução adverbial *de granjo*, utilizada com o significado de "muito".

Outros processos de formação de palavras têm a ver com a deformação fonética do léxico da língua comum. Exemplos de metáteses puras existem poucos: *zomo,-a* 'moço,-a'. É muito mais frequente a metátese combinada com outras modificações fonéticas: *axaubes* 'abaixo'; *chifro* 'filho'; *lherpo* 'pelo'. Provavelmente também *xodes* 'deus'. Observamos uma aférese no termo *gueirar* 'ir', derivado de "esgueirar".

Exemplos de diversas modificações fonéticas:

<i>chouça</i> 'cousa'	<i>chouqueno</i> 'pequeno'
<i>chouco</i> 'pouco'	<i>granjo</i> 'grande'

Observa-se uma tendência a substituição de consoantes pela africada palatal surda (*chouça, chouco*). Em *chouqueno* produz-se um cruzamento entre *chouco* e o adjetivo galego "pequeno", o qual mantém a sua terminação, provocada pela proximidade conceptual. O adjetivo *granjo*,

ou formas del derivadas, encontramos-lo também no calão de Portugal e noutras gírias gremiais galegas e portuguesas (*verbo dos arguinhas*, *verbo dos cabaqueiros*, *galramento*, *gíria quadrazenha*, etc).

1.4. Empréstimos

Como acontece noutras gírias do mesmo género, encontramos termos galegos caídos em desuso, ou substituídos por castelhanismos na comarca de origem dos falantes, que se conservam no *verbo*, dado serem efectivos na função de manterem o segredo inerente a estas falas. Nesta situação registamos vozes como *farda*, *garfo* ou *garlar* ('falar'). Também *moleque* 'nenó', que recolhem alguns dicionários galegos (Alonso Estravis, 1986) e que é comum no Brasil.

Um caso diferente é o das vozes coincidentes com o calom da Galiza ou de Portugal, e de origem, em muitos casos, duvidosa, cujo conhecimento pola população geral costuma ser limitado:

alupar / *lupar* 'ver'
calcurro 'sapato', no antigo calão *calco*
calmar 'dar', 'bater'
fúndio 'guarda civil', no antigo calão *fundo* 'soldado'.
lupante 'olho'
maralha 'gente'
marau 'home', no calom 'patife'
moucha 'cabeça'
muquir 'comer'
sornar 'dormir'

O termo *gau* 'piolho' regista-se no antigo calão (Coelho, 1892), na germania (Salillas, 1896) e no got francês (Caradec, 2001); em romani encontramos *chugao*.

Os vocábulos *meira* 'nai' e *peiro* 'pai' embora recordem o francês (*mère*, *père*) e o provençal (*maire*, *paire*), som provavelmente de origem dialectal, já que no dialecto galego do Val do Xalma, na província espanhola de Cáceres, existem as formas *maire*, *paire* (Frias Conde, 1999: 43); na gíria de Quadrazais, confinante com a comarca do Val do Xalma, os termos para nai e pai som *méria* e *pério* (Pinharando Gomes 1964: 200; Costa Braga 1971: 349-350), o que poderia confirmar esta tese.

Léxico de origem romani é o seguinte:

chabeu (< *chabó*) ‘nenó’.

filosa (< *fila*) ‘cara’. Talvez proceda da germania castelhana (Salillas, 1896).

gúndio (< *jundó*, ‘soldado’) ‘guarda civil’.

guinhar (< *jiñar*) ‘defecar’.

picóia (< *picoá*, *picoa*, ‘pota’) ‘jarra’, Também pode proceder do basco.

quel, *quelo* (< *que*, ‘casa’, *quel*, ‘quarto’) ‘casa’.

quilhar (< *quilé*, ‘pénis’) ‘copular’.

rulé (< *rulé*) ‘cu’.

xingra (< *singa*) ‘música’. De *xingra* derivam *xingrar* ‘tocar música’, e *xingreiro* ‘músico’. Segundo Geipel (1985: 160) a palavra cigana é um anglicismo derivado de *sing* ‘cantar’.

O léxico de origem basca está constituído por:

ardiosa (< *ardoa*, ‘o vinho’, de *ardo* ‘vinho’ mais o artigo basco acrescentado) ‘aguardente’. A modificação no significante e no significado está provocada por confusom com a raiz do verbo “arder”, e pola sensação que o aguardente produz na boca.

artom (< *arto*, ‘milho’, ‘broa’) ‘pam’

picoa (< *lapikoa*, “caçarola”, de *lapiko*, “pota”, “caçarola”, mais o artigo basco) ‘pota’. Também pode proceder do romani.

Talvez também *isqueiro* (< *uzki*, ‘ânus’) ‘cu’.

Entre o léxico procedente de outras línguas som galicismos: *forxete* (< *fourchette*) ‘garfo’, *luante* (< *lointain*, ‘distante’) ‘longe’, *moi* (< *moi*) ‘eu’, *toi* (< *toi*) ‘tu’, *xera* (< *chair* /*ʃer*/) ‘carne’. De origem italiana som: *fredo* (< *freddo*) ‘frio’, *matina* (< *mattina*) ‘manhá’, *nento* (< *niente*, ‘nada’) ‘nom’, ‘nada’, ‘ninguém’ (em calão *nente*). É um anglicismo *creis* (< *crazy* /*kréizi*/, ‘louco’, *craze* /*kreiz*/, ‘loucura’) ‘louco’. Um asturianismo é, talvez, *chumar* ‘beber’ (em asturiano ‘beber bebidas alcoólicas’ ou ‘embebedar-se’). É catalanismo *plourar* (< *ploure*) ‘chover’, (também poderia proceder do provençal *ploure*), e talvez *rúquio* (< *ruc*) ‘burro’. Nom encontramos qualquer castelhanismo, mas si vozes coincidentes com a antiga germania espanhola: *albário* ‘ovo’ (na germania *albaire*), *altana* ‘igreja’, *garulas* ‘uvas’ (na germania *garullas*). É provável que *varanda*/*baranda* ‘presidente de câmara’ tenha a ver com a germania *baranda* ‘director de presídio’, e este com o romani *barander* ‘juiz’; talvez também *filosa* ‘cara’, se *fila* for originariamente da germania.

1.5. Formação de palavras por modificação semântica

Metáfora e, sobretudo, metonímia som os recursos deste género mais usados. Como exemplos de metonímia podemos mencionar os seguintes:

andante, -a ‘pé’, ‘perna’
borrante ‘azeite’ (“o que produz borra”)
cornélia ‘vaca’
cortante, -a ‘cuitelo’, ‘faca’
escamelo, -a ‘peixe’, ‘polvo’, ‘sardinha’ (“a que tem escamas”)
fianhosa, -o ‘camisa’, ‘fato’
grunho ‘porco’
longa ‘procissom’
lumioso ‘sol’, ‘candil’
lúzio ‘dia’
marcante ‘relógio’
mordates ‘dentes’ (“os que mordem”)
picanteiro ‘alfaiate’
punhenta ‘pucha’ (“a que se pom”)
queimosa ‘pistola’
rodela ‘moeda’
roleiras ‘mamas’ (“as que rolam”)
saltantas ‘mamas’
varanda ‘presidente da câmara’. O que possui a “vara” do mando, no caso de nom proceder da germania *baranda* ‘director de presídio’.

Menos numerosos som os exemplos de metáfora, entre os que podemos citar os seguintes:

aguilhado ‘clarinete’, por comparação com a forma comprida da aguilhada
arganelo ‘anel’
atanar ‘casar’
cláudias ‘nádegas’
jerra, *jerro* ‘trombeta’, ‘fliscorno’ (comparação pola forma)
granizo ‘arroz’

1.6. Notas gramaticais e dialectais

Os possessivos exprimem-se antepondo a preposição *de* aos pronomes pessoais: *de moi* ‘meu’, *de toi* ‘teu’, *dilhera* ‘dela’, etc. Os pronomes pessoais tónicos apresentam umha única forma para cada pessoa independentemente da sua função e de irem precedidos de preposição: *moi* ‘eu’, *pra moi* ‘para mim’, *com toi* ‘contigo’, etc. Na morfologia verbal devemos salientar a preferência pola primeira conjugação e a ausência de verbos da segunda. Os valores e significados de “ser”, “estar”, “haver” e “ter” convergem num único verbo: *abunhar*. Também há que ter em conta o que expuxemos no capítulo da derivação referente ao uso original de alguns sufixos: *-tória*, *-nte/a* (deverbal e desubstantival) e *-ilório/a*.

Entre a zona oriental da comarca (Ourense, a Merca, Alhariz e Cela Nova) e a zona ocidental (Cartelhe, Gomesende, Ramirás e Quintela de Leirado) existem algumas pequenas diferenças lexicais observadas por nós, e de que alguns dos próprios entrevistados estavam conscientes e nalguns casos mesmo podiam assinalar. No concelho de Cartelhe registam-se também formas próprias da zona oriental como *çoumo,-a*. Algumas destas diferenças som a seguintes:

<u>Zona Oriental</u>	<u>Zona Ocidental</u>	
<i>barallete</i>	<i>verbo</i>	gíria
<i>canibelo</i>	<i>aguilhado</i>	clarinete
<i>çoumo,-a</i>	<i>çomo,-a</i>	moço,-a
<i>garlante</i>	<i>caramolante</i>	cantor
<i>quel</i>	<i>coime</i>	casa
<i>gúndio, burgúndio</i>	<i>fúndio</i>	guarda civil
<i>gueiranta</i>	<i>jambra</i>	perna
<i>creis</i>	<i>fate da moucha</i>	louco
<i>nostrofes, vostrofes</i>	<i>nostrofes, vostrofes</i>	nós
<i>salta-barrancos</i>	<i>xabunco</i>	cabrito

1.7. Caracterização do verbo dos xingreiros entre os criptolectos gremiais

Depois do estudo pormenorizado desta gíria, podemos concluir que os seus principais aspectos caracterizadores som os seguintes:

- ◆ Utilização do verbo auxiliar geral *abunhar*.
- ◆ Utilização dos adjetivos *copo,-a* ‘bom’, ‘boa’, *fate* ‘mau’, ‘má’, *granjo,-a* ‘grande’, e *chouqueno,-a* ‘pequeno,-a’, de especial importância nas composições sintagmáticas.
- ◆ Utilização do sufixo *-ilório,-a* com carácter deformador geral, isto é, como o que caracterizamos como sufixo universal no estudo do *baral-hete*.
- ◆ Utilização do prefixo deformador e caracterizador *xabr-* com os numerais.
- ◆ Alta produtividade do sufixo *-nte*. Criação de uma forma feminina *-nta*. Utilização também como criador de substantivos a partir de bases substantivas.
- ◆ Utilização de um sufixo *-tória*, insólito em galego.
- ◆ Pronomes pessoais *moi* ‘eu’, e *toi* ‘tu’, de origem francesa.
- ◆ Ausência de verbos da segunda conjugação.
- ◆ Escassa presença de empréstimos.

1.8. Vocabulário do verbo dos xingreiros da Terra de Cela Nova

Fornecido em 2003 e 2004 por:

- José Álvarez (1930), vizinho da Seara, Cartelhe.
- José Borrajo Martínez, “Fúrri” (A Mesquita, 1941).
- Eládio de Cabanas (Cabanas, a Merca, sobre 1934).
- Vítor Enríquez (Cela Nova, 1971)
- Emílio Pérez Enríquez (Vila Nova dos Infantes, 1933)
- Manuel Pérez Pérez (Escudeiros, Ramirás, 1908).
- Julio Sánchez (1926), vizinho de Fonte Branca, Gomesende.
- Julio Somoza Basalo (1966, natural do Bolo mas radicado em Ourense).
- José Suárez (1922), vizinho de Moreiras, Gomesende.
- Benito Vázquez Feijoso (Grijó, Ramirás, 1924).

Abreviaturas: or.: zona oriental da comarca;
 oc.: zona ocidental da comarca;
 Mesq.: na Mesquita;
 CeN: em Cela Nova.

(Representamos em negrito as palavras que nom aparecem recolhidas na única compilação anterior a nossa, sendo, portanto, inéditas)

abunhar ser, estar, **ter**, haver, **vir**
agauchar **colher**
agaíro(s) **abaixo, antes**
agaíro(s) **onte**
de goite **clarinete**
aguilhado
aguilhado
chouqueno **requinta**
aguirres **arriba** (Mesq., “alá”)
albário **ovo; testículo**
alices ali
altana **igreja**
alunetes **óculos**
alupaciom **vista**
alupantes olhos
alupar ver
anhao **ano**
ânsia água, chuva
ânsia copa **aguardente**
ansiar chover; **mejar**
aquices aqui
ardiosa **aguardente**
areoso copo **açúcar**
areoso fate **sal**
arganelo **anel**
arnato **irmao**
artom pam
atanar casar
atarolar a
patrulha **cantar a missa**
atropelhar/
tropelhar **bailar**
axaubes **abaixo**
baieira **adega**
baio vinho
baio fate **vinagre**
baiorteiro **bêbedo**
baiorto **bêbedo**

baracóia, baracoa
baralhete (or.)
baranda
baredo, “ir tocar
a baredo”:
bea
beo
bicóia
borne, porne
borrante
bracilório
bruxilória
cafilório
calcúrrios
calcurros
calmar
calmar a muqui-
deira
câncio
canibelo (Mesq.)
canuto (Mesq.)
caramolante/ca-
ramolador (oc.)
caramolar
caxo
caxo chouqueno
cedilório
centilório
chabeu
chiflo, chifro
chiolas
chona lol
chouça
chouça de alupar
a filosa

grávida
 gíria
presidente
de câmara
 nom ir tocar
 peseta, vulva
peso
 vulva
 parvo (Mesq.,
 “burro”, subst.
 e adj.)
azeite
braço
bruxa
café
 calças
çapatos
dar; bater
beijar
cigano
 clarinete
 pelo
cantor
cantar
 crego; **rei do**
baralho
sacristao
cedo
cem
 neno
 filho
 tetas
noite
cousa
espelho

<i>chouça de garlar o xarpelo</i>	caneta		
<i>chouça dos alupantes</i>	óculos	<i>embaioartar-se</i>	comissom de festas
<i>chouco</i>	pouco	<i>escamela</i>	embebedar-se
<i>chouqueninho</i>	nenho	<i>escamelo</i>	sardinha
<i>chouqueno,-a</i>	pequeno,-a; filho,-a	<i>escorbanta</i>	peixe; polvo
<i>chumaciom</i>	bebida	<i>escorbar</i>	orelha
<i>chumadoiro</i>	bar	<i>estafa-copos</i>	escuitar, ouvir
<i>chumador</i>	bebedor	<i>estafa-piscos</i>	médico
<i>chumar</i>	beber	<i>estafar</i>	moinho
<i>cláudias</i>	nádegas	<i>fagó</i>	matar, morrer
<i>coanheira</i>	sande	<i>fagó chouqueno</i>	baixo (instr.)
<i>cobriçar</i>	cobrar	<i>fainar</i>	bombardino
<i>coime</i>	casa	<i>farda</i>	fazer
<i>coime de chumar</i>	taberna	<i>farda da copeira</i>	casaco
<i>coime de sornar</i>	pousada	<i>fardamento</i>	cobertor
<i>coime dos estafados</i>	cemitério	<i>fate, fâti, fâtis</i>	roupa
<i>çoma (oc.) /çouma (or.)</i>	moça; noiva	<i>fate da moucha</i>	mau, má, feio,-a, doente
<i>çomo (oc.) /çoumo (or.)</i>	moço; noivo	<i>fatilória, fatiloriada</i>	tolo, louco
<i>copeira / copleira</i>	cama	<i>fatilórios</i>	cousa má
<i>copo,-a / o /</i>	bom, boa, bonito	<i>fermim</i>	pessoas ruins
<i>corbelo, corobelo</i>	chouriço	<i>fermins</i>	parvo (CeN)
<i>corbelo chouqueno</i>	chouriço de carne	<i>ferramenteiro</i>	os da comissom de festas (CeN)
<i>corbelo granjo</i>	chouriço de cebola	<i>ferramenteiro da ânsia</i>	comboio; automóvel
<i>cornélia,-o</i>	vaca, boi	<i>fianhosa</i>	barco
<i>corpilório</i>	corpo	<i>fianhoso</i>	saia, camisa
<i>couces, a</i>	muito, muitos	<i>fianhoso do ibeol xibardo</i>	fato
<i>creis</i>	louco	<i>fianhosos</i>	preservativo
<i>de granjo</i>	muito	<i>filosa</i>	roupa
<i>de moi</i>	meu	<i>fionhos</i>	cara
<i>de toi</i>	teu	<i>firgoa</i>	pelos
<i>de xodes</i>	grátis	<i>fisona (Mesq.)</i>	cidade
<i>dentrilório</i>	dentro	<i>foreta, forilória</i>	cara
<i>eimo</i>	mordomo, membro da	<i>formélias</i>	fora
			mamas

formelieiras
formélio
forxete
foupa
foupeiro

foupa de chumar
frausa
frause
fredo /el/
freta /el/
freteiro
friilório
fúndio, gúndio,
burgúndio
gache (oc.),
gacho (or.)
gache das gaiolas

gaiola
gaiolo
galhofa
galhofo
ganhifa
ganhifar
garfo
garla
garlante (or.)
garlar

garlar com xodes
garlar fate
garlar no xarpelo
garlatória
garulas
gau
gaucha

mamas
leite
garfo
fame
bombeiro
 (músico)
sede
 taça
vez
frio
palha
palheiro
frio

guarda civil
 aldeia, vila
Quintela de
Leirado

pulga
piolho
 galinha
 galo
ganas
ganhar
 garfo
gorja
 cantante
 falar (na parte
 oriental tam-
 bém “cantar”)

rezar
rifar; mentir
escrever
 língua
uvas; cereijas
 piolho
mao

gauchaço
gazpilheiro
gepo,-a
gerga
godage
goite
gosé /h/ (Mesq.)
granizo
granjo

grileira
grileiro
grijar (oc.),
gringir (or.)
grijar fate
gródio
grunho
guedelhos
gueirante
gueirantas
gueirar

gueirar a troia
gueirar coa
queimosa
gueirar os llerpos
da filosa
gueirom

guinha
guinhar
guinhom (or.)
gustifar
horilória
ibea /el/
ibeo /el/

labaçada
bolso
 velho,-a
vergonha
 festa
hoje
anho
 arroz
 grande; director;
chefe; rico

gaita
gaiteiro

rir
chorar
caldo
porco
 dedos
pé; camioneta
 pernas
 ir, vir, andar,
baixar; botar;
traer; roubar
abrir a porta

disparar

barbear
 carro, camioneta
 em que se
 deslocam os
 músicos

merda
 defecar
 cu
 gostar
hora
vulva
pénis

<i>icho</i>	si	<i>marao granjo</i>	amo, patrom
<i>ilhero,-a</i>	el, ela	<i>marcante</i>	relógio
<i>intervar</i>	entender	<i>mascantes</i>	dentes
<i>isqueiraço</i>	peido	<i>matina</i>	manhá (subst. e adv.)
<i>isqueiro</i>	cu	<i>meira</i>	nai
<i>jambras</i>	pernas	<i>Meira de Xodes, a</i>	Nossa Senhora
<i>jerrallo</i>		<i>mesilória</i>	mesa
<i>chouquena/o</i>	trombeta	<i>mesilório</i>	mês
<i>jerro</i>	fliscorno	<i>mianhosos</i>	pelos
<i>jerro granjo</i>	trombone	<i>mianhosos da filosa</i>	barba
<i>labrejar</i>	trabalhar	<i>moi</i>	eu
<i>laio; laios</i>	peso; dinheiro	<i>morxo</i>	porco (na Merca); presunto, jamom (em Cartelhe)
<i>larato</i> (Mesq.),			cabeça
<i>Iharato</i>	prato	<i>moucha</i>	nenô
<i>larenco</i>	gato; ladrom	<i>muleque</i>	mundo
<i>larenca das</i>		<i>mundilório</i>	comida
<i>galhofas</i>	raposa	<i>muquiciom</i>	
<i>Iharatos</i>	pratos (instr.)	<i>muquiciom da</i>	erva
<i>lhelo,-s</i> (Mesq.)	el, eles	<i>cornélia</i>	boca
<i>Iherpo</i>	pelo	<i>muquideira</i>	dente; restaurante
<i>luante</i>	longe	<i>muquideiro</i>	comer
<i>lumioso</i>	sol; candil	<i>muquir</i>	nom, nada
<i>lúzio</i>	dia (Mesq., “sol”)	<i>nejo</i>	nom, nada,
<i>lúzio granjo</i>	mês	<i>nento</i> (Ramirás)	ninguém
<i>lúzio passubido /</i>			
<i>que gueirou</i>	onte	<i>nostrofes</i> (oc.),	nós
<i>lúzio que abunha</i>	hoje	<i>nostrofes</i> (or.)	ouros
<i>lúzio que há de</i>		<i>ourilórios</i>	pagar
<i>abunhar</i>	manhá	<i>paguijar, paguiçar</i>	mulher
<i>maleque</i>	cigarro	<i>paia</i>	rapariga
<i>maleque granjo</i>	charuto	<i>paia novauta</i>	mestre
<i>malequear</i>	fumar	<i>passa-foupas</i>	passado
<i>maquinar</i>	caminhar	<i>passubido</i>	missa
<i>maquino</i>	caminho	<i>patrulha</i>	pai
<i>maquino de ferro</i>	caminho de ferro	<i>peiro</i>	avô
<i>maralha</i>	gente, público	<i>peiro do peiro</i>	prostituta; sota
<i>maralheira</i>	feira	<i>penca</i>	alfaiate
<i>marao</i>	home	<i>picanteiro</i>	

<i>picóia</i>	jerra	<i>santilórios</i>	santos
<i>picóia choupena</i>	copa, taça	<i>sarabano</i>	copo
<i>picóias</i>	copas do baralho	<i>satatijo</i>	pénis
<i>picoio chouqueno</i>	copo	<i>semanilória</i>	semana
<i>picoio de ansiar</i>	penico	<i>souchar, sorchar</i>	calar
<i>picoio granjo</i>	trombone	<i>tabouca</i>	pataca
<i>pinça</i>	rapariga	<i>tafeno le/</i>	português
<i>pince</i>	nenho	<i>tardilória</i>	tarde
<i>pisco</i>	milho	<i>tareca le/</i>	caixa, tambor
<i>pisqueiro</i>	canastro	<i>teja</i>	cadela; moeda de cinco cêntimos
<i>pitelos</i>	dinheiro	<i>tejo fate</i>	lobo
<i>plourar</i>	chover	<i>tejo</i>	cam; moeda de dez cêntimos
<i>prenhubida</i>	grávida	<i>tempilório</i>	tempo
<i>punhenta</i>	pucha	<i>tempilório fate</i>	frio
<i>quatro /kwatro/:</i>	estar tolo (na Merca)	<i>tempilório</i>	calor
<i>abunhar um quatro</i>	pistola	<i>quentilório</i>	terra
<i>queimosa</i>	casa	<i>terruncha</i>	Portugal
<i>quel /ε/, quello</i>	igreja	<i>terruncha dos tafenos</i>	todo
<i>quel / quello de xodes</i>	maricom	<i>todento</i>	tu
<i>quelfo le/</i>	quente	<i>toi</i>	peido
<i>quentilório</i>	querer	<i>tomboso</i>	porta
<i>querubir</i>	copular	<i>tróia</i>	valer
<i>quilhar</i>	quem copula muito	<i>valunchar</i>	ser barato
<i>quilhador,-a</i>	mulher sexualmente promíscua	<i>valunchar de chouco</i>	ser caro
<i>quilhota</i>	saxofone	<i>valunchar de granjo</i>	gíria
<i>reiganha/reiganho</i>	barítono	<i>verbo</i>	vós
<i>reiganha granja</i>	automóvel	<i>vostrofes (oc.), vostrofes (or.)</i>	vulva
<i>renlhe</i>	rico	<i>xabaia</i>	pénis
<i>rincho</i>	moedas	<i>xabaio</i>	quatro
<i>rodelas</i>	cu	<i>xabrato</i>	seis
<i>rulé</i>	tetas	<i>xabreís</i>	três
<i>ruleiras</i>	burro	<i>xabrês</i>	sete
<i>rúpio, rúquio</i>	cavalo	<i>xabrete</i>	
<i>rúpio copol/granjo</i>	saber		
<i>sabunchar</i>	cabrito		
<i>salta-zanjas</i>			

<i>xabrez xabruas</i>		<i>xirelas /ɛ/</i>	cartas de jogar
<i>frauses</i>	vinte	<i>xodes /ɔ/</i>	deus
<i>xabrez e centilório</i>	mil	<i>xodes fate</i>	demo
<i>xabrez e xabrato</i>	catorze	<i>xornar, sornar</i>	dormir
<i>xabrez e xabreis</i>	dezasseis	<i>zampeiro</i>	bombo; o que
<i>xabrez e xabrês</i>	treze		toca o bombo
<i>xabrez e xabrete</i>	dezassete	<i>zampo</i>	bombo
<i>xabrez e xabrinco</i>		<i>zoupar</i>	peidar
<i>e xabrato</i>	dezanove	<i>zoupo</i>	peido
<i>xabrez e xabrinco</i>	quinze		
<i>xabrez e xabroito</i>	dezaeito		
<i>xabrez e xabrous</i>	doze, dúzia		
<i>xabrez e xabrum</i>	onze		
<i>xabrez</i>	dez		
<i>xabrinco</i>	cinco		
<i>xabroito</i>	oito		
<i>xabrous, xabrois</i>	dous		
<i>xabruas</i>	duas		
<i>xabrum</i>	um; ás		
<i>xabrunca</i>	ovelha, cabra		
<i>xabunco</i>	cabrito		
<i>xanove</i>	nove		
<i>xarpelo</i>	papel		
<i>xera</i>	carne		
<i>xera de grunho</i>	jamom		
<i>xerpos</i>	dinheiro		
<i>xibardo</i>	pénis		
<i>xingra</i>	banda; música		
<i>xingrar</i>	tocar instrumentos		
<i>xingreiro</i>	músico		
<i>xingreiro da altana</i>	sacristao		
<i>xingreiro granjo</i>	director da banda		
<i>xingro</i>	instrumento; (na zona oriental "músico")		
<i>xingros da altana</i>	sinos		
<i>xipa</i>	merda		
<i>xirela /ɛ/</i>	carta		

Exemplos:

<i>Abunhar founpa</i>	ter fome.
<i>Abunho aquices</i>	estou aqui.
<i>Abunho friilório</i>	tenho frio.
<i>Nento abunha</i>	nom é nada.
<i>Terruncha de nostrofes</i>	a nossa terra.
<i>Abunha fate</i>	está doente.
<i>Muquiciom da cornélia</i>	erva.
<i>Nento abunha aquices</i>	nom está aqui.
<i>Abunha de moi</i>	é meu.
<i>Que horilória abunha?</i>	Que hora é?.
<i>Abunha sem atanan</i>	é solteiro.
<i>Chouça de fainar o lumioso</i>	misto, chisqueiro.
<i>Lúzio copo pra todentos!</i>	bom dia para todos!
<i>Chona copa!</i>	boa noite!
<i>Gueiramos!</i>	imos!
<i>Abunha como arnato</i>	é como irmao, é um amigo.
<i>Xabrinco beas</i>	cinco pesetas.
<i>Onde abunha o xodes</i>	o céu.
<i>Chouça de gueirar a troia</i>	chave.
<i>Nento sabunho</i>	nom sei.
<i>Abunha maralha de granjo</i>	há muita gente.
<i>Abunha chouca maralha</i>	há pouca gente.
<i>Abunho ganhifa</i>	tenho gana.
<i>Muque de granjo</i>	come muito.
<i>Zoma copa</i>	moça boa.
<i>Gueiro ansiar</i>	vou mejar.
<i>A muquiciom abunha copa pero</i>	<i>o artom fate: a comida está boa mas o pam mau.</i>
<i>O marao abunha de xerpos</i>	o home tem dinheiro.
<i>Lúzio de godage</i>	dia de festa.
<i>Gueirar de granjo</i>	ir-se rápido.
<i>Nom faines chouças fates</i>	nom fagas cousas más.
<i>Abunha de Xodes</i>	é grátis.
<i>Abunha laios a couces</i>	tem muito dinheiro.

2. A Lafrada

Outra das gírias menos conhecidas da Galiza é a falada polos alvanéis do concelho de Bueu, na comarca do Morraço. A primeira notícia sobre ela forneceu-na Méndez Ferrín (1996) num artigo de imprensa diária, em que reproduz 24 palavras. Vázquez Pintor (1999: 165-170), num livro em que descreve diferentes ofícios tradicionais, informa, no capítulo dedicado aos alvanéis, da existência da *lafrada*, e oferece um vocabulário de 53 palavras, das quais 35 nom foram citadas no artigo de Méndez Ferrín. Na nossa investigação, realizada entrevistando vários membros deste grémio, conseguimos recolher 92 termos, sendo novos a respeito das compilações anteriores 37, além de variantes de outros já conhecidos e correcções de vários publicados com erros. O total do vocabulário compilado desta gíria ascende, portanto, a 96 termos. É um dos poucos criptolectos gremiais dos estudados que tem alguma vitalidade, ao ser falado ainda por uns poucos alvanéis. Ao contrário da maioria dos grémios possuidores de umha gíria própria, este nom exercia a sua profissom de maneira ambulante, polo menos até onde chega a memória dos últimos sobreviventes do mesmo.

Como observação fonética importante, salientar que na comarca do Morraço nom existe a interdental fricativa surda /θ/, existindo no seu lugar umha fricativa predorsodental surda /s/, representada na escrita como *s*, *z* ou *ç*, *ce*, *ci*. Igualmente existe o fenómeno denominado gheada, consistente na pronúncia da oclusiva velar sonora /g/ como fricativa faringal ou glotal surda /h/, excepto precedida de consoante nasal implosiva no meio de palavra. Deve-se ter isto em conta para a correcta leitura das palavras da *lafrada*.

2.1 A derivação externa

Utiliza-se um único súfixo deformador com carácter universal, *-ério,-a*, o qual se pode acrescentar a substantivos, adjectivos e mais raramente a advérbios:

<i>altério</i> 'alto'	<i>cafetério</i> 'café'
<i>boquéria</i> 'boca'	<i>caséria</i> 'casa'

Este sufixo pode também utilizar-se com palavras do acervo lexical da própria gíria: *chavelhério* 'velho', *pendesquério* 'rapaz', *pinselério* 'vinho'.

Igualmente encontramos *-ério,-a* como terminação de várias palavras desta gíria: *estidério,-a* ‘home’, ‘mulher’, *piquério* ‘amo’.

Registamos um sufixo verbal universal, *-nhir*, com conservação da vogal temática como vogal radical: *-anhir*, *-enhir*, *-inhir*. Este pode acrescentar-se a qualquer verbo galego com o fim de desfigurá-lo:

<i>bailanhir</i> ‘bailar’	<i>fumanhir</i> ‘fumar’
<i>cantanhir</i> ‘cantar’	<i>joganhir</i> ‘jogar’
<i>cobranhir</i> ‘cobrar’	<i>pescanhir</i> , ‘pescar’
<i>cuspinhir</i> ‘cuspir’	<i>rompenhir</i> ‘romper’

Como acontece com o sufixo nominal, também o encontramos com verbos próprios desta gíria: *limpanhir* (< *limpar* ‘copular’).

Outros sufixos observados com menor presença:

- ates*: *abaixates* ‘abaixo’, *arribates* ‘arriba’
- mes*: *aquimes* ‘aqui’, *aímes* ‘aí’, *alimes* ‘ali’
- ones*: *siones* ‘si’
- ória*: *mamórias* ‘mamas’

Registamos um caso de possível prefixação: *chavelho,-a* ‘velho,-a’.

2.2. A derivação interna

O número de formações documentado é baixo; entre os exemplos encontrados cumpre mencionar os seguintes:

- a*: *lafrar* → *lafra* ‘falar’, ‘palavra’
- ada*: *lafrar* → *lafrada* ‘falar’, ‘fala’
- deira*: *suquir* → *suquideira* ‘comer’, ‘comida’
- dor*: *lavichar* → *lavichador* ‘roubar’, ‘ladrom’
- douro*: *lascar* → *lascadouro* ‘defecar’, ‘latrina’
- ear*: *pinsel* → *pinselear* ‘vinho’, ‘beber vinho’
- eiro*: *seba* → *sebeiro* ‘folgança’, ‘preguiçoso’
- o*: *lascar* → *lasco* ‘defecar’, ‘cu’

Em *mourear* ‘trabalhar’ e *moureo* ‘trabalho’ podemos estar tanto ante um verbo derivado de um substantivo como de um substantivo derivado de um verbo.

2.3. Outros processos de criação de palavras

A metátese é o recurso de criação de palavras por deformação do léxico galego mais utilizado no vocabulário conservado desta gíria. Basea-se na transposição de consoantes e na adição de outra no interior da palavra. No caso de palavras trissilábicas as consoantes permutadas som as das duas primeiras sílabas. Diferenciamos dous casos:

- Adição da consoante *r* em posição implosiva na primeira sílaba, ou formando grupo consonántico em posição explosiva na segunda:

lafrar ‘falar’

lepros ‘pelos’

lhorcons ‘colhons’

nhefrer ‘feder’, com modificação da consoante inicial

nhifro,-a ‘filho,-a’, com modificação da consoante palatal

nhorcado,-a ‘cunhado,-a’

norca ‘cona’

- Adição da consoante *s* em posição implosiva numha sílaba interior:

çabesca ‘cabeça’ *çasmám* ‘maçá(m)’ *gaspar* ‘pagar’

sismar ‘mejar’ com despalatalização do /ʃ/, habitual nas comarcas galegas com *s* predorsal

A simples transposição de consoantes apenas a encontramos em dous casos: *deipo* ‘peido’, e *nerpas* ‘pernas’, embora no segundo já existe na palavra original galega um *r* em posição implosiva na primeira sílaba, o que torna impossível a adição de outro. Em *nheuprada* ‘prenhada’ a primeira vogal converte-se num ditongo. Outras modificações fonéticas observamo-las em *escormánio,-a* ‘irmão’, ‘irmã’, e *molha* ‘mulher’, ‘esposa’.

2.4. Empréstimos

O termo *suquir* ‘comer’ aparece recolhido nos dicionários portugueses como voz de uso popular, e existe também no calão. Igualmente coincide com o calão a voz *lascar* ‘defecar’. Som também termos galego-portugueses *larica* ‘fame’, *cachaça* ‘aguardente’ e *bugalho*, que designa o globo ocular no galego popular e o olho na *lafrada*. A voz *tarecos* com o significado de ‘testículos’ encontramos-la em dicionários portugueses como o de Figueiredo (1939) ou o da Academia das Ciências de Lisboa (2001), como um termo próprio da região Minhotã; no Brasil designa o órgão sexual feminino ou o ânus (Souto Maior, 1980) e em Cuba o pênis (Paz Pérez, 1996). O termo *salgueira* ‘água’ regista-o Abel Viana (1932: 36) como próprio da linguagem familiar de Carreço (Viana do Castelo). Do italiano encontramos o verbo *copiscar* ‘entender’, formado desde a primeira pessoa do verbo *capire*: *capisco*. Do espanhol o termo *gaspa*, deformação de *paja* ‘masturbação’, segundo as regras de metátese da *lafrada*. Tenha-se em conta que a pronúncia do *g* é /h/. Talvez também *finoles* ‘bom’, ‘boa’, se a sua procedência for *finolis*, voz do espanhol popular que designa umha pessoa excessivamente requintada ou afectada. Os vocábulos *aldrama* ‘nai’, e *aldrapa* ‘pai’, procedem do *mansolea* e o *varbéu* (gírias das Astúrias orientais), onde dim *aldrame* ‘nai’, *aldrape* ‘pai’, desde o espanhol *madre*, *padre*, segundo um processo de metátese e prefixação próprio destas gírias. As variantes *aldramanha*, *aldrapanho* recordam também às do *galramento*, a gíria dos alvanéis de Molelos, Portugal: *madranha*, *padranho*.

2.5. Formação de palavras por modificação semântica

Ao contrário do que acontece nas outras gírias estudadas, as metáforas igualam em número as metonímias. Entre os exemplos de metonímia podemos mencionar:

casoso ‘ovo’.

longantes ‘hora’. Provavelmente por associação com as “longas” horas de trabalho.

luzeiro ‘dia’ (“o que tem luz”).

penosca ‘galinha’. Relacionado com “pena”, pluma, termo pouco usual na Galiza, pelo que provavelmente tenha chegado à *lafrada* desde as gírias gremiais portuguesas, as quais denominam a galinha como *penosa*.

Talvez também *cartola* ‘guarda civil’ se proceder do termo comum que designa um chapéu ou umha pessoa de importância, e *farpela* ‘prostituta’, provavelmente relacionada com *farpelo* ‘farrapo’.

Os casos de metáfora também se podem documentar em palavras ou locuções como as seguintes:

caruncho ‘carpinteiro’.

estar à seba, sebeiro, ‘estar de folga’, ‘nugalhao’. Um dos nossos informantes relacionou esta expressom com o nome que na linguagem marinheira recebe determinada pedra:

O sebeiro era umha pedra que botavam no fondo do mar pa sacar umha linha que quedava enganchada no fondo. E botavam essa pedra com um pau e botavam-na polo mesmo corredor pa baixo, e ò chegar abaixo desengachavam a linha. (José Casal).

A pessoa que nom trabalha compararia-se com esta pedra que se afunda e se deixa arrastar.

fachada ‘cara’.

lascar ‘defecar’. Na linguagem marinheira “lascar” significa largar o cabo, lançar a rede ao mar, ou abandonar qualquer cousa pola borda de umha embarcaçom.

limpar ‘copular’.

Talvez também *afinar* ‘olhar’, desde o significado comum de “fazer umha cousa com cuidado e interesse”, e *mourear* ‘trabalhar’ pola cor que se adquire ao trabalhar ao sol, ou da expressom “trabalhar como um mouro”, embora pensemos que o mais provável seja ter a ver com as formas *morear* e *muriar* que encontramos noutras gírias da construção (*verbo dos arguinhas, verbo dos cabaqueiros, galramento, pantoja*), aceitando que se tenha produzido umha confusom com a ideia e expressom anteriormente citadas.

2.6. Nota gramatical e lexical

Os pronomes pessoais formam-se com a palavra *nedas* (/e/) precedida do possessivo correspondente: *o meu nedas* ‘eu’, *o teu nedas* ‘tu’, *o(s) nosso(s) nedas* ‘nós’, *o(s) vosso(s) nedas* ‘vós’. Esta construção nom existe na terceira pessoa, utilizando-se no seu lugar algum substantivo pessoal

como o *estidério* ('home'), a *estidéria* ('mulher'). Os possessivos formam-se antepondo aos anteriores a preposição "de": *do meu nedas* 'meu', *do nosso nedas* 'nosso', etc. Os verbos som todos da primeira e da terceira conjugação, excepto *nhefrer* 'cheirar', formado por metátese de *feder*.

A *lafrada* utiliza a palavra *nesa* sem qualquer significado e intercalada no meio do discurso, nomeadamente no final de um sintagma, com o único fim de disfarçar a mensagem e colocar mais umha dificuldade interpretativa aos alheios ao grémio. Nalguns casos parece imprimir maior ênfase à expressom. Exemplos do seu uso:

Afina nesa!: olha!

Argaseiro nesa!: cuidado!

Como nhefre nesa!: como cheira!

O pendesco altério é o nhifro do meu nedas nessa: o rapaz alto é meu filho.

2.7. Caracterização da lafrada como criptolecto gremial

Podemos caracterizar a *lafrada* entre os criptolectos gremiais polos seguintes aspectos:

◆ Utilização do sufixo *-ério/-a* com carácter deformador geral, quer dizer, como o que definimos como sufixo deformador universal.

◆ Utilização de sufixo deformador universal verbal: *-nhir*.

◆ Utilização da metátese como recurso de criação de palavras giriescas.

◆ Utilização da partícula *nesa* intercalada no discurso com o único fim de encobrir a mensagem.

◆ Sistema pronominal baseado no sintagma constituído pola palavra *nedas* precedida do possessivo.

2.8. Nova compilação vocabular da lafrada

Elaborado com as informações fornecidas polos alvanéis José Casal (1946), Seso Portela (1951), José Santos Herbelo (1943) e Javier "Radio" (1952) em Beluso em Outubro de 2002, e em Bueu em Janeiro de 2004. O *g* deve ler-se como /h/, excepto precedido de *n*. Representamos em negrito as palavras que nom aparecem recolhidas em compilações anteriores, sendo, portanto, inéditas até o momento.

<i>abaixates</i>	abaixo	<i>gadocha /ɔ/</i>	mao
<i>afinar</i>	olhar	<i>gaspa</i>	punheta
<i>aímes</i>	aí	<i>gaspar</i>	pagar
<i>alimes</i>	ali	<i>joganhir</i>	jogar
<i>aldramanha</i>	nai	<i>lafrada</i>	fala
<i>aldrapanho</i>	pai	<i>lafrar</i>	falar
<i>alinhar</i>	fugir	<i>lafrás</i>	palavras
<i>altério</i>	alto	<i>larica</i>	fame
<i>aquimes</i>	aqui	<i>lascadouro</i>	casa de banho
<i>argaseiro</i>	cuidado	<i>lascar</i>	defecar
<i>arribates</i>	arriba	<i>lasco</i>	cu
<i>bailanhir</i>	bailar	<i>lavichador /o/</i>	ladrom
<i>base</i>	bom, boa	<i>lavichar</i>	roubar
<i>boquéria</i>	boca	<i>lepros /e/</i>	pelos
<i>bugalho</i>	olho	<i>lhorcons /o/</i>	colhons
<i>çabesca /e/</i>	cabeça	<i>limpar,</i>	
<i>cachaça</i>	aguardente	<i>limpanhir</i>	copular
<i>cafetério</i>	café	<i>longantes</i>	hora
<i>camórias</i>	uvas; maçás	<i>lorda</i>	merda
<i>cantanhir</i>	cantar	<i>luzeiro</i>	dia
<i>cartola /ɔ/</i>	guarda civil	<i>maiolas,</i>	
<i>caruncho</i>	carpinteiro	<i>/ç/ maiolás</i>	chefe
<i>cascosos /o/</i>	ovos	<i>mamórias</i>	mamas
<i>çasmám</i>	maçá	<i>minante</i>	porco
<i>chipre</i>	cam	<i>moca /ɔ/</i>	crego
<i>cobranhir</i>	cobrar	<i>molha /o/</i>	esposa
<i>copiscar</i>	entender	<i>mourear</i>	trabalhar
<i>deipo</i>	peido	<i>moureo</i>	trabalho
<i>dramanha</i>	nai	<i>nerpa /e/</i>	perna
<i>drapanho</i>	pai	<i>nesa /e/</i>	palavra sem significado, utilizada para disfarçar
<i>escormánio,-a</i>	irmao, irmã	<i>nhefrer /e/</i>	cheirar, feder
<i>estar à seba /ε/</i>	estar sem trabalhar	<i>nheuprada</i>	prelhada
<i>estidéria</i>	mulher	<i>nhifro,-a</i>	filho,-a
<i>estidério</i>	home	<i>nhorcado,-a</i>	cunhado,-a
<i>fachada</i>	cara	<i>norca /ɔ/</i>	cona
<i>farpela /e/</i>	puta	<i>o meu nedas /e/</i>	eu
<i>finoles /ɔ/</i>	bom, boa	<i>o(s) nosso(s)</i>	
<i>fumanhir</i>	fumar	<i>nedas</i>	nós

<i>o teu nedas</i>	tu	<i>salgueira</i>	água
<i>o(s) vosso(s)</i>		sebeiro	nugalhao
<i>nedas</i>	vós	<i>simoeira</i>	dinheiro
<i>pederneira</i>	pam	<i>siones /o/</i>	si
<i>pendesco,-a /e/</i>	rapaz, rapariga	<i>sismar</i>	mejar
<i>penosca /ɔ/</i>	galinha	<i>solar</i>	beber
<i>pescanhir</i>	pescar	<i>suquideira</i>	comida
<i>pinsel /ε/,</i>		<i>suquir</i>	comer
<i>pinselério</i>	vinho	<i>tarecos /e/</i>	colhons
<i>piquério</i>	amo, dono	<i>vieira</i>	gato
<i>pisplauta</i>	pénis		

Exemplos:

<i>A lafrada do nosso nedas:</i>	a nossa fala.
<i>A pendesca está base:</i>	a rapariga está boa.
<i>Como nhefre nesa!:</i>	como cheira!.
<i>Afina nessa!:</i>	olha isso!
<i>Que lafra o estidério?:</i>	que fala o home?
<i>Nom copisca a lafrada:</i>	nom entende a fala.
<i>O teu nedas nom copisca a lafrada do nosso nedas:</i>	tu nom entendes a nossa fala.
<i>O moureo está base:</i>	o trabalho está bem feito.
<i>O moureo está finoles:</i>	o trabalho está bem feito.
<i>Afina as camórias!:</i>	olha as uvas!
<i>Umha estidéria nheuprada:</i>	umha mulher grávida.
<i>Como copisca o estidério!:</i>	como entende o home!
<i>Um pincelério finoles:</i>	um vinho bom.

3. O Barallete dos Granhudos

Na aldeia da Granha, concelho de Covelo, os seus habitantes, conhecidos como granhudos, dedicárom-se durante séculos à venda ambulante. Fernández Sendín (1995) publicou um estudo histórico antropológico sobre esta aldeia e os seus habitantes, em que informa da utilização de umha gíria denominada *barallete* e que o autor identifica com a dos afiadores de Ourense sem qualquer prova:

Al igual que otros grupos que formaban verdaderas hermandades gremiales, los habitantes de A Graña, utilizaban una jerga denomi-

nada “Barallete” para comunicarse entre si sin ser entendidos por los demás. (Fernández Sendín, 1995: 139)

.....
 El Barallete, pues, era utilizado por miembros de diversos oficios ambulantes de Galicia, principalmente de la provincia de Orense. (Fernández Sendín, 1995: 139)

.....
 Este Barallete era también hablado por los habitantes de A Graña que, en su oficio ambulante de venta de género y seguramente a través de su estancia en posadas y de su encuentro en las rutas de comercio con miembro de hermandades que lo hablaban, les fue transmitido de esta forma. (Fernández Sendín, 1995: 140)

.....
 Los grañudos utilizaban no más de 200 palabras del barallete y muchas de ellas distintas al más generalizado, que era el de los paragüeros y afiladores. (Fernández Sendín, 1995: 140)

No estudo citado reproduz-se o vocabulário do *barallete* dos afiadores publicado por Fidalgo Santamariña (1992), incluídas todas as gralhas, ao qual se acrescentam 68 vocábulos recolhidos polo autor na Granha. Som estes últimos os que consideramos propriamente o *barallete dos granhudos*, e, embora haja algum comum com o *barallete* dos afiadores, nom se nos oferece qualquer dado para supor que seja a mesma gíria, já que das palavras do autor se deduz que fora esses 68 termos, os demais, procedentes do vocabulário de Fidalgo, e este parcialmente do de Ramón e Fernández Oxea (1953), nom se registam entre os falantes da Granha.

Na nossa pesquisa pessoal entrevistamos na Granha a antigos falantes desta gíria que conheciam um total de 50 vocábulos, dos quais 22 nom están recolhidos no trabalho de Fernández Sendim, com o qual o património lexical desta gíria ascende a 90 vocábulos conservados. Estes informantes confessárom coincidir com outros ambulantes, nomeadamente os afiadores, nas pousadas; por serem galegos os dous grémios juntavam-se quando se encontravam em Castela, e os granhudos tomavam palavras dos afiadores, já que a sua gíria, em palavras dos primeiros era mais rica e elaborada do que a deles. O *barallete* dos granhudos já nom se fala, com excepçom dalguns anciaos que ainda intercalam palavras nas suas conversas.

3.1. Recursos de geração lexical

Do pequeno vocabulário conhecido podemos fazer a seguinte análise. Utiliza-se um verbo com carácter auxiliar e polivalente: *fanfar*. Pode traduzir diferentes verbos galegos: ser, estar, ter, haver, dar, etc.; exemplos:

<i>fanfa bo</i> ‘está bom’	<i>nom fanfo</i> ‘nom quero’
<i>nom fanfa</i> ‘nom há’	<i>nom fanfes praí</i> ‘nom olhes para aí’
<i>fanfa-lhe</i> ‘dá-lhe’, ‘bota-lhe’	<i>fanfo eu</i> , no jogo das cartas ‘tenho eu’,
<i>fanfa meu</i> ‘é meu’	ou ‘levo eu’

O significado concreto do verbo *fanfar* está condicionado totalmente polo contexto. É possível que exista umha irregularidade no verbo *sulicar/xulicar* ‘calar’, já que tanto Fernández Sendin (1995) coma nós registamos um imperativo *suliquia/xuliquia* ‘cala’, enquanto o infinitivo parece ser *xulicar*.

Entre os sufixos formadores de palavras registamos os seguintes:

-ar:	<i>lapeta</i> → <i>lapetar</i> ‘ladrom’, ‘roubar’
	<i>pilde</i> → <i>pildar</i> ‘cu’, ‘defecar’
	<i>píldora</i> → <i>píldorar</i> ‘cama’, ‘deitar-se’
-eiro:	<i>chume</i> → <i>chumeiro</i> ‘vinho’, ‘copo de vinho’
	<i>oureta</i> → <i>oureteiro</i> ‘água’, ‘rio’
-mório:	<i>guindir</i> → <i>guindimório</i> ‘comer’, ‘comida’
-om:	<i>oureta</i> → <i>ouretom</i> ‘água’, ‘mar’

O sufixo *-mório* nom existe em galego comum, mas si no *verbo dos arguinhas*, sendo o único sufixo original com um uso nom ocasional encontrado na derivação interna das gírias gremiais galegas e portuguesas, o que lhe dá umha especial importância. No *verbo dos arguinhas* encontramos também umha forma equivalente a *guindimório*: «*gandimório*».

Entre os recursos de formação de palavras observamos que por modificação fonética se criam os termos *lancelos/lanços* ‘lençóis’, e *pater-nica* ‘padre’, este último desde a forma latina. Documentamos exemplos de metonímias e de metáforas como os que citamos a seguir:

cinquedor ‘aventall’, o que “cinque”, do verbo *cinquir*, ‘cinguir’, por ensurdecimento da consoante oclusiva velar /g/ do grupo -ng-, própria de

algumas zonas de gheada.

colgante ‘chouriço’.

corvo ‘padre’, metáfora baseada na cor da batina dos padres.

fianha ‘colcha’ (a que é de fios).

grunho ‘porco’ (o que grunhe).

lapeta ‘ladrom’, do galego “lapar”, engolir lambendo ou sorvendo como fan os cans. Também em galego popular se utiliza “lapar” com o significado metafórico de roubar.

longuenho ‘chouriço’.

mirelos ‘olhos’ (os que miram).

terrenhas ‘patacas’ (as que procedem da terra).

zoina ‘prostituta’. Na língua comum da Galiza “zoina” é quem procede com hipocrisia. Nalgumas regiões de Portugal designa a mulher mal comportada, e noutras brasileiras utiliza-se também com o significado de prostituta (Souto Maior, 1980).

Ainda acrescentamos a locução *fio branco*, metáfora com que se designa o leite.

Quanto aos empréstimos, identificamos de origem basca: *mutil*, *mutilo*, *mutila* (< *mutil* ‘moço’, *mutila* ‘o moço’) ‘filho,-a’, ‘nenos,-a’; *oureta* (< *ura* ‘a água’, de *ur* ‘água’ mais o artigo basco; *uretan*, forma declinada de *ur*) ‘água’; *xagardua* (< *sagardoa* ‘a sidra’, de *sagardo* ‘sidra’, mais o artigo basco) ‘aguardente’. Som de origem hispânica: *chancho,-a* ‘porco,-a’, palavra própria do espanhol da América; *gambrina* ‘fame’, do andaluz *hambrina*, pronunciado o *h* como /x/. Som comuns com a germania ou com o argot castelhano os termos *morápio* ‘vinho’ e *trena* ‘cadeia’. De origem romani talvez seja *taloe* (< *talona*) ‘taberna’, também existente na germania na variante *talón*. Pode ser de origem inglesa *fixo* (< *fish*) ‘peixe’. O termo *pildora* ‘cama’ deve ter relação com o calão *pildra*, de idêntico significado.

Há que acrescentar os seguintes vocábulos galegos desusados ou de existência dialectal: *guindir* (variante de “gandir”) ‘comer’, *larear* ‘falar’, *tabardo* ‘abrigo’, *tijola* ‘cunca’. Outros como *calças* ou *loja* som termos galegos tradicionais substituídos na fala espontânea por castelhanismos. A voz *fanfar* (‘ser’, ‘estar’, ‘haver’, ‘dar’, ‘copular’) utiliza-se em Portugal com o significado de ‘bater’, no calão antigo regista-se *finfar* como ‘dar’, ‘bater’, ‘copular’ (Coelho, 1992), os dicionários portugueses actuais recolhem *afinfar*, *finfar*, como regionalismo com o significado de ‘bater’; *fanfar* é também um termo dos *verbos dos arguinhas* portugueses, onde tem o valor de ‘falar’, e da gíria dos contrabandistas de Albergaria-a-Velha

com o de ‘apanhar’ e ‘roubar’. Aachamos que este verbo do *barallete* dos granhudos tem a ver com todos estes termos.

3.2. Compilaçom vocabular do barallete dos granhudos

Elaborado com informaçom fornecida por José Fernández Rodríguez (1927) na Granha, o 9 de Novembro de 2003, e em Vigo o 2 de Dezembro do mesmo ano. O *g* deve ler-se como /h/ incluso precedido de *n*: *longhenho*. Em negrito as palavras nom recolhidas na única compilaçom publicada.

<i>afianhado</i>	vestido	<i>guaina</i>	casa
<i>arpado</i>	rico	<i>guilfo</i>	piolho
<i>axaular</i>	dormir	<i>guindimório</i>	comida
<i>barallete</i>	gíria	<i>guindir</i>	comer
<i>belém</i>	home	<i>guite</i>	pam
<i>belena</i>	mulher	<i>intervar</i>	calar
<i>calças</i>	calças	<i>lançol</i>	lençol
<i>caxibas</i>	padre	<i>lapeta</i>	ladrom
<i>chapéu</i>	chapéu	lapetar	roubar
<i>chumar</i>	beber	<i>longuenho</i>	chouriço
<i>chumo,</i>		<i>moqueiro</i>	barato
<i>chume</i>	vinho	<i>mutilo,-a</i>	rapaz, filho, rapariga
<i>colgante</i>	chouriço	oureta	água
<i>corná</i>	vaca	<i>perrela</i>	fame
cuco	ovo	pildar	cagar
<i>fanfar</i>	estar, ser, dar, haver,	<i>píldora</i>	cama
	copular, querer, olhar	pilde	cu
	(significado determinado polo contexto)	<i>pitos, o dos</i>	arroz
<i>fianha</i>	colchas	<i>rato</i>	nenó
<i>fosca</i>	cama	relho	porco
<i>gambrina</i>	fame	<i>terrenha</i>	pataca
<i>greda</i>	carne	<i>tijola</i>	cunca
<i>grode</i>	caldo	tola	taberna
		<i>trancas, os das</i>	guarda civil

trena
vivelo
xulicar, suliquiar

cadeia
ouro
calar

zoína
zuro

prostituta
dinheiro

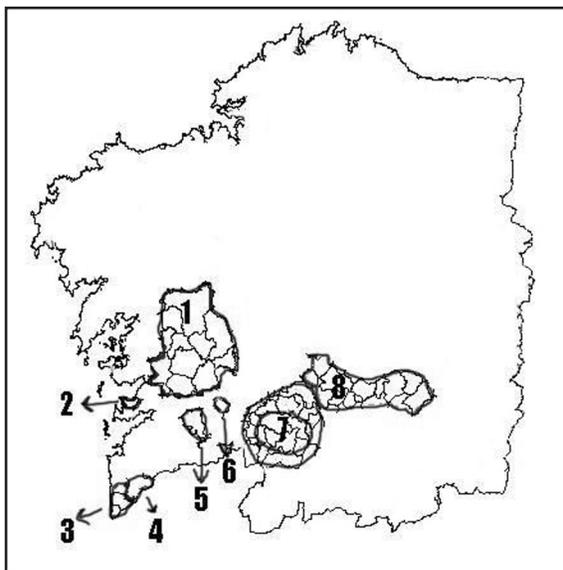
Exemplos:

Fanfa bo: está bom. *Fanfa meu*: é meu. *Nom fanfo*: nom quero. *Nom fanfa*: nom há. *Nom fanfes praí*: nom olhes para aí. *Nom fanfa nada*: nom há nada. *Fanfo eu*: no jogo das cartas quer dizer “tenho eu”. *Fanfál*: no jogo das cartas quer dizer “bota a carta para falhar-lhe ao rival”.

Bem afianhado: bem vestido. *O belém da guaina*: o dono da casa. *Sulique!*: cala! silêncio!

CRIPTOLECTOS GREMIAIS DA GALIZA

- 1.- *Verbo dos Arguinhas*: gíria dos canteiros da Terra de Montes, Cotovade, Taveirós, Moranha e Souto Maior.
- 2.- *Lafrada*: gíria dos alvanéis de Bueu.
- 3.- *Verbo dos Cabaqueiros*: gíria dos telheiros do Rosal.



- 4.- *Verbo dos Chafoutas*: gíria dos alvanéis de Tominho.
- 5.- *Verbo dos bogardeiros* ou *Lapizarro*: gíria dos cesteiros de Mondariz.
- 6.- *Baralhete dos Granhudos*: gíria dos comerciantes ambulantes da Granha (Covelo).
- 7.- *Verbo dos Xingreiros* ou *Baralhete dos Xingros*: gíria dos músicos da comarca da Arnoia (Alhariz e Terra de Cela Nova) e Ourense. No círculo interior a área de maior difusom.
- 8.- *Baralhete*: gíria dos afiadores e outros ambulantes das comarcas de Ourense, Maceda, Caldelas e Trives.

Bibliografia citada

- ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (2001), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, Braga, Verbo.
- ALONSO ESTRAVIS, Isaac (1986), *Dicionário da Língua Galega*, Madrid, Alhena.
- BRAGA, Franklin Costa (1971), *Quadrazais: etnografia e linguagem*, Tese de licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- CARADEC, François (2001), *Dictionnaire du français argotique & populaire*, Paris, Larousse.
- CASTRO, Amílcar Ferreira de (1947), *A gíria dos estudantes de Coimbra*, Suplementos de *Biblos*, VII, Coimbra.
- COELHO, Adolfo (1892), *Os ciganos de Portugal, com um estudo sobre o calão*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, (1995).
- FERNÁNDEZ SENDÍN, Maximino (1995), «El Barallete» in *A Graña y los Grañudos. Estudio Histórico Antropológico*, Vigo, págs. 139-200.
- FIDALGO SANTAMARIÑA, Xosé Antón (1992), *O Afiador*, Vigo, Ir Indo.
- FIDALGO SANTAMARIÑA, Xosé Antonio (2001), *Os saberes tradicionais dos galegos*, Vigo, Galaxia.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1939), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Bertrand Editora, (1991).
- FREIXEIRO MATO, Xosé Ramón (1999), *Gramática da Língua Galega. III. Semántica*. Vigo, Edicións A Nosa Terra.
- FRÍAS CONDE, Francisco Xavier (1999), *O galego exterior ás fronteiras administrativas*. Xixón, vtp editorial.
- GARCÍA GONZÁLEZ, Francisco (1975), «El mansolea: una jerga gremial del oriente de Asturias», Oviedo, *Archivum, Revista de la Facultad de Filosofía y Letras*, Tomo XXV, págs. 377-420.
- GEIPEL, John (1995), «Caló: a linguagem “secreta” dos ciganos da Espanha», in BURKE, Peter e PORTER, Roy (1997), *Línguas e*

- Jargões. Contribuições para uma história social da linguagem*, São Paulo, Editora Unesp, págs. 133-167.
- GOMES, Pinharanda (1964), *A gíria de Quadrazais*, Lisboa, Separata Revista Portugal, vol. XXIX.
- KRÖLL, Heinz (1994), «Portugiesisch: Sondersprachen», em HOLTUS, Günter, METZELTIN, Michael e SCHMITT, Christian (organizadores), *Lexikon der Romanistischen Linguistik, Band VI,2*, Tübingen, Max Niemeyer, págs. 355-366.
- MÉNDEZ FERRÍN, Xosé Luís (1996), «A lafrada do noso nedas», in *Faro de Vigo*, 6 de Maio de 1996, Vigo, pág. 2.
- PAZ PÉREZ, Carlos (1996), *Diccionario Cubano de Términos Populares y Vulgares*, La Habana, Editorial de Ciencias Sociales.
- RAMON E FERNÁNDEZ OXEA, José (1953), «O Barallete. Jerga de los ofícios ambulantes de la provincia de Orense» in *Revista de Dialectología y Tradiciones Populares*, Tomo IX.
- RODRIGUES GOMES, Jorge (2003), «Origem e formação do barallete e novo contributo lexical», in *Agália* 73/74, págs. 61-94 e 75/76, págs. 111-138.
- RODRÍGUEZ, Carlos (2000), «O barallete dos xingros», in *Madrygal, Revista de Estudios Gallegos*, n.º3, Madrid, Universidade Complutense, págs.: 97-103.
- SALILLAS, Rafael (1896), *El delincuente español. El lenguaje. (Estudio filológico, psicológico y sociológico). Con dos vocabularios jergales*. Edição digital baseada na edição de Madrid, Librería de Victoriano Suárez. <http://cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/068146068722516230424822/>
- SOUTO MAIOR, Mário (1980), *Dicionário do Palavrão e Termos Afins*, Rio de Janeiro, Record (1992).
- TRIGO DÍAZ, Feliciano (1993), *O verbo dos Arginas de Aveda. Xerga gremial dos canteiros de Pontevedra*, Pontevedra, Deputación de Pontevedra e Escola de Canteiros de Pontevedra.
- VÁZQUEZ PINTOR, Xosé (1999), *A tribo sabe*, Vigo, Xerais.
- VIANA, Abel (1932), *Linguagem popular do Alto-Minho. Apontamentos*, Viana do Castelo, Empresa Gráfica de Notícias de Viana.

Personagem e tempo no romance brasileiro contemporâneo

Regina Dalcastagnè

(Universidade de Brasília)

O surgimento do romance moderno, dizia Robbe-Grillet, está diretamente vinculado à descoberta de que “o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisto, fora de propósito”⁽¹⁾. O que não impede que um decadente treinador de futebol, personagem de Sérgio Sant’Anna, tenha uma percepção diferente da realidade: “Se você acorda e possui um emprego, um tempo presente a viver, logo acabará por acertar sua cabeça, mais ou menos assim: ‘Hoje é terça-feira e às nove horas tem treino’. Mas se tudo isso terminou, você precisa procurar pensamentos e palavras para organizar um passado, a única forma de sentir-se uma pessoa real”⁽²⁾. Dizendo de outro modo, por mais que o romance contemporâneo procure se desvencilhar da organização espaço-temporal vinculada à literatura do século XIX –desmontando a idéia de unidade e da relação causa-efeito a partir da fragmentação, da colagem, da simultaneidade–, nem sempre suas personagens podem conviver com isso. É que, muito longe de toda teoria sobre a realidade e a nossa percepção dela, prosseguimos, na vida cotidiana, criando narrativas lineares, cronologicamente estruturadas, para darmos conta de nossa presença no mundo. Uma presença que envolve, basicamente, a experiência do tempo.

Este artigo pretende analisar a relação íntima existente entre tempo e narrativa observando a maneira como o narrador da literatura brasileira contemporânea manuseia o tempo ao construir seu relato. Como lembra

(1) Alain Robbe-Grillet, *apud* Pierre Bourdieu, *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996, p. 76.

(2) Sérgio Sant’Anna, “Na boca do túnel”, em *Contos e novelas reunidos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 232. O conto foi publicado originalmente em *O concerto de João Gilberto no Rio de Janeiro* (1982).

Paul Ricoeur, é contando histórias que “os homens articulam sua experiência do tempo, orientam-se no caos das modalidades potenciais de desenvolvimento, demarcando com intrigas e desfechos o curso demasiado complicado das ações reais. Desta maneira, o homem narrador torna inteligível para si mesmo a inconstância das coisas humanas, que tantos sábios, perentendo a tantas culturas, opuseram à ordem imutável dos astros”⁽³⁾. Daí as inúmeras histórias de vida, as narrativas biográficas, que tentam dar sentido à existência. A proposta aqui é buscar entender a construção temporal da narrativa dos dias de hoje, sem esquecer que ela abarca os modos possíveis do homem e da mulher contemporâneos se situarem no mundo, representando a si e aos outros, estabelecendo uma identidade a partir do que tentam fazer, ou daquilo que alcançam dizer. Para isso, serão utilizados romances nos quais o narrador é o protagonista de sua própria história.

Linguagem

O tempo, assim como o espaço, não é uma entidade abstrata, mas uma construção social, que continua se fazendo e transformando, gradualmente, nossa percepção. A literatura é bastante sensível a essas alterações, incorporando o tempo como um dos seus temas (como em *Lavoura arcaica*, de Raduan Nassar, ou no conto “O Gramofone”, de Salim Miguel, por exemplo⁽⁴⁾); e mesmo absorvendo-o de modo a diluir seus novos enfoques na estrutura da obra, como em *Avalovara*, de Osman Lins, que leva ao limite aquilo que David Harvey chama de compressão espaço-temporal:

À medida em que o espaço parece encolher numa “aldeia global” de telecomunicações e numa “espaçonave terra” de interdependências ecológicas e econômicas – para usar apenas duas imagens conhecidas e corriqueiras –, e que os horizontes temporais se reduzem a um ponto em que só existe o presente (o mundo do esquizofrênico), temos de aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão de nossos mundos espacial e temporal⁽⁵⁾.

Trabalhar isto, em termos de narrativa, pode significar a criação de tempos e espaços que se sobreponham; um texto onde passado, presente e futuro se tornem simultâneos, fazendo com que a idéia de perspectiva também tenha de ser reformulada. É claro que, uma vez que estamos

(3) Paul Ricoeur, “Introduction”, em Ricoeur et al., *Le temps et les philosophies*. Paris: Payot, 1978, p. 219.

(4) Raduan Nassar, *Lavoura arcaica*. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1989 (edição original de 1975); Salim Miguel, “O gramofone”, em *A morte do tenente e outras mortes*. Rio de Janeiro: Antares, 1979.

(5) David Harvey, *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992, p. 219.

falando de literatura, algumas impossibilidades se impõem, a começar pelo uso de sua ferramenta básica: a linguagem. Num conto de Jorge Luis Borges, “El Aleph”, o narrador, agachado no sótão da casa de um amigo, enxerga, numa pequena esfera, todas as coisas do mundo vistas por todos os ângulos do universo: “Nesse instante gigantesco, vi milhões de atos deleitáveis ou atrozes; nenhum me assombrou tanto como o fato de que todos ocupassem o mesmo ponto, sem superposição e sem transparência”⁽⁶⁾. Mas entre enxergar e narrar ele esbarra no impasse, e curva-se diante dele: “O que meus olhos viram foi simultâneo: o que transcreverei sucessivo, porque a linguagem o é”⁽⁷⁾. Bem ao contrário do que faz Osman Lins em seu romance, onde o simultâneo é reconstituído através de vários artifícios, desde um complexo jogo de fragmentação até a simples justaposição numa mesma frase de elementos e tempos distintos:

Minha avó com sessenta e oito anos com setenta Olavo Hayano e eu o enterro da negra e o incêndio do prédio em construção frente ao Martinelli. (Eu.) Visitando meus pais o enterro da negra através da cidade Inácio Gabriel na praça República um frio entardecer em fins, de junho minha avó, setenta e nove oitenta, outras idades o sol; das onze horas eu; com Inácio nós eu & ele olhando os gansos que deslizam no lago não apenas. Com essas várias idades⁽⁸⁾.

Obviamente, a linearidade permanece aí, letra após letra, palavra após palavra – é o enfileiramento exigido pela linguagem. Não há como escapar a isso, pode-se apenas sugerir a quebra, o estilçamento da ordem linear, fazendo com que o leitor, ao final do livro, ou de um capítulo, ou de um parágrafo que seja, tenha a sensação (fabricada na memória) de ter visto seu aleph⁽⁹⁾. O que não quer dizer que esse processo seja confortável, para o leitor, ou para a personagem – mas ao primeiro sempre resta a possibilidade de fechar o livro. Já para a personagem não existe outra opção senão seguir o rumo que lhe foi estabelecido. A menos que, neste traçado, esteja previsto um espaço onde ela possa manifestar seu desagrado, como acontece nos romances *Gaspar e a linha Dnieperpetrovski*, de Sérgio Capparelli, ou em *As confissões prematuras*, de Salim Miguel, por exemplo⁽¹⁰⁾. Mas então já estamos em meio a textos que problematizam sua própria existência, estilçando de vez as personagens e exibindo-lhes as entranhas vazias.

(6) Jorge Luis Borges, “El Aleph”, em *Obras completas, 1923-1972*. Buenos Aires: Emecé, 1974, p. 625.

(7) Id., ib.

(8) Osman Lins, *Avalovara*. São Paulo: Melhoramentos, 1973, p. 198.

(9) Uma discussão sobre o tempo em *Avalovara*, de Osman Lins, pode ser encontrada em Regina Dalcastagnè, *A garganta das coisas: movimentos de Avalovara, de Osman Lins*. Brasília: Editora UnB, 2000.

(10) Sérgio Capparelli, *Gaspar e a linha Dnieperpetrovski*. Porto Alegre: L&PM, 1994; Salim Miguel, *As confissões prematuras*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1998.

Se elas não podem reagir dentro dessa jurisdição, na qual são basicamente “faladas” em vez de falarem, a situação muda quando assumem a narração do texto. É a partir daí que muitas personagens vivem sua “ilusão biográfica”, nos termos de Pierre Bourdieu. Saem em busca da atribuição de sentido à sua vida, ainda que este sentido esteja afundado na caótica cena contemporânea. A narrativa biográfica, dizia o sociólogo francês, inspira-se na preocupação “de encontrar a razão, de descobrir uma lógica ao mesmo tempo retrospectiva e prospectiva, uma consistência e uma constância, de estabelecer relações inteligíveis, como a do efeito com a causa eficiente, entre estados sucessivos, constituídos como etapas de um desenvolvimento necessário”⁽¹¹⁾. A ilusão, portanto, estaria justamente em acreditar que “a vida constitui um todo, um conjunto coerente e orientado, que pode e deve ser apreendido como expressão unitária de uma ‘intenção’ subjetiva e objetiva, de um projeto”⁽¹²⁾ e que esse todo pode ser compreendido sem que se considerem as inúmeras variáveis possíveis que contextualizam cada existência.

Se homens e mulheres experimentam cotidianamente essa ilusão, como ressalta Bourdieu; se se utilizam das narrativas para entender “o curso demasiado complicado das ações reais”, nos termos de Ricoeur; não é de se estranhar que esbarraremos vez ou outra em personagens que, para confirmar sua existência, precisem “organizar um passado”, como propõe o treinador de Sérgio Sant’Anna; mesmo sabendo que o romance moderno celebra a descontinuidade, a imprevisibilidade e o despropósito do real, nas palavras de Robbe-Grillet.

Retrato

Nos romances que serão brevemente discutidos aqui –Juliano Pavollini (1989), de Cristovão Tezza, *O cachorro e o lobo* (1997), de Antônio Torres, *A majestade do Xingu* (1997), de Moacyr Scliar, *Relato de um certo Oriente* (1989), de Milton Hatoum, *O risco do bordado* (1970), de Autran Dourado, e *Teatro* (1998), de Bernardo Carvalho–, o passado é organizado, de diferentes formas, para dar um sentido ao presente, mesmo que esse sentido não passe de uma farsa. Em todos eles, e em diferentes graus, os narradores procuram obter domínio sobre suas próprias histórias, seja para começar uma nova vida, no caso de Juliano Pavollini, seja para, enfim, morrer, como acontece com o narrador de Moacyr Scliar. Assim, a possibilidade de narrar o passado parece estar estreitamente ligada à idéia de

(11) Bourdieu, *Razões práticas*, cit., p. 75.

(12) Id., p. 74.

ser autor –e não apenas um ator– dele. Sendo donas de seu passado, essas personagens teriam poder para gerenciar seu presente, e mesmo seu futuro, seja lá o que isso queira dizer para cada uma delas.

Também estariam, de algum modo, tentando burlar seu próprio fim. Caso se entenda, como Hannah Arendt, que “a essência humana – não a natureza humana em geral (que não existe), nem a soma total de qualidades e imperfeições do indivíduo, mas a essência de quem ele é – só passa a existir depois que a vida se acaba, deixando atrás de si nada mais que uma história”⁽¹³⁾, pode-se dizer que é exatamente dessa “narrativa” que muitas personagens querem se apoderar. Até porque, como Arendt lembra, “muito embora as histórias sejam resultado inevitável da ação, não é o ator, e sim o narrador que percebe e ‘faz’ a história”⁽¹⁴⁾. Assim, não basta a essas personagens ter vivido sua história, elas precisam também narrá-la –mas antes de morrer, uma vez que a prerrogativa aberta pelo defunto Brás Cubas não parece interessar a nenhuma delas. Portanto, sua “ilusão biográfica” –que pode perfeitamente ser estendida à idéia de “essência”, desse projeto que se encerra com a morte, nos termos de Hannah Arendt– transformar-se-ia de uma necessidade de conferir sentido à vida numa tentativa de se fazer perene. O que, talvez, seja a intenção última de qualquer narrativa.

Juliano Pavollini, do romance com o mesmo nome, e Totonhim, de *O cachorro e o lobo*⁽¹⁵⁾, são duas dessas personagens-narradoras que revisitam o passado tentando dar conta do presente. O primeiro é jovem interiorano, está encarcerado em Curitiba, e escreve sua história para ver se cai nas graças de Clara, a psicóloga da prisão que pode ajudá-lo a retomar sua vida. É ela quem sugere ao rapaz que comece seu relato pela infância. E ele o faz, lançando o foco inicialmente nos pais. Vítima da “ilusão biográfica”, Pavollini acredita na vida como um “projeto”. A sua, como ele mesmo diz, “tinha tudo para dar certo, exceto a família”⁽¹⁶⁾. Já Totonhim é um homem maduro, que volta do Rio de Janeiro após vinte anos de ausência para rever o passado junto do pai e dos amigos de infância, no interior da Bahia. Enquanto um remonta só e isolado sua história, deixando claro desde o início que há uma intenção por trás dela, o outro vai buscar a confirmação de sua existência junto aos seus. O que não quer dizer que o que ele nos narra seja uma construção menos comprometida.

O curioso nas duas personagens é que elas não vivem apenas dentro de seus respectivos romances. Totonhim tem um passado, que então é

(13) Hannah Arendt, *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987, p. 206.

(14) Id., p. 205.

(15) Antônio Torres, *O cachorro e o lobo*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

(16) Cristovão Tezza, *Juliano Pavollini*. Rio de Janeiro: Record, 1989, p. 9.

presente, em *Essa terra*, de 1976⁽¹⁷⁾, e Pavollini tem um futuro: prossegue suas narrativas, em meio a uma sucessão de farsas, em *O fantasma da infância*, de 1994⁽¹⁸⁾. Possuem, portanto, uma extensão bem maior do que aquela que lhes é conferida pelas páginas de um livro, ou mesmo de dois, já que o intervalo existente entre um romance e outro também vai sendo, de certa forma, preenchido pelas nossas expectativas enquanto leitores, especialmente quando nem tudo é dito sobre ele. O tempo que transcorre nesse intervalo –coincidentemente vinte anos para cada uma das personagens– parece domínio de ninguém. Tanto Juliano (que em *O fantasma da infância* se esconde sob o nome de André Devinne) quanto Totonhim preferem ocultá-lo, salvo uma ou outra referência que se faça necessária. O que já explicita a existência do recorte nessas “histórias de vida”. Ou seja, a organização do passado que as personagens empreendem é apenas de parte do passado que lhes interessa trabalhar, ou revelar.

Os dois romances também têm em comum a estrutura narrativa bastante convencional. Pavollini, que, como já foi dito, escreve dentro da prisão, adota um tom confessional, e divide sua história basicamente em três partes, cronológicas: a dos dezesseis anos, contando da morte do pai e de sua fuga para Curitiba, onde é acolhido num prostíbulo; a dos dezessete, que narra seu envolvimento com Odair (o “fantasma” que assombrará André Devinne no outro romance) e a paixão por Doroti; e a dos dezoito, onde ele comete o crime –o assassinato de uma prostituta– que o levará à prisão. Há ainda um último capítulo onde ele explica como se entregou à polícia. Entremeados, vêm os comentários sobre sua relação com Clara, a psicóloga que lê seus manuscritos, que não são exatamente os mesmos que nós lemos. Já Totonhim é um narrador tradicional, conta o que sente, o que vê, o que imagina, e completa tudo com a “reprodução” de muitos diálogos –o que conferiria um tom realista ao livro, conquistando a confiança do leitor com mais facilidade, uma vez que, no lugar do depoimento exclusivo de um jovem criminoso com tendências à mitomania (como é o caso de Pavollini), teríamos uma multiplicidade de falas sobre o protagonista.

O cachorro e o lobo também é dividido cronologicamente. A primeira e a última partes trazem, respectivamente, o regresso de Totonhim à terra natal, chegando atrasado para o aniversário de 80 anos do pai, e sua despedida. De resto, temos um único dia narrado, com as histórias distribuídas entre “manhã”, “tarde” e “noite”. É o suficiente para fazer emergir todo um passado que, se por um lado aterroriza a personagem, por outro

(17) Antônio Torres, *Essa terra*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001 (edição original de 1976).

(18) Cristovão Tezza, *O fantasma da infância*. Rio de Janeiro: Record, 1994.

se vai fazendo mais distante a cada passo dado, a cada palavra pronunciada. O suicídio do irmão, a loucura da mãe, as bebedeiras do pai, a prostituição das irmãs, tudo o que permanecia há vinte anos como um imenso presente em sua vida –ele partiu para o Rio de Janeiro exatamente depois de deixar a mãe num hospício e voltar para ajudar o pai a enterrar o irmão–, de repente começa a tomar as cores do passado, a se tornar esmaecido. Talvez justamente porque ele passa a ver com os olhos dos que ficaram. Para seu pai, mãe e irmãs a vida prosseguiu desse mesmo ponto, com as relações se transformando cotidianamente. Já para Totonhim, o que houve foi um intervalo, aquele mesmo que separa *Essa terra de O cachorro e o lobo*. Um intervalo que congelou o passado, congelando também a imagem triste das pessoas que o compunham, incluindo ele próprio.

Ao chegar, Totonhim pensa encontrar seus fantasmas frios, mas o que vê é um pai bonachão, preocupado com as galinhas e em receber bem o filho, a mãe serena, enchendo-o de comida, as irmãs satisfeitas com os filhos e a vida. Vê um lugarzinho tranqüilo, povoado de antenas parabólicas e crianças correndo pelas ruas. Mas vê principalmente a si mesmo, deslocado num espaço que já não lhe pertence, apesar de estar marcado dentro dele. É quando Totonhim tropeça na sua “ilusão biográfica”, percebendo que sua história possuía um desenho bem mais complexo, uma vez que abrangia todos aqueles que estiveram à sua volta e ajudaram a torná-lo quem ele era. Pierre Bourdieu dizia que “tentar compreender uma vida como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um ‘sujeito’ cuja única constância é a do nome próprio, é quase tão absurdo quanto tentar explicar um trajeto no metrô sem levar em conta a estrutura da rede, isto é, a matriz das relações objetivas entre as diversas estações”⁽¹⁹⁾.

Ou seja, é só ao notar que a compreensão de seu trajeto envolve a compreensão de trajetos alheios que Totonhim visualiza a possibilidade de prosseguir o que tinha interrompido, permitindo que o passado escoe e possa, enfim, ser transformado numa narrativa, com curso próprio. Com isso, a personagem adquire domínio sobre sua história, e sobre seu destino. Pode falar do passado sem o rancor que impregnava o cotidiano já feio e sem perspectivas de *Essa terra* –incorporando mesmo o tom nostálgico de quem lida com a memória. Mas pode ainda apagar a mancha deixada, em si e no lugar, pelo irmão que foi para a cidade grande, anunciou riquezas, e voltou para se matar ali, matando junto a esperança dos mais novos. Recuperando sua própria história, Totonhim pode fazê-la diferente da do irmão, diferente da de qualquer outro.

(19) Tezza, *Juliano Pavollini*, cit., p. 81.

Essa possibilidade de rever o passado com o olhar do outro, de fazer cruzar os diferentes trajetos, não existe para Juliano Pavollini, pelo menos não neste primeiro romance. Completamente isolado, ele tem como única interlocutora uma mulher que não fazia parte de sua vida, que não conhecia ninguém que ele conheceu. Assim, é para olhos estranhos que ele tece sua história, olhos que podem até duvidar, mas que não possuem outras referências senão aquelas que lhes são oferecidas por Juliano. São olhares que não interagem: “Avanço dia a dia no labirinto da minha história, sempre dupla: o texto que ela lê não é este que escrevo. O texto que eu escrevo não é o que eu vivi, e aquele que eu vivi não é o que eu pensava, mas não importa –continuo correndo atrás de mim e esbarrando numa multidão de seres”⁽²⁰⁾. Juliano não está simplesmente reinventando sua vida para parecer viável à psicóloga, ele busca estabelecer uma identidade. Ao contrário de Totonhim, não é o encontro com o outro que lhe vai restituir o passado, mas o discurso.

Mesmo mentindo para a psicóloga –e quem garante que não minta para nós, também?– Juliano acredita no poder de reconstituição das palavras. Por isso a necessidade de arranjá-las de modo a dar coerência à sua vida. Benedict Anderson, perguntando-se o que faz com que alguém olhe o retrato de um bebê e se reconheça ali, observa que “depois de sofreremos as transformações fisiológicas e emocionais produzidas pela puberdade, é impossível ‘lembrar’ da consciência da infância”. E acrescenta que, como a identidade (no duplo sentido da *identidade pessoal* e da idéia de que o bebê da foto e o adulto que a olha são *idênticos*) “não pode ser ‘lembrada’, ela precisa ser narrada”⁽²¹⁾. Ou, como diz uma personagem anônima da animação *Waking life*, baseando-se em Anderson, “para ligar o bebê desta imagemzinha esquisita com você, que vive e respira no presente, você tem que construir uma história do tipo ‘Este era eu com um ano de idade, depois eu tive cabelo comprido, e então a gente se mudou para Riverdale e agora estou aqui’”⁽²²⁾.

É o que faz Juliano, juntando histórias umas às outras, para ver se compõe o retrato de si que nunca viu. A morte do pai, a ruptura com a família, o prostíbulo, o assassinato, o encarceramento, tudo, cada detalhe, vai sendo encadeado com uma lógica que não combina com a vida, mas que lhe permite pensar que teve uma e que é alguém, mesmo que não se lembre quem. Ele permanece, assim, como um grande ponto de

(20) Id., p. 113.

(21) Benedict Anderson, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Edição revisada. London: Verso, 1991, p. 204.

(22) Richard Linklater (direção), *Waking life* (2001).

interrogação em meio à própria narrativa. Se isso não lhe redime, ao menos lhe abre a possibilidade de reinventar o futuro. Em *O fantasma da infância* Juliano reaparece, vinte anos depois, com a identidade que escolheu: é André Devinne, um advogado de sucesso, casado com uma pintora, pai de uma menina, levando uma vida sofisticada e tranqüila entre amigos sofisticados e tranqüilos. O que não impede que seu passado retorne, fantasmagórico, na figura de Odair –o comparsa de juventude que quer desfrutar da boa vida do “velho amigo”. Mas, nesse momento, o passado já não precisa de uma narrativa, tem apenas que manter-se enterrado.

Sombra

É exatamente o contrário do que pretende o narrador de *A majestade do Xingu*, de Moacyr Scliar. Meio sedada e aguardando a morte no leito de um hospital, a personagem faz seu relato para um médico –que, supõe-se, faz a transcrição para nós. Sua intenção explícita é manter vivo o passado, não o seu, mas o de Noel Nutels⁽²³⁾, o menino com quem ele teria feito a viagem de navio que os trouxe da Rússia para cá, em 1921. Com uma pasta cheia de recortes de jornal sobre a vida do indigenista, o narrador sem nome vai tentando montar sua biografia, não menos “ilusória” que a de Totonhim ou de Juliano Pavolini. Também ele junta dados esparsos e tenta dar-lhes unidade, coerência –tudo em meio aos delírios que a doença, ou os remédios, lhe provocam. Também ele acredita que a narrativa pode dar sentido ao que não tem. Só que, enquanto os outros dois pensam poder se encontrar em meio ao que narram sobre si, ele parece querer se enxergar, tão pequeno e insignificante, na sombra do grande homem que poderia ter sido. Tudo isso em meio a uma narrativa que, muito embora nos seja apresentada em meio a delírios, tem uma estrutura temporal bastante coerente, seguindo uma marcação cronológica que acompanha as duas personagens da infância à velhice (no caso de Nutels, nos é narrada também sua morte).

Ao contar da movimentação de Nutels, de seu brilho e sua capacidade de entender e se adaptar ao novo mundo, o narrador lembra da saga de muitos outros judeus que, fugindo da miséria e das perseguições, vieram “fazer a América”. Mas, nessa história, inclui de contrabando a daqueles que tiveram medo, sofreram humilhações, “fracassaram”. Inclui a si próprio. Apesar de fazer muito tempo que a literatura e as artes plásticas se permitiram trocar os grandes heróis por homens e mulheres comuns, e mesmo fracos, a personagem de Scliar parece não acreditar que sua histó-

(23) Figura histórica: médico de origem judia, nascido na Rússia, que se dedicou integralmente aos índios brasileiros.

ria mereceria ser narrada por si só. Daí a necessidade de confiscar a de Nutels e fazê-la ainda maior e mais heróica, para que ela sirva de veículo para a sua –insignificante, vazia, desconfortável: “Ai, doutor. Como é fácil resumir a vida, não é, doutor? De manhã eu acordava, ia para a loja, sentava atrás do balcão e ficava lendo: isso diz tudo doutor”⁽²⁴⁾.

Só a existência plena de realizações e aventuras de Noel Nutels parece fazer com que a sua adquira sentido, justamente porque ele se auto-institui depositário da memória do “amigo de infância”. Uma função que o ocupa em tempo integral –basta observar que apenas a pasta de recortes do narrador é levada para seu quarto na UTI, nenhum álbum de fotografias da família, nenhuma carta, nada mais pessoal é descrito ao seu redor. Como se os registros e evidências de sua própria vida fossem insuficientes para dar-lhe substância. Daí a necessidade de se reportar o tempo inteiro ao indigenista. O contraste entre sua existência sem projeto, resumida numa frase de rotina sufocante, e a de Nutels, que ocupa as páginas dos jornais, é salientado ao longo de todo o livro: “Eu não tinha ambições, não tinha planos, não tinha nada”⁽²⁵⁾, repete ele aqui e ali, chamando atenção para si enquanto fala do outro.

O outro

Tamanha ênfase na presença do outro numa narrativa que percorre o passado em busca de sentido para o presente pode ter objetivos variados: seja tornar a própria “biografia” possível, postergando a morte e inscrevendo-se de contrabando na História, como no caso do narrador de Moacyr Scliar; seja tentar encontrar o ponto exato em que tudo desmoronou e o imaginado projeto de vida se desfez, como em *Relato de um certo Oriente*, de Milton Hatoum. Mas a intenção pode ser ainda, usando a metáfora de Pierre Bourdieu, enxergar o desenho da estrutura da rede de metrô para entender o próprio trajeto, como acontece em *O risco do bordado*, de Autran Dourado⁽²⁶⁾. Nesses dois últimos livros o outro é mais do que aquele ao qual o narrador se refere. Ele cresce a ponto de se tornar protagonista, em alguns momentos chega mesmo a narrar sua história. Mas isso não impede que, à frente de tudo, esteja um único sujeito, conduzindo falas e lembranças esparsas –alheias, inclusive– de modo a construir uma lógica para si.

João, o menino que se vai fazendo escritor no romance de Autran Dourado, conta de seus avós e dos pais deles, de tios suicidas e tias lou-

(24) Moacyr Scliar, *A majestade do Xingu*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 96.

(25) Id., p. 133.

(26) Autran Dourado, *O risco do bordado*. 12ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991 (ed. original de 1970).

cas, da menina do circo, das prostitutas e dos bandidos do interior de Minas na primeira metade do século XX. Abre espaço em sua narrativa para o outro falar, abdicando até da primeira pessoa em boa parte do livro, mas em momento algum ele deixa de ser o ponto para onde convergem todas as histórias, todas as existências. É, por um lado, o neto mais novo, por outro, o escritor que vinte anos depois de ter partido para a cidade grande volta à terra natal – tema comum em nossa literatura, talvez por ser uma experiência corrente entre nossos autores –, indagando os seus e tentando reviver o passado, agora como narrador. Algo muito semelhante ao que acontece em *Relato de um certo Oriente*. No lugar do menino, a menina, que também volta mulher muitos anos depois. Em vez de Minas Gerais, a Manaus dos imigrantes libaneses, nos anos 50.

Mas essa narradora sem nome não organiza a matéria narrativa num romance, como faz João, ela escreve para o irmão distante, tentando contar da morte da avó. Fala então de sua infância, seus terrores, fala dos parentes mais velhos e deixa-os falar em seu idioma híbrido, fala das empregadas, dos vizinhos, e da dificuldade de reunir as narrativas num todo coerente: “Quando conseguia organizar os episódios em desordem ou encadear vozes, então surgia uma lacuna onde habitavam o esquecimento e a hesitação: um espaço morto que minava a seqüência de idéias. E isso me alijava do ofício necessário e talvez imperativo que é o de ordenar o relato, para não deixá-lo suspenso, à deriva, modulado pelo acaso”⁽²⁷⁾. Essa a diferença mais importante em relação a João. Enquanto ela busca dissimular a falta de lógica das histórias de vida que resgata, ele deixa expostas as lacunas que significam “esquecimento e hesitação”. Mais que isso, faz desses intervalos tema e motivo.

Daí o livro dividido em capítulos que poderiam ser lidos como contos, a confusão cronológica que embaça a narrativa aqui e ali, o vácuo de informações, que transporta o leitor para o meio do acontecimento, tão perdido quanto qualquer menino mantido à parte dos segredos familiares. João parece consciente de que sua vida não é uma linha reta, mas feita de pontos, que são atravessados por outras trajetórias. Mas isso não significa que ele rompa de todo com a “ilusão biográfica”, afinal, como nos lembra o título do romance, a metáfora utilizada para a composição dessa história de vida é o risco do bordado: um traçado escondido, mas que dá coerência e unidade à imagem que gradualmente vai surgindo. Uma espécie de projeto, que não se vê mas está lá, a tal “essência humana” da qual falava Hannah Arendt. Assim, se o esquecimento e a hesitação estão contemplados nessa narrativa,

(27) Milton Hatoum, *Relato de um certo Oriente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 165.

a imprevisibilidade parece um elemento rechaçado, até porque não combateria com o destino trágico da maior parte de suas personagens.

Ao revisitar o passado, João está tentando compor seu presente, delimitando sua identidade. Mas, para isso, não lhe basta seu próprio retrato infantil, ele precisa das fotografias de seus familiares, do lugar em que viviam, dos vizinhos, dos heróis e bandidos que serviam de modelo para o menino que foi. Não é à toa que ele tem de voltar para contar suas histórias. E, ao contá-las, vive-as de novo, com o encantamento e o susto da primeira vez. E deixa que vivam seu avô, seu bisavô, sua tia, seus amigos, todos aqueles que podem, de algum modo, lembrá-lo quem ele é. Muitos falam, outros se tornam protagonistas dentro de sua trama, mas João está sempre presente –mesmo que seja simplesmente como aquele que ouve. Função importante, uma vez que aquele que ouve é o mesmo que relata.

Aqui, outra diferença importante com o romance de Milton Hatoum. Enquanto João disfarça a si próprio como narrador, como veículo de todas as histórias, a narradora de *Relato de um certo Oriente* chama a atenção para si, dando destaque para os próprios dilemas: “como transcrever a fala engrolada de uns e o sotaque de outros? Tantas confidências de várias pessoas em tão poucos dias ressoavam como um coral de vozes dispersas. Restava então recorrer a minha própria voz, que planaria como um pássaro gigantesco e frágil sobre as outras vozes”⁽²⁸⁾. Assumindo sua voz como um filtro para as outras, ela reconhece –ou ao menos nos adverte para isso– que, ao contar da dor do outro, é da sua que ela está falando. É seu o retrato angustiado que se vai fazendo, da menina que sofre esquecida pelo sofrimento dos adultos. O passado alheio vai desembocar, então, no seu inevitável presente.

Paranóia

Se todas essas personagens estão em busca de sua própria identidade, que não pode ser lembrada, mas apenas narrada, como quer Benedict Anderson, temos aí uma seqüência de “biografias” que falam do passado sem nunca tirar os olhos do presente. É esse, basicamente, o tempo dessas narrativas, porque é o tempo dessas personagens, todas entre a juventude e a maturidade –são os velhos que costumam ser representados vivendo no passado, ou as crianças que são revisitadas pelo olhar do futuro. Essa redução dos horizontes temporais, que leva a “um ponto em que só existe o presente”, nas palavras de David Harvey, encontra expressão em *Teatro*, de Bernardo Carvalho. Dividido em duas partes, dois relatos em primeira pessoa que se complementam e se confundem,

(28) Id., pp. 165-6.

o livro tem como narradores Daniel, um policial aposentado que supõe estar envolvido –como autor– em uma terrível conspiração, e Daniel, fotógrafo ligado ao mundo da indústria pornográfica que, igualmente, insiste ter desvendado –agora como intérprete– uma grande intriga.

Em suas narrativas, tudo o que aconteceu no passado vive e tem função no presente. Uma informação sobre o destino da antiga namorada faz conexão com o primeiro emprego do protagonista que, por sua vez, se explica pelo contato com um velho professor e, assim, sucessiva e interminavelmente, ligando não só a história do ex-policial como também a do fotógrafo, e garantindo um encaixe perfeito para cada detalhe da trama. Ambos os narradores lidam apenas com textos, narrativas que se sobrepõem, se acumulam ao infinito –são cartas, bilhetes, livros, recortes de jornal, antigos documentos, fábulas, até vídeos e fórmulas matemáticas com soluções inconcebíveis. E, entre todo esse material, eles buscam a unidade, a coerência, o nexos. Têm consciência de que cada discurso é uma versão, no mais das vezes mentirosa, sobre os fatos, mas é dentro desse jogo de imposturas que eles se movimentam, acreditando poder separar o falso do verdadeiro e oferecer a interpretação justa, ainda que inverossímil.

Ao contrário dos narradores hesitantes dos outros livros, Daniel –seja o ex-policial ou o fotógrafo– possui convicção do que fala. Ele não duvida: tira conclusões. Enquanto narra, constrói um sentido, dá lógica à ilogicidade do mundo, faz com que tudo –crimes, antigas paixões, notícias de jornal, filmes pornô– adquira uma ordem estrita e se constitua como uma nova narrativa, sua, sem interferências de qualquer espécie.

É claro que ainda precisa fazer com que acreditem nele, mas essa já é uma segunda etapa. A importância de seu relato não está ligada aos acontecimentos narrados, não é o passado que lhe confere identidade, mas sim o fato de ser ele o autor do que conta, de ser ele a dar ordem ao mundo, mesmo que, como diz uma das personagens do livro, esse seja um processo paranóico: “o paranóico não pode suportar a idéia de um mundo sem sentido. É uma crença que ele precisa alimentar com ações quase sempre militantes, para mantê-la de pé, tal é a força com que o mundo a contraria. O paranóico é aquele que procura um sentido e, não o achando, cria o seu próprio, torna-se o autor do mundo”⁽²⁹⁾. Aponta-se, aí, uma relação imbricada entre loucura e literatura, uma vez que ambas apresentam a necessidade de se sobrepor ao mundo convencional um outro, único e intransferível, que transporte consigo as marcas de seu criador.

Daniel leva ao extremo –porque louco, porque dois, porque consciente de seu papel de autor, ou de intérprete– sua ilusão biográfica. E o

(29) Bernardo Carvalho, *Teatro*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 31.

extremo da ilusão biográfica é a paranóia. Muito mais do que qualquer personagem dos outros romances, ele tem horror ao acaso, não permite que os dados desconexos de sua realidade não se enquadrem na lógica que construiu para si. Talvez ficasse melhor ambientado se vivesse dentro de um romance do século XIX, transformando-se num daqueles narradores oniscientes, que preenchem todos os vazios e controlam todas as situações. Mas aqui, num romance dos nossos dias –que celebra o inconcluso, o fragmentado, o ambíguo– ele é apenas mais um louco. Está irremediavelmente perdido entre as certezas que cria para si e as infinitas possibilidades que eclodem ao seu redor.

Vida

Do outro lado, em uma outra história, um homem acorda à noite e, envolvido pelo escuro, sem qualquer som ou movimento, sem o calor de outra pessoa junto a si, ele se vê: “E esse homem, se se pode chamá-lo assim nesse momento –esse infinito instantâneo–, não só desconhece quem é, onde está e por que, como também, mais obscuramente, demora uma pequena fração atônita de tempo para perceber, até, que se encontra vivo”⁽³⁰⁾. Esse homem é o treinador de futebol de Sérgio Sant’Anna, que até há pouco falava da necessidade de organizar um passado em palavras para se sentir uma pessoa real. Aqui, justo no final do conto, ele se dobra sob o sentimento de irrealidade que palavra alguma, relato nenhum poderia remediar. Pode ser apenas um instante, só o tempo de ele sacudir a cabeça e se pôr de novo a narrar, mas a inocência se foi.

Talvez as narrativas, todas as narrativas, não deixem de ser uma tentativa de escapar a essa percepção, de que em algum momento podemos estar tão sós que já nem saberemos se ainda estamos vivos. Enquanto se fala (ou se escreve), diriam Julianos, Totonhins e tantos narradores sem nome, se pressupõe a presença –por remota que seja– de alguém que ouve (ou lê). É ele quem confirma minha existência. Por isso, as narrativas em primeira pessoa, por mais que se afundem no passado, não poderiam ter outro tempo que não o presente: nossa existência precisa ser confirmada aqui e agora, todos os dias. Não importa se através de uma elaboradíssima carta, como em *Relato de um certo Oriente*, da descrição de uma sucessão de equívocos, como em *Teatro*, ou de uma conversa durante o jantar, onde se contam em detalhes os problemas do trabalho. Narrar, portanto, é uma maneira de se saber vivo.

(30) Sant’Anna, “Na boca do túnel”, cit., p. 233.

**Problemas originados por uma focagem terminológica incoerente
no contexto de autoritarismo prescritivista da planificação de *córpus*
de uma língua não-normalizada: o caso da toponímia estrangeira
no galego secessionista**

Robert Neal Baxter

(Universidade de Vigo)

*Arkadaşlar, kemküm etmiyelim. Bizim
prensipimiz mirensipimiz yoktu, oyduruyordul!*
[Amigos! Digamos a verdade! Não tivemos
quaisquer princípios nem nada similar. Esti-
vemos a inventar sobre a marcha!].

Saim Ali Dilemre, Presidente da
Comissão para a lingüística e etimologia turcas
(in Lewis 1999: 108)

Introdução

Já desde que comecei a estudar a língua galega, e depois de maneira mais aguda ao praticá-la na minha vida quotidiana e profissional como tradutor⁽¹⁾, houve, entre várias outras, uma questão que me tinha suscitado uma reacção de alergia: trata-se, em concreto, das formas propostas para a fixação dos exónimos no galego do ILG-RAG. Ao respeito, guardaria os meus comentários para círculos de reflexão mais reduzidos se não fosse pela aparição de mais um panfleto prescritivista originada na minha *alma mater*, publicado sob o título *Lingua galega. Criterios lingüísticos* (UVCL: 23-24) e que também toca este tema, reactualizando as eivas do livro objecto da análise que segue. Assim, tentarei explicar neste artigo as razões da minha consternação ao tempo de elucidar algumas das

(1) Sobre a importância que reveste para os tradutores a harmonização e fixação da terminologia neste campo: “Translators often find place names problematic. [...] Against such a background, translators working for the European institutions need a harmonised, multilingual, regularly updated list of the place names most commonly encountered in their day-to-day work.” (EÜMLCT: 105).

questões que uma análise deste tema suscita, já não limitados ao campo estudado, o da toponímia, mas fazendo extensíveis as minhas reflexões a partir deste ponto de partida ao conjunto da política e da metodologia aplicadas à terminologia e à neologia tal e como se praticam na actualidade no galego ILG-RAG.

Antes de prosseguirmos, cumpre ante tudo lançar uma advertência terminológica do uso que se faz neste artigo do termo ‘galego’, entendido aqui, por simples razões de comodidade, como o conjunto de variedades linguísticas que conformam o co-lecto do tronco comum galego-português praticadas na Galiza e noutras zonas limítrofes, tal e como se representam segundo as normas ortográficas e morfológicas separatistas publicadas pela Real Academia Galega (RAG) e o Instituto da Língua Galega (ILG) e promulgadas e defendidas pela Junta da Galiza e cuja controvertida idoneidade se discutirá ao longo destas páginas através do estudo das propostas terminológicas realizadas no campo da toponímia, confrontando esta postura à alternativa reintregacionista que nós defendemos.

E se bem seja verdade que o *status* social da língua própria na nossa nação sim permite falar da necessidade de ‘normalização’ linguística, só se pode considerar o galego uma língua ‘minoritária’ ou ‘minorizada’ que precisa de normativização no caso de optar pela via ‘isolacionista’, ignorando, portanto, o modelo culto luso-brasileiro pré-existente, e criando, por sua vez, a necessidade de desenvolver um trabalho neológico específico dentro do qual se enquadram as propostas estudadas aqui. Também não se pode negar que muitas línguas –e não todas elas do tipo ‘minorizado’– têm sido objecto de vários tipos de engenharia linguística como testemunham as mais de 1.600 páginas agrupadas nos três grossos tomos publicados por Fodor e Hagège (Fodor *et al.*: 1983-1984). Ora, como norma geral, tais iniciativas de ingerência exterior nas línguas dentro do quadro de uma política de planificação organizada respondem a duas tendências básicas, que não exclusivas, a saber: quer grupos de peritos centrados em campos especializados da terminologia e neologia científico-técnica por um lado, quer grupos de guardiões da pureza linguística –nem sempre peritos– obrando desde as torres de marfim chamadas ‘Academias’. Em qualquer caso, quando se trata de línguas mais ou menos estáveis socialmente, tais políticas tendem a ter pouco impacto na comunidade de falantes por duas razões singelas: salvo no caso de trabalhadores especializados, não sentem a necessidade de recorrerem a termos especializados nas suas vidas quotidianas, e ainda tendo conhecimento de tais propostas, tendem a ignorá-las mercê do dinamismo próprio da língua depositado

em casos normalizados, queira-se ou não, nos falantes e não em comités de especialistas. Repare-se ao papel real que desempenham as recomendações emanadas da Academia francesa no desenvolvimento vital da língua através do comportamento dos seus falantes.

O caso galego difere, aliás, muito da situação descrita ao afectar qualquer operação de planificação do *córpus* âmbitos da vida ordinária não-especializados para remediar as carências lexicais causadas pela dominação secular que tem sofrido o galego a respeito do espanhol e que deixou uma situação sociolinguística que não se poderia qualificar senão de motivo de inquietação. Neste contexto, cria-se um clima de prescritivismo proteccionista onde os agentes linguísticos seguidores da linha oficial em matéria de planificação tendem a tomar qualquer proposta realizada por uma instituição oficial ou oficiosa –Junta da Galiza, determinados editoriais,...– como de obrigatória aplicação, ainda só estando a morfologia e a ortografia da língua sujeitas a tais controlos legais, levando, enfim, a uma situação que se tem qualificado de arriba-abaixo (Garrido, 2002: 20-34), não sendo esta a única possibilidade dentro do mesmo quadro teórico da secessionismo linguístico, (*cf.* Baxter, 1999, sobre o sistema inverso no caso do bretão). Frente a esta situação instável que condena o galego à vez à categoria de língua ‘minorizada’ nas mãos de autoridades que nem sempre têm as qualificações requeridas, existe uma outra alternativa, o reintegracionismo, cujos méritos comparativos estudaremos neste presente trabalho no campo unicamente da lexicologia e da neologia.

Por razões políticas sobre as que não é precisa afundar aqui, em vez de se orientar para a tradição autóctone do luso-brasileiro para a regeneração plena do galego, os poderes políticos optaram e continuam a optar por levar a língua da Galiza pelas sendas de uma esperantização que tem os seus paralelismos na política que consiste em fugir dos arabismos na (re)criação do hebraico moderno por razões políticas não tão dissimilares (Masson 1983: 460), preferindo assim guiar o galego por uma via em solitário muito apesar dos obstáculos inerentes que supõe uma tal política de suposta ‘autonomia’ linguística para uma língua sem Estado de seu com nem mais de 3 milhões de falantes na sua variedade peculiar propugnada pelo tandem ILG-RAG, isolando a língua do tronco galego-português e tornando-o uma língua minoritária ao nível europeu em vez de a reconhecer como uma das línguas numericamente mais importantes ao nível mundial.

Antes de passarmos a analisar as fontes primárias e secundárias que servem de base para o nosso estudo, para as contextualizarmos melhor não estará de mais voltar a lembrar quais são os critérios básicos que sus-

tentam as recomendações orientativas na matéria emanadas do Instituto da Língua Galega e da Real Academia Galega através da sua 'Normativa':

As escollas normativas deben ser harmónicas coas das outras linguas, especialmente coas romances en xeral e coa portuguesa en particular, evitando que o galego adopte solucións insolidarias e unilaterais naqueles aspectos comúns a todas elas, tales como adaptación de cultismos e de teminoloxía científica e técnica

[NOMIG: 10⁴]

Por sua vez, estas considerações metodológicas preliminares são, como não podia ser menos, os pilares básicos sobre os que se apoia o autor de XTM: "Harmonización coas demais linguas de cultura, en especial coas europeas máis afíns: portugués, castelán, catalán, italiano, francés, inglés"⁽²⁾. (XTM, Ponto 11: 104). Mas já desde o princípio surge o problema que, como se constatará ao longo do presente trabalho, atingindo não apenas a terminologia galega no campo da exonomia mas também nos princípios básicos que regem a planificação do *córpus* no seu conjunto, nomeadamente a necessidade imperiosa de estabelecer uma hierarquia ou ordem de aplicação preferencial entre os diferentes critérios enunciados para assim resolver de jeito coerente quaisquer conflitos que inevitavelmente ocorrerão. Por exemplo, é preciso anunciar as prioridades que se acordam relativamente às formas espanholas face às soluções luso-brasileiras e a hierarquização de ambas ao se confrontarem com as equivalências das outras línguas romances... Um bom exemplo disso onde se permite entrever o papel que se deixa desempenhar ao espanhol oferecem-no as reflexões realizadas pelo autor do XTM a respeito da escolha entre a forma *brasileiro* e a forma *brasileño*, que, como ele próprio indica, leva um sufixo tipicamente espanhol. Mas o argumento definitivo recorre já não à coerência interna do galego como co-lecto do luso-brasileiro, senão em se referindo ao facto de a forma *brasileiro* também se utilizar no espanhol falado na América, pelo que fica reforçado o seu valor em galego por ser uma forma 'solidária' com as línguas romances em geral e não apenas uma forma simplesmente própria do galego (XTM: 15). Esperemos ao longo deste artigo desmascarar algumas das falácias das soluções baseadas no arrazoamento que se oculta detrás da cortina de fumo da hipotética afinidade, solidariedade ou harmonização internacio-

(2) Evidentemente, o inglês, língua germânica, não é linguisticamente afim às outras línguas romances citadas. Por afim entenda-se aqui as línguas que tem um peso especial nas decisões terminológicas que adopta o autor em função da eleição das línguas-fonte seleccionadas, no geral, entre este 'selecto' grupo.

nais, desvelando a sua autêntica natureza como uma maneira de recorrer pela porta traseira a formas comuns ao espanhol em detrimento das formas genuinamente galegas por serem comuns ao padrão luso-brasileiro.

Finalmente, devemos recalcar que, além do interesse que poda ter um trabalho destas características em si, se poderiam extrapolar os resultados alcançados para servirem de instrumentos para determinar qual é a autêntica política subjacente que sustenta não só os trabalhos desenvolvidos no campo especializado em questão aqui, mas também o conjunto da actividade terminológica e neológica que se está a realizar e que já temos denominado a ‘agenda oculta’ (Cfr. Baxter 2004). Esta política fica repleta de incoerências internamente devido ao ‘triplo jogo’ de se obstinar em não reconhecer o padrão luso-brasileiro como a fonte primordial para a ‘importação’ de terminologia com o fim de reconstruir –e não construir– a língua devido à pretendida postura alternativa de construir o galego como uma língua plenamente ‘autónoma’ (Cfr. Fernández Salgado *et al.*, 1995: 156), enquanto ao mesmo tempo se orienta por sub-repção cada vez mais para o modelo social e politicamente dominante que oferece o espanhol.

Apesar da aparente velhice da principal obra a analisar, cumpre dizer que segue a ser este, ao dia de hoje, tão actual no campo da terminologia galega em matéria toponímia como há os mais de dez anos desde a sua publicação em 1990, ao não existir uma revisão *in profundis* do texto em questão. O autoritarismo que lhe outorga o ser publicado pela Junta da Galiza para os seguidores desta política normativa do galego⁽³⁾, o facto de os erros baseados em formas que nela aparecem e que se reproduzem *ad infinitum* e quase inclusive *ad nauseam* ao longo de quase quaisquer outros trabalhos posteriores sobre o tema, incluído o *Manual de Estilo. O Correo Galego* (MECG) da mão do mesmo autor, levam a indicar que esta fonte primária é não só o mais completo no que ao número de verbetes e sobretudo aos comentários de ordem teórica se refere, mas também continua a servir de base para todas as fontes secundárias. Assim, a consagrada fórmula que indica que uma mentira se transforma em verdade à força de se repetir com suficiente frequência, leva à canonização de for-

(3) Devido ao contexto particular que padece o galego, que se poderia qualificar de estreitamente prescritivista, baseado na referência permanente a figuras de ‘autoridade’ –por não dizermos ‘autoritaristas’– e amiúde o simples facto de uma obra de tais características ser publicada pela Junta da Galiza, sem que isso constitua necessariamente uma aprovação oficial da mesma por qualquer instituição oficialmente encarregada da planificação linguística, lhe outorga não só respeitabilidade mas inclusive a categoria instantânea de obrigado cumprimento por parte dos partidários da normativa em questão. Duas posturas diferentes sobre o papel da figura de autoridade oficial no galego podem-se consultar em Monteagudo (1995: 221-222) e López-Iglésias Samartim (2003).

mas simplesmente errónea contidas na fonte principal por se recolherem uma e outra vez por outros autores em obras secundárias, alcançando inclusive a consideração de formas típica e exclusivamente galegas frente ao espanhol ou ao português, p.e. a forma *Grenlandia* (*vid. infra*) aparece no grande dicionário monolíngue e no atlas de grande formato publicados pela editorial Cumio (DCLG: 544 e AXCGM.: 74 respectivamente), assim como no *Manual de estilo* do único jornal em galego (MECG: 149) e até o mais completo dicionário monolíngue galego ILG-RAG publicado pela editorial Xerais remete a forma considerada incorrecta **groenlandés* ao verbete principal *grenlandés* (GDXL: 1025).

E se bem é devido reconhecer que se têm introduzido uma série de correcções menores⁽⁴⁾ ao passar da fonte primárias a algumas das fontes secundárias e terciárias tais como, por exemplo, o mapa-múndi das páginas centrais de um atlas não muito conhecido (ATG: 8-9) que recorre à forma correcta *Groenlandia*, como também no caso do dicionário publicado pela Real Academia Galega (DRAG: 604), no geral os fundamentos básicos seguem a ser os mesmos que serviram para elaborar o XTM e cujos problemas nenhuma quantidade de remendos parciais *ad hoc* aplicados cá e lá chegaria a resolver de maneira definitiva e satisfatória.

Análise do córpus

Além das abundantíssimas gralhas tipográficas tais como *Banbladesh*, *Saint Jhon's*, *Wster Samoa*, *St. Crhistopher-Nevis*, *Dhka*, *Phnum Penh*, *Rangoom...* e das variações incoerentes, por exemplo *Fixi vs. Fidxi*, *Riad vs. Riyad*, *Abu Zabi vs. Abú Dabi*, *Kinshasa vs. Quinxasa* etc., o que aqui se propõe é analisarmos uma série de erros salientáveis detectados no córpus primário para assim pôr em destaque as principais eivas da metodologia subjacente, descobrindo a um tempo os enviesamentos ideológicos imperantes não reconhecidos, centrando a nossa atenção sobretudo naquelas incoerências internas que delatam uma filosofia de fundo orientada para alinhar o galego com o espanhol neste campo sob o pretexto de

(4) No seu *Manual de Estilo. O Correo Galego* (MECG), de publicação já mais recente, nas secções dedicadas a recolherem e a fixarem a toponímia tanto internacional como nacional, o autor da principal obra analisada aqui (XTM) introduz uma série de mudanças e corrigendas, sem portanto revisar os fundamentos básicos que sustentam a metodologia subjacente, deixando, pois, muitos erros básicos sem corrigir. Exemplos das mudanças realizadas incluem <sh> vs. <x> para [ʃ]: *Mogadixo* (131), *Maraquex* (131), *Ganxes* (136) e *Xutlandia* (139) mas *Tashkent* (136) e *Dushambe* (136); <i>, <j> vs. <y>: *Abidjan* (131) mas *Xibuti* (131), *Bujumbura* (131) e *Kilimanxaro* (132) mas *Banjul* (131), *Iugoslavaia* (138) mas *Saraxevo* (137) e *Skopje* (138), *laundé* (131) e *locoana* (135) mas *Yukon* (132), *Yamoussoukro* (131) e *Mandalay* (135); <k> vs. <c> / <qu->: *Kilimanxaro* (132), *Kalahari* (132), *Kiribati* (139), *Karachi* (136) mas *Guipúzcoa* (125), *Euscadi* (123), *Nagasaqui* (135), *Helsingui* (137) e *Reiquiavik* (137).

agir dentro dos parâmetros da harmonização pan-romance e acorde com os usos internacionais.

Este trabalho focar-se-á no estudo de uma série de problemas derivados e indicativos de uma falta de determinar já desde o princípio e de aplicar a partir de aí um conjunto coerente de princípios que servissem de quadro teórico para orientar o trabalho consistente na fixação formal do campo terminológico em questão em galego, de tal maneira a criar uma reacção em cadeia que ultrapassa os limites da própria fonte original. Os elementos seleccionados ao redor dos quais se organiza este artigo, não de maneira isolada mas sempre contemplando as relações de interdependência que os unem, são os seguintes: o problema da escolha da língua fonte na fixação de exónimos em galego, os conseguintes problemas relacionados com a sua transcrição e/ou transliteração dentro dos parâmetros marcados pelas normas orto-morfológicas promulgadas pela RAG e pelo ILG e a inclusão do artigo definido em galego como parte integral de um topónimo dado.

1. Problemas referidos às línguas fonte

Um dos princípios básicos que mais problemas causa no desenvolvimento deste *córpus* terminológico é o critério que se aplica no momento de seleccionar a língua que servirá de base e a partir da qual se elaborará. Ao ser a política de planificação linguística oficialista da que comunga a obra em questão dirigida resolutamente ao pretendido fortalecimento do galego como língua *abstand* de seu (Vid. Baxter, 2002), sob a denominação de autonomia linguística frente à reintegração dentro do tronco histórico galego-português ao que pertence, logicamente não se pode dirigir o autor sistemática e directamente às denominações já canonicizadas nas versões cultas da língua, o luso-brasileiro, nem se pode virar directamente cara ao espanhol. Cumpre, pois, procurar uma fonte diferente, e isso encontra-se pretendidamente nas línguas 'originais'. Este princípio enuncia-se explicitamente quer na fonte terminológica primária quer nalgumas das fontes secundárias:

Adaptación partindo, sempre que non violente excesivamente o uso normal consagrado, desde o topónimo orixinal e non por suposto desde o castelán (XTM, Ponto 7: 103)

Os topónimos estranxeiros manteñen, en xeral, as denominacións da lingua que os creou [...] Aconséllase empregar a toponimia autóctona cando concorran dous nomes distintos (UVCL: 23)

O critério não carece nem de interesse nem de mérito e poderia inclusive servir para corrigir formas incorrectas num galego propriamente reintegrado detectados no padrão luso-brasileiro. Como é habitual, porém, na prática as coisas não se ajustam sempre aos ideais teóricos enunciados. São três os principais problemas encontrados a respeito da aplicação deste critério na prática: em primeiro lugar, contravem-se quase mais do que se respeita; em segundo lugar, não é sempre a que se esperaria a suposta língua ‘original’ que serve de base; e finalmente, ainda além da não-aplicação do critério em questão por simples inadvertência, existe um outro princípio contraditório que condiciona a sua aplicação em casos muito concretos. Do primeiro problema citado ofereceremos exemplos abundantes ao longo das diferentes secções que conformam este artigo. Trataremos os dois problemas restantes por ordem inversa.

Existe, de facto, no momento de conviverem formas alternativas para um mesmo topónimo, tipicamente uma forma endógena e uma outra exógena, um critério que se aplica, a saber: “Adaptación partindo, sempre que non violente excesivamente o uso normal consagrado, desde o topónimo orixinal [...]” (Ponto 7, XTM: 103) e “Adopción do toponónimo local basco ou catalán sempre que fose posible, é dicir que non atente contra a idiosincrasia lingüística do galego, e non a forma que, sendo exclusiva do castelán, teña este idioma por intermediario ou transmisor” (Ponto 8, XTM: 104. O sublinhado é nosso) ou “Nalgúns casos un dos topónimos ten máis difusión” (UVCL: 23). Trata-se, evidentemente, de um critério altamente subjectivo, pois se bem é muito provável que a cidade irlandesa de Dublin, por exemplo, se conhece maioritariamente pelo seu nome em inglês e não pelo nome gaélico co-oficial *Baile Átha Cliath*, noutros casos é muito mais difícil tentar adivinhar quão familiarizado será um leitorado determinado com tal ou tal nome, tendendo, claro é, sempre cara às formas exógenas em caso de dúvida.

A desordem é quase total no momento de aplicar o citado critério inicial consistente em respeitar a forma ‘original’ de um topónimo, agravado, em muitos casos, pela enorme confusão que reina a respeito de qual é, justamente esta língua: o inglês Fidji em oposição ao fijiano *Viti* (*Fidxi/Fixi*, XTM: 110 e XTM: 124) ou o espanhol *Córsega* (XTM: 122) em oposição ao corso *Córsica*. Mas a confusão é completa ao se rejeitar a forma autóctone *Kanaky* (>*Canaquia*) preferindo o decalque do galicismo correspondente *Nova Caledonia* ao mesmo tempo que se recomenda o gentílico *canaco* (XTM: 41).

Assim, a eleição entre a denominação própria e a forânea vem determinada, noutros termos, pela opinião do autor sobre o que constitui “o uso normal consagrado” (XTM: 103, *op. cit.*), sendo essa, visivelmente, proporcional em grande medida à distancia quer física quer cultural que nos separa do país em questão. Na prática, pois, os topónimos asturianos galeguizam-se –segundo o padrão espanhol, *Xixón* (XTM: 77) < *Gijón* frente a *Oviedo* (XTM: 63) e não *Uviéu*– assim como algumas dos lugares espanhóis, p.e. *Castela*, *Badaxoz*, *Guadalaxara*, enquanto se mantêm as formas autóctones do topónimos bascos já em muito menor medida, chegando às línguas menos estendidas onde se impõem as formas francesas, inglesas, italianas correspondentes tal e como se faz também com terras mais longínquas e ‘exóticas’ como a Groenlândia, o Tajiquistão, a Geórgia ou o Quirguizistão onde nem figuram os nomes autóctones nas diferentes denominações que recebem, citando o dinamarquês, russo, etc. como as línguas ‘originais’.

Sempre com as mesmas oscilações segundo as intuições/preconceitos pessoais do autor acerca dos conhecimentos do seu público, p.e. *Iruña/Pamplona* (XTM: 131) *Donostia-San Sebastián* (XTM: 46) as implicações para línguas não-normalizadas, e portanto cuja toponímia quase inevitavelmente vai gozar de maior projecção internacional, são evidentes: a seguirmos as suas recomendações, p.e. *Biarritz* (*sic.* XTM: 39) em vez de *Miarritze* ou *Navarra* (XTM: 61) em vez de *Nafarroa*, muito dificilmente poderíamos reclamar desde a Galiza o reconhecimento internacional, ou até inclusive dentro do mesmo Estado, da nossa toponímia internacional quando as formas ‘melhor conhecida’ como *La Coruña* ou *Orense* levam várias décadas canonizadas por obras de tanta influência como a enciclopédia *Britannica*...

Por razões práticas muito óbvias não teria sentido algum propor voltar às denominações de origem no caso de países já tão conhecidos como *Arménia* > **Haiastán* (arménio, Հայաստան; rus. Армения), *Geórgia* > **Sacartvelo* (georgiano, საქართველო; rus. Грузия), *Índia* > **Bárat* (भारत), *Grécia* > **Elada* (Ελλάδα) ou *Egipto* > **Misr* (مصر), ao menos, claro é, que assim o pedisse ao nível internacional o governo de tais países. Mas, de se respeitar o critério enunciado no XTM, não se entende porquê no caso de topónimos relativamente menos conhecidos e, claro é, ainda não canonizados como tal em galego, não se propõe introduzir igualmente outras formas novas mais concordes com as apelações originais tal e como se recomenda para a *Ucráina* (< ucraniano Украина), p.e.: **Osbequistán* < uzbeko, Ўзбекистон/ O'zbekiston (russo, Узбекистан) ou **Toxiquistán* < tajico, Тоҷикистон (russo, Таджикистан).

Hoje, de facto, a prática internacional tende a reconhecer e a respeitar os topónimos autóctones em face às outras formas exógenas, p.e.: *Belarus* (< belarrusso, Беларусь) não **Bielorússia* (< rus. Белоруссия) ou **Birmânia* > *Myanma* (birmano မြန်မာ):

[...] in recent years there has been an increasing trend at international level to promote or even impose the native forms of names of certain cities and countries which had already become well established in the European languages via the languages of the former colonial powers, English and French in most cases.

EUMLCT (1999: 105)

Para resolver os problemas detectados faz falta, em primeiro lugar, sempre dentro do mesmo quadro metodológico pelo que advoga o autor na teoria, estabelecer em cada caso qual é realmente a forma original de um topónimo dado, mantendo um respeito escrupuloso para com quaisquer formas endógenas que tendem a ser eclipsadas por formas exógenas dominantes, sobretudo no que às línguas sem Estado de seu- ‘minorizadas’ –se refere, dando prioridade às formas autóctones no caso de se optar por dobles para garantir a reconhecibilidade do lugar identificado p.e.: *Roazhon* (*Rennes*) em *Breizh/Bretanha* (bretão e francês respectivamente) ou *Abertawe* (*Swansea*) em *Cymru/Gales* (galês e inglês respectivamente),... sendo o objectivo final outorgar uma maior projecção internacional não apenas aos topónimos endógenos em si, mas ao mesmo tempo dando a conhecer a existência da multiplicidade real das línguas e culturas mundiais desconhecidas e escondidas pelas grandes potências hegemónicas. Em todo o caso, faz falta um critério comum que se aplique de maneira uniforme no processo de elaboração terminológica de tal maneira que os topónimos bascos, para pormos um exemplo, se tratem com o mesmo respeito do que os da Ucrânia...

No caso particular das outras nações do Estado espanhol com línguas próprias, *Euskal Herria* e os *Països Catalans*, não consideramos oportuno a aplicação de princípios restritos, rejeitando muito especialmente o tratamento que aos topónimos catalães se aplica no XTM. Por uma parte, a política que se recomenda consistente na tradução de elementos gramaticais presentes nos topónimos catalães sempre quando os houver, p.e. o artigo definido, leva ao risco implícito de legitimar a mesma prática a respeito do galego desde o catalão ou, porquê não, desde o espanhol, pelo que já nada haveríamos de dizer quando aparecerem formas corrompidas como **La Coruña* ou **El Porriño*... E pela outra parte, não se entende porquê existe uma regra especialmente para a galeguização de topónimos

catalãos ao lhes acrescentar um <e> epentético; “[para que] non atente contra a idiosincrasia lingüística do galego [...]” (XTM, Ponto 8: 104), p.e.: *O Hopistaleta* (cat. *L’Hospitalet*, esp. *Hospitalet*), *Alacante* (cat. *Alacant*, Sp. *Alicante*) ou *Elxe* (cat. *Elx*. sp. *Elche*) quando, por razões lusofóbicas evidentes, se proíbe formalmente a aplicação dum critério idêntico noutros casos: “non engadiremos nunca unha vocal de apoio para que forme sílaba como acontece ás veces en portugués e italiano ás consoantes”, favorecendo, assim, as formas coincidentes com o espanhol frente às coincidentes com o padrão luso-brasileiro, violando ao mesmo tempo o critério já citado das *Normas* (op. cit. NOMIG: 10) que advoga na teoria para uma maior harmonização com o português no campo científico-técnico, p.e.: *Afganistán* (XTM: 109) não **Afeganistán* (<*Afeganistão*), *Vietnam* (XTM: 114) não **Vietname*, *Nova York* (XTM: 130) não *Nova* **Iorque*, *Tibet* (XTM: 135) não **Tibete*, *Quebec* (XTM: 132) não **Quebeque* ou *Iemen* (XTM: 111) não **Iemenē*. Mas para terminar, cumpre sinalar que este recurso linguístico muito vivo no galego falado se utiliza não só no caso de topónimos catalãos também mas noutros topónimos internacionais sempre quando se conforme aos usos propriamente espanhóis, p.e.: *Kazakhstan* (XTM: 127, vid. *infra*) e *Mogadixo* (ar. *موقديشو* XTM: 104). No caso formalmente similar de *Budapest* (XTM: 111 e MECG: 137) frente a **Budapestē* vs. *Bucarest/Bucaresti* (XTM: 120) e *Bucarestē* (MECG: 138), poder-se-ia pensar que responde justamente às formas autóctones, mas parece, à luz de todo a anterior, que responde simplesmente à aplicação de soluções *ad hoc* baseadas nos modelos de referência exógenos espanhol e inglês.

Por último, ilustraremos uma série de erros que se poderiam ter evitando ao tomar em consideração quer a autêntica denominação autóctone quer o modelo luso-brasileiro em vez de se referir ao modelo espanhol sob a cobertura de uma pretensa internacionalização.

Não há nenhum exemplo para ilustrar melhor todo o antedito que o tratamento que recebe a Groenlândia⁽⁵⁾. Enquanto à língua-fonte se refere, é impossível saber se se parte da base inglesa *Greenland* ou da dinamarquesa *Grønland*, simplificando a reduplicação vocálica no primeiro caso ou mal-interpretando a equivalência gráfica <ø> = <oe> no segundo. Em todo o caso, se se trata de uma simplificação da versão inglesa, não se entende porque não se aplica uma galeguização mas radical, grafando o resultado galego para reflectir a pronúncia inglesa com desinência própria **Grinlandia*. Cabe perguntar-se, do mesmo jeito, se tais sim-

(5) Se bem que seja a forma lusitana *Gronelândia* a reconhecida pelas normas ISO, preferimos neste caso a forma brasileira correspondente pelas razões descritas.

plificações se devem aplicar a todos e quaisquer grupos ortográficos similares em inglês, p.e.: *Leeds* > *Leds*. Se, pelo contrário, procede do dinamarquês correspondente, não é mais do que uma decomposição analítica e redução final incorrectas do dígrafo <oe> que se utiliza para representar a letra <ø> quando isso não se pode utilizar por razões técnicas, sendo percebido o som [ø] que representa em dinamarquês como uma espécie de <o> e não como uma espécie de <e> tal e como deixa entender a forma galega proposta. Seja como for, de ser assim também não se faz extensível este mesmo critério a outros casos similares ou idênticos, p.e.: *København* > *Copenhaguen* (XTM: 122) não **Quepenhaguen*; *Göteborg* > *Goteburgo* (XTM: 124) não **Gueteburgo*. A única coisa que sim fica fora que qualquer dúvida é que não se toma como base a forma autóctone do nome deste país, chamado *Kalaallit Nunaat* pelo povo *inuk* na sua língua *kalaallisut* (groenlandês). Ambas as eivas comentadas poderiam ter-se evitado quer aplicando em toda a regra o critério que propugnada o XTM de partir preferentemente das fontes autóctones, quer orientando-se cara à forma luso-brasileira reconhecida internacionalmente pelas Nações Unidas, a União Europeia, etc. através das normas ISO vigentes.

Um problema similar, ainda que não idêntico, surge também no processo de ‘galeguização’ infligido à Tunísia. Não se explica, partindo da forma árabe *Tunis* (تونس) como é que, após aplicar o sufixo correspondente, isto se torna *Tunícia* (XTM: 114) e não *Tunísia* com a sua capital em *Túnez* (*idem.*) e não *Tunís* segundo a forma árabe correspondente. A única explicação acha-se clarissimamente na utilização não confessada do espanhol como língua de partida onde predomina, neste caso, a forma com zeta *Túnez* ao lado da forma alternativa, ainda que menos frequente *Tunícia*. Mas, para complicar ainda mais um problema já de por si suficientemente enleado, se bem noutro trabalho mais recente sobre este mesmo tema o próprio autor recomenda que os jornalistas do já defunto *O Correo Galego* (hoje *Galicia Hoxe*) utilizem a forma *Tunísia* (MECG: 131) que coincide não apenas com a forma luso-brasileira mas também com a maioria das formas noutras línguas assim como mais fiel ao original em árabe, o gentílico correspondente recomendado não é outro que *tunícianos/as* (MECG: 120), enquanto os habitantes da capital –agora chamada *Tunes*– passam a se denominar *tunesinos/as* (MECG: 152) ...

2. Problemas de transcrição/transliteração

De maneira geral, o primeiro que cumpre sinalar é a falta por parte dos autores quer da fonte principal (XTM) quer das fontes secundárias

posteriores inspiradas nela, de distinguir na prática ao realizar as suas propostas terminológicas partindo de línguas muitas vezes com alfabetos diferentes do latino, entre a transcrição propriamente dita por um lado e a transliteração pelo outro (*Vid.* Cubberly, 1993: 50-57). Tais erros metodológicos e conceptuais levam forçosamente a toda uma série de erros na aplicação prática dos princípios que daí derivam tal, e como se detalha a seguir. O problema vê-se agravado pelo facto de que amiúde as propostas não se formam sobre a base das denominações autóctones, violando um dos critérios metodológicos recomendados e recolhidos explicitamente no XTM, mas baseando-se nas formas correspondentes numa selecção muito reduzida de línguas europeias –nem sempre as mesmas em cada caso– nomeadamente o inglês, o francês e, como não pode ser menos, o espanhol, seja directa seja indirectamente. De facto, apesar da necessidade reiterada de se valer das formas autóctones para elaborar e fixar a toponímia internacional em galego, na bibliografia citada não aparece nenhuma obra de referência nem de chinês, nem de árabe, nem de russo, etc., ficando limitada a listagem a uma escolha reduzida de obras de referência básicas de um punhado de línguas europeias, nomeadamente o espanhol, o português, o francês, ou o inglês –representado pelo dicionário bilingue *Collins English-Spanish Dictionary*– completado com uma série de livros em euskera, catalã e até inclusive latim (XTM: 145).

2.1 Variações no árabe: a representação das consoantes enfáticas

Um exemplo muito claro que ilustra a proliferação de variantes *ad hoc* devidas a uma falta de critérios sólidos de partida e/ou baseadas numa análise incorrecta dos factos relevantes das línguas-fonte correspondentes oferece-o o tratamento que recebem as consoantes enfáticas do árabe⁽⁶⁾. Se bem que seja verdade que estes sons muito particulares da fonologia árabe não existem em nenhuma das línguas europeias, incluído o galego, é preciso, porém, reconhecer e entender a sua existência e função dentro do sistema de partida com o fim de os tratar, no momento da transliteração para o alfabeto e um sistema linguístico diferentes, com seriedade e de maneira global e coerente. Isso não exclui a eliminação da diferenciação fonológica original, fazendo convergir [d] ~ [ɗ] > <d>, ex. O *Riad* (ar. الرياض, XTM: 109) *Khartún* (ar. الخرطوم, XTM: 113). Ora bem, uma tal decisão terminológica tem-se de razoar e aplicar partindo da língua

(6) As consoantes denominadas ‘enfáticas’ ou ‘faringealizadas’ desempenham um papel de contraste fonológico em árabe, contrastando com uma série paralela não enfática, p.e.: < ح > [t] vs. < ط > [t̤] e < د > [d] vs. < ض > [ɗ], etc.

de partida original e não se baseando em formas, possivelmente incorrectamente analisadas por sua vez, importadas doutras línguas. Isso não é o caso no texto em questão, que modela as suas propostas segundo as normas marcadas pelas “línguas de cultura” (*sic.* XTM: 104), levando a variações internas contraditórias, apoiando-se ora no inglês citado no livro *Abu Zaby* (XTM: 117, mas ISO *Abu Dhabi*, EUMLC: 112) > *Abu Zabi* (ar. أبو ظبي, XTM: 117), ora no francês *Abou-Dhabi* (XTM: 117; ISO *Abou Dhabi*, EUMLC: 112) > *Abu Dai* (XTM: 117), após aplicar o Princípio 12.4.3 (XTM: 105) consistente na eliminação de qualquer agá <h> em combinação com outras consoantes quase totalmente independentemente da função desta letra.⁽⁷⁾

Uma vez mais, há-se de lamentar propostas tendentes a canonizar erros conceptuais e terminológicos gerados por uma falta de conhecimento estrutural do sistema linguístico que se está a manejar, combinado com uma visão estreitamente eurocentrista onde o que prevalecem como padrões de referencia são, ante tudo, quaisquer formas canonizadas nas línguas europeias hegemónicas, sejam ou não correctas em si.

2.2 Uma aplicação arbitrária: uso e não-uso do dígrafo <kh>

Também se poderiam formular críticas similares a respeito do uso indiscriminado que se faz do dígrafo <kh> para representar todo um leque de sons guturais de uma variedade de línguas-fonte, p.e.: árabe <.خ> e.g. *Khartún* (ar. الخرطوم, XTM: 113), russo <x> e.g. *Kazakhistán* (rus., Казахстан, XTM: 127; Cfr. caçaco, Қазақстан)... Ora, este mesmo mecanismo, por indiscriminado que for, também não se aplica de maneira coerente para representar este som noutras línguas menos ‘exóticas’, p.e. neerlandês <g> e.g. *Gant* > **Khant*. É mais, aplicar-se-ia aos nomes de origem galês, p.e. *Harlech* > **Harlekh*? E, de passagem, porquê não se aplica aos nomes espanhóis, aos que se reserva um tratamento especial como já vimos, p.e. *Guadalajara* > **Guadalakhara*. Tudo tende a indicar que se trata de um recurso que se mobiliza quando se trata de transcrever alfabetos diferentes do latino, mas isso não fica dito de jeito explícito nem se ela-

(7) Por um lado existem dígrafos compostos por consoante + agá cujo valor sabe interpretar o autor, adoptando um grafismo galego conforme a esse, p.e. português <nh> > <ñ> e <lh> > <ll>. Mas, pelo outro lado, os outros dígrafos do mesmo tipo formalmente mas que não obedecem a uma análise tão técnica recebem um tratamento a todo o transe consistente na eliminação do agá independentemente da função que tenha no dígrafo em questão, potencialmente muito variada por outra parte, p.e: aspiração *Tailandia* < *Thailandia* (泰晤士 XTM: 105); consoante reflexiva *Fuzou* < *Fúzhou* (福州, onde <zh> = [tʃ], XTM: 105); traço fonético interdental *Atenas* < *Athēna* (Αθήνα, onde <th> = [θ], XTM: 105)...

bora uma proposta global para a transcrição de tais alfabetos, grego, árabe, cirílico...

E se bem cumpre reconhecer o mérito que tem a adopção deste dígrafo para evitar reproduzir certas formas estrangeiras que em espanhol se transcrevem habitualmente com <j> por razões óbvias, cumpre sinalar que este mesmo grafismo serve para indicar a aspiração [k^h] noutros caso, p.e. *khmer* ou *sikh* para assim evitar a reanálise destas formas espanholas *jmer* e *sij*, por sua vez incorrectamente analisadas, que realizam alguns autores num afã desafortunado de fugir do que percebem como espanholismos, dando pé a formas totalmente espúrias como **xmer* e **six* (*khmer*, GDXL: 1145; *sikh*, GDXL: 1768) e até o clique africano *xhosa* [ʰosa] > *xosa* [fosa]... (Cfr. Huguet: 181, GDXL: 2008).

A solução para resolver estes problemas residiria em elaborar listas de equivalências coerentemente baseadas em critérios cientificamente fundamentados, fugindo de concepções eurocentristas a respeito do que cremos ou pensamos saber sobre outras culturas, mas que resultam estar, na prática, longe da realidade.

2.3 Uso errático de capa <k> vs. qué <q>

O tratamento que recebe a letra <k> tipicamente alheia às línguas romances em geral como também ao galego responde outra vez à aplicação de critérios certamente erráticos. A confusão geral que passaremos a descrever seguidamente entre as letras <c,q,k> produzem-na basicamente dois critérios enunciados no XTM, a saber: "Mudanza de 'k' por 'qu' diante de 'e', 'i' [e] Mudanza de 'k' por 'c' diante de 'a', 'o' e 'u'" (XTM, Pontos 12.1-12.2: 104). Este princípio parecem ter como motivação maximizar a naturalização nos nomes que contenham, na sua forma original a letra <k> ao substituí-la pelas mais habituais em galego <q,c>, p.e.: e.g. *Kenya* > *Quenia* (XTM: 132) e *Tokyo* > *Toquio* (XTM: 104), neste último caso saltando as regras do sistema de transcrição (romaji) utilizado para racionalizar a romanização do japonês (veja-se também os comentários a respeito do chinês *infra*.)

No caso do árabe aplica-se, aliás, um critério totalmente diferente referido à letra <q>, consistente em naturalizá-la nalguns casos <q> > <c>, p.e.: *Comores* (ar. القمر , XTM: 122) e *O Cairo* (ar. القاهرة , XTM: 110) mas não noutros, p.e.: *Iraq* (ar. العراق , XTM: 111) e *Qatar* (ar. قطر , XTM: 66), apesar de se representar o mesmo som do árabe original representado

pela letra *qaf* (ق). A razão desta alternância aleatória não é clara, mas partindo do já dito não é improvável que seja fruto da utilização de formas inglesas, francesas e espanholas como ponto de partida, sem comprovar qual foi a forma original em árabe tal e como exigem os próprios critérios enunciados no XTM a respeito da escolha das línguas fontes. Esta dependência doutras línguas-fonte que não são por sua vez fieis à forma autóctone vê-se ilustrada claramente noutro caso similar onde o galego herda uma forma importada, retocada e readaptada várias vezes através do filtro doutras línguas partindo do original numa reacção de dependência de erros encadeados, p.e. *Kazakhstan* < esp. *Kazajistán* < ing. *Kazakhstan* < rus. *Казахстан* < cazaco, *Қазақстан*/ *Qazaqstan*.

2.4 Problemas provocados pelas letras jota <j> e ípsilo <y>

Um problema muito confuso surge ao querer analisar o tratamento que recebem as letras <y> e <j> nas formas de base tomadas pelo autor ao fazê-los encaixar com as regras ortográficas do galego segundo a normativa ILG-RAG correspondente, existindo uma complicada rede de equivalências entre <y,j> nos termos de partida e <i,x>. Esta situação inicial não fica em nada esclarecida pela equivalência que se estabelece, ao mesmo tempo, entre <j> > <x> nalguns casos do que falaremos mais pormenorizadamente mais tarde.

Aqui, mais uma vez, este exemplo serve para ilustrar não apenas a arbitrariedade com a qual se aplicam os critérios enunciados, mas também a falta de uma sempre necessária hierarquização na ordem de aplicações dos mesmos.

O problema fundamental radica no facto de o galego isolacionista não dispor, o mesmo que o luso-brasileiro, da letra <y> agás para a transcrição de nomes próprios⁽⁸⁾. Ora bem, como é sabido, esta versão do galego também não conta, muito ao contrário do padrão luso-brasileiro, com a letra <j> ao existir na Galiza uma neutralização da oposição surdo-sonoro [ʃ]~[ʒ]. Esta característica das normas ortográficas recolhidas leva directamente a criar uma série de problemas de ordem prática exemplificado abaixo ao tratar de fixar formas ortográficas para topónimos que contenham esta letra cujo valor cumpre estabelecer segundo o código ortográfico da língua de partida em questão, pois se bem na tradição das

(8) Para o luso-brasileiro comum: “Além dessas [letras], há as letras *k*, *w*, e *y* que hoje só se empregam em dois casos: a) na transcrição de nomes próprios estrangeiros e de seus derivados portugueses [...] b) nas abreviaturas e nos símbolos de uso internacional [...]”, (Cunha *et al.*: 1984: 26), para o galego isolacionista: “[*y*] Letra allea ó alfabeto galego, empregada soamente en palabras procedentes doutros idiomas ou en certos símbolos convencionais internacionais [...]” GDXLG (2014).

línguas romances o jota tende a ter uma série de reflexos interlinguísticos, p.e. lat. *iustus* [j] ~ fr. *juste* [ʒ] ~ pt. *justo* [ʒ] ~ esp. *justo* [χ] > ilg-rag *xusto* [ʃ] e lat. *filia* [l] ~ fr. *fille* [j] ~ pt. *filha* [ʎ] ~ esp. *hija* [χ] > ilg-rag *filla* [j]~[ʎ], noutras tradições, tais como a germânica ou a eslava, a mesma letra representa sons muito diferentes como [j] que não tem o mesmo reflexo nas língua neolatinas.

O critério esgrimido para tentar resolver este problema é tão amplo no seu alcance como é vago na sua aplicação prática: “Substitución de ‘y’ (tamén ‘iy’) e ás veces ‘j’ por ‘i’” (XTM, Ponto 12.4.5: 105), sem especificar nem porquê nem quando. Noutras palavras, a indicação ‘às vezes’ simplesmente não constitui em si uma indicação que se poda aplicar de maneira objectiva e rigorosa segundo qualquer critério científico que reja o exercício da terminologia.

No destacável caso de *Jugoslavia*, a proposta para o galego tem o indubitável mérito de se ajustar muito melhor a uma correcta análise do valor deste som na língua fonte, neste caso o croata-servo, frente à forma lusitana correspondente *Jugoslávia*⁽⁹⁾, fruto de uma leitura errónea à portuguesa. Ora, este acerto destaca por ser a excepção, e não a regra, pois indo já não mais longe que o nome da capital da ex-Jugoslávia, topamos com uma leitura incorrecta desta mesma letra: *Sarajevo* > *Saraxevo*, em vez de **Sarajevo* (XTM: 134). Surge, pois, a dúvida de qual foi a língua fonte, não sendo, visivelmente, nem o servo nem o croata originais. Uma primeira possibilidade baseada no francês/inglês para o nome de país –violando mais uma vez o critério da selecção da língua fonte enunciado pelo próprio autor– vê-se confirmada ao contrastar também a forma galega recomendada *Belgrado* (XTM: 111), diferente da forma autóctone *Beograd*/*Београд*, mas sim concordando com as formas hegemónicas inglês, francês e... espanhol.

Este caso particular não é tão diferente do que se passa no caso da galeguização da capital da Córseica *Axacio* (XTM: 118), analisando incorrectamente as concordâncias ao tomar como língua de partida o francês *Ajaccio* e não o corso *Ajacciu*, que geraria a forma galega correspondente com <i> e não com <x>.

Esta confusão entre o valor que pode ter a letra em questão na língua de partida e, portanto, a conseqüente equivalência que se lhe deveria atribuir em galego leva a toda uma série de incoerências no tratamento

(9) Neste caso a forma lusitana a que corresponde com as normas ISO frente à forma brasileira *Jugoslávia*.

que recebe: *Jakarta* e *Bujumbura* > *Iacarta* (XTM: 111) e *Buijumbura* (XTM: 109, mas tamém *Buxumbura* XTM: 120) respectivamente, em face de *Jamaica* e *Punjab* (पंजाब) > *Xamaica* (XTM: 138) e *Punxab* (XTM: 132).

É mais, como se sabe que em espanhol a letra jota representa o som [χ], esta letra recebe um tratamento muito especial à parte no processo de galeguização, ainda que não sempre o mesmo, p.e. *Badaxoz* (XTM: 37) e *Guadalaxara* (XTM: 50) mas *Trujillo* (XTM: 136). Cumpre perguntar-se como se deveria pronunciar o <j> de tais topónimos espanhóis ao não existir uma equivalência específica para esta letra no galego do ILG-RAG, ficando assim subordinada a leitura destas formas galegas aos padrões do espanhol que os galego-falantes devem conhecer para as decodificar correctamente.

Finalmente, o autor enumera mais um princípio que permite estender o uso da mesma letra <x> a outros casos, ampliando ainda mais a confusão reinante: “Simplificación de grupos fonéticamente (sic.) semellantes a [dz] como J, DJ (e mesmo N'DJ) pola nosa palatal X [...]” (XTM, Ponto 12.4.2: 105), o que explica porquê *N'djamena* se vê transformado em *Xamena* (XTM: 110, MECG: 131), mas não explica porquê não se simplifica o africado na forma inglesa [dʒ] no nome *Fiji* (fidjiano, *Viti*) > *Fidxi* (XTM: 110, mas tamém *Fixi* XTM: 124).

Mais uma vez, todo isso serve para ilustrar ao mesmo tempo que não se respeitam os critérios enunciados por uma parte, nem se aplicam de maneira coerente –por serem já em si incoerentes na sua formulação muitos deles– pela outra.

Nem nos passam despercebidas as inevitáveis gralhas que escaparam à vigilância da correcção da provas de imprensa, subsistindo ípsilos em *Yamoussoukro* (XTM: 110)⁽¹⁰⁾ e *Nova York* (XTM: 130) –não vaia ser que se aproxime de mais à forma luso-brasileira...– e outras comutações, p.e.: *O Riad* (XTM: 109) vs. *O Riyad* (XTM: 133) e até *Niamey* (XTM: 130; *Niamei*, XTM: 112), ainda sendo este um dos ditongos talvez mais característicos do galego, sempre grafado <-ei>, p.e.: ‘falei’.

Fica por esclarecer como se supõe que se devem pronunciar os ocasionais jotas residuais que conseguiram escapar a este processo de galeguização ortográfico, ex. *Banjul* (XTM: 111), *Jersey* (XTM: 126) –ainda que a peça do mesmo nome esteja galeguizada como *xersei* (DRAG: 1228, GDXL: 2001).

(10) Note-se como esta mesma forma contravém também um outro princípio recomendado pelo mesmo autor: “Equivalencias fonéticas dunha lingua a outra, por exemplo o francés ‘ou’ = ‘ú’ (Ouagadougou > Uagadugu [...]” (Ponto 12.4.6, XTM: 105).

2. 5 A representação das palatais surdas: xis <x> vs. o dígrafo inglês <sh>

Ainda por cima, este mexido fica ainda mais embaralhado devido a um outro princípio que também cria uma sobreabundância de xis, mas por outras razões diferentes, ao aconselhar a “Substitución de ‘sh’ inglés ou ‘ch’ francés en topónimos chineses e árabes por ‘x’” (XTM, Ponto 12.4.1: 104). A aplicação de dita regra leva a incoerências no tratamento aplicado a um mesmo som segundo as línguas de partida, de maneira que *Bangladesh* (XTM: 109) mantêm a ortografia inglesa <sh> derivada de uma transcrição do bengali correspondente <শ> como também no caso de *Washington* (XTM: 110) e *Kinshasa* (XTM: 114; também *Quinxasa*, XTM: 132), frente a *Mogadixo* (XTM: 129) e a dubitativa proposta *Shanghai* > *Xangai*, (XTM: 106, *Vid. infra*). Fica muito improvável que o autor creia que o som inglês [ʃ] grafado <sh> seja mais diferente do galego [ʃ] grafado por sua vez <x> do que o retroflexo chinês [ʃ] que se aproxima a este último no processo de reortografização propugnada. Também não se explica em nenhum momento porquê o chinês e o árabe, como já acontece com outras recomendações referidas a diferentes grupos de línguas, merecem um tratamento especial à parte, e de se tratar, possivelmente, de uma questão de transliteração de alfabetos diferentes para o latino, isso não explicaria porquê não afecta em igual medida os topónimos russos...

Nem se pode, nem se deve isolar esta questão de um outro factor com a qual fica indissolúvelmente ligada e que já comentámos acima, isto é, a língua-fonte a partir da qual se elabora a nova proposta terminológica em galego e o que leva, mais uma vez, à necessidade imperiosa de estabelecer uma ordem preferencial na aplicação de tais critérios, quer dizer, que se deve dar a prioridade metodológica à selecção da língua fonte antes de aplicar à forma base quaisquer tratamentos e ajustes morfo-ortográficos, etc. Neste caso, se, em vez de aplicar a adaptação que faz o inglês do nome chinês de *Singapura* (新加坡) –através do filtro do espanhol– se aplicasse a recomendação antes citada consistente em tomar as línguas originais como o ponto de partida, isso não levaria à forma *Singapur* tal e como aparece no livro (XTM: 135), mas *Xinjiapō* > **Xingapor*. E se bem nós não contestamos aqui, nem muito menos, o interesse de recorrer a formas internacionalmente reconhecidas de nomes de países e regiões, isso não é o critério enunciado pelo autor do XTM e que se viola neste caso concreto como em muitos outros. Dito seja de passagem também que, vistos os antecedentes nesta matéria tal e como ficam sinalados no presente artigo, achamos quando menos pouco provável que o autor se inspirasse em

quaisquer das outras línguas oficiais desta cidade-estado para elaborar a sua proposta e que são, por sua vez, a fonte inicial da forma inglesa: malaio *Singapura* e o tAMIL *Cingkappūrā* (சிங்கப்பூர்). Em todo o caso, de se escolher qualquer destas duas últimas opções em vez de se referir ao espanhol, a proposta para o galego teria o duplo mérito de ser à vez mais fiel a uma das línguas autóctones originais ao mesmo tempo que de se chegar à matriz galego-portuguesa.

2.6 Tratamento inconsistente do uvê duplo <w>

Também não são mais explícitos nem mais coerentes os princípios enunciados a respeito das transformações que se devem aplicar ao uvê duplo, *verbi gratia* *Warszawa* (transcrito incorrectamente como **Varszawa*, XTM: 113) > *Varsovia* (XTM: 113) e *Kuwait* (ar. الكويت > *Kuwait* (XTM: 127, mas *Kuwait* ATG: 5)²³ face a *Malawi* > *Malaui* (XTM: 112, mas *Malawi* ATG: 5), *Zimbabwe* > *Cimbabue* (XTM: 109, *Zimbabwe* ATG: 5) e *Rwanda* > *Ruanda* (XTM:, ATG: 5).

2.7 O problema da romanização do chinês

Finalmente, passamos a analisar um outro caso diferente, ainda que ligado em muitos aspectos às questões já comentadas com anterioridade, o que demonstra que, pelo menos, a aplicação incoerente que se faz dos critérios enunciados se aplica a quase todas as línguas fontes por igual. O caso do tratamento que recebem os topónimos chineses fornece um exemplo muito interessante para ilustrarmos como a falta do conhecimento básico da fonologia da língua de partida, baseando-se em formas de ‘segunda mão’ já digeridas por outras língua não afins às formas autóctones –neste caso, por exemplo, o inglês e o francês a respeito do chinês– levará inevitavelmente à criação de formas totalmente inadequadas de um ponto de vista científico –aqui da sinologia– em galego.

De facto, ignorando as evidentes similitudes formais indicativas de uma relação etimológica comum, o autor aborda dobles como *Pekin(g)/Beijing* (北京, XTM: 106) ou *Shanghai/Xangai* (上海, XTM: 106) como se de denominações realmente diferenciadas entre si se tratasse, quer dizer, por um lado o nome propriamente chinês e pelo outro o ‘equivalente’ pan-europeu, quando na realidade é mais que óbvio que a forma ‘galega’ não é mais do que uma adaptação baseada na importação filtrada pelas línguas hegemónicas inglês ou francês e, como não, o espanhol.

O que se passa é que o autor cai numa armadilha muito frequente, mas não portanto escusável para um qualquer que elabore propostas terminológicas, que consiste em confundir sistemas de transição diferentes com ‘formas’ próprias das suas respectivas línguas, *id est* a falsa equação *Peking/Pequim* = inglês/francês – “tódolos idiomas” segundo a expressão consagrada do próprio autor (*sic*. XTM: 106)– frente a *Beijing* = chinês. De facto, as formas europeias citadas provêm todas de uma leitura incorrecta do sistema de romanização denominado Wade-Giles > *Peking* que se transcreve *Beijing* segundo o novo sistema chamado 汉语拼音字母 (*hànyǔ pīnyīn zìmǔ*, lit. ‘alfabeto fonético chinês’), tendo na realidade ambas as formas de se ler [bɛiɕdɿŋ]. Indo mais longe, inconsciente desta realidade sinológica subjacente, o autor propõe eliminar o que denomina o uso ‘francês’ que consiste em separar os diferentes elementos chinês por meio de um traço, p.e. 台北 *T’ai-Pei* > *Taipei* (pinyin: *Tāiběi*). Este traço é, porém, uma parte integral do sistema Wade-Giles que o autor defende sem o saber frente ao pinyin, pelo que se deduz que o seu desconhecimento do problema que tenta resolver é a causa das incoerências nas que incorre.

Em todo o caso, cumpre reconhecer que a adopção do sistema pinyin pela Republica Popular da China –que sim compreende os subtilezas do 普通话 (*pǔtōnghuà* ou ‘mandarim’)- responde a uma necessidade de impor um único sistema que retrate com maior fidelidade a pronúncia dos seus topónimos para leitores não familiarizados com a língua chinesa. É por estas razões que foi aceite o pinyin igualmente pelas grandes instâncias internacionais. Como sempre, a nossa recomendação não pode ser diferente das propostas internacionalmente canonizadas, ficando claro que a forma supostamente ‘portuguesa’ *Pequim* não é mais do que um simples erro que se verá suplantada pela forma internacionalmente reconhecida *Beijing*. Seja como for, o do que menos precisa o chinês é de um sistema de transcrição mais para acrescentar à plétora dos já existentes, baseado, além do mais, num desconhecimento manifesto da língua chinesa.

Assim, por exemplo, o autor do XTM opta encima de tudo por se acolher à forma ‘europeia’ –e, portanto, espanhola– *Peking* (XTM: 106) como ponto de partida, argumentado –correctamente do ponto de vista especificamente da filologia galega– que em posição final a distinção fonológica [n] ~ [ŋ] se neutraliza a favor da pronúncia velar e que, portanto, o <g> final que aparece nas formas espanhola, inglesa, etc. é redundante em galego. Do ponto de vista de um sinólogo, porém, esta argumentação supõe uma supressão desnecessária de um contraste fonémico que sim existe em *putonghua* entre o ene dental e um ene velar finais. Quando se

sabe que existe tal distinção noutras línguas mais próximas culturalmente à nossa órbita e menos ‘exóticos’ do que o chinês, esta distinção mantém-se, pois é muito improvável que o autor recomendar regrafar o nome da cidade inglesa *Worthing* aplicando o mesmo critério, tornando-se **Worthin*. Isso leva-nos a pensar que a eliminação desta diferença no caso do chinês seja o resultado de uma distinção entre o conhecido e o desconhecido, quer por ser culturalmente longínquo, quer simplesmente por desconhecimento dos factos (sendo estas duas últimas possibilidades intimamente ligadas). Em todo o caso, não achamos nem sério nem desejável estabelecer tais distinções quando não respondem a diferenças estruturais substanciadas na respectiva língua-fonte, advogando por um mesmo critério para todas.

Mais um ponto das romanizações elaboradas segundo as regras do sistema de transcrição internacionalmente aceite pinyin que o autor propõe retocar refere-se à supressão da letra agá em topónimo como *Shangh~~ai~~* > *Xangai* (*op. cit.*), etc. Mas, se bem que esta letra seja surda em muitas línguas, não o é em chinês onde esta letra representa um som retranscrito pelo mesmo autor com o dígrafo <kh> noutros casos (*Vid. infra*). É mais, noutros casos onde na língua de partida esta letra sim é surda, o autor mantém-no *A Habana* (XTM: 110) assim como noutros casos onde a letra, ainda que não surda, se pronuncia com menos força do que em chinês, p.e.: *Hanoi* (XTM: 114), *Honiara* (XTM: 113), *A Habana* (XTM: 110), *Torshavn* (XTM: 110), *Mabatho* (XTM: 109), etc. Não se explica em momento nenhum porquê se reserva um tratamento muito particular ao chinês que nem se aplica a outras línguas nem reflecte a realidade fonética desta língua.

Seja como for, deveríamos sentir-nos quando menos aliviados ao aprendermos que neste caso particular o autor decide limitar-se nas suas reflexões ao simples nível de possíveis vias cara à galeguização de topónimos chineses.

Neste caso, a nossa recomendação seria a de se aderir sempre às transcrições baseadas no sistema pinyin (menos os diacríticos tonais correspondentes), acorde com as recomendações internacionais do ISO e das Nações Unidas, sempre integrando à nossa proposta a excepção do *Tibete* (forma derivada por sua vez do mongol *Түбэд* e não directamente do tibetano correspondente ལྷོ་ཁོང་), em cujo caso se recomendaria a forma autóctone em vez de adoptar a forma chinesa *putonghua* 西藏 *Xìzàng*, tal e como nos outros casos similares, por exemplo *Hong Kong* (香港) que se conhece internacionalmente pelo seu nome no cantonês local *Hēung Góng* face ao

seu equivalente em putonghua *Xiānggǎng*. Esta mesma regra aplicar-se-ia às outras zonas da República Popular que não são de fala mandarina, por exemplo hokkien *Amoi* em vez do mandarim *Xiàmén* (厦门), cantonês *Ma-cau* (cant. *Magau*) em vez do mandarim *Mǎjiāo* (马交) etc.

1. O uso do artigo definido

Um outro princípio explicitamente enunciado pelo livro em questão e cujo autor opta por contravir continuamente é o referido ao uso ou não do artigo determinado prefixado ao nome de um país segundo exista ou não tal artigo na forma original do mesmo topónimo, a saber: “Obrigatoriedade do artigo galego, en caso de que se adapte, sempre que sexa usual no topónimo local” (XTM, Ponto 13: 105). Mas uma vez não é o princípio em si cuja legitimidade se está a julgar negativamente aqui, mas a aplicação incoerente que dele se faz, chegando as exceções a serem mais frequentes do que os elementos que atêm à regra, por exemplo: *O Cairo* (ar. القاهرة) e *O Riad* (ar. الرياض) mas *Bahrain*⁽¹¹⁾ que também está precedido do artigo na sua forma arábica original (ar. البحرين). Outros topónimos árabes parecidos pelo artigo definido e que o autor não inclui, segundo os padrões europeus de referência (inglês, francês, espanhol) são os seguintes: *Comores* (القمر), *Kuwait/Kuvait* (ar. الكويت, XTM: 89 *et passim*), *Xordania* (ar. الأردن, XTM: 97), *Mauritania* (ar. الموريتانية, XTM: 91) *Somalia* (ar. الصومال, XTM: 95) *Sudán* (ar. السودان, XTM: 95) and *Iemen* (ar. اليمن, XTM: 88). E, indo já mais longe, porquê não aplicar a mesma regra a outros topónimos mais conhecidos, p.e.: *Algéria* (الجزائر) > **O Xazáir*? É difícil determinar a que se devem as decisões finais pelas que opta o autor, mas tudo tende a indicar que se bem parece corresponder no geral aos usos internacionais –EUMLCT, UNCN e ISO 3166– coincide em definitiva com os usos habituais do espanhol, como vem sendo a tendência geral apontada.

De facto, cumpre dizer que se se optasse por adoptar as regras gramaticais comuns ao galego-português nesta matéria, o problema suscitado desapareceria quase instantaneamente na esmagadora maioria dos casos, ao se tornar obrigatório o uso do artigo definido com um grande número de nomes de países, sendo a minoria que não recorre a este mecanismo. E não sem ironia, se for preciso aludir a outras línguas

(11) Neste caso, retém-se a letra agá, cuja redundância em galego leva o XTM a recomendar a sua eliminação e tais grupos consonánticos como regra geral (vid. *infra*), p.e. *Dhaka* > *Daca*, *Thimbu* > *Timbu*, etc (op. cit XTM, Ponto 12.4.3: 105).

romances para alcançar uma ‘harmonização solidária’, também se poderia citar o caso do francês que concorda com o padrão luso-brasileiro neste particular face à prática habitual do espanhol...

Conclusões

Apoiando-se nos resultados deste sucinto e célere percurso analítico dos erros tratados, fica patente como partir de uma política mal definida leva à criação de uma confusão incoerente de propostas individuais incompatíveis entre si. Neste estudo tentamos desemaranhar a embrulhada, identificando cada fio para logo voltar a tecê-los segundo um novo quadro de princípios metodológicos claros e coerentes seguindo um modelo de planificação linguística orientado concorde com as especialidades da língua galego-portuguesa para assim alcançarmos, sob o nosso ponto de vista, uma base para a ordenação coerente da terminologia/neologia geral dentro do contexto de uma língua minorizada como é o galego na sua vertente *secessionista* ILG-RAG⁽¹²⁾.

Ante tudo, pois, a primeira lição que se haveria de tirar de todo o dito seria que sob nenhum pretexto se deve deixar em mãos de uma só pessoa uma tarefa tão delicada e sensível como é a de se encarregar de fixar padrões terminológicos, sobretudo no caso de línguas não normalizadas socialmente como o galego, e cujo contexto altamente prescritivo leva implícito o risco de erigir quaisquer escolhas deste tipo ao nível de cânone para os utentes seguidores do modelo linguístico em questão. Muito pela contrário, pois, não podemos menos que recomendar que tais trabalhos sempre se realizem de maneira conjunta e colegiada por meio de comités de especialistas não apenas qualificados linguística mas também tematicamente, operando segundo critérios científicos e metodológicos claros pré-estabelecidos, com o fim de garantir, na medida do possível, um produto final internamente coerente e conforme com os mecanismos linguísticos próprios da língua em questão, partindo sempre de um conhecimento profundo da matéria envolvida, *id est*, neste nosso caso, as formas e estruturas das línguas fonte.

De facto, cumpre recalcar que, num contexto ultraprescritivo o galego que se alicerça sobre figuras de autoridade –por não dizermos instituições autoritaristas –aumenta exponencialmente o risco de canonizar termos e regras que a priori podem não ser mais do que simples *lapsus calamorum*,

(12) Este termo devemos-lo a Diaz Fouces (2004:2).

chegando a se abandonar como tipicamente ‘galegas’ formas erróneas como no caso de *Grenlandia*, dando assim respeitabilidade a tais erros e criando um efeito dominó ao se recolherem em livros de consulta escolar como o atlas AXCGM, garantindo assim a propagação dos erros.

Nem também se deve esquecer quão importante é tratar com toda a cautela devida um tema que tanta polémica levanta como é o da toponímia, o qual serve, em mais de uma ocasião, como um chavão simbólico que abandera um povo para reafirmar a sua própria identidade amiúde frente à colonização alheia. Isso demonstram-no clarissimamente as muitas campanhas que se tenham desenvolvido que continuam a se realizar ao longo da Europa para conseguir que os nomes das vilas e cidades de um país sejam sinalados na língua autóctone do país, tal e como acontece na Bretanha, no País de Gales e, por suposto, também na Galiza.

No caso muito particular do galego, no caso de que se quisesse que a postura isolacionista, autonomista ou secessionista – chame-se como se chamar – se fosse tomada a sério como uma focagem autêntica e rigorosamente científica no seu proceder, se não na sua base ideológica, cumpriria antes de mais que os responsáveis se dedicassem a estabelecer e a respeitar não apenas regras e critérios para a elaboração de terminologia, mas também uma ordem hierárquica de prioridades na aplicação destes mesmos princípios para assim evitar o caos já descrito que emerge após a aplicação errática e parcial de critérios mutuamente excluintes segundo o caso.

Em todo o caso, a minha convicção pessoal é que a língua sairia ganhando afinal se se apostasse decididamente pelo luso-brasileiro como fonte potencial e, naturalmente, não alheia ao galego para a revitalização do mesmo. Isso não implicaria necessariamente, porém, renunciar, para os seus adversários, às actuais normas ortográficas existentes no que ao léxico científico-técnico se refere. E ainda que é certo que a terminologia usada pelo luso-brasileiro não é totalmente isenta de incoerências, vacilações e até inclusive erros internos, optar por esta via no caso da planificação de *córpus* do galego sim teria a vantagem imensa de criar um modelo de referência estável e internamente coerente, quer dizer, que em caso de dúvida se poderia consultar qualquer dicionário português dos que existe uma selecção considerável e de muito boa qualidade. No que respeita ao campo terminológico em questão, optar por esta via reintegracionista não apenas permitiria fugir de espanholismos e hiperdiferencialismos desnecessários, como também permitiria, ao mesmo tempo e de maneira instantânea, projectar a terminologia galega até a categoria das recomendações internacionais na matéria de toponímia internacio-

nal, excepto, por suposto, no caso dos topónimos autóctones –bascos, catalães, bretões, etc.– que merecem o máximo respeito. Desde jeito, achamos que sacrificar possíveis melhoras tais como a forma conforme ao original *Iugoslavia* frente à opção conforme ao luso-brasileiro *Xugoslavia*, ainda que sim potencialmente integráveis dentro do macro-sistema na mesma medida na que se toleram variantes luso-europeias frente a variantes brasileiras, seria um custo totalmente assumível se em contrapartida o que se ganham são as vantagens acima citadas, assim como um passo mais para um processo tendente a tirar o galego do gueto (auto)imposto da marginação padecida pelas línguas minorizadas, reincorporando-o de facto no seio do tronco linguístico do galego-português ao que de direito pertence. A alternativa é contemplar como os capitães da Academia e outras instituições levam o galego à deriva terminológica até o ponto de não retorno...

Aproveitando o refrescante vento de abertura linguística que começou a soprar com a advento da esperadíssima reforma da normativa aprovada pela RAG em 2003, já chegou a hora de pôr ordem de uma vez para todas no campo da fixação terminológica do galego no seu conjunto ao implementar uma revisão radical em vez dos remendos parciais que se tenham aplicado até hoje e que não fizeram mais do que dissimular as eivas existentes, criando novas incongruências e irregularidades de uma edição lexicográfica para a outra, desta vez optando por um critério único, concorde com o senso comum, e o cabedal histórico-linguístico do galego a ser aplicado a toda lexicografia, nomeadamente o padrão luso-brasileiro como referente sistemático.

Não se pode deixar temas de tanta importância nas mãos de pessoas que carecem das qualificações requeridas, mas que contam, ao mesmo tempo, com a autoridade suficiente para elevar os erros cometidos à categoria de regras prescritivas. Fazem falta, muito pelo contrário, grupos de peritos especializados trabalhando de maneira colegiada dentro de um contexto totalmente reformado de políticas linguísticas onde a planificação do *córpus* do galego se oriente decididamente para o luso-brasileiro. A não ser assim, visitantes de religião ‘sink’ (*sic.* XTM: 69) nascidos em ‘Berlón’ (*sic.* XTM: 109) ficarão para sempre condenados a ir de férias a ‘Phnum Penh’ (*sic.* XTM: 109) e a estudar os hábitos dos inuit que vivem na ‘Grenlandia’ (*sic.* XTM *passim*)...

Referências Bibliográficas

AGER, Simon (2003) 'Country/region names, in their own languages/scripts', *Omniglot*, AGER, Simon [dir.] <<http://www.omniglot.com/language/countries.htm>> [05.11.03].

ANON. (1990) *Munduko Atlas*, Donostia: Elkar S.A.

ANON. (1996) *Normas ortográficas e morfolóxicas do idioma galego*, Corunha e Santiago: Real Academia Galega/Instituto da Lingua Galega [NOMIG].

BAXTER, Robert Neal (1999) 'Terminologia e ortografia do bretão moderno (ss. XVIII-XIX-XX)', *Agália* (Revista Internacional da Associação Galega da Língua) Nº 60 [pp. 443-456], Associação Galega da Língua (AGAL): Ourense.

BAXTER, Robert Neal (2002) "El paper de la traducció en la consolidació de la percepció social del gallec com a *Ausbausprache*". Em BACARDÍ, M. & SANTAMARINA, L. (coord.) (2002) *Quaderns. Revista de traducció*, núm. 7 [167-1881]. Servei de Publicacions, Universitat Autònoma de Barcelona. Barcelona.

BAXTER, Robert Neal (2004) "Não te falo como um irmão" ou a nec(ess)idade da tradução intralinguística: o caso do galego-português. Em GARRIDO, C. (org.) (2004), *Ferramentas para a tradução*, AGAL, Ourense.

BORODULIN, V.I. [**Бородулин В.И.**] (Ed.) (1995) **Иллюстрированный-Иллюстрированный словарь** [*Dicionário enciclopédico ilustrado*], Moscovo

CARBALLEIRA ANLLO, Xosé María [coord.] (2000) *Gran diccionario Xerais da lingua*, Vigo: Edicións Xerais de Galiza, S.A. [GDXL].

CUBBERLY, Paul (1993), 'Alphabets and Transliteration', in COMRIE, Bernard et al. [ed.] *The Slavonic Languages* [20-59], Londres: Routledge.

CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley (1984) *Nova gramática do português contemporâneo*, Lisboa: Edições João Sá da Costa.

DIAZ FOUCHES, Óscar (2004) 'Translation Policy for Minorised Languages in the European Union: Globalisation and Resistance', Amesterdão/Filadélfia: John Benjamins [no prelo].

EUROPEAN COMMISSION, TERMINOLOGY AND LANGUAGE SUPPORT SERVICES (1999) 'Multilingual List of Countries and Territories, Capital Cities, Nationalities and Currencies', *Terminologie et Traduction* 1.2000 [105-351], Luxemburgo: Office des publications officielles des Communautés européennes [EUMLCT]

FERNÁNDEZ SALGADO, Benigno (1990) *Os xentilicios e os topónimos do mundo*, Santiago de Compostela: Consellería de Educación e Ordenación Universitaria. Dirección Xeral de Política Lingüística [XTM]

FERNÁNDEZ SALGADO, Benigno and MONTEAGUDO ROMERO, Henrique (1995) 'Do galego literario ó galego común. O proceso de estandarización na época contemporánea', in MONTEAGUDO, Henrique [ed.] *Estudios de sociolingüística galego. Sobre a norma do galego culto* [99-176], Vigo: Editorial Galaxia, S.LA

FERNÁNDEZ SALGADO, Benigno [coord.] (2001) *Manual de Estilo. O Correo Galego*. Santiago de Compostela: El Correo Gallego/O Correo Galego [MECG]

FODOR, István and HAGÈGE, Claude [ed.] (1983-1984) *Language Reform. History and Future*. [Vols. I, II, III]. Hamburgo: Buske Verlag.

GARCÍA, Constantino et al. [dir.] (1997) *Diccionario da Real Academia Galega*, Corunha: Real Academia Galega [DRAG]

GARRIDO, Carlos e RIERA, Carles (2000) *Manual de galego científico*, Ourense: Associação galega da Língua (AGAL)

HERNANDO, Felipe [coord.] (1999) *Átlas temático Galiza* [Correcção lingüística: PALACIO, Antón], Vigo: Edicións Obradoiro, S.A. / Grupo Santillana de Ediciones, S.A. [ATG]

HUÁNG Xiǎo Fèng [黄晓凤] [ed.] (1996) *世界地图册* [Atlas mundial], Chengdu Cartographic Publishers

HUGUET, Josep et al. [trad. GARAZO, Antón] (2001) *Os nacionalismos perigosos*, Santiago de Compostela: Laiovento

IRAZABALBEITIA, Inaki (1993) *Hiztegi entziklopedikoa*, Usurbil: Elhuyar Kultur Elkarte

LEWIS, Geoffrey (1999) *The Turkish Language Reform. A Catastrophic Success*, Oxford: Oxford University Press

LÓPEZ-IGLÉSIAS SANMARTIM, Roberto (2003) 'O Dias das letras no sistema literário galego. O caminho para o reconhecimento da autoridade da Academia', in *FORUM (Revista da Biblioteca Pública Municipal de Braga)* N° 33, Braga.

MA^CLUF, L. (1986, 10^a ed. 2000) *المنجد في اللغة والأعلام* [Dicionário enciclopédico da língua árabe 'Al-Munǧid'], Beirut: Dar el-Machreq

MASCATO, Antón [dir.] *Átlas xeográfico Cumio de Galiza e do mundo* [Revisão linguística: LÓPEZ, Cruz], Vigo: Edicións do Cumio, S.A. [AXCGM]

MASSON Michel (1983) 'La renaissance de l'hébreu', FODOR, I. et al. [ed.] (1983) *Language Reform. History and Future*, Vol. II [pp. 449-478], Hamburgo: Buske Verlag

MONTEAGUDO, Henrique (1995) 'Sobre a polémica da normativa do galego', in Monteagudo, Henrique [ed.] *Estudios de sociolingüística galega. Sobre a norma do galego culto* [197-229], Vigo: Editorial Galaxia, S.LA

PENA, Xosé Antonio [dir.] (1999) *Diccionario Cumio da lingua galega*, Vigo: Edicións do Cumio, S.A. [DCLG]

REIG, Daniel [dir.] (1999) النحة بلدان العالم [‘Listagem de topónimos’], السبيل عربي - فرسي - فرسي - عربي. [Dictionnaire Arabe-français / français-arabe, pp. 38-39], Paris: Larousse-Bordas

RODRÍGUEZ RODRÍGUEZ, Anaí et al. [dir.] (2003) *Lingua galega. Criterios lingüísticos*. Vigo: Servicio de Publicacións da Universidade de Vigo. [UVCL]

SECRETARIAT [ed.] (1995) *Country Names* (Terminology Bulletin No. 347), Nova Iorque: Nações Unidas [UNCN]

SECRETARIAT ISO 3166/MA (2003) 'ISO 3166 code lists in ISO 3166' in *Maintenance agency (ISO 3166/MA) – ISO's focal point for country codes* <<http://www.iso.org/iso/en/prods-services/iso3166ma/02iso-3166-code-lists/index.html>> [08.11.03]

WIKIMEDIA FOUNDATION, INC. (actualização 09.03). *Wikipedia, the free encyclopedia* <http://en2.wikipedia.org/wiki/Main_Page> [09.11.03]



estobuts

Poesia e ficção científica.

Imagens cósmicas em *Cobra* de Herberto Helder

Tomás González-Ahola

(Santiago de Compostela)

Introdução

Ainda que os estudos literários tenham evoluído nos últimos anos de maneira considerável, especialmente desde a sua parcial substituição no âmbito norteamericano pelos *cultural studies*, e devido à eliminação das rígidas fronteiras interdisciplinares que permitem uma maior colaboração entre os distintos departamentos das universidades, há todavia alguns prejuízos herdados que pesam mais do que poderia parecer a simples vista, firmemente atados às mentalidades da maior parte dos estudiosos da literatura. O próprio conceito deste trabalho acha-se enfrentado com esta classe de lastros, e portanto, pese a que só se trata de um lícito exercício de Literatura Comparada, pode resultar demasiado atrevido para alguns ou inclusive insultante para outros. A proposta que se acha no fundo dele é o da possibilidade de comparar produções literárias não só afastadas no espaço físico, mas também no espaço sistémico, para o que é preciso romper com os antiquados e manuseados conceitos de «alta literatura» e «baixa literatura», visto que na primeira se situa o género poético e na segunda a ficção científica, e só com a queda do muro cultural que os separa é possível o trabalho comparatista.

Certo é que nas seguintes páginas não se demonstrará a existência de uma relação genético-contactual entre a ficção científica e a poesia de Herberto Helder⁽¹⁾, mas tal modo de parentesco literário é o menos interessante para a Literatura Comparada, dado que a noção de «influência»

(1) A própria editora do poeta português negou tal relação num correio electrónico datado em 2 de Fevereiro de 2004: «[H. Helder] não tem um gosto particular nem pela literatura fantástica nem pelo cinema fantástico. Se houver qualquer espécie de “contágio” desse género na sua poesia, é completamente inconsciente».

é mais própria do âmbito da História da Literatura; neste caso haveria que falar mais bem de desenvolvimento paralelo, o qual pode indicar a existência de umha série de preocupações e interesses pessoais semelhantes em distintos autores diante do sentido da vida e a concepção da literatura dentro dessa própria vida, um campo muito mais fértil que o do simples contacto ou «contágio», cultivado especialmente pela Teoria da Literatura.

1. A Poesia e a ficção científica no macrosistema literário ocidental

Se adoptamos um ponto de vista sistémico para a análise da literatura e das demais manifestações semióticas da humanidade, isto permitirá-nos constatar a existência de paralelos e de semelhanças entre produções *a priori* muito afastadas no relativo à forma e ao conteúdo. O teórico israelita Itamar Even-Zohar, da Universidade de Tel Aviv, adapta o esquema comunicativo de Jakobson para explicar a maneira em que funciona a literatura, organizada em distintos sistemas. Deste jeito, o autor é o *produtor* de um *produto* destinado a um *consumidor*, que consome tal produto porque se acha no contexto de um *mercado*. A produção literária depende de um *repertório*, de onde o produtor extrai os elementos básicos para o seu trabalho criativo. À sua vez, a produção está regida por umha *instituição*, formada pela comunidade académica, as revistas literárias, etc., que dita em cada momento quem é canónico e quem não o é. Quando umha obra ou umha série delas não pertence a este grupo privilegiado pela instituição, convertem-se em parte de umha periferia excêntrica, que pode ter umha grande quantidade de consumidores, mas que não entra dentro desse grupo privilegiado da «alta literatura»⁽²⁾. Mas, como se pode observar com um pequeno achegamento diacrónico à literatura ocidental, as forças da *instituição* e do *mercado* a muito são opostas, já que a primeira é extremamente mais conservadora que a segunda⁽³⁾. Logo, as instituições académicas tendem a primar um grupo de produções imóvel e quase fossilizado, que não representa a realidade da evolução artística.

Se aplicamos este modelo de análise ao *corpus* escolhido achamos-nos com umha questão paradoxal: A poesia é um dos géneros privilegiados

(2) Para umha informação mais detalhada sobre a teoria dos polissistemas ver Even-Zohar (1990a e 1990b).

(3) O conservadorismo da *instituição* vem derivado de que está formada por um grupo de consumidores muito reduzido, educado de um jeito especial, mentres que o *mercado* depende directamente do conjunto global dos consumidores. Ademais, hoje as editoriais movem-se em função dos benefícios, pelo que tendem a privilegiar as publicações destinadas ao grande público e a abandonar as instituições, cujo grupo de obras privilegiadas não oferece umhas expectativas económicas positivas.

polas instituições, ainda que se trate de um género praticamente morto, mas Herberto Helder, na sua época produtiva, nom pertencia a esse cânone, mas tratava-se de um autor bastante periférico. À sua vez, a ficção científica e a fantasia som géneros que quase nunca conseguem ultrapassar o muro que separa alta e baixa literatura (salvo casos contados como Tolkien, Bradbury ou Lovecraft), polo que também constituem umha parte dessa periferia. Do ponto de vista do *mercado*, os consumidores potenciais de Herberto Helder e de ficção científica eram diferentes, mas ambos os grupos pertencem a um colectivo maior que podemos denominar «público *underground*»⁽⁴⁾.

Se temos em conta esta análise, observaremos que a poesia de Herberto Helder e a ficção científica nom som extremos opostos, antes duas caras da mesma moeda, situadas ambas a umha grande distância da literatura canonizada, e separadas entre si só polo facto de terem um público potencial nom coincidente mas nom por isso diferente em essência.

Outro dado a ter muito presente é o que atinge directamente a questom do género literário. É normal que quando se fala de géneros da periferia haja umha tendência à simplificação que se vê falseada após umha análise minimamente profunda. Se a observarmos de um ponto de vista externo, a poesia do Herberto Helder nom será mais do que umha das muitas manifestações ligadas às vanguardas, falta de critérios formais e estéticos, simplesmente com a pretensom de destruir e escandalizar. Quando nos situamos no interior desta periferia, observaremos que em absoluto se pode falar em geral nestes termos. Também ocorre assim com a ficção científica; a imagem comum é a de má literatura, carente de gosto estético, na qual se contam viagens fantásticas a planetas desconhecidos onde habitam criaturas extraterrestres; umha literatura em que tenhem extremo protagonismo a aventura e o conceito do *astounding*⁽⁵⁾; mas a realidade nom é essa em absoluto, como se verá na continuação.

(4) É importante ter presente que se está a falar do funcionamento dos sistemas literários durante as décadas dos sessenta e setenta, nom na actualidade. Este dado é muito importante, pois agora mesmo o poeta português começa a entrar dentro do cânone da sua literatura nacional, e ao mesmo tempo a ficção científica começa a ter-se em conta no âmbito académico, já que é um dos fenómenos de massa mais importantes dos últimos vinte anos (embora a sua canonização ainda tarde muito tempo).

(5) Esta visom externa da ficção científica deriva em grande parte do grande êxito comercial de obras fílmicas como *Star Wars* ou *Star Trek*, pertencentes ao subgénero da *space opera*, no qual o futuro e os avances tecnológicos só funcionam como fundo para contar umha aventura de estrutura simples. Normalmente toda saída destes tópicos nos produtos destinados ao grande público acaba em fracasso, como se pode observar na escassa aceitação por parte do público do filme *Blade Runner*, inspirado na obra de Philip K. Dick *Do Androids dreams of Electric Sheep?*

2. A *New Wave* e a renovação estética da ficção científica

Umha das datas mais importantes para a evolução do género é o ano 1964, em que nasce um movimento revolucionário denominado por Judith Merrill num ensaio publicado em *The Magazine of Fantasy and Science Fiction* em 1966 *New Wave* (Taormina 2002). A *New Wave* aparece ligada à revista *New Worlds*, cuja direcção assume em 1964 o britânico Michael Moorcock e à volta da qual se juntam um grupo de escritores novos e consagrados entre os quais destacam Brian W. Aldiss, J. G. Ballard e Harlan Ellison. Os seus objectivos som claros: abandonar o caminho da automarginalização empreendido polos autores da *Golden Age* como Isaac Asimov e achegar o género à *Mainstream Literature*⁽⁶⁾. Para realizar tal empresa os autores centrárom os seus esforços criativos nos aspectos formais das suas produções, para primar a expressom frente ao conteúdo científico. Outro ponto de distinção muito importante foi o da exploração do espaço, que agora passava do exterior ao interior, polo que som habituais as obras em que desaparece a componente da aventura espacial e de descoberta de novos mundos por parte da humanidade, e emerge umha nova dimensom explorativa: a do universo individual representado pola psique do indivíduo, que é quem cria e condiciona a realidade. Umha das obras chave para a compreensão deste movimento é a recopilação de relatos *Dangerous Visions* de H. Ellison (1967), na qual participárom nom só autores do círculo britânico de *New Worlds*, mas também outros do âmbito americano como Philip K. Dick, o grande mestre da introspecção, criador de muitas das histórias convertidas ao cinema nos últimos anos, como *Blade Runner*, *Total Recall*, *Minority Report* ou *Paycheck*⁽⁷⁾.

-
- (6) A *Golden Age* abrangê a década dos quarenta e os cinquenta, durante as quais tivo umha importância fundamental a *hard sci-fi* (o subgénero da ficção científica que privilegia a ciência frente à literatura, representado polos autores do círculo de Asimov), e cujo centro estava na revista *Astounding Science Fiction*, editada por Campbell (Wolfe 1986: 48). O termo *Mainstream Literature* ou *Mainstream Fiction* faz referência às produções literárias alheias ao subsistema da ficção científica, abertas a um público mais amplo. Este é um dos pontos mais polémicos dentro do desenvolvimento histórico do género, visto que sempre se produzírom tensões entre os «ortodoxos» (aqueles que consideram positiva a automarginalização e defendem a condição periférica e independente do subsistema literário) e os «heterodoxos» (defensores do contrário que os anteriores), entre os quais se acham os autores ligados à *New Wave*. (Wolfe 1986: 69-70).
- (7) A mestria de Dick à hora de analisar a realidade baseia-se quase sempre na negação ou polo menos na dúvida da sua existência *a priori*, polo que é o ser humano a medida de todas as cousas (às vezes ajudado pelas futuristas técnicas de implante de recordos, apagamento de memória ou máquinas de empatia). A sua genialidade parte em grande medida dos seus próprios problemas mentais, já que estava convencido de que ele mesmo vivia outras realidades simultâneas e paralelas (nom recordos de vidas passadas), o que, unido à sua adição às drogas oferece-nos umha imagem de génio criador similar à dos poetas ligados às vanguardas, como Herberto Helder.

Segundo Taormina (2002) estas som as características básicas da New Wave:

- The gloom emanating from a shared conviction that things are getting worse, not better.
- A general distrust of both science and technology as well as of mankind itself.
- A lack of faith in man's intelligence to get us out of our current predicament.
- Often the belief that mankind's intelligence is what got us into our current predicament.
- Disbelief in the perfectibility of mankind or even its essential goodness.
- A perception that mankind is fatally flawed and that man is essentially contemptible or of no consequence.

Este pessimismo geral observável em todos os autores do movimento costuma levar a que os atormentados protagonistas empreendam a busca da verdade, do conhecimento, o que a miúdo implica umha viagem iniciática através da mente, representada por um mundo destruído por umha grande guerra, como ocorre em *Barefoot in the Head* de Brian W. Aldiss (1969) ou em *The Drowned World* de J. G. Ballard (1962).

Mas a própria escrita, a forma da linguagem empregada, costuma estar ao completo serviço da narração, polo que ademais da temática, também a expressom está em paralelo com a experiência das vanguardas poéticas. O antes mencionado *Barefoot in the Head* é um caso dos mais claros, já que a crescente loucura do protagonista vê-se reflectida na progressiva alteração da sintaxe, nas associações de ideias inusuais e na inserção de poemas de corte vanguardista ao longo do romance, entre os quais destacam numerosos caligramas. Outro exemplo, este conhecido por mais gente, é o de *Do Androids Dream of Electric Sheep?*, de Philip K. Dick (1968) no qual se insere umha narração em terceira pessoa da ruptura da realidade que se dá no mundo interior de Isidore, durante umha sessão na máquina de empatia.

Deste modo, todos os elementos típicos da ficção científica tradicional (a viagem interestelar, os avances tecnológicos, a presença dum mundo muito mais vasto e inabarcável, etc.) na *New Wave* estão sempre em relação de dependência com a necessidade de autoconhecimento, a busca da verdade, a análise do real e as vagas fronteiras entre os mundos possíveis. Dentro deste novo modelo estético surge umha série de temas antes quase ignorados dentro do género, como som a morte (relacionada com a descomposição do real), a infância (do ponto de vista da materia-

lidade das recordações e a non-linearidade do tempo), o amor e o sexo (muitas vezes da mão da violência criadora e destrutora).

No âmbito ideológico, vê-se claramente que a *New Wave* é um modo iconoclasta e crítico de entender a cultura ocidental da metade do século XX. Mentres que para os escritores de *hard sci-fi* a exploração espacial por parte dos EEUU era um signo positivo do domínio do homem sobre o universo, para os novos autores ligados a *New Worlds* o astronauta é um ser trágico e cómico ao mesmo tempo, que representa a soledade do homem dentro do vasto universo e as suas ocas aspirações (ver Latham 1995: 200-201). Assim, estamos ante um grupo de escritores que tende à esquerda política (tanto do ponto de vista construtivo como destrutivo), o que os assemelha mais ainda com os poetas das vanguardas⁽⁸⁾. Este posicionamento político levou a que o movimento evoluísse para um modelo de ficção científica de corte social, no qual o contexto fictício desse lugar à reflexão sobre várias questões próprias do pensamento pós-modernista, como a sexualidade, a exploração colonial ou o ecologismo, que tem como principal representante a Ursula K. LeGuin⁽⁹⁾.

3. Microcosmos e macrocosmos em *Cobra*

Como se comentou na Introdução, demonstrar uma relação de contacto entre a ficção científica e a poética do Herberto Helder está longe dos objectivos do presente estudo, pois requereria um trabalho de campo quase impossível de realizar, em parte devido à reticência do poeta a conceder entrevistas. O que sim se pode afirmar quase com rotundidade é que as manifestações portuguesas deste género são dificilmente comparáveis com a obra poética herbertiana, já que este nunca teve uma presença suficientemente forte nesse país como para permitir o desenvolvimento da *New Wave* (que, como se viu até agora, é a vertente mais directamente relacionável com a poesia de Herberto), como

(8) Sobre a questão das orientações políticas dos leitores de ficção científica, ver o ensaio de Bainbridge e Dalziel (1978). Sobre a relação das vanguardas com a ficção científica e a «tecnosurrealidade» ver Mourão (2003).

(9) O radicalismo estético da *New Wave* fêz que o movimento não perdurasse demasiado tempo, visto que a positiva experimentação foi-se transformando pouco a pouco em abuso do absurdo, com o que acabou por receber o nome de *New Thing*. Mas os seus frutos foram extremamente importantes para a história do género, pois por um lado permitiu a introdução da crítica social e dos movimentos de esquerdas, e pelo outro conseguiu chamar a atenção por primeira vez a grupos de consumidores diferentes dos habituais, pelo que hoje em dia não é raro achar na biblioteca de qualquer indivíduo não ligado à cultura *freak* da ficção científica obras de Aldiss, Dick, Ballard ou LeGuin. Entre os textos sociais da última destacam *The Left Hand of Darkness* (1969), sobre a ambigüidade sexual, *The Word for World is Forest* (1972), sobre a exploração ecológica das colónias, ou «A Woman's Liberation» (1995), de corte feminista.

sim ocorreu no âmbito anglo-saxónico, hispánico ou soviético⁽¹⁰⁾. Mas, ainda que seja por acidente, há umha série de semelhanças inegáveis entre *Cobra* e algumas obras de Aldiss, Dick, Ballard e outros autores, que nos levam a postular umha hipótese de origens comuns, de umha atitude similar ante umha época convulsa na qual a tecnologia pouco a pouco se ia pondo ao serviço da vontade exploradora do ser humano:

A influência da técnica aeronáutica e da arte que nela se inspira não é estranha na obra herbertiana; o poeta deixa-se fascinar por tudo quanto remete para a mais recente descoberta ou invenção da ciência e técnica da era espacial que atravessamos, sendo sensível, justamente às técnicas de conhecimento espacial. O mundo das estrelas constitui dos campos semânticos mais assíduos, sendo detectável nos poemas mais antigos do autor e, de forma mais evidente, desde «A Máquina Lírica» até «Cobra» (Guedes 1979: 92).

Mas tal fascinação nom remete para modelos de corte positivista, como os dos autores da *Golden Age*, e tampouco a finalidade do texto é falar dos astros, da exploração do espaço exterior ou da condição aventureira do ser humano. Mais bem, ao igual que na *New Wave*, os engenhos da era espacial e o vasto quadro do cosmos som umha via de conhecimento e de mistificação da existência. A viagem estelar nom é mais que a viagem pola paisagem interior⁽¹¹⁾.

Cabe mencionar que o próprio Herberto menciona em *Cobra* o conceito de «visions perigosas» (título da conhecida antologia de Harlan Ellison), no mesmo sentido em que dez anos antes o figura o autor inglês:

«E estas eram as visões, os meus símbolos
perigosos: a demência, a nudez, o dom
o hipnotismo, o terror, o transe, a graça terrestre
e hermética»

Esta classe de símbolos som os que constroem a sua visom do mundo, que em *Cobra* é representada polo movimento e a mutabilidade em todos os âmbitos, pola energia que mantém a cinética da estrutura do átomo e do girar eterno das constelações, presentes no homem através das «veias» e as «artérias». Mas esta falta de rigidez e de repouso dentro da ordem cósmica tam próprio da experiência quase mística do presocráti-

(10) Para umha história da ficção científica portuguesa ver De Sousa Holstein (1996) e Sousa de Almeida (2002).

(11) O conceito «paisagem interior» é chave dentro da ficção científica dos anos sessenta, polo que inclusive foi título (*The Internal Landscape*) de umha colecção de três contos de Mervyn Peake, Brian W. Aldiss e J. G. Ballard, publicada em 1969.

co Heráclito ou do sacerdote avéstico Zoroastro (mais conhecido como Zarathustra depois da famosa obra de Nietzsche), nom é só um elemento omnipresente na temática, mas também trascende até ao âmbito da forma da obra poética. Por isso *Cobra* nom é um texto fixo e imóvel, por isso é umha obra sem cristalizar, que possui múltiplas versons e que se resiste a ser citado⁽¹²⁾. Esta interdependência forma/temática é a mesma que observamos no antes mencionado *Barefoot in the Head* de Aldiss, no qual o autor nom se limita a narrar a loucura do protagonista, senom que participa dela e faz partícipe ao leitor.

Em *Cobra* o ser humano nom é mais do que um conjunto de «correntes atómicas» que participa do movimento universal, polo que os múltiplos planos da realidade exterior e interior estão neutralizados e relativizados nas associações de ideias que cruzam de jeito transversal entre os círculos cósmicos da matéria e o movimento:

E a infância desaparece nas funduras das casas,
nos jardins envoltos em nebulosas. O corpo
com os electrões fechados

Isto achega-nos ao conceito de *multiverso* de Michael Moorcock (o fundador do movimento da *New Wave*) no qual a realidade está formada por umha série de camadas paralelas que em algum momento podem ser cruzadas de jeito transversal, ou também ao revolucionário conceito de viagem espacial «nom mecânica» que explica Brian W. Aldiss no seu *Galaxies like Grains of Sand*, baseada no conhecimento do universo e no controlo que este supom, o que permite, através da simples vontade, cruzar a galáxia de lado a lado. Em *Cobra* «de anel para anel, a garganta por onde o corpo / se arranca de dentro».

Outro dos temas omnipresentes na *New Wave* e fundamental em *Cobra* é o do sexo, entendido como uniom violenta com umha origem cósmica, que se dá também em todos esses «anéis» do *multiverso*:

Ele queria coar na cabeça da mulher aprofundada
uma labareda,
a luz fundida nas clareiras.
Tocava-lhe abismadamente o rosto directo, o sexo
de ouro bivalve, a jóia do ânus aberto
—negra garganta de uma camélia baixando.

Queria que ela absorvesse a radiação dos astros centrais,

(12) «Esta multiplicidade de versões serve para dessacralizar o texto, para o reduzir a uma condição perecível, mortal, para deixar de o considerar como transcendente» (Tavares da Silva 2003).

o oxigénio a entrelaçar-se no interior das constelações da carne.
E que o membro do corpo inteiro se embrenhasse
no sangue
que ligava dentro de estrela a estrela
por grandes fibras
vibrantes.

Estas imagens cruas e brutais põem de relevo umha concepção mística de um universo violento que nom é umha terceira pessoa nem um cenário em que actua a humanidade, senom umha forma trascendente dela mesma, em todos os seus aspectos, do mesmo jeito que cada átomo também é umha representação do mesmo, da mesma energia presente em toda matéria. Isto recalca o antes mencionado sobre a inter-relação entre os distintos círculos cósmicos, realizada através da energia, em muitas ocasiões representada pola violência do acto sexual.

Conclusom

A diferença fundamental entre a poética de Herberto Helder e a ficção científica da *New Wave* nom é mais do que umha derivada do sistema literário. Ainda que, como se acaba de ver, as coincidências sejam bastante significativas, o poeta português tem como guia a busca de umha verdade trascendente através do misticismo e a viagem iniciática; porém, os autores como Ballard, Aldiss ou Moorcock pretendem em primeiro lugar chegar o género de que som partícipes a cotas mais altas dentro do sistema literário, umha canonização; empregam essa experiência mística como ferramenta de renovação, mentres que em Herberto esta nom é mais do que a finalidade, pois o género em que se inscreve nom tem necessidade de canonização.

Porém, ainda que exista esta diferença no literário, nom cabe dúvida de que existem uns paralelos que nom deixam de surpreender entre dous géneros *a priori* considerados opostos, o que demonstra o seguinte:

- Que a canonicidade ou extracronicidade nom é um factor determinante para a valoração de umha obra literária.
- Que os estudos comparativos podem e devem dedicar-se a géneros literários tradicionalmente considerados «baixos».
- Que nom é necessária a existência de um factor genético para a aplicação prática da Literatura Comparada.
- E, finalmente, que todo texto literário tem um valor comunicativo e epistemológico completamente independente do seu status dentro

de umha determinada sociedade, pois que este depende unicamente de umha valoraçom assentada sobre critérios culturais (portanto relativos) e nunca universais.

Bibliografia

- BAINBRIDGE William Sims E Murray DALZIEL, 1978. 'The Shape of Science Fiction as Perceived by the Fans'^a, *Science Fiction Studies* 15.5.2. Disponível em <<http://www.depauw.edu/sfs/index.htm>>.
- DE SOUSA HOLSTEIN, Álvaro, 1996. «Breve história da Ficção Científica Portuguesa». Disponível em <<http://www.geocities.com/Area51/Vault/1077/index.htm>>.
- EVEN-ZOHAR, Itamar, 1990a. «Polysystem Theory», *Poetics Today*, 11.1:9-26.
- EVEN-ZOHAR, 1990b. «The 'Literary System'», *Poetics Today*, 11.1: 27-44.
- GUEDES, Maria Estela, 1979. *Herberto Helder, poeta obscuro* (Lisboa: Moraes Editores).
- LATHAM, Rob, 1995. «The Men Who Walked on the Moon: Images of America in the "New Wave" Science Fiction of the 1960s and 1970s», em Sanders 1995: 195-203.
- MOURÃO, José Augusto, 2003. «Surrealismo e Tecnosurrealidade. Rotas convergentes?». Disponível em <http://www.triplov.com/cict-sul/jose_augusto.html>.
- SANDERS, Joe, 1995. *Functions of the Fantastic. Selected Essays from the Thirteenth International Conference on the Fantastic in the Arts* (London: Greenwood Press).
- SOUSA DE ALMEIDA, Teresa, 2002. «Science Fiction in Portugal, the Drawing up of a Territory», trad. David Prescott. Disponível em <<http://www.wordmaster.ev.ro/pages/history/history.php>>.
- TAORMINA, Agatha, 2002. «A History of Science Fiction: The Modern Era: The New Wave and it's Aftermath». Disponível em <<http://www.nvcc.edu/home/ataormina/scifi/history/newwave.htm>>.
- TAVARES DA SILVA, Bárbara Sofia, 2003. «Herberto Helder: Cobra». Disponível: <<http://www.citi.pt/cultura/literatura/poesia/helder/index.html>>.
- WOLFE, Gary K., 1986. *Critical Terms for Science Fiction and Fantasy* (Connecticut: Greenwood Press).









CIDADE AO SUL

"Lo, thou has voyaged not! The ship is mine" (Ezra Pound)

—Para Anamaria

2

Roberto Sarmatin

**Na minha mão levo um veleiro
de palavras perdidas a cidades impossíveis:
Pasárgada Samarkanda Palagüi
Búrbida Lisboa Compostela...**

**Entrárom as gaiotas grasnando terra adentro
e voltei ao mar
porque só no mar o herói encontra a sua réplica.
E na soidade imensa serpes tritons monstros marinhos
rastos e restos do fenício
no fundo um home coma mim.
Aí emerge umha Cidade ao Sul
de multidudes silenciosas com castelo desarmado
e bibliotecas vazias cercadas pelo trânsito,
a tua nave ardida no rio encadeada
...e o meu veleiro no mar deitado.**

**Cidade ao Sul memória do pinar
em verde mar de escuridade
desejo de mulher canela e sabiá.**

**Cidade ao Sul labirinto em ruínas
lábios livros e insónia
e mulher muralha envolvendo jardim.**

2

espaços. abismos

(para uma leitura romântico-libertária do dous)

—Para Elvira

SENSATION

*Par les soirs bleus d'été, j'irai dans les sentiers,
Picoté par les blés, fouler l'herbe menue:
Rêveur, j'en sentirai la fraîcheur à mes pieds.
Je laisserai le vent baigner ma tête nue.*

*Je ne parlerai pas, je ne penserai rien:
Mais l'amour infini me montera dans l'âme,
Et j'irai loin, bien loin, comme un bohémien,
Par la Nature, —heureux comme avec une femme.*

Mars 1870

RIMBAUD

Somos desertos, mas desertos povoados de tribos, de faunas e de flores

GILLES DELEUZE

Alain Badiou. Talvez apenas umas linhas de um imenso pequeno livro. Manifesto maior pelo pensamento. Pela vida. Pelo combate de alçar as vozes. Ou seja, pela derrota. Decerto teria sido demasiado fácil não ter observado umas quantas palavras espargidas por um mar de potência criadora, potencial revolucionário sob máscara soberba. Com certeza, muitos fingirão não as ter visto. Sintagmas dispersos numa complexa árvore. Momento gozoso na minha não desejada existência de leitor anárquico, livre. Por ele tenho escrito. Por ele, agora escrevo. Por ele, escreverei. Sintagmas dispersos ou poemas épicos. Caravanas sem rumo. Anabase ridícula de glória infinita. Sem afastar os olhos de um leme que a nenhum lugar nos dirige. Navegador regido pela demência fundante. Navegante perdido no deserto que não deseja achar

senda. Areia no mar. Espaços. Abismos. Jogo erótico. Pequenas perversões inofensivas, assassinas, construtoras. Destrutoras. Criação agora. Nasce o universo. Morre a luz. A luz burguesa. Agora este acontecimento comunista. Esta união no mais fundo da falácia de uma batalha. Agora, subitamente, morre a luz desnecessária. E nasce por fim o universo. Tributo a Botticelli. Sairás das águas. Pequena Vénus. Sairás agora, plena de escuridão. A escuridão fundamental de um porvir inaudito. Romper e subir as águas sem leme. Em peripécia demente. Escrever agora. Jogar com quatro palavras. Morrer. Suicidar-se. Eutanásia das línguas e dos corpos. Resistência sem pathos. Amor. Por Badiou e por Vallejo. Por eles. E por ti. Barbárie ou barbárie. Qu'est-ce pour nous, mon cœr...?

1.

como um naufrago nas pregas da tua face
sou agora, nómada no mapa imenso
da tua pele, volto a escrever, com vaidade,
aquela que nasce na consciência trágica,
no aristocrático poder da comédia que é a minha vida,
como um nómada no deserto de um ódio,
de um amor, talvez de uma batalha sonhada,
infinita Anabase, infinita retirada de um exército
mercenário, porque isso sou agora,
neste mundo em guerra, neste pântano,
nesta noite, neste veneno doce,
nesta viciosa máquina criadora de orações
profanas, como um naufrago
nas pregas dos teus seios,
nos teus mamilos, nos extremos acidentes
de uma cartografia da catástrofe
ou da esperança, mercenário por fim,
por fim guerreiro em campo inimigo,
por fim naufrago nas pregas da tua face

2.

The wight of the world
is love
e é por isso que agora
obstinado
continuo ao pé
do leito da mãe
ao pé do universo
sob a carga da solidão
sob a catástrofe
que dá forma à vida

HOWL

Ginsberg sabia-o
sabia-o:
the weight
the weight we carry
is love

3.

neste oceano de janelas
ninguém vai perceber a mudança
nos nossos olhos. E poderemos
chorar, como as crianças
que nunca fomos, na procura,
entre os portais da noite,
da limpa chuva do Verão.
Esperando, e o asfalto
queima-nos os pés, por baixo
da pele. As portas cerradas,
mas os teus peitos abrem-se
e surgem as lágrimas
que nos roubaram. A ledice
desta maré a progredir
pela minha areia. Dentro do teu seio,
explodem armazéns
de combate. Juntam-se
as nossas águas
nas douradas sementes
da tua face. Nado
e não desejo a superfície

4.

horas em Viveiro

o rio Landro esmorece entre montões de lixo
as vozes das crianças já soam estrangeiras
nas empedradas ruas da vila
todas as minhas roupas cheiram a fumo
e as noites passam tão cedo
como o percurso das lágrimas pela minha face
não faço ruído quando progrido
pelas veredas da tua pele
e na escuridão falamos a mesma língua
construída no silêncio de uma falsa derrota.
Porque neste quarto de séculos,
entre móveis velhos e instantes escassos,
se desenham as linhas do desejo
e a corrente das nossas veias
limpa incessante
o ameaçante lixo dos homens. É doce
ver como surge um fio de lume
quando os meus lábios nascem
ao calor do teu ventre

Mário Herrero Valeiro

5.

tão diminuto o meu corpo
foge da erva malsã destes jardins
de inclemência (as princesas
morrem sob o veneno das rosas)
e nenhuma voz longínqua afoga
este clamor que me cresce, sur-

preendente, inesperado como
os teus lábios, nenhuma voz que
torture, nenhuma voz que reprima,
invento-me, desconcertado, entre
as sossegadas pregas do teu corpo,
e quero ser insone, insone para sempre,
para não sofrer
a funda desgraça do acordar
(tão diminutos
como quando morremos
sob o veneno das cousas)
Para não sofrermos
as vozes que nos abrem as carnes
quando lutamos ou apenas
imaginamos a estética
de uma privada revolução
(a salvação entre o sangue,
tributo para o desejo)

6.

desconhecermos o valor dos dedos cortados
que assinalam o Sul, a obscura boca dos velhos,
as feridas no peito, os lagos sem fundo,
os cantos profundos dos homens de vermelha pele,
os cantos dos caçadores primigénios, desconhecermos as
fórmulas mágicas que nos criaram do nada,
as pinturas de guerra, a comunhão com a terra,
o significado de uns olhos ávidos a observarem
o horizonte, a sua própria negação, a sua génese,

desconhecemos tudo e conhecermos nada, ignorarmos os rios,
ignorar o vento que nos limpava de sangue o rosto,
a água com que lavávamos as mãos, ignorarmos
a nossa própria ignorância, a que um dia
nos ofereceu um cálido sexo, um leito de folhas,
a que nos ofereceu as lágrimas em justos momentos,
a que nos concedeu um riso fugaz, impensável, desconhecemos,
desconhecemos o que fomos, sabermos com horror o que um dia
seremos, sermos incapazes de assumir o que agora
dizem que somos, e estarmos em pé quando o sol se ergue

Mário Herrero Valeiro

7.

descrito em navios de areia, desenhado
num vento que foge, as cegas linhas
que se unem num nome impronunciável,
uma vez cada milênio, quando o olho
sem pálpebras me olha fixamente;
desenhado na inconsistência de um verso,
percebido como um imenso nada,
como as unhas de um cadáver
ou as palavras de um poeta,
chega agora o instante para calar,
para a simples criação do universo,
chega agora o instante para o silêncio
que em noites de desgraça ainda nos salva

8.

pelos silêncios das pedras
desta cidade estrangeira,
caminhamos juntos, ignorantes
da língua dos transeuntes,
sotaques estranhos nos nossos
ouvidos, quero-te ver muda,
apenas os teus olhos iluminando
este deserto de vozes,
testemunhas de derrotas,
protagonistas de um voluntário olvido,
desejo de desaparecermos entre a areia
deixarmos por fim as ruas desconhecidas
e procurar a terra
e um linguajar amigo,
procurar a nossa pátria
onde para sempre sermos estrangeiros

9.

em instantes de barbárie
consegui intuir entre linhas
o suave passo de uma princesa
que levava um mundo de cães das suas mãos
e o universo esfarela-se derrotado
perante o seu firme caminhar
Mas não esqueço a morte
e sou consciente
e defino com mais força as estratégias de combate
e quando fecho os olhos surpreendo-me observando
como tudo continua igual
e que diferente é tudo

10.

Le Monde a soif d'amour: tu viendras l'apaiser

RIMBAUD

levemente nos olhos um fio de vento invernal,
acocho-me no silêncio fundo do teu ventre
para mais nunca sair, e não querer a luz,
e não querê-la mais que para a visão do teu rosto
em noites e amanheceres que para nós não de chegar

levemente na boca um golo de água gélida,
acocho-me na guarida que existe entre os teus peitos
para mais nunca alçar os punhos, e não querer já a ira,
e não querê-la mais que para sentir a tua força
quando as mãos dos homens nos quiserem ferir

levemente na nuca o alento de um frio desejado,
acocho-me lá onde se levantam as tuas casas
para mais nunca ouvir voz humana, e não querer já palavra
nenhuma, e não querê-la mais que para construir-te nela
quando de nada servem os corpos e apenas a vida se intui

levemente, mulher minha, no crânio a tua presença,
acocho-me nela e nela existo, despido de saberes,
despido de poderes, para mais nunca esquecer os traços da vereda
que até a ti me leva, minha mulher, caminho de nómadas
que de mil formas conduz ao mais fértil dos desertos

POÉTICA

2

**Escrever desde uma cidade antiga,
Convertendo as raízes em luz nova,
Em corpo de palavras que nasce
Baixo a nossa olhada sempre imprecisa,
Mas inexausta:
O poema é uma cópula incessante,
Uma vertigem permanente
À que levam todos os caminhos verdadeiros.**

12-2003

**Cresce-me no centro dos dedos
uma extensão de aves sacrificadas
na lentidão de uma viagem orvalhada
polo interior de uma planura órfã.**

**Pronunciei nos olhos de lagoas ermas
os nomes roubados à luz equatorial:
só uma chuva de certezas oblíquas
feriu a pele amada deste dia.**

**Mas deve ficar ainda uma lua imantada
no fundo de algum espelho arvorado,
um sinal de marés azuladas no corpo
destas horas silenciadas pola névoa.**

**Tenteio nas flores surdas que emanaram
os pianos da noite à procura de um bosque
em que abdicar desta loucura amarela
que traceja os limites da morte na cidade.**

**Anseio o sangue dos sacrifícios
para nele emudecer o clamor das mãos
que feriram as raízes do lume
numa repetição constante dos rituais da traição.**

**E aqui estou, com a vida infinitando-me
esta sede de amor que me faz beber o universo.**

01-2000

HOMENAGEM A PAUL CELAN

**Linguagem das areias:
As palavras naufragam
Antes de chegar às ilhas.
O ar é uma dança morta
Nos pulmões ensanguentados polo salitre.**

**Emudeces entre a cinza do que amaste,
Mentres os livros ardem
E as águas te levam,
Implacavelmente,
Nesta hora quebrada.**

2002

**Perseguir-te,
Sombra do Rio,
Para aprender a tua arte
De nunca estar
Mas dançares nas nossas bocas
Como nomeando-te com cada palavra.
Somos os filhos das tuas águas,
Sempre a conversar com as mulheres
Que sussurram a tua presença na Noite.
Habitas-nos quando estamos sós
E o teu sonho devora as sombras
Que o chumbo deita sobre as nossas costas:
És quem chama
Detrás das portas que taipou o medo,
Muito ao sul dos mapas reconhecidos;
Quem ilumina o fundo dos cenários
Onde vemos detrás das máscaras
O universo começando o seu andar.**

2002

**Aderir-se
À pele do mundo
Quando danço na tua imagem
Como um sol
Nascendo corpo arriba:
Eis o infinito de uma chuva
Criando-me nos teus olhos,
Raiz desta pátria azul
Onde vivo vivendo-te:
Casa sem sombra,
Grávida,
Aberta em avenidas livres
Ao sangue dos bosques anteriores
À fundação da escura música do sal.**

2003

A Alba, criança em flor futura

**Percebo os teus passos,
Branco como um silêncio primeiro,
Chegar até a casa ardente do sul
Onde te aguardamos com as bocas nuas
A beber flores de lume à tua saúde.**

**Tu banhas-te nas mãos aquecidas
Polo nosso desejo, primavera de sol azul
Que vens desde um mar muito antigo
No que a tua face pressentida dorme
Na Noite cúmplice que faz de ti
uma indefinível canção.**

**Estás iluminando a casa com os teus olhos
Ainda a sonharem num tempo anulado:
Chegam em ti aves invisíveis que conhecem**

**Os países ocultos onde se derrama o Amor,
Secretamente,
Nos corpos que dançam na sua Liberdade.**

04-2003

**Os teus passos abrem-se em
Flores de sangue absoluto
À procura de um desejo branco.**

**Nasces ao outro lado dos segundos
Quando deitas no coração perguntas
Cuja solução habita**

**Em ti desde sempre.
Os disfarces do silêncio não valem aqui,
Na extensão solitária do coração,
Tão povoado, porém, de uma luz que assusta,
Mas que abisma no seu incêndio azul.**

**É tempo de viver,
De queimar os mapas cinzentos,
Porque há uma ilha ao norte
Com o teu nome inscrito nas águas,
Onde o teu corpo dança.**

2003

**Eu sou parte deste rio que acolhe
A respiração serena da minha avó,
Sou carvalho que fala com a sua voz,
Salgueiro que sorri como ela no inverno.**

**Há pássaros que atravessam as paredes
Desta casa onde ela amou, riu, criou e morreu:
Perguntam por quê às manhãs não brilham
Os seus olhos a acarinhar-lhes o torso,**

**Por quê os seus passos não espargem
A música sábia que só ela ouvia no coração das tardes.**

**Estranhamente sabemos a resposta,
Mas de tão dentro que a temos,
Não podemos dizê-la:
Só viver com ela.**

À memória da minha avó, Consolo

08-2003

**Baixo as minhas palavras
Dança o teu corpo, nu,
Aferrado aos comboios que marcham
Às terras solares onde te fundas.**

**Alentas os animais sem sombra
Que percorrem a superfície da pele,
Curiosos, encorajados polo cheiro a sangue
Das vísceras azuis desta cidade sem norte
Povoada de árvores antigas a amuralhar-se
Em castelos de metal com pássaros mortos nas janelas.**

**As tuas mãos beijam as estrelas caídas
Nas minhas pálpebras: tu fecunda-las de armas
Sonhadas nas ilhas de além-mar, atravessadas
Da fúria de todos os amantes mortos a traição,
Mentres viajavam até o extremo da luz.**

**Não posso nem quero negar-te,
Escrita do incêndio contra a escuridão:
O assombro povoa-me de ti,
A vasta canção incessante começa.**

10-2003

**Amo-te,
Estrela voraz,
Contra o passado de silêncio e ocultação,
Neste andar à tua procura nos caminhos brancos,
Com o peso de um mar nos braços
Que se converte em alta canção à beira de falésias.**

**Não perco a tua voz
Ainda no meio da noite,
Onde a inquietação se faz caminho a ti,
Sombra de alva,
Ramo de luz nos quartos perdidos.**

**De ti vivem-me, aninhando-me na boca,
Animais de loucura à espera
Do beijo de sangue que nos una.**

2003

**Morre a luz da cidade nos olhos
E abre-se uma planura queimada nas pálpebras;
As aves deixam o seu corpo nas águas
E voam sobre nós com as asas puras do desejo,
Guiando-nos polos restos da tormenta,
Sonhos mortos devorando-nos as mãos.
Aquecemo-nos à noite
Com licores de línguas venenosas
Na tua espera,
Mulher, sol da ordem primeira,
Abrigando-nos no silêncio
Que fala desde a casa iluminada
Na memória,
A arder-nos eternamente dentro.**

12-2003



6 i 3 0 0 q e



entrevista



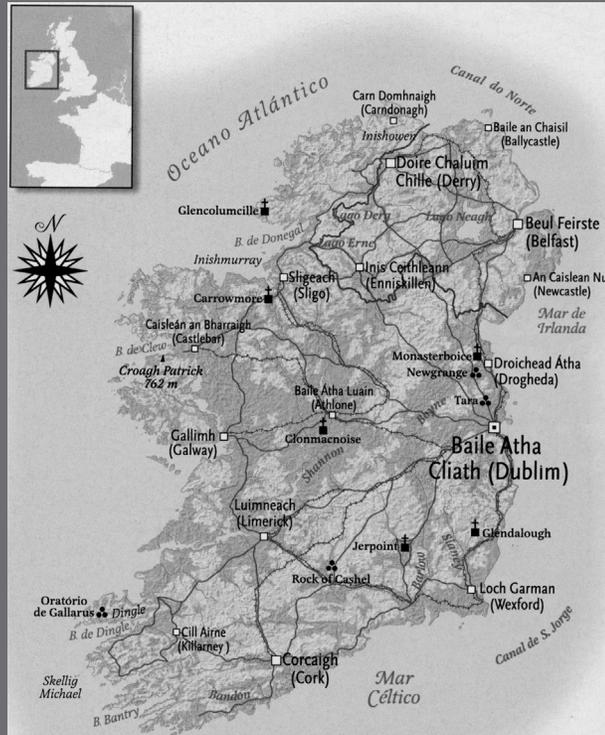




entrance

SIOBHÁN NIC GAOITHÍN e DAITHÍ Ó MADHÁIN

por Joseph Ghanime López



Sobre a situação linguística da Irlanda

Ar an mbóthar idir dhá chathair / go bhfuil dhá ainm ar gach ceann acu / léim na focail ar na comharthaí // Táim ag taisteal trén bhfearann breac / is tá dhá ainm ar gach aon bhaile ann // Claonadh – Clane / Cill Dara – Kildare / Baile Dháith – Littleton / Cúil an tSúdaire – Portlington // an-tainm dúchais / sa chló iodálach / claoninsint ar stáir na háite / an-tainm dúchais / sa chló is lú / faoninsint ag dul ó chlos (Colm Breathnach)

Por umha estrada entre duas cidades / cada umha delas com dous nomes / leio as palavras nos sinais // viajo pola terra de rosto manchado / e para cada vila há dous nomes // Claonadh – Clane / Cill Dara – Kildare / Baile Dháith – Littleton / Cúil an tSúdaire – Portlington // o nome nativo / em itálica / umha versom perversa da história local / o nome nativo / na letra mais miúda / umha versom reduzida e a cada vez mais reduzida (Colm Breathnach)

Qual a relação entre a independência dum novo estado e a regeneração lingüística?

Eis umha pergunta que pode fazer a si próprio qualquer falante de umha língua minorada. Procurar umha resposta única para ela seria quimérico. A situação lingüística da Irlanda, porém, permite-nos suspeitar que a segunda nom resulta necessariamente da primeira. A situação do irlandês pode nom ser tam “terminal” como por vezes se pensa, e nom faltam alguns sinais de optimismo, mas é claro que nom se cumprírom as expectativas criadas em volta da língua tanto em 1893, com a criação da “Liga Gaélica”, quanto em 1922, com a independência da Irlanda. Por outro lado, alguns dos avanços na “conservação” do irlandês nos últimos anos, como a proliferação de *Gaiscoleannas* [escolas nas quais o irlandês é a língua veicular; *vid.* glossário no fim deste artigo a propósito doutras vozes irlandesas nesta entrevista utilizadas] e um maior interesse pola língua na Irlanda do Norte, parecem ter-se produzido antes “apesar” do estado da República da Irlanda do que “graças” a ele. Fôrom mormente colectivos em defesa da língua, particulares, ou mesmo presos republicanos libertados por causa do processo de paz na Irlanda do Norte os verdadeiros protagonistas desses pequenos-grandes sinais de esperança.

Nos últimos anos três elementos estão a condicionar grandemente a situação lingüística na Irlanda: o processo de paz na Irlanda do Norte, a União Europeia e a entrada maciça de capitais e empresas multinacionais — mormente estadunidenses — no país durante a década de 1990. É difícil valorizar os efeitos que tudo isto está a ter sobre o irlandês, e possivelmente esses efeitos sejam paradoxais: por um lado, o sucesso dumha ideologia abertamente capitalista e focada para o êxito económico e a uniformidade cultural; por outro lado, umha descida da emigração desde a Irlanda (causa da perda de muitos falantes até a década de 1980) e o começo da imigração para a Irlanda; a imagem positiva (por vezes também muito discordante com a realidade) do país e de todo o irlandês no exterior; umha nova relação com os coloniais britânicos, por causa da pacificação progressiva no Norte e dum isolamento menor da Irlanda no quadro da União Europeia; o maior poder aquisitivo de parte (só dumha parte!!) da população irlandesa e as oportunidades resultantes de olhar para além dos problemas mais iminentes relacionados com a sobrevivência.

Siobhán Nic Gaoithín e Daithí ó Madháin som professores de irlandês e trabalhadores sociais em defesa da língua (algo assim como “normalizadores” lingüísticos, se nom fosse porque o conceito de “normalizar” é muito alheio à situação do irlandês). Quem for à cidade de Gaillimh (em inglês, Galway) poderá achá-los no local de Conradh na Gaeilge (os herdeiros da

Liga Gaélica) no 45 de Sráid Doiminic (Dominick Street). Siobhán é falante nativa de irlandês e foi criada numha Gaeltacht, enquanto que Daithí é um neofalante nado na Inglaterra e filho de emigrantes irlandeses. Tanto por esta interessante diferença de pontos de vista, quanto polo seu compromisso com a língua e os seus conhecimentos amplos, achámos que seriam as pessoas mais indicadas para sabermos algo da situação do idioma desde “dentro”. Sem a sua amabilidade este trabalho nom teria sido possível.

Entrevista com Daithí ó Madháin

Até que ponto se cumprírom as expectativas que havia a respeito do irlandês quando a Irlanda se tornou independente em 1922?

Em minha opiniom a formaçom do Estado da Irlanda é mui controversa. Som professor de história na escola secundária e podó dizer-che que as pessoas som mui avessas a ensinarem as partes da história que nom lhes quadram.... A guerra civil irlandesa é umha das cousas que se deixam mui de parte na nossa história. Se a minha memória nom erra, setenta e sete dos revolucionários mais radicais, que participárom nas rebelions e nas guerras que se seguírom e que forçárom os ingleses a devolver 26 dos 32 condados da Irlanda, viriam a ser executados polo próprio exército do Estado Livre, na guerra civil. A política irlandesa estivo mui dominada pola divisom entre os que aceitárom o tratado com os ingleses e os que o nom aceitárom. Os dous principais partidos que aceitárom a

constituíçom, Fiana Fáil e Fiana Gael, som um refugio de tudo aquilo. Som dous partidos mui semelhantes na sua política social, mas as suas diferenças remontam à posiçom adoptada por cada um deles na guerra civil. Portanto, embora se estabelecesse umha liberdade parcial no país e fosse criado um Estado, poderia dizer-se que o que se criou foi um Estado neocolonial. Umha grande parte do programa radical que tinha esse Estado nunca véu a ser aplicado, nunca se tornou realidade. É claro que foi assim no tocante ao irlandês. Embora houvesse umha tentativa sincera por parte de algumas pessoas para voltarem a fazer do irlandês a primeira língua do país, umha das principais eivas do sistema foi todo o funcionalismo civil ter ficado tal qual estava no período colonial, toda a estrutura foi construída em imitaçom do modelo inglês, amiúdo mantendo as mesmas pessoas nos mesmos postos. Umha parte da populaçom tinha

o desejo de recuperar a língua, mas naquela altura nom havia um plano bem desenhado que recolhesse todas as necessidades da língua, nom havia, como noutros países, umha estratégia bem pensada para afrontar todos os obstáculos de tipo social, económico, etc. que se interponhem no restabelecimento do idioma. Pádraig Mc Pearse, um dos mais radicais e talvez melhor informados de entre os líderes rebeldes, que estudou os sistemas educativos de diversos países da Europa, era mui a favor de umha política de bilingüismo e nas maneiras de aplicar um programa desse tipo. Evidentemente, Pádraig foi executado polos britânicos. Muitos dos pensadores com ideias sociais e culturais mais avançadas fôrom executados quer polos britânicos quer polo Estado Livre. Portanto, em minha opinião houve sérios problemas desde a criação do estado. A quem é preciso recorrer quando se quer recuperar umha língua? Pois tens que contar com as pessoas que resistírom o colonialismo, por muitas razons, e nom necessariamente porque fossem mais radicais que os doutras partes do país, já que os falantes de irlandês fôrom relegados às partes mais remotas do país, que se revelavam pouco atractivas para os próprios coloniais. Basicamente, depois de centos de anos de ocupação a primeira língua dessas

pessoas era o irlandês, e isto foi algo do que nom se tirou proveito, nom se recorreu aos falantes de irlandês para torná-los em protagonistas da recuperação da língua. Desde o momento em que os que tinham o irlandês como primeira língua ficam relegados a um segundo plano, todos os esforços feitos para enviar milhares de pessoas a aprenderem a língua nessas zonas de fala irlandesa estão condenados ao fracasso.

Em que grau a situação presente do irlandês se vê afectada por esse passado colonial?

Para mim é impossível separar a língua da política. Nos seis condados do norte da Irlanda que ficárom no Reino Unido, isto é, na chamada Irlanda do Norte —o que a propósito, nom deixa de ser umha contradição e paradoxo, já que o condado mais setentrional da Irlanda é Donegal, que fai parte da República— nos círculos nacionalistas testemunhou-se umha impressionante regeneração e revivificação da língua irlandesa, o que em grande medida ficou a dever-se à luta política. Muitos presos políticos que aprendêrom a língua no cárcere e que fôrom libertados depois de até mais de vinte anos de cadeia, por causa do Acordo da Sexta-Feira Santa e do processo de paz, muitos deles tornárom aos seus bairros, e estivérom nos seus bairros o tempo suficiente como para

dar aulas e ensinar a língua ali onde moram. Normalmente som pessoas muito respeitadas nas suas comunidades, do que resultou um grande auge da educação em irlandês, muitas vezes sem fundos e contando com a total oposição do governo britânico. Portanto, eis o que está a acontecer naquela parte do país. Nesta parte do país, desde que o governo é tam reticente a fazer algo no tocante à situação no norte, tende-se a assumir que se trata doutro país e que nom existe responsabilidade respeito aos cidadãos do norte. Existe actualmente umha espécie de revisionismo da história irlandesa de maneira que, por exemplo, nom se recomenda que os professores de história em escolas secundárias fagam referência a tudo aquilo que do ponto de vista da história pode revelar-se ofensivo para as instituições britânicas. E se ensinas a língua, vês-te na situação de ter que explicar essa matéria obrigatória sem esclarecer aos alunos por quê se trata de um idioma minorado, o que é umha contradição. E os restos de ter padecido umha colonização tam prolongada e a ideia de que tudo o que é celta, tudo o que é irlandês é dalgumha maneira inferior, que foi a escusa para os ingleses virem e colonizarem este país e a quarta parte dos restantes países do mundo, enfim, tudo isto é um refugio daquilo, e daquela as

pessoas vem natural que o inglês se impugesse sobre o irlandês, o inglês é umha língua moderna e o irlandês é atrasado, o que se fala é o inglês e nom o irlandês. Haveria que ir ao nível mais básico e explicar às crianças, e nom apenas às crianças, por quê é que o irlandês é umha língua minoritária e como se tornou numha língua minoritária. Tens que explicá-lo e oferecer algumha alternativa razoável para que podam tornar-se em falantes fluídos da língua.

Você nom procede de nengumha Gaeltacht e o irlandês nom foi a sua primeira língua quando criança. Como aprendeu a língua e que o moveu a fazê-lo?

No meu caso pessoal, eu som irlandês mas fum criado na Inglaterra. De pequeno escutei alguns insultos e algumas frases em irlandês aos meus pais, que também nom falavam a língua com fluidez, e dalgumha maneira eu estava consciente que havia, nalgures, umha língua, mas nom me demorava a pensar nisso. Bastante depois, pouco depois de fazer os trinta anos, dei-lhe algo a umha mulher e ela respondeu-me *go raibh maith agat*, e eu dixem, o que está acontecer aqui? Eu nom sei o que me está a dizer, e entom explicou-me palavra a palavra o que aquilo significava: “um milhão de bens venham às tuas maos”, o que é umha tradução literal, do que em bom inglês

poderia equivaler a “Thank You”. Eu pensei, hum hum, “que mil bens estejam na tua possessom”, isto soa-me mais a árabe do que a inglês, e pensei, esta língua revela umha outra maneira de pensar, e quase de contado apercebim-me de que a língua transmite a cultura e as maneiras de pensar. Entom —muito lhe devo àquela senhora—, caim na conta de que estava a pensar na língua dos coloniais, que é umha língua perfeitamente válida, mas eu gostaria de ser quem de pensar na minha própria língua. Eis o que me inspirou para começar a falar o irlandês. Eu comecei a aprendê-lo escuitando as emissons da emissora de rádio em irlandês. Mais adiante figem umha licenciatura em estudos pós-coloniais, mas foi sobretudo com a rádio que eu aprendim, e também vivendo em zonas de fala irlandesa. A experiência de um falante nativo do idioma é muito diferente da experiência de um neofalante. Muitos dos meus amigos som falantes nativos e a sua experiência é a de sofrerem a discriminação do estado por continuarem a ser, em 2004, falantes nativos da língua.

Qual é a situação da língua em termos dos direitos dos falantes?

Apesar de que eu nom som falante nativo da língua, moro numha zona de fala irlandesa. Muitos dos meus vizinhos, sobre-

tudo os mais velhos, tenhem problemas para se exprimirem em inglês. Se fores à delegação da segurança social para fazeres qualquer cousa, se fores a um hospital a fazer qualquer cousa, se falares irlandês, mesmo se deres o teu nome em irlandês, vas ser discriminado. Por exemplo, se deres o teu nome vam perguntar-che, “como é esse nome em inglês?”, e tu respondes “eu nom uso a versom colonial do meu nome”, “este é o meu nome e a minha mai baptizou-me Dohy. David, como você sabe, é um nome hebreu que significa “Amado”, e o meu nome nom é “David”. Trata-se de umha batalha contínua para usar a tua própria língua no teu próprio país, sobretudo com todo o oficial, todo o que tem a ver com o governo, geralmente, se te achegas a umha instituição governamental de qualquer tipo, vas ser atendido em inglês. A situação é especialmente grave nas zonas de Gaeltacht. Está-se a falar numha revivificação da língua, e o que nom se percebe é que a língua nom morreu em todo o país, que nalgumas zonas significativas, mesmo que sejam minoria, o irlandês é a primeira língua. Penso que nom se percebe em que grau a personalidade de umha pessoa se pode ver estrangida quando tem de comunicar-se na segunda língua. E, particularmente, toda a dinâmica de que a

língua colonial seja imposta... Por exemplo, é especialmente lamentável que no ano 2004 ainda estejamos a debater se o irlandês deve ser reconhecido como idioma comunitário ou nom. Outros países com línguas minoritárias e que tenham menos falantes solicitaram que as suas línguas tivessem um reconhecimento legal na Europa e foi-lhes concedido. Em minha opinião, seria típico do governo de aqui, insisto que é a minha opinião, tendo em conta a sua falta de autorrespeito internacional, seria mui próprio deles nem sequer solicitarem que seja reconhecida a língua. Algumas pessoas dim que seria contraditório pois nom se solicita no próprio país, mas em vez de perguntarmo-nos “para que solicitá-lo na Europa, já que nom vamos atingir nada”, por que nom fazer as duas cousas? Dizer-lhe ao mundo, e dizer-lhe aos teus cidadãos, e dizer-lhe aos rapazes das escolas que tenham as duas matérias como obrigatórias, que o irlandês é como qualquer outra língua na Europa, nem melhor nem pior, mas da mesma importância. E estes restos da mentalidade escrava do colonialismo por parte de alguns dos membros do governo é mui desatinada e penso que fai muito dano à promoção do irlandês, e nom apenas à promoção do irlandês, como também ao direito dos falantes de irlandês a fala-

rem a sua própria língua na Irlanda.

Pode dizer algo a respeito da educação?

Tudo está focado para os exames e, como em muitos outros países europeus, tudo se baseia num sistema de pontos. Eu, enquanto pessoa que ama a língua, fiquei horrorizado quando se me explicou que “nom é preciso entendê-lo, abonda com saber as respostas”. Portanto, estão falando de poesia, estão falando de literatura culta, enquanto nom podem dizer “prói-me muito o cu”, e se nom podes exprimir os teus pensamentos e sentimentos básicos numha língua, se nom podes dizer “até amanhã”, “telefone-che às nove”, “estou cansado”, “tenho fome”, na minha opinião nom fai muito sentido falar de literatura, política, filosofia. Em suma, penso que o sistema de exames é muito errado. As pessoas podem estudar irlandês até os dezoito anos e serem absolutamente incapazes de comunicar-se na língua. Para mim o curriculum está viciado, mas ainda pior é a falta de vontade para enfrentar-se à realidade de por quê o irlandês está na situação em que está e por quê o governo irlandês nom está disposto a comprometer-se de verdade polo irlandês. As pessoas dim-che umha e outra vez o difícil que é aprender irlandês, etc. Eu deixei a escola aos treze

anos e tiveram mui pouca educação formal. Pois bem, levou-me dous anos aprender a falar a língua com muita fluidez, vivendo numha Gaeltacht. Tenho umha filha de quatro anos que fala o irlandês porque eu somente me comunico com ela em irlandês.

Como é percebida a luta polo irlandês por parte da sociedade?

Há umha atitude positiva por parte dos potenciais falantes de irlandês no sentido de que se pudessem tomar um comprimido que os fizesse falar irlandês com fluidez, muitos deles pagariam qualquer preço por ele. Alguns perdêrom toda a confiança na sua capacidade para falarem a língua. Também há o outro lado da moeda, o das pessoas que estão envergonhadas do seu próprio idioma e, portanto, fazem de conta que nom existe, pois a mera existência da língua é embaraçosa para eles porque nom a falam. Assim, é preciso escutar a pessoas dizerem quanto eles odeiam falar o irlandês, gostam do francês, gostam do espanhol, mas odeiam o seu próprio idioma. Para mim, insisto, a situação é a de umha ex-colônia com umha política racista, onde a população preta está submetida ao poder dos brancos e precisam comprar tinturas para tingir-se a face de branco. O sistema de classes da Irlanda é muito reve-

lador a este respeito. Conforme ascendes na escala social, os acentos que se consideram como mais finos, ou “melhores”, som os mais próximos aos acentos ingleses. Às vezes escutas a rádio na Irlanda e é difícil saber se som ingleses ou irlandeses a falarem. Portanto, penso que ainda está presente todo o refugo do colonialismo. Por um lado, há os que vem os falantes de irlandês como extremistas, pessoas fora da realidade, vivendo no passado, e por outro lado há umha outra grande parte da população que perdêrom a sua confiança para serem capazes de falarem a língua, devido à falta de recursos, à falta de apoio do governo, e à falta de um programa prático de ensino no sistema educativo. Eu dou aulas de irlandês durante o dia, talvez sendo mui embaraçoso para eles porque insisto em ensinar irlandês e nom apenas o currículo, e dou também aulas nocturnas de irlandês. As turmas nocturnas estão sempre lotadas, cheias de pessoas de todos os géneros, classes sociais, etc. que pagam dos seus próprios bolsos e sem esperar obter outro benefício que o de serem capazes de falar a sua própria língua. Portanto, também vejo um lado mui positivo. Há que ver os dous lados, mas como dizem, é o povo e nom o governo quem está fornecendo quase todo o apoio à luta polo irlandês.

Entrevista com Siobhán Nic Gaoithín

O que é exactamente umha Gaeltacht? Desde fora as Gaeltachtaí percebem-se como reservas índias ou algo assim... Quais som as vantagens e desvantagens de que existam áreas geográficas onde a língua tem um regime de protecção especial?

O fenómeno das *gaeltachtaí* é mui diferente hoje do que quando fôrom criadas. Hoje existem sete “zonas demarcadas de fala irlandesa” e estão localizadas nos condados de Donegal, Mayo, Galway, Cork, Kerry, Waterford e Meath. Essas zonas som consideradas como *Gaeltachtaí* porque nelas as pessoas falam mais irlandês do que inglês. Seis das sete *Gaeltachtaí* som zonas onde o irlandês sobreviveu. A sétima *Gaeltacht*, a de Meath, é umha *Gaeltacht* artificial, criada na década de 1930 como resultado de umha iniciativa estatal para trasladar pessoas das zonas de fala irlandesa, nomeadamente das *Gaeltachtaí* de Galway e Kerry, ao condado de Meath, que é zona do país rica em termos de terra e agricultura. O lugar de onde eu venho é umha *Breac-Gaeltacht* do condado de Donegal, isto é, trata-se de umha zona onde o irlandês nom é tam forte como nas *Fíor Gaeltachtaí*, ou “autênticas *Gaeltachtaí*”. As zonas demarcadas de fala irlandesa fôrom criadas em 1931. As áreas fôrom

delimitadas geograficamente no intuito de obterem umha consideração especial e a assistência necessária para assegurar o desenvolvimento da língua. Se temos em conta o impacto que tivérom a fome, a emigração e outros acontecimentos históricos para o estado da língua, é de prever que um declínio demográfico ainda maior teria conseqüências trágicas para o irlandês. Houvo zonas do condado de Clare, de Roscommon, partes importantes do oeste do país onde se falava irlandês há cento e cinqüenta ou douscentos anos. A demarcação dalgumhas *Gaeltachtaí* foi modificada durante a década de 1950, e agora está a falar-se de modificar novamente essas demarcações.

As vantagens, do ponto de vista financeiro, som fantásticas. Podes receber ajudas para quase todo, a casa, bolsas para os filhos se estudam em irlandês, etc. Existe a crença de que do ponto de vista financeiro é mui rendível morar numha *Gaeltacht*... Por outro lado, se reparares nas *Gaeltachtaí* hoje, encontram-se entre as zonas mais marginalizadas do país. As terras do oeste do país som as mais pedregulhentas e estéreis, e, além disso, costumam ser zonas mui rurais, onde a vida é mais difícil. Portanto, morar numha *Gaeltacht* é mui difícil. Há muitas

desvantagens no tocante aos serviços sociais de que se pode dispor, transporte, entretenimento para os mais jovens, criação de emprego. As *Údarás na Gaeltacht*, que som, por assim dizer, as autoridades locais dos *Gaeltachtaí*, figérom muito polo desenvolvimento dessas áreas, mas em minha opiniom muitas vezes em detrimento da língua. Houvo desenvolvimento económico e social, mas o desenvolvimento cultural tocante à manutenção da língua acho que é um assunto pendente, que nom foi avaliado da maneira ajeitada. As autoridades locais, que som escolhidas de maneira democrática, deveriam, em minha opiniom, arrecadar e destinar mais fundos para a protecçom da língua, tendo em conta o tipo de desenvolvimento que está a ter lugar nessas zonas. Umha vantagem importante de morar numha Gaeltacht é que, polo menos nalgumhas delas, podes fazer a tua vida diária em irlandês, se conheces falantes de irlandês. Mas muitos dos serviços, como os sanitários, educativos, bancários, tenhem lugar mormente em inglês, polo que nom podes viver em irlandês noventa e cinco por cento do tempo os sete dias da semana, isso simplesmente nom é real, ainda que as cousas estão a mudar a esse respeito, pois as pessoas sim tenhem o direito a fazê-lo. O que está a acontecer

agora nas *Gaeltachtaí* é que, sem dúvida, a língua está em declínio, há muitas famílias que já nom criam os filhos em irlandês, a importância que se dá à língua nas *Gaeltachtaí*, do ponto de vista cultural e económico, sobretudo do cultural, nom é a mesma que dantes. A língua está vindo a menos nas *Gaeltachtaí*, enquanto ganha falantes nalgumhas zonas que estão fora da *Gaeltacht*. Acho que a demarcação das *Gaeltachtaí* deve ser submetida a revisom, os limites deveriam ser traçados novamente. Há lugares da cidade de Galway, por exemplo este edifício, onde o irlandês é mais falado do que nalgumhas zonas Gaeltacht de Connemara, Donegal, etc. O mesmo pode dizer-se doutras cidades como Belfast e Dublin.

Eu criei-me na *Gaeltacht*, num ambiente bilíngue. Acho que muitas pessoas nom som conscientes da grande vantagem que supom criar-se com duas línguas. Mas é mui difícil atrair as empresas para as *Gaeltachtaí*, já que normalmente som zonas rurais e isoladas. Há muitas pessoas sem trabalho nessas zonas. Também há muitas pessoas que chegam de fora para viver ali e que nom falam o irlandês. No ano 2002 foi criada a Comissom da *Gaeltacht*. Pensamos que muitas das suas recomendaçoms deveriam ser aplicadas. Umha das suas recomendaçoms é que umha zona em

que há menos de 2 % de falantes de irlandês nom devia ter a consideraçom de Gaeltacht. Algo tem que fazer-se nesses lugares, é preciso falar com os pais dos rapazes sobre as vantagens que pode ter falar irlandês. Muitos rapazes falam irlandês nas aulas, mas quando vam para o pátio é inglês que utilizam. Em geral a língua irlandesa está mui em retrocesso.

Achas que o sistema de criar zonas designadas de fala irlandesa fiço com que o governo se tornasse mais relaxado noutras áreas do país? Fôrom as Gaeltachts utilizadas como escusa para nom intervir noutras zonas?

Há algo de certo nisso. Por exemplo, eles falam das grandes quantidades de dinheiro que fôrom investidas nas *Gaeltachtaí*. Pois bem, muito dinheiro é investido também noutras zonas que tenhem a mesma estrutura geográfica e social. Portanto, nom é justo utilizar esse argumento. Em lugares como Roscommon, ou Leitrim, ou Longford, lugares muito rurais, a estrutura social é mui precária, a criaçom de emprego mui precária também, e recebem as mesmas ajudas para o desenvolvimento que as zonas de *Gaeltacht*. Por outro lado, existe no Governo um departamento especial para o irlandês, que investiu muito nas ilhas sobretudo (de Arám), o que fai que muita gente pense, está bem, é um problema do Ministério das *Gaeltachtaí* (*Na*

Roinn Gnotnaí Pobail, Tuaitne & Gaeltachta), que eles se arranjam. Até certo ponto sim é utilizado como umha escusa. Mas, por outro lado, foi criada umha nova instituiçom que surgiu depois do “Acordo da Sexta-Feira Santa” e se chama *An Foras Teanga*, e que está a promover na República o uso do irlandês e no Norte tanto o irlandês quanto o scots. Do ponto de vista da educaçom, desde que existem zonas designadas de fala irlandesa, por que nom desenvolver umha programaçom em irlandês? Por que nom fornecer livros em irlandês de todas as matérias? Esse investimento ainda nom foi feito, nom há compromissos a esse respeito.

Você mesma criou-se numha Gaeltacht. Pode-me dizer algo da sua experiência ao respeito? Sentiu-se alguma vez como estrangeira no seu próprio país ao sair da Gaeltacht e ir para outras zonas de fala inglesa no país?

Nom necessariamente. Venho dumha *Gaeltacht* que se chama *An Gaeltacht Láir*, e que é a *Gaeltacht* central do condado de Donegal. É umha *Gaeltacht* pequena do ponto de vista da populaçom e do número de pessoas que falam irlandês, isto é, umha *Breac Gaeltacht*, umha *Gaeltacht* de menor consideraçom, o que de facto reflecte a realidade. No meu lugar moravam por volta de duzentas pessoas, e dessas duzentas, quando eu estudei, há

mais de vinte anos, havia por volta de sete, oito, nove famílias a criarem os filhos em irlandês. Sem dúvida a cousa está vindo e menos e agora devem ser apenas quatro ou cinco famílias. Muitas das pessoas idosas ainda falam irlandês, mas as pessoas mais novas, e as de média idade, entre 30 e 50 anos, falam inglês mormente. Poderiam falá-lo, mas nom o falam. Nom o vem prático, nom vem que vaia ter vantagens para eles. Pensa-se que falar a língua nom é o moderno, que nom é de proveito para eles, que está fora da moda, que tem a ver com o atraso, e a imagem da língua em geral nom se lhes revela positiva. Quando eu fum à escola nom sabia inglês, aprendim-no na escola primária. Muitas pessoas na escola primária falavam inglês e nada de irlandês. Portanto, tivemos que viver com o bilingüismo desde que tinha cinco ou seis anos e entrei no sistema educativo. Noutras *Gaeltachtaí* o irlandês estava muito mais presente do que na minha. Eu gostava de ter tido a experiência de poder falar tranqüilamente irlandês com as amigas, mas sinto-me mui afortunada por os meus pais me terem criado em irlandês, é algo mui importante para nós, nom o vemos como um assunto político, mas algo que tem a ver com quem somos, com a nossa identidade. Sinto-me mui afortunada.

O irlandês e a emigração: a emigração da Irlanda para outros lugares do mundo; a emigração doutros lugares de Irlanda e do mundo para as Gaeltachtaí; e os emigrantes e refugiados que chegam a Irlanda em geral e temhem que fazer por se adaptarem. Pode dizer algo ao respeito?

É umha pergunta interessante. Eis talvez umha das razons do retrocesso do irlandês, sobretudo na década de 1940 e 1950 no século passado. Muitas pessoas partiam da *Gaeltacht* falando mui mal inglês e achavam que seria difícil melhorar a sua situação fora se continuavam a falar o irlandês no estrangeiro. Sim existem “bolsas de falantes” de irlandês no estrangeiro, por exemplo em Boston nos EUA, onde há muitos falantes de irlandês e temhem umha estação de rádio e um jornal. A organização para a qual eu trabalho, “Conradh na Gaelige”, tem agências em diversos lugares do mundo, sobretudo na Gram-Bretanha e nos EUA, onde as pessoas se juntam para falarem o irlandês. O lugar do estrangeiro onde mais pessoas está a aprender o irlandês som os EUA, e muitas pessoas estão a aprendê-lo na Internet. A maior parte dessas pessoas temhem origens irlandesas. Mas o que sim é mui raro é as comunidades terem mantido o irlandês e terem criado em irlandês os seus filhos. O caso do Galês na Patagônia, por exemplo, é muito diferente. Trata-se de umha zona mui

isolada, a peregrinação foi causada mormente por motivos religiosos e em circunstâncias mui especiais que lhes permitírom manter a identidade ali onde se estabelecêrom, e nom se pode comparar essa situação com a dos emigrantes irlandeses.

A respeito da emigração para as *Gaeltachtaí*: desde a década de 1970, muitas pessoas voltárom às *Gaeltachtaí* para trabalharem. Muitos criárom-se fora, casárom fora, e depois voltavam. Portanto há muitos casos de falante de irlandês casado ou casada com falante de inglês a criarem os filhos em inglês. Também há outras pessoas que chegam à *Gaeltacht* sem terem nengum contacto prévio com o irlandês. Acho que é preciso ter várias cousas em conta ao falarmos deste assunto. Primeiramente, eu penso que todas as pessoas tenhem direito a viverem onde quixerem, quero que nom haja dúvidas a este respeito. No ano passado o concelho de Galway tentou aprovar umha lei para que só as pessoas falantes de irlandês pudessem comprar casas numha *Gaeltacht*, em Conemmarra. Eu penso que nom se devem utilizar esse tipo de políticas. Todas as pessoas que vam viver a umha *Gaeltacht* deveriam fazer um esforço para aprenderem a língua, mas também acho que o caminho é o de tornar conscientes as pessoas, fornecer oportunidades para que aprendam a língua e

também tornar a língua atractiva para elas. Se as pessoas acham um ambiente acolhedor nas zonas da *Gaeltacht* onde vam morar, se lhes oferecem boas oportunidades para assistirem a aulas do idioma, acho que se teria avançado muito. Também seria muito importante fornecer de umha boa rede de serviços sociais as *Gaeltachtaí*. Eu nom iria agora mesmo viver à zona de onde venho porque nom poderia fazer nada ali. Trata-se de umha zona rural, a trinta ou mais quilómetros dos serviços mais próximos. Se houvesse qualquer cousa social ou comunitária que fazer ali, a vida seria muito mais fácil nessas zonas e o irlandês ía beneficiar. Isto é realmente importante. Que podem fazer os adolescentes num lugar assim? Todos querem partir. Nom há nada a fazer, nom há trabalho, nom há nada. Acho que o futuro do irlandês nas zonas rurais do país passa por melhorar muito as cousas a esse respeito.

Muitos refugiados e pessoas à procura de asilo estão chegando a este país e muitos deles sim tenhem interesse por aprenderem a língua. A nossa organização, Conradh na Gaelige, começou já a fornecer aulas de irlandês para refugiados no ano passado. Vamos chegar já ao terceiro semestre de funcionamento e o sucesso foi pasmoso. Sobretudo som as mulheres a assistirem a estes cursos, e o seu interesse pode ter vários

motivos: os seus filhos têm que estudar irlandês na escola; querem fazer o possível por se integrarem na vida e cultura irlandesas, querem fazer o esforço de se identificarem com a cultura irlandesa, e também podem precisar o irlandês para trabalhar, se querem dedicar-se ao ensino, trabalhar no sistema sanitário, enfim, que acham importante aprender a língua. Este tipo de experiências deveriam contar com muito mais apoio. De facto, os fundos para estes cursos estamos fornecendo-os de maneira voluntária. Na cidade de Galway os refugiados têm direito a cinco horas gratuitas de inglês à semana. Pelo menos, uma hora semanal devia dedicar-se ao irlandês. As reacções dos irlandeses a respeito deste assunto são variadas. Algumas pessoas na Irlanda acham muito bom que os refugiados possam ter classes de irlandês. Outras pessoas, porém, perguntam-se por que é que estas pessoas recebem classes de graça, por que outras pessoas que vêm a este país não têm classes de graça também. Os motivos são puramente económicos. Muitas destas pessoas não têm dinheiro avondo para se permitirem pagar umas aulas, muitos deles trabalham apenas vinte horas à semana ou menos. Por outro lado, os irlandeses dispõem de 14 anos de educação

gratuita para aprenderem irlandês no sistema educativo, portanto não se podem comparar as duas situações. Se tivéssemos o dinheiro seria fantástico que todas as pessoas pudessem aprender irlandês sem pagarem, mas não temos fundos para isso.

Muitas pessoas perguntam se os refugiados acham fácil aprender o irlandês. Muitos refugiados falam já três ou quatro línguas, a materna de cada um e outras. Para eles, tendo em conta a sua origem, as línguas são muito importantes e isso faz com que aprendam irlandês com muita mais facilidade do que muitas pessoas imaginam.

Existe algum tipo de política linguística comum ou apoio mútuo entre as línguas celtas? É a política linguística do galês muito diferente da do irlandês?

A situação da Irlanda é muito diferente da de Gales. Não foi até 2003 que se aprovou em Irlanda um projecto de lei sobre a qualidade da língua. Isso aconteceu em Gales em 1993, e essa foi a segunda lei sobre a língua, e uma terceira lei está em andamento nesta altura. Portanto, no tocante à política linguística o galês vai muito à frente. O bilingüismo é mais natural em Gales, as aulas de galês são mais acessíveis e fornecem-se mais fundos para o ensino do galês como língua

segunda. Há por volta de meio milhom de pessoas que falam galês de maneira quotidiana e fluída. Na verdade é muita gente, mas por outro lado há trezentas mil pessoas que dizem falar o irlandês todos os dias, e um milhom que afirmam que podem falá-lo. O problema é que o irlandês e o galês podem comparar-se nalguns sentidos, mas noutros nom. Muito do que acontece com o galês é um problema de identidade e também de nacionalismo. Quando eu aprendia galês, percebim que para os galeses a língua é umha parte mui importante da sua identidade, a língua é vista como umha ferramenta cultural mui valiosa. Os galeses estão mui à frente no tocante à presença do idioma na cultura popular. Houvo televisom e rádio em galês muito antes do que em irlandês. A música em galês é mais moderna, mais “funky”, por assim dizê-lo. Tenhem algo que nom temos na Irlanda. Em Irlanda a política é diferente, em primeiro lugar, por causa de um contexto político totalmente diferente. Em segundo lugar, acho que aprender o galês é mais fácil que aprender o irlandês. Em terceiro lugar, o Senado de Gales —tenhem um Senado próprio— está a promover muito o uso da língua. Em geral, tanto o Governo como a gente tenhem um maior compromisso com a língua do que aqui,

ainda que as cousas estão melhorando. No tocante ao gaélico escocês, as cousas também estão melhorando. É umha situação similar à de aqui. Tenhem zonas especiais de protecçom da língua, e nessas zonas a língua está retrocedendo, mas está tornando-se mais presente fora dessas zonas. Vai falar-se proximamente da introducçom de programas de imersom linguística em escolas secundárias. Muitas das políticas da Escócia som similares às de aqui, embora geograficamente os lugares onde se fala ali o gaélico sejam mais isolados, a maior parte deles som ilhas. A respeito de Gales, a língua é muito mais falada no norte do país, e menos no Sul, mais industrial. A situação na Bretanha é mais precária, o reconhecimento oficial é mui escasso e apenas contam com umha série de escolas (*Diwan*) onde o bretom é a língua veicular.

Há muitas iniciativas que promovem a língua minoritárias, que promovem a variedade cultural, existem festivais como o de Lorient em Bretanha ou o Eistedfodd em Gales, programas de colaboraçom como o “Iomairt Cholm Cille”, para o irlandês e o gaélico de Escócia, e outros similares entre Irlanda e Gales. Por último, o *Bureau das Línguas Minoritárias da União* também está a fazer muito a nível europeu.

APÊNDICE

1. Cronologia Histórica da Língua Irlandesa

- Século III antes de Cristo: data estimada da chegada de umha língua celta (hoje referida como Goidélico) à Irlanda.
- 1169: Começo da presença normanda na Irlanda.
- 1541: Decreto de Henrique VIII estabelecendo o inglês como a língua dos seus súbditos na Irlanda.
- 1592: Criação do *College of the Holy Trinity*, hoje conhecido como *Trinity College*. É a universidade protestante de Dublin. Todavia, nela conserváram-se os manuscritos irlandeses mais importantes, como o *Livro de Kells* (SVIII), o *Livro de Leinster* (SXII) e o *Livro de Durrow* (por volta do século VI)
- 1845-49: Anos da “grande fome” ou “fome da batata” na Irlanda. Por volta de um milhão de pessoas morrem e um milhão e meio emigram.
- 1884: David Cussack cria a *Gaelic Athletic Association* (GAA), em defesa dos deportes gaélicos (futebol gaélico e hurling).
- 1889: Criação do *Irish Literary Theatre* (Teatro Literário Irlandês).
- 1893: Criação da Liga Gaélica (*Conradh na Gaeilge*) por Douglas Hyde.
- 1916: Insurreição da Páscoa em Dublin. Fuzilamento posterior de 16 líderes do nacionalismo irlandês, entre eles Padraic Mac Piarais e Connolly.
- 1919-1921: Guerra da Independência na Irlanda.
- 1921: Tratado anglo-britânico e partição da Irlanda.
- 1922: Independência da República da Irlanda. Começo da guerra civil irlandesa.
- 1923: Fim da guerra civil irlandesa. Derrota da facção do IRA que está em contra da partição.
- 1926: Demarcação geográfica das *Gaeltachtaí*.
- 1958: Publicação de *Gramadach na Gaeilge agus Litriú na Gaeilge: na Caighdeán Oifigiúil* (*Gramática e Ortografia Irlandesas: Normativa Oficial*).

- 1967: Criação da *Northern Ireland Civil Rights Association* (Associação pela defesa dos direitos civis na Irlanda do Norte).
- 1969: Chegada das tropas britânicas a Irlanda do Norte.
- Criação do “IRA provisório” (ou os *provos*) como independente do IRA tradicional.
- 30 de Janeiro de 1972: *Domingo Sangrento (Bloody Sunday)* em Derry. Treze civis som assassinados por pára-quedistas do exército britânico.

2. Glossário

- Breac-Gaeltacht*: aquelas *Gaeltachtaí* onde, embora haja falantes de irlandês, o inglês é largamente predominante. No censo de 1926 foram definidas como aquelas onde havia apenas entre 26-19% de falantes de irlandês.
- Coláiste Samhraidh*: escolas de Verao para o aprendizado do irlandês, normalmente situadas nas *Gaeltachtaí*.
- Conradh na Gaeilge*: a Liga Gaélica, criada por Douglas Hyde em 1893.
- Cúpla focail*: literalmente “um par de palavras”. Com esta expressão alude-se a um tipo de falante passivo da língua muito comum na Irlanda.
- Fíor-Gaeltachtaí*: as “autênticas *Gaeltachtaí*”, ou aquelas zonas onde em 1926 se estimou que 80% da população era falante de gaélico. Hoje emprega-se em sentido mais lato, para distinguir as zonas mais “gaélicas” das mais “inglesas” nas *Gaeltachtaí*.
- Gàdhilg*: Gaélico escocês. Nome da variedade de goidélico falada na Escócia.
- Gaeltacht* (plural *Gaeltachtaí*): originariamente por meio deste termo designava-se a comunidade de falantes de irlandês no seu conjunto. A partir de 1926, o termo faz referência às zonas demarcadas de fala irlandesa. Em 1956 essas zonas foram redefinidas.
- Galltacht*: partes de Irlanda onde o inglês é a língua majoritária, isto é, quase todo o território da República.
- Oireachtas*: festivais de música e cultura irlandesas, equivalentes aos *Eisteddfodd* galeses e aos *Mod* escoceses. O primeiro teve lugar em 1897.

- Raidió na Gaeltachta*: emissora de rádio em irlandês.
- Roinn na Gaeltachta*: o Ministério das *Gaeltachtaí*, que tem por objecto promover o desenvolvimento dessas zonas e do uso da língua nelas. Também referido como *An Roinn*.
- Teilifís na Gaeilge*: também conhecido como *TnaG*. Emissora de televisão em irlandês.
- Údarás na Gaeltachta*: som as autoridades locais das *Gaeltachtaí*, originariamente concebidas como umha espécie de parlamento para essas zonas. Dependem de *-Roinn na Gaeltachta*, o Ministério das *Gaeltachtaí*.

Bibliografía consultada

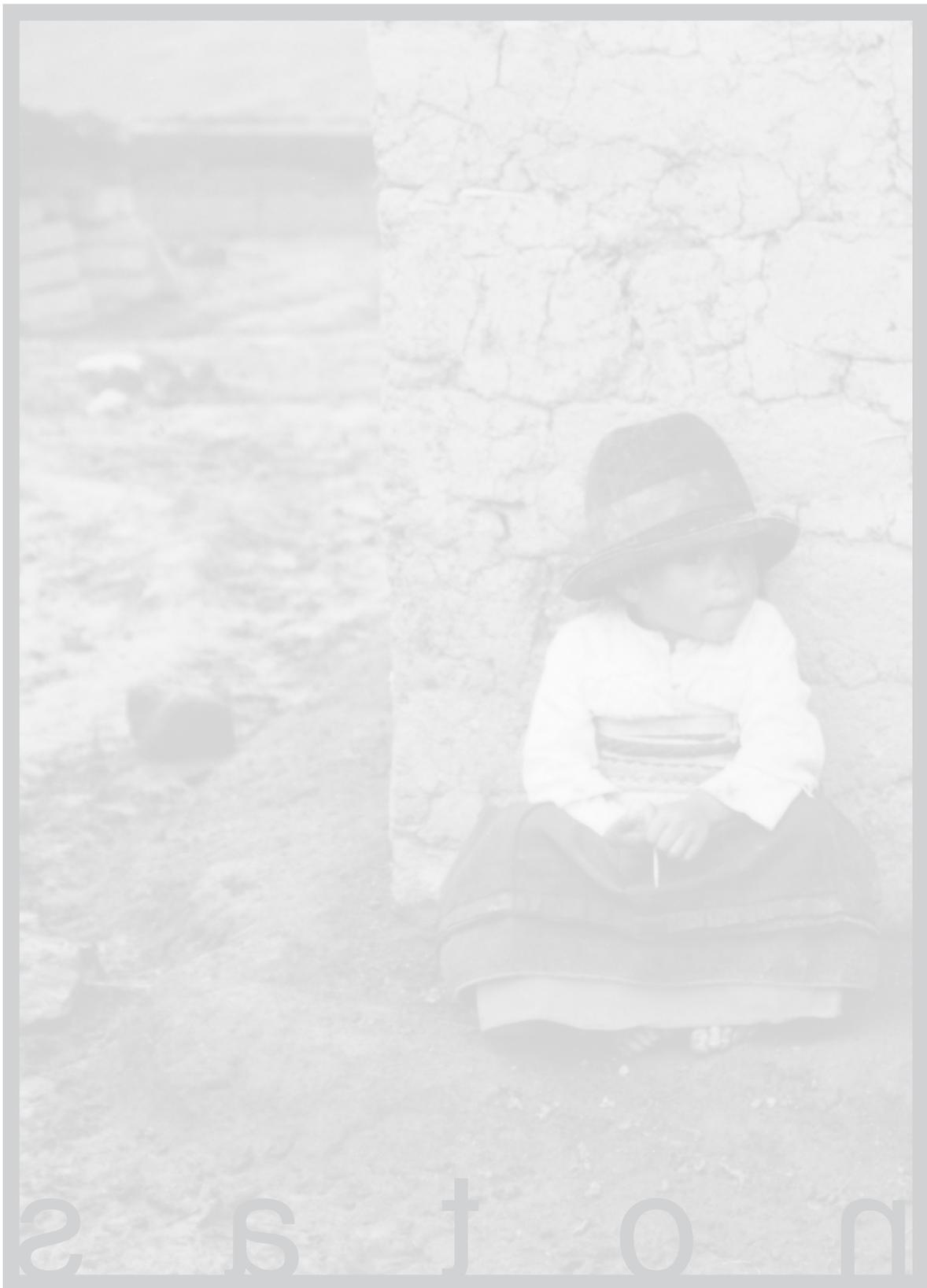
- CAERWYNN WILLIAMS, J, e LE FORD, P, *The Irish Literary Tradition*, University of Wales Press, Cardiff, 1992.
- HINDLEY, R, *The Death of the Irish Language*, Routledge, Londres e Nova Iorque, 1999.
- J:BALL, M (ed.), *The Celtic Languages*, Londres e Nova Iorque, 1993.
- MAC MURCHAIDH, C, (ed), *Who Needs Irish?*, Veritas Publications, Dublin, 2004.
- PURDON, E, *The Story of the Irish Language*, Mercier Press, 1999, Cork.



n o t a s







estom

Notas sobre o 3º Colóquio Anual da Lusofonia em Bragança

J. Chrys Chrystello

Após o sucesso da anterior edição, a Câmara Municipal de Bragança, decidiu manter a sua aposta cultural na realização deste importante evento anual. Uma das razões preponderantes para organizar um Colóquio Anual (Internacional) da Lusofonia assenta no facto de a maior parte destes acontecimentos estar centralizada nas grandes urbes sem permitir que as regiões mais desertificadas e afastadas dos centros de poder, tenham ao seu alcance debates sobre a Língua Portuguesa, suas diversidades e propostas inovadoras de ensino.

Para este ano (21 a 23 de Outubro 2004) pretendeu-se chamar à ribalta a “outra” língua oficial de Portugal, o MIRANDÊS cuja existência se deve ao esforço de uma minoria de pessoas dedicadas e empenhadas em evitar a tragédia mundial que é a morte das línguas. Um vasto painel de peritos nesta área debateu este tema.

A maioria das pessoas, mesmo as residentes no concelho de Miranda de Douro, desconhece que se pode redigir um requerimento em Lhéngua Mirandesa e entregá-lo em qualquer repartição pública do Distrito. Pode fazer toda a sua vida normal usando o Mirandês, essa língua de contacto que coabita com a portuguesa há séculos. Tem-se falado pouco do mirandês, mas é importante que se fale para o próprio desenvolvimento das gentes de Miranda, para aprenderem o valor e a importância da própria língua como factor de desenvolvimento sociocultural. Embora seja um processo lento, pode ser um reforço não só turístico, como um elo de ligação importante entre a língua e a sociedade. É preciso continuar a investir na educação para que a língua tenha cada vez mais falantes.

A diversidade cultural, onde se insere a diversidade linguística, é um elemento fundamental da riqueza patrimonial de um povo. Interrogar essa realidade entre nós, é chamar a atenção para a necessidade de valorizar a diferença e a tolerância, aprofundando a democracia cívica. Portugal renegou durante muito tempo essa realidade. Hoje, lentamente, acorda para ela, mas o fato parece ainda não lhe assentar à medida, des-

conhecendo que assim se empobrece e dá uma imagem menos rica e menos democrática de si mesmo.

O Nordeste transmontano preservou, fruto do isolamento, línguas milenares, como o mirandês e outras falas asturo-leonesas. O feito que estes povos conseguiram é hoje, com todo o mérito, património da humanidade. A essas línguas vem agarrada uma cultura riquíssima que se expressa na literatura popular de tradição oral, na música, na dança, e num conjunto de saberes e de saber fazer que se decantaram ao longo de milhares de anos. Reflectir sobre esta temática é ajudar a criar condições para que as realidades chamadas “minoritárias” (apenas em sentido quantitativo) não continuem a ser, de facto, minorizadas. Mas é também reflectir sobre as bases de um novo modelo de desenvolvimento que não tenha como medida exclusiva os quilómetros de asfalto ou as toneladas de betão, já que como todos sabemos este é o único distrito do país sem um só quilómetro de auto-estradas.

Debatemos a problemática da Língua Portuguesa no Mundo, não somente em termos das suas formulações históricas e teóricas mas e sobretudo, analisámos as suas modalidades práticas com as necessárias correspondências em articulação com outras comunidades culturais, históricas e linguísticas lusófonas como agentes fundamentais de mudança.

Por fim, salientemos que se pretendia

- a) Contribuir para a presença, difusão e consolidação da Língua Portuguesa, enriquecida pelas línguas minoritárias que persistem em Trás-os-Montes e noutras regiões do país
- b) Explorar e analisar as questões da tradução como forma privilegiada de divulgação, expansão e revitalização da Língua Portuguesa no Mundo.
- c) Analisar o Ensino de Português como língua materna e língua estrangeira (segunda)

Pretendia-se igualmente criar um espaço de reflexão através do intercâmbio entre os vários intervenientes de forma a surgirem elementos práticos que possam depois funcionar no âmbito da acção dos oradores e participantes presenciais. Trata-se de criar um espaço de debate de todas as variantes de Português falado no mundo desde Timor à Galiza.

Em vez de organizarmos um colóquio como tantos outros, tentamos que este seja mais prático não se apresentando conclusões, mas permitindo que cada pessoa possa experimentar nos seus locais de trabalho as

experiências com êxito que foram apresentadas ao longo deste evento. Igualmente conseguimos este ano, com a ajuda preciosa da Direcção de Cultura da CMB, promover uma mostra de livros, uma mostra de artesãos e visitas guiadas ao parque Nacional de Montesinho e às aldeias comunitárias de Guadramil e Rio de Onor.

Este evento que este ano felizmente já teve uma boa cobertura dos meios de comunicação social veio decerto colocar Bragança na cimeira das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua que é falada em todos os continentes por cerca de 200 milhões de pessoas, e disso é testemunho a garantia do Presidente da Câmara de Bragança, Engenheiro Jorge Nunes de que haveria novo Colóquio em 2005.

Podemos dizer que pela presença de mais de cinco dezenas de pessoas ao longo dos três dias do Colóquio este foi um sucesso. A sua presença e participação activas no desenrolar das apresentações e dos debates tornaram bem viva a noção de que a língua portuguesa está viva e cheia de ideais.

Uma palavra muito especial aos Coordenadores das várias vertentes do Colóquio deste ano: ao Dr. Amadeu Ferreira que teve a seu cargo a coordenação do ponto alto deste Colóquio nomeadamente o tema das *Línguas, Culturas e Dialectos Minoritários* e muito em especial LA LHÉNGUA MIRANDESA, UA LHÉNGUA DE PERTUAL; à Dra. Helena Chrystello e ao Dr. João Pedro Caravaca coordenadores dos Temas *Língua Portuguesa e Estudos de Tradução* e o *Ensino de Português como Língua Materna e como Língua Estrangeira.*, e ao Professor Luís Canotilho que perseverou na componente de Artes e que este ano nos trás uma mostra fotográfica e a promessa de novos voos em futuros colóquios

No que toca ao Mirandês, as principais intervenções foram protagonizadas por Amadeu Ferreira, autor de diversas obras, uma dicionário e traduções neste idioma, nomeadamente de *Os Lusíadas*, que o investigador tem vindo a publicar de forma gradual. Domingos Raposo e Duarte Martins, professores de Mirandês em Miranda do Douro e Sendim, respectivamente, foram outros dos intervenientes em destaque. A música tradicional da Terra de Miranda e os cantares em Mirandês também não foram esquecidos, dado que o colóquio contou com uma comunicação de Mário Correia, director do Centro de Música Tradicional Sons da Terra e organizador do Festival Intercéltico de Sendim.

Adiante, seleccionamos aleatoriamente extractos de alguns dos temas que empolgaram as pessoas presentes ao longo dos três dias do Colóquio.

- Da Galiza veio uma forte intervenção de **Ângelo Cristóvão**, Associação de Amizade Galiza Portugal, “O Contributo de António Gil à Sociolinguística Galega”

Na Galiza tem predominado, nas últimas décadas, o modelo sociolinguístico que podemos chamar do “conflito linguístico” ou da diglossia como sintoma de anormalidade. Originariamente proposto por Aracil (1965, 1966a) —quem o abandonaria em 1983 com a publicação de *Dir la realitat*— e reinterpretado por vários autores, como Ninyoles, chegaria à Galiza da mão de Francisco Rodríguez com o seu *Conflicto lingüístico e ideoloxía en Galicia* (1976, 1980, 1998), constituindo um livro de sucesso. A este esquema teórico atribuiu-se, desde então, duas virtudes fundamentais: ser hipótese explicativa para toda e qualquer situação de contacto de línguas e guia prático para a transformação social. A quebra deste modelo tem conduzido a um beco sem saída a múltiplos movimentos associativos de normalização linguística, não só no Fogar de Breogão.

Digna de estudo é a correlação entre os esquemas de *conflito linguístico*, a concepção do galego como *língua própria* (ILG-RAG, 1982) ou *língua por elaboração* (Fernández Rei), e a promoção de *ilusões necessárias* como a idealização do *monolinguismo social* (Mário Herrero, 1997: 10). De facto, os promotores do modelo antidiglóssico têm-se posicionado, de sempre, na arena sociológica e política do antilusismo (Francisco Rodríguez, 1980: 52-55; 1988: 47-50).

Em contraposição, o modelo que orienta a sociolinguística desenvolvida em português da Galiza durante as últimas décadas, em consonância com os delineamentos aracilianos, chamamo-lo da *língua nacional* ou do *correlacionamento diglóssico*, sendo o máximo expoente a obra de António Gil. Nucleado no conceito de língua nacional (Gil Hernández, 1986cd, 1988a), assente na ideia fergusoniana de diglossia como sinal de normalização linguística (Gil Hernández et al, 1989a, 1989b), concebendo a unidade gramatical das falas galegas e portuguesas (Manuel Rodrigues Lapa, 1979, 1982) e aplicando a concepção coseriuana de língua histórica (cuja primeira edição é de 1957), tem-se desenvolvido à margem dos âmbitos oficiais e académicos representando, na altura, a opção certa e possível para a correcção do desequilíbrio a favor do castelhano em que se acha submersa a comunidade lusófona galega.

Um dos aspetos mais atuais, esclarecidos e polémicos do discurso giliano é o do *correlacionamento diglóssico como condição de normalidade linguística*. Trata-se de uma série de quatro textos, iniciados com a publica-

ção –em colaboração com o professor Henrique Rabunhal– de «O conceito de diglossia segundo Ch. A. Ferguson, e a sua pertinência para a comunidade lusófona da Galiza. Um caso de diglossia por deslocação», publicado em 1989 na revista Nós. A este seguiram outros três: «O correlacionamento diglósico é condição de normalidade» (apresentado ao Congresso de Sociología de Lenguas Minorizadas); «A diglossia é condição de normalidade sociopolítica: sequência de Caminhos a seguir...» (publicado na efêmera revista Folhas de Cibrão, 1989), e «Diglossia, conceito ajustado à Galiza» (1989). Estes constituem um complemento do modelo de normalização já antecipado no seu artigo "Dimensões no processo normalizador de uma comunidade linguística: Galiza" (Temas de O Ensino, 1986). Conforme à perspectiva giliana, a diglossia, situação linguística relativamente estável que caracteriza todas as sociedades bem estabelecidas, surge da correlação ou tensão dialéctica entre os seguintes pares conceptuais:

<i>TRADITIO</i> (<i>potestas</i>)	<i>versus</i>	<i>HABITUS</i> (<i>communitas</i>)
Auctoritas	vs.	Usus
Antiquitas (+público)	vs.	Modernitas (+ privado)
Urbanitas	vs.	Ruralitas

Na verdade, frente ao habitual modelo do conflito linguístico, o modelo giliano – e, com ele, o da sociolinguística lusófona galega – inicia o caminho da análise dos problemas da língua da Galiza de um modo diferente ao habitual. Em vez de culpabilizar ao castelhano dos problemas do galego, e propor como solução a desaparecimento da língua de Cervantes (por arte de magia?), orienta-se *para dentro*, esforçando-se na construção da comunidade linguística lusófona da Galiza começando pelo princípio: definindo o conceito de língua e a relação que deve estabelecer-se entre o utente e o código linguístico, inserido numa comunidade transnacional que recebeu o nome de lusofonia. Por outras palavras: a grande mudança, o grande contributo da sociolinguística lusófona consiste em perceber e tentar resolver os problemas internos da comunidade linguística galega, em vez de eternizar-se nas queixas sobre a superioridade da "outra" língua.

- **António Bárbolo Alves** debateu o tema "A língua mirandesa: discórdias, verdades e utopias" e falou da extinção das línguas e na sua correlação com o mirandês.

Por ano, desaparecem da face da terra algumas dezenas de línguas. Fica desde já esta opinião pessoal: a recusa da importação linguística e a exal-

tação do fundo lexical puro podem ser factores de degenerescência das línguas na sua globalidade e sobretudo das chamadas línguas minoritárias.

Em primeiro lugar, assinala-se que não se trata de línguas não documentadas, sem registos orais e até escritos, nem tão pouco devido a genocídios. o desaparecimento das línguas que testemunhamos todos os dias faz-se em nome de um fenómeno bem mais cavernoso e englobante que as antigas raivas da natureza e dos homens.

A verdade é que os linguistas não sabem quantas línguas morrem por ano, nem tão pouco se as línguas que não estão em perigo o estão ou não verdadeiramente, nem quantas palavras os jovens conhecem, quantas são capazes de utilizar, nem qual é o destino das chamadas línguas nacionais.

Uma língua ancestral é aquela que representa a herança cultural de um povo, de um grupo de indivíduos ou mesmo de uma pessoa só. Não é um idioma especial, um dialecto, uma língua minoritária ou em vias de extinção. As línguas não servem apenas para comunicar. Uma língua é o corpo de uma cultura, e uma cultura é uma energia, uma vontade portadora de valores, de sonhos de utopias e de mitos.

Exactamente como em patologia se pode perder um membro por causa de uma atrofiação progressiva, em muitos países assistimos à perda de línguas locais por expropriação progressiva dos lugares chave, sem que se produza qualquer protesto. Eis alguns exemplos:

O Instituto Pasteur, de Paris, só publica artigos científicos em inglês. As Universidades portuguesas fazem gáudio em publicar artigos em inglês, em anunciar congressos em inglês, em escrever em inglês, etc. Alguns Ministros e figuras públicas do nosso país fazem igualmente questão de se exprimir nessa língua quando, publicamente e em representação da nação, fazem intervenções públicas. Poupo-lhes os meus comentários sobre a utilização da língua inglesa quando se encontram a representar Portugal.

Os jovens europeus que se preparam para estudar Química, Física, Medicina, Informática, Biologia, etc. terão à sua disposição manuais mais actualizados e bem mais em conta em inglês do que nas suas línguas nacionais. Muitas Universidades europeias dispensarão aulas e diplomas na única língua que garantirá aos seus licenciados um posto de trabalho na União. Os carros de combate, os aviões daquilo que é o embrião do futuro exército europeu têm os seus comandos em cerca de 20 línguas. Mas as ordens recebidas por rádio serão dadas exclusivamente numa.

Os adolescentes que se conheceram em virtude de intercâmbios, tal como o programa Erasmus, contactar-se-ão e namorarão por telemóvel

ou internet na única língua disponível. Brevemente a vontade de escutar apenas música em inglês se propagará às outras formas de espectáculo, tais como o teatro e o cinema.

Nas cimeiras mundiais de chefes de Estado e de Governo segue-se já o mesmo comportamento ou seja, as línguas nacionais são apenas uma fachada, uma vez descida a cortina, voltamos à realidade. O anglo-europeu é uma gíria com algumas centenas de palavras, mas é dela que nos estamos a servir para dar forma à região mais rica do mundo. Rica em quê, é uma pergunta que deixo no ar.

Os deputados europeus, para quem já foi montado um exército de tradutores e de intérpretes, podem servir-se das suas línguas nacionais nas sessões oficiais, mas servir-se-ão de uma língua comum nas suas relações pessoais e directas: esta língua é o anglo-europeu, que se supõe ser compreendido por todos.

Se assim não fosse porque razão somos bombardeados pela publicidade com expressões do tipo: *How are you? Cheap expectations?! Sem que nos digam o que isso quer dizer? Nós somos aquele país que organizou um Campeonato da Europa de Futebol e cuja frase de candidatura foi *We love Football?* O mesmo em cujas fronteiras se pode ler *Welcome to the Stadium of Europe?* Que língua se fala aqui?*

Ouçam a rádio, a televisão, folheiem um jornal. O que encontrarão? Anúncios para trabalhar em Portugal, em que se pede para falar inglês (anglo-europeu), e em que os candidatos serão entrevistados por portugueses que falarão inglês entre eles! Poupem-me os comentários a cenário tão idílico.

É preciso que os responsáveis das políticas linguísticas dos estados membros nos expliquem como pensam salvaguardar as suas línguas nacionais quando os jovens das novas gerações as vêem já como gírias utilizadas pelos cotas e pelos marginais ou, de qualquer forma, como uma algarviada incompreensível que não serve para participar na vida social, à escala europeia, e muito menos para ganhar o pão-nosso de cada dia a não ser em empregos do terceiro mundo.

É este o cenário em que se encontra também o mirandês. Língua ancestral de uma comunidade que a trouxe até nós como meio de comunicação, de fixação, como instrumento de cultura que informa e conforma os quadros de apreensão da realidade, de capital simbólico da comunidade mas também como poderoso elemento identitário. Muitos têm sido os debates, os dissensos, as discórdias, as opiniões sobre a importância ou não da conservação língua mirandesa. Uma questão que a persegue há mais de

cem anos. O riodonorês e o quadramilês sobrevivem apenas na literatura da especialidade como uma vaga lembrança de uns sons diferentes falados nuns povoados esconsos do distante nordeste lusitano.

Uma língua que não tem, aos olhos dos seus falantes, nem prestígio, nem valor no mercado de trabalho, nem perspectivas de futuro para os seus filhos é abandonada. É exactamente o que se tem passado com o mirandês. A língua e a cultura mirandesa são o capital mais durável da região de Miranda. Para além de ser uma forma de comunicação, do seu valor filológico, etnográfico e antropológico, é também um capital simbólico que pode funcionar como elemento aglutinador daquela comunidade, representando por isso um capital económico que é necessário saber multiplicar

Muitos jovens abandonaram a sua língua porque, como disse, ela não permite a ascensão social, direito legítimo, diga-se, de qualquer cidadão. Têm pais ou avós que se exprimem em mirandês, enquanto eles próprios, se encontram num meio linguístico que lhes exige que se expressem numa língua internacional. Para muitos, que procuram emprego nas lojas que vendem roupa desportiva, sapatos, móveis, telemóveis e vinho do porto, a língua internacional é o castelhano.

Em primeiro lugar não devemos desencorajar os jovens da sua carreira para o inglês (anglo-europeu) ou para outras línguas, como o castelhano, em Miranda. É inútil criar ilusões. Ninguém poderá travar este processo de mundialização do comércio e das relações humanas. A Europa das próximas décadas falará anglo-europeu e talvez Miranda fale portunhol (talvez melhor mirpornhol, uma mistura de mirandês, português e espanhol). Os jovens que não acertarem o passo com esta tendência serão postos de lado, nomeadamente em relação ao mercado de trabalho. É, pois, necessário dissociar completamente a sobrevivência das línguas ancestrais com as macro-tendências actuais.

No mundo da magia encontramos também outra riqueza de termos e conceitos. O bruxo, como em português, pode ser aquele que enfeitiça. Em mirandês é também aquele que cura e ainda aquela figura mágica que consegue metaforsear-se, em borboleta, em cobra, em galinha ou mesmo em serpente. Assim, as cobras, animais malignos e encarnação das forças demoníacas, nem sempre são chamadas pelo seu nome de *culuobras*.

Acredita-se que a palavra tem o poder de convocar as coisas ou os seres chamados, por isso se designam por *bichas* ou *la bicha*. Não compreendendo o chamamento, não podem responder a ele.

Nas chamadas “formas fixas”⁽¹⁾ da literatura oral, a língua mirandesa foi consolidando saber milenar das bocas que as foram repetindo. Os adágios, os ditos dezideiros, são um dos resultados mais belos e poéticos desta sabedoria. Neles se expressam conceitos filosóficos profundos, sátiras contundentes, assim como bizarras desconcertantes ou angústias justificadas. Apreciem-se estes exemplos, nos quais se revela um pouco da plasticidade da língua e da criatividade dos autores anónimos. A pureza, a simplicidade e a graça do vocabulário são transmitidas por estas fórmulas onde se retrata a alma, o modo de ser e de sentir do povo.

*La nubrina de l’auga ye madrina;
L ferreiro, a martelhadas, a martelhadas, deixou çquecer l’oufficio;
Nun te mates pedrica, naciste para pobre nun chegás a rica;
L afogado l que quier ber ye ua silba.*

Esta sabedoria milenária constituiu-se como um autêntico calendário hagiográfico em linguagem poética. As expressões, lapidadas e consagradas pelo tempo, definem o bem e o mal, predizem as estações, presentem o tempo, auguram as boas e más colheitas, amaldiçoam os inimigos, bendizem os amigos, ditam a justiça, apontam comportamentos, aconselham nos trabalhos agrícolas, criando na singeleza da linguagem a profundidade duma filosofia de vida.

No mês d’adbento poucas damas filan o lhienço, a ua cun dias santos a outra cun ruin tiempo. De ls Santos a Santo Andrés bai un mês; de Santo Andrés al Natal outro tal. Mas la bielha que bien cuntou solo três semanas ancuntrou.

Nenhuma língua nacional possui esta série de palavras ou expressões, pura e simplesmente porque as línguas nacionais não são chamadas a exprimir estas realidades.

Como qualquer outra língua, o mirandês constitui um sistema semiótico de compreensão do mundo. Seremos mais ricos ou mais pobres consoante formos capazes de preservar, compreender e estimular a sua capacidade de descrever o mundo. E isto leva-nos a outra tarefa essencial fundamental para a preservação do mirandês: a formação de linguistas entre os locutores do idioma. Embora este domínio não esteja exclusivamente reservado aos falantes, são eles que melhor do que ninguém podem descrever a sua língua, uma vez que conhecem aspectos que outros linguistas teriam mais dificuldade em descobrir.

(1) A expressão é do folclorista de origem alemã Arnold Van Gennep (1937) *Manuel de folklore français contemporain*, Paris: A. Picard, 1937, vol. IV, pp. 654-716, que propôs a distinção entre “littérature populaire mouvante” e “littérature populaire fixée”. A primeira compreenderia os contos e outras narrativas e a segunda os provérbios, os adágios, etc.

Também o ensino que, em rigor, anda aos tombos desde 1987 (ano em que começou a ser ensinado, a título opcional, na Escola Preparatória de Miranda do Douro), ganhou um novo impulso, alargando-se a outras escolas da região (sempre a título precário, opcional, sem professores formados, nem supervisão pedagógica ou outra) e mereceu mesmo o interesse de algumas associações e instituições de Ensino Superior que o têm proposto nomeadamente a título opcional⁽²⁾.

Parece inegável que todas estas actividades, ensino, publicações, emissões radiofónicas, estudos, traduções, etc. são importantes para o mirandês. Mas ninguém, com rigor, saberá dizer qual a sua verdadeira importância e se estamos a ir no bom caminho ou nem sequer se estamos a progredir.

Comecei dizendo que a situação do mirandês deveria ser vista no quadro global do estado geolinguístico do planeta e sobretudo da Europa. O velho continente não pode deixar de escutar os gritos polifónicos das línguas humanas que pululam dentro das fronteiras dos velhos estados-nação. Esta realidade polimórfica constitui a nossa riqueza e é sobre ela que devem assentar os pilares identidade europeia. Mas não pode resistir eternamente a discursos meramente propangandísticos. Exigem-se medidas imediatas e concretas.

Como tantos outros idiomas europeus –como o aragonês, o provençal, o sardo, o asturiano, e o ladino, para só citar alguns–, o mirandês vive numa situação paradoxal. Só nos damos conta de que há necessidade de o preservar porque tomámos consciência de que o mesmo está em situação agonizante, sem vitalidade, longe do seu pleno desenvolvimento, e se encontra em riscos de desaparecer. Um paradoxo que é, afinal, o espelho das nossas sociedades contemporâneas, tão obcecadas pelas relíquias museológicas como fascinadas pelo presente, e sempre à procura do futuro através dos últimos gritos tecnológicos. Por outro lado, nem sempre os autóctones conseguem dar-se conta da importância da sua cultura. Seja porque não têm a distância suficiente para reconhecer o seu valor, seja porque se encontram envolvidos em situações de conflito motivadas por interesses materiais, pessoais ou simplesmente mesquinhos.

A prática duma língua local favorece o desenvolvimento intelectual e a abertura para outras culturas. Por isso o domínio da língua mirandesa tem ainda mais importância se se considerar que a mesma constitui uma

(2) Nesta matéria é de justiça referir que o único Curso verdadeiramente estruturado e organizado até hoje foi levado a cabo pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, sob a direcção da Prof. Doutora Olinda Santana e de mim próprio. Decorreu no Verão do ano 2001 e formou pelo menos um dos docentes que no último ano lectivo leccionou mirandês.

chave de acesso ao património comum das culturas que se exprimem através das línguas românicas, assim como o conhecimento destas culturas permite enriquecer a aprendizagem e o domínio da língua mirandesa.

Nada impede que dentro de pouco tempo falemos todos a mesma língua. Contudo, não me parece que sejam as línguas internacionais a fazer concorrência às línguas ancestrais. Elas encontram-se para além de qualquer perigo, porque constituem as únicas e verdadeiras línguas da humanidade.

• **Amadeu Ferreira** abordou o tema “A Língua Mirandesa: da diversidade à unidade e a superação do complexo de patinho feio”.

I. *Colocação do problema.* Quando, em 1882, José Leite de Vasconcellos descobriu o mirandês e o deu a conhecer ao mundo, deparou com uma realidade: uma visão negativa dos próprios falantes relativamente ao valor da sua própria língua, uma espécie de complexo do patinho feio. Quando, no verão de 1883, visita pela primeira vez a Terra de Miranda, aquele autor descobre algo que é inerente ao próprio ser da língua mirandesa: a diversidade de uma língua exclusivamente oral, moldada ao longo de séculos por inúmeras e diversificadas influências, e acantonada dentro de cada aldeia.

II. *Da diversidade à unidade.* José Leite de Vasconcellos fez a sua mais desenvolvida investigação sobre o mirandês em *Duas Igrejas* porque daí era natural o seu condiscípulo Branco de Castro, isto é, por mero acaso e não devido a uma escolha previamente programada, de acordo com critérios que lhe permitissem, por exemplo, ir em busca dos falantes do melhor ou do verdadeiro mirandês. Com efeito, nunca José Leite de Vasconcellos se pôs o problema que, de vez em quando, parece atormentar algumas pessoas: onde se fala bem o mirandês? Existirá um sítio onde se fala melhor mirandês que nos restantes? A pergunta, apesar de infantil, tem sido feita, esquecendo que a língua é um facto das pessoas e das sociedades e não uma entidade quimicamente pura, forjada em laboratório. Reflecte vivências específicas, encarna uma história diversa, sofre influências distintas. A diversidade é a natural maneira de ser de uma língua, seja ela qual for. Assim, a única atitude séria a adoptar é respeitá-la, que o mesmo é dizer, respeitar as pessoas que a falam. A pergunta, onde se fala bem mirandês, a resposta só pode ser: onde se fala mirandês, fala-se bem mirandês. Esta atitude de respeito é um pressuposto essencial de que devemos partir para uma abordagem séria de qualquer língua.

3. Muito cedo, José Leite de Vasconcellos detectou esta diversidade, de aldeia para aldeia. As próprias pessoas das aldeias, de todas as aldeias,

sempre tiveram consciência dessa diversidade e dela procuraram fazer motivo de chacota, assentes numa convicção muito simples: nós é que somos os bons falantes. A diferença podia ser uma só palavra, um som, mas bastava para os propósitos pretendidos. No entanto, nem por isso deixavam de usar a sua língua nos contactos entre eles e a forma como o fazem permite-lhes, quase sempre e de modo imediato, identificar a origem do interlocutor. Enfim, nada que, a uma escala mais ampla, não se passe com o português ou outras línguas.

A atitude daquele sábio foi respeitar essa diversidade, registando-a e estudando-a. Apesar dos avanços feitos, o estudo dessa diversidade encontra-se ainda por fazer com a devida profundidade. É interessante a esse respeito o trabalho de recolha efectuada por Duarte Martins na aldeia de Malhadas, já publicado no bonito livro “Bozes de l Praino”. Um exemplo a seguir noutras localidades, de modo sistemático.

Deixemos clara uma ideia: a diversidade é uma riqueza extraordinária da língua mirandesa. Por isso nada deve ser feito para impedir a manutenção dessa riqueza, nos mais diversos modos do seu uso oral ou escrito. Deve, porém, ficar bem claro o campo onde essa diversidade deve ceder o passo à unidade: a ortografia, essa espécie de *design* em que uma língua se materializa e com que se apresenta.

4. Apesar da diversidade verificada de aldeia para aldeia, José Leite de Vasconcellos procurou agrupá-la por grandes áreas com características próximas, tendo adoptado para o efeito um critério externo, de natureza geográfica. Assim, distinguiu entre: o mirandês do Norte ou raiano; o mirandês do Centro; e o mirandês do Sul ou sendinês. Depois dessa classificação e da descrição, desigual, das principais características de cada uma das zonas alguns estudos se fizeram, sem no entanto se considerar que os existentes sejam suficientes e devidamente aprofundados.

Algumas pessoas, em vez de estudarem a realidade, tomam como realidade o que foi descrito por José Leite de Vasconcellos, num certo sentido se produzindo em relação ao mirandês o chamado “efeito Rio de Onor”, como lhe chamou Joaquim Pais de Brito (BRITO, 1996, 19), isto é, toma-se como essencial realidade a que resulta dos trabalhos de José Leite de Vasconcellos em vez de se estudar a realidade em si mesma. É óbvio que aquele sábio nenhuma culpa tem deste uso que é dado à sua obra.

5. Ao longo de quase todo o século XX são fundamentais dois escritores mirandeses: António Maria Mourinho e Manuel Preto. O primeiro significa a entrada da variedade sendinesa na escrita do mirandês e o segundo mantém a tendência anterior para uma prevalência de escritores da variedade

raiana do mirandês, uma vez que o padre Manuel Preto era natural de São Martinho de Angueira. Embora a forma adoptada por António Maria Mourinho seja a correspondente ao mirandês central, nomeadamente quanto ao uso de *lh* em início de palavra e dos ditongos crescentes, seguindo José Leite de Vasconcellos, único modelo então disponível, uma análise atenta da sua obra mostra que o essencial do seu léxico e a sintaxe que utiliza são tipicamente sendinesas, ao contrário do que à primeira vista poderia parecer e do que alguns têm escrito ou apenas dado a entender. O estudo da obra de Manuel Preto e de António Maria Mourinho nesta perspectiva está por fazer, mas a prática da escrita por estes dois autores maiores aprofunda de modo decisivo os caminhos de unidade do mirandês, representando uma conquista que não admite recuo. Esta é uma lição que me parece nunca ter sido devidamente salientada até ao presente.

7. A partir do fim do século XX, na década de 90 e em particular após a lei n.º 7/99, a escrita do mirandês começa a generalizar-se progressivamente. O problema da escrita coloca o problema dos leitores: não há leitores se não houver quem escreva e, em certa medida, a escrita é incentivada pela existência de leitores. Passa a haver leitores que exigem a escrita e documentos de apoio à sua aprendizagem. Hoje temos escritores de mirandês oriundos de todas as suas variedades e a convivência entre elas tem-se vindo a aprofundar, trilhando um caminho de unidade que é já património inalienável da língua mirandesa e dos mirandeses. Tudo isso sem que a ninguém tenha sido necessário abandonar as diferenças que caracterizam a variedade linguística em que se insere.

8. A Convenção Ortográfica da Língua Mirandesa surge como pressuposto essencial da unificação. Ela contribui decisivamente para a unificação da língua. Embora a unificação total ainda não tenha acontecido, creio que não devemos sobrevalorizar a diversidade ainda existente. Em Portugal até há bem pouco tempo a variação na escrita era enorme e só com a generalização da imprensa e, sobretudo, do ensino é que essa unificação se conseguiu. Não creio que isso tenha trazido graves problemas à língua. O mesmo se passa com a língua mirandesa. Subsistem algumas diferenças, mas creio que chegou a altura de serem encaradas naturalmente e não serem sobrevalorizadas. Não creio que um acento circunflexo, é isso que está em causa, seja suficiente para por em causa a unidade e o caminho de unificação da língua mirandesa.

9. Até há bem pouco tempo escrever em mirandês era uma curiosidade a poucos reservada. Felizmente, embora ainda em pequeno grau, a escrita do mirandês tem-se vindo a generalizar, num certo sentido podemos dizer banalizar, assim como a leitura de textos em mirandês. De

certo modo vai-se tornando uma forma banal e normal de comunicar. Para esse efeito muito tem contribuído o desenvolvimento do ensino, mas em particular o aparecimento regular de textos em mirandês, nomeadamente em vários órgãos de comunicação social. A multiplicação deste tipo de textos, escritos por pessoas com formação muito diversificada, é um caminho a seguir quer na unificação do mirandês, quer no trazer de novos escritores e leitores para a língua mirandesa.

10. Penso que neste momento estamos em condições de continuar um caminho de unificação ortográfica que preserve a diversidade e permita, até certo ponto, a sua identificação. O surgimento recente de um extenso vocabulário, elaborado pelo Sr. Padre Moisés Pires, embora mais orientado para a variedade específica do mirandês raiano e, em particular, da aldeia de Ifanes, bem como o início de publicação de um dicionário de mirandês que pretende abranger todas as variedades do mirandês, são contributos essenciais para a unificação do mirandês. Creio que este é um caminho que ajudará a prestigiar a língua mirandesa, pois, sendo um problema, não creio que o desenvolvimento e subsistência da língua mirandesa dependa de um acento circunflexo a mais ou a menos. Não sermos capazes de conviver com a diversidade que a língua mirandesa comporta, resultado de uma longa história, será um sinal claro da nossa menoridade. A leitura que faço do caminho percorrido, leva-me a concluir que a maturidade dos mirandeses tem vindo a saber ultrapassar este problema que nunca é fácil de ultrapassar e que tem enredado muitas línguas minoritárias em situações que não deixam olhar o futuro.

21. As manifestações a que acabei de me referir e outras similares estão bem vivas e são um importante obstáculo ideológico à afirmação da língua, ao seu desenvolvimento, ao seu prestígio e, em última instância à sua preservação.

Assim, diria que estes passam pela necessidade de promover, alargar e dignificar o ensino da língua mirandesa; pelo desenvolvimento de uma literatura aos mais diversos níveis, quer em termos tradicionais quer em termos de intervenção regular na comunicação social; por fim, é necessário desenvolver a investigação fundamental em torno da língua mirandesa, que leve a um melhor conhecimento

O quarto aspecto que referi como essencial parece mais simples, mas é o mais complicado de todos: é necessário que o mirandês se continue a falar, a começar na família, e que o seu uso se alargue a novas zonas e a novas entidades, inclusive as entidades oficiais. Se a língua não se falar, então tudo o resto é tempo perdido e o esforço será infrutífero.

• **Carlos Ferreira** ainda sobre a língua mirandesa abordou o tema “O Levante do Nordeste Transmontano –a Terra de Miranda como território de transição e fronteira.”

I. Introdução.

1. Dentro do contexto espacial da geografia trasmontana, os mais eminentes geógrafos concedem alguma individualidade etnográfica à Terra de Miranda.

2. O antigo território da Terra de Miranda já integrou todo o levante do Nordeste Transmontano. Antes da romanização da Península foi o *país* onde os Zoelas, tribos Celtas do povo Astur, exerceram a sua influência e apascentaram os seus rebanhos em regime comunitário. Este espaço assume a sua homogeneidade enquanto região de transição paisagístico-ecológica, histórico-geográfica, etnográfico-cultural, político-administrativa e linguística, prolongando ou delimitando espaços naturais contíguos.

A partir da Idade Média o velho território Zoela minguava e passa a constituir uma região administrativa, formando-se a Terra de Miranda que engloba no seu seio a área que ocupa actualmente três concelhos: Miranda do Douro, Mogadouro e Vimioso, as localidades de Fornos e Lagoaça. Para efeitos de ordenamento agrícola esta região é conhecida pela designação de Planalto Mirandês.

A História, singularidade e originalidade geográfica da Terra de Miranda, permitiram a emergência de uma cultura e etnografia peculiares dentro do contexto português. Destacamos nomeadamente a língua (*lhéngua*) mirandesa (lei 7/99 de 29 de Janeiro), os pauliteiros e o gaitero tocador de gaita-de-foles, a capa de honras, as tradições comunitárias e as festas solsticiais. Um conjunto de raças autóctones com denominação de origem certificada como o burro mirandês, a vaca mirandesa, o porco bísaro e a ovelha churra galega mirandesa, reforçam ainda mais a panóplia de endemismos existentes nesta região.

A população que vive neste espaço faz também a distinção entre os habitantes que a povoam e os que vivem fora dela, apelidando estes por: “*gente de baixo*”.

II. A Terra de Miranda como território de transição

3. Em longitude faz a transição geomorfológica entre a submeseta norte castelhana aplanada e monótona, com rede hidrográfica pouco ou

nada encaixada e os planaltos do nordeste Português de relevo já mais movimentado e com a rede fluvial muito encaixada. Em latitude faz a transição entre os cimos aplanados das fraldas sul da cordilheira Cantábrica e os planaltos mais baixos do nordeste português. Em termos geológicos faz a transição entre a imensidão avermelhada dos depósitos recentes da meseta e a mistura de rochas granitoides, xistentas e quartzíticas, por vezes recobertas de depósitos cenozóicos, dos planaltos do nordeste português.

Em termos climáticos faz a transição entre o clima de feições marcadamente continentais da meseta e o clima marcadamente atlântico dos montes de Leão e Sanábria, Reflectindo o clima, em termos florísticos faz a transição entre os azinhais de *Quercus ilex ssp. Rotundifolia* da meseta e os bosques de carvalho negral, *Quercus pyrenaica* Willd do maciço Cantábrico, para os bosques mistos do planalto e dos vales encaixados dos rios, onde a vinha e a oliveira encontram alargada expressão.

4. Também ao longo da história, as práticas e produções agrícolas tiveram maior diversificação na Terra de Miranda que na meseta castelhana.

5. Por fim é necessário dizer que a transição que se vai efectuando na Terra de Miranda, vê-se também na língua, o asturo-leonês, língua de transição segundo Menedez Pidal⁽³⁾, que evoluindo a partir do latim popular foi durando nesta região, mas que cedo começou a perder vigor frente aos ataques do castelhano e do galaico-português, depois da independência do reino de Portugal e da aglutinação do reino de Leão pelo reino de Castela, acantonando-se hoje a sua vitalidade a pouco mais que as localidades do concelho de Miranda do Douro.

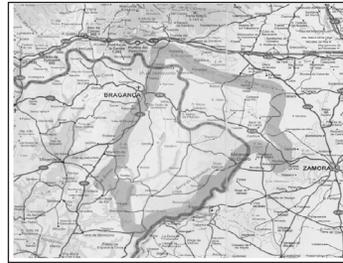
(3) Ramón Menedez Pidal (*Las Origenes del Español*) citado por José Matoso (org) (1992), “Portugal no Reino Asturiano-Leonês”, in *História de Portugal*, Círculo de Leitores, vol. I, 511: “O idioma romance encontrava-se durante o século X no seu período de origem ou de formação, e o que mais essencialmente distinguia a linguagem dessa época da que se seguiu depois era a falta de uma norma linguística fixa. Várias normas lutavam entre si, cada qual sem força suficiente para vencer rapidamente a sua oposta (...) A fala vulgar da corte de Leão no século X tinha uma grande debilidade constitutiva: a sua vacilante indecisão. Nela concorriam tendências vindas da Galiza, com o grande prestígio da cultura, riqueza e grande densidade de população dessa terra ocidental; tendências vindas das Astúrias, antiga sede da monarquia; tendências vindas de Castela, região que já então se distinguia por uma firme orientação linguística, muito diferente das grandes vacilações leonesas. Leão gozou o seu grande prestígio político numa época em que a qualidade da corte a prejudicava linguisticamente pela mistura de gentes e influências muito diversas que a ela concorriam e na qual não existia ainda uma literatura romance capaz de reduzir a uma harmónica unidade essas várias tendências.”

Também Orlando Ribeiro cita Menéndez Pidal, referindo: “MENÉNDEZ PIDAL, por sua vez, notara como a cunha asturicense na Terra de Miranda explica a persistência de um falar leonês no território de Portugal.”, (RIBEIRO, O.(2001)78). Esta ideia de cunha encravada de que nos fala Minéndez de Pidal, mostra não apenas a fragilidade política em “aguentar” os territórios que a ladeiam, mas mostra sobretudo a ideia de transição que está subjacente a este espaço.

Nos termos proto-históricos e históricos⁽⁴⁾ da ocupação humana da Terra de Miranda, antes das invasões romanas chegarem à Península Ibérica, havia o território Zoela, espaço cultural das tribos celtas Durante o domínio romano, a Terra de Miranda se integrou no convento de *Asturica Augusta* em determinados períodos e no de *Bracara Augusta* noutras períodos.

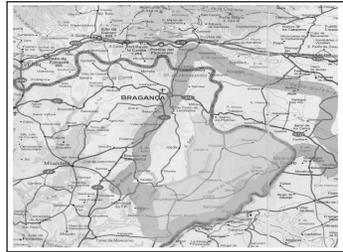
6. No ano de 420 d.C. por aqui passava a fronteira entre Suevos e Alanos, no ano 450 d.C. entre o Reino Suevo e o Campus Gothorum e no ano 500 d.C. era fronteira entre o Reino Suevo e o Reino Visigodo. Em 950 d.C. estabeleceu-se por aqui a fronteira entre reveses Cristão e Árabes, a chamada “*extremadura*”.

(Fig 1. O Território Zoela)



7. Nos primeiros tempos da monarquia portuguesa pela expressão *Terra*⁽⁵⁾, entendia-se distrito administrativo, militar e judicial, utilizando-se bastante esta designação no Norte de Portugal como para o caso da Terra de Vinhais, Terra da Feira, Terra de Ledra, etc. Ainda hoje na vizinha Espanha encontramos na Galiza cerca de uma dezena de pequenas regiões com a designação *Terra* e na província de Castela e Leão não anda longe da vintena, não a encontrando praticamente noutras províncias.

(Fig 2. A Terra de Miranda Medieval)



A denominação *Terra de Miranda* aparece pela primeira vez em documentos do séc. XII⁽⁶⁾ e, a partir dessa data não voltou a deixar de se utilizar. Os seus contornos nunca foram rigorosamente delimitados.

III. A unidade da Terra de Miranda vs. Região natural

8. Depois da Idade Média a designação Terra de Miranda deixou de ter o seu carácter administrativo e depressa evoluiu para um significado essencialmente geográfico, histórico, ver etnográfico.

(4) Sobre a história da Terra de Miranda, Cidade e Diocese, consultar vários documentos na obra do Abade de Baçal, nomeadamente (ALVES, F. M.(1910) I e IV), a obra de Artur Carlos Alves (ALVES, A. C.(1973), (ALVES, A. C.(1974) e (ALVES, A. C.(1978), (MOURINHO, A. M.(1980), (MOURINHO, A. R.(1995) e (FERNANDES, M. C. C(2001).

(5) Artur Carlos Alves, refere-se também à origem e evolução da palavra *Terra*, (ALVES, A. C.(1973)24-27).

(6) Ver (ALVES, A. C.(1973)46) e (MOURINHO, A. M. (1980)93). Erradamente em 1136, o Abade de Baçal, atribui a Miranda do Douro o foral que Don Afonso I, atribui a Miranda do Corvo, (ALVES, F. M.(1910)IV.81).

Em termos etnográficos estamos também perante uma região com características muito próprias e peculiares: a dança dos paulitos, a capa de honras e a língua mirandesa.⁽⁷⁾ Ainda há apenas meio século escrevia António Maria Mourinho relativamente à dança dos pauliteiros: “Em nosso País, dançou-se em toda a região compreendida entre os rios Sabor e Douro, talvez desde Rio de Onor, até aos limites Sul do concelho de Mogadouro, confrontando com os de Freixo de Espada à Cinta e Moncorvo.” (MOURINHO, A. M.(1984)454).

IV. As fronteiras da Terra de Miranda

10. Como vimos o espaço da Terra de Miranda, começou por ser o extremo e a fronteira entre os territórios ocupados pelos vários povos celtas e pré-celtas. Continuou a constituir fronteira entre as províncias romanas da *Lusitânia* e *Tarraconensis* e entre os conventos de *Asturica Augusta* e de *Bracara Augusta*. Com o início da nacionalidade portuguesa, constituiu fronteira entre o reino de Leão e o Condado Portucalense e por fim entre Espanha e Portugal. A Terra de Miranda é portanto, uma região de fronteira com características específicas dentro do rectângulo português.

11. A convivência humana entre as populações que vivem de um e do outro lado da fronteira desenvolve actividades variadas, estados de espírito específicos, bem como uma economia, sociologia e antropologia particulares aos espaços de fronteira.

12. Na Terra de Miranda podemos considerar três tipos de fronteira que não coincidem: as da região histórico-natural são as mais velhas, as políticas estão praticamente fixas desde o início da nacionalidade e as linguísticas datam de tempos anteriores à nacionalidade.

13. No terceiro caso, a fronteira linguística, desde a “reconquista cristã” e enquanto o reino de Leão se manteve como um espaço político forte, existiu um grande *continuum* linguístico asturo-leonês, que entrava pelo nordeste transmontano português e aí se manteve durante vários séculos. Primeiro com a independência do condado portucalense em relação ao reino de Leão, que logo adoptou a norma linguística galaico-portuguesa e depois com a absorção do reino de Leão pelo reino de Castela, que logo adoptou a norma linguística castelhana, o falar asturo-leonês ficou encravado, apenas na parte mais oriental da velha Terra de Miranda medieval.

(7) Outras particularidades poderíamos apontar, mas estas parecem-nos ser as mais representativas. Ver também sobre a gaita de foles (CORREIA, M.(2002) e sobre o teatro popular mirandês (GONZÁLEZ, F. C.(2001).

A língua Mirandesa, como o definiu pela primeira vez em 1906 Ramon Menéndez de Pidal (MENÉNDEZ PIDAL, R.(1990)21), pertence ao *continuum* linguístico asturo-leonês. Para além de todos os vestígios de falares asturo-leoneses que ainda perduram em Rio de Onor, Quadramil, Petisqueira e Deilão, ficaram também, embora de forma mais subtil, na toponímia e sobretudo na microtoponímia de toda esta região do nordeste transmontano.⁽⁸⁾

Assim para ser possível tirar algumas conclusões sobre os limites do espaço histórico-natural que tentamos delimitar, fiz o levantamento de toda a toponímia maior e de cerca de cinco mil micro-topónimos em todo o distrito de Bragança.⁽⁹⁾ Considerei para a minha análise todos os topónimos e micro-topónimos que encerram características bem marcantes do asturo-leonês, nomeadamente a conservação de *-n-* e *-l-* latinos, a presença do diminutivo *-ico-*, a palatalização de *-l-* inicial ou intermédio, os micro-topónimos *marra* e *ourrieta*⁽¹⁰⁾ e o aparecimento do artigo definido mirandês (*l, la, ls, las*) associado a micro-topónimos, bem como os nomes dos arbustos *scoba*⁽¹¹⁾ e *xara*⁽¹²⁾.

Por fim a área a Oeste da linha das cumeadas que enunciamos, que se caracteriza pela quase completa ausência de ocorrência de micro-topónimos com as características asturo-leonesas que tínhamos seleccionado.

(Fig 3. A área de ressaibos toponímicos leoneses no Nordeste Transmontano corresponde ao antigo território celta das tribos Zoela)



VI. Conclusões

17. Creio ressaltar do exposto uma individualidade histórica, cultural e geográfica, com longa tradi-

- (8) Os filólogos e linguistas sempre foram muito peremptórios na inventariação da quantidade de influências que o português e o castelhano tiveram na língua mirandesa, mas nunca se deram ao trabalho de construir estudos que analisassem a influência do mirandês/leonês, no chamado português de Trás-os-Montes.
- (9) Na grande maioria a partir das cartas militares à escala de 1/25000 e também com base nas listas cadastrais das finanças de Miranda do Douro que o Sr. Amável Falcão prontamente colocou à minha disposição e a quem muito agradeço. No concelho de Miranda e Mogadouro fiz também várias recolhas através de inquéritos *in loco*. Também a Doutora Manuela Barros Ferreira, num artigo sobre “A situação actual da língua mirandesa e o problema da delimitação histórica dos dialectos asturo-leoneses em Portugal”, se ocupou desta questão, (FERREIRA, M. B.(2001). Muito lhe agradecemos o envio do seu artigo, do qual recomendamos a leitura por ser esclarecedor e muito sério no tratamento dos limites linguísticos asturo-leoneses em Portugal.
- (10) Este micro-topónimo aparece nas formas: *orreta, ourieta, urreta, urrita, urrieta, recta, reta, rita* e *ruta*.
- (11) *Scoba*, giesta - *Cystisus striatus* (Hill) Rothm. – *cystisus scoparius* L. – *cytisus multiflorus* (L’Hér.) Sweet. Em São Pedro da Silva encontramos os topónimos Lombo do Esteveira e Cabeço da Esteveira, mas um documento de 1172, (ANTON, I. A.(1986)312-13), diz-nos tratar-se de um antropónimo “que stat in monte de Stevam”, e não de um fitotopónimo como se pensaria.
- (12) Xara, esteva - *Cistus ladanifer* – *Cistus laurifolius*.

ção. Estamos portanto de acordo com Francisco Sande Lemos quando afirma: “Terra de Miranda é uma designação medieval aplicada a um território individualizado por uma história e cultura comum e por características geográficas homogêneas.”⁽¹³⁾ (LEMOS, F.S.(1993)I.a.129).

18. É comumente aceite que a língua mirandesa se manteve viva até hoje no concelho de Miranda do Douro, apenas devido ao grande isolamento desta região. Não estando este espaço mais isolado e encravado que outros do Nordeste Transmontano, acreditamos que a grande e longa continuidade cultural desta Terra, forjou nos ‘*genes sociais*’ dos seus habitantes, uma consciência que os faz resistir à aculturação da sua velha forma de estar e entender o mundo. Nos alvares do III milénio, percebermos como se forjou esta consciência íntima de pertença a uma cultura específica é perceber o porquê da obstinação em manter vivos velhos ritos solsticiais com mais de três mil anos, ao mesmo tempo que se teima em falar uma língua que nos ata às sucessivas camadas de história que são o cordão umbilical que nos liga aos nossos primórdios. Como muito gosta de dizer o povo mirandês: “*hai que saber tener-se na raiz*”.

Os estudos de Tradução

Os estudos de Tradução estiveram presentes, de novo, este ano por se pensar que neste campo está tudo ainda por fazer, a maior parte dos cursos está desajustada à realidade, os licenciados saem com falsas expectativas. É preciso profissionalizar de forma condigna esta área de trabalho tal como se fez na Austrália, Canadá, Irlanda, Suécia. Adaptar os cursos à vida real, fornecer competências aos formandos, colocá-los a trabalhar experimentalmente no mundo real como fizemos na Austrália desde há anos com o sistema de “mentorship” em que os jovens candidatos à profissão, passam um período entre semanas a meses, a trabalharem com um “mentor” que o/a acompanha enquanto aprende a lidar com as traduções. Durante esse período, auferem um pequeno vencimento e, sobretudo, adquirem uma experiência que a maior parte dos cursos não pode proporcionar, sempre sob a supervisão dum tradutor atento.

• Numa das intervenções dedicadas à tradução **Maria D’Ajuda Alomba Ribeiro** referiu que

(13) No nosso entender, homogeneidade não significa unidade monótona, mas sim transição de feições. A riqueza da diversidade materializa portanto uma forma de homogeneidade.

Quando nos referimos ao bidirecionamento do ensino de português a hispanofalantes ou do espanhol para falantes de português seria de esperar que o alto índice de coincidências gramaticais favorecessem o aprendizado. Todavia, a proximidade entre as duas línguas e a relativa facilidade têm propiciado um dos maiores paradoxos da aprendizagem de línguas; se por um lado, a aquisição de uma L2 próxima à L1 é facilitada pelo seu compartilhamento estrutural, por outro, essa aparente facilidade gera efeitos prejudiciais no processo de aprendizagem, com a presença constante da interferência no processo de produção e a possibilidade da fossilização dos erros ou equivocações. Com a experiência de ensinar português para hispanofalantes em um contexto de não imersão, observo que essa proximidade do espanhol e do português permite que os falantes tanto de português como de espanhol possam comunicar-se com relativa facilidade. Essa relativa facilidade cria a ilusão de que ele é razoavelmente proficiente na língua-alvo e que, ressalvados os detalhes de acento, ele já “fala” a nossa língua. Esse “falar a nossa língua”, entretanto, é inequívoco. Ao analisar o texto do aprendiz de português, seja na modalidade oral ou escrita, observa-se diversas marcas de interferências lingüísticas do espanhol o que compromete o falar bem ou escrever bem. Assim, podemos dizer que os conectores argumentativos são vias de acesso para que o aprendiz possa plantear um bom discurso escrito já que esses conectores são responsáveis para marcar o sentido da argumentação. Comprovamos essa hipótese analisando os usos dos conectores argumentativos das composições dos hispanofalantes aprendizes de português fazendo uma comparação do português com o espanhol, para explicar como se desenvolvem o processamento cognitivo dos alunos e suas interferências geradas para construir a rede semântica do texto.

- Noutra intervenção, muito apreciada, CECÍLIA FALCÃO, CLÁUDIA FERREIRA, CLÁUDIA MARTINS, FANTINA PEDROSA e MANUEL MOREIRA DA SILVA falaram dos RECURSOS PARA A TRADUÇÃO TÉCNICA E CIENTÍFICA EM LÍNGUA PORTUGUESA: UM DICIONÁRIO TERMINOLÓGICO EM GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO, e deram conta das dificuldades com que se têm deparado ao longo dos anos para completarem este trabalho.

- Sobre o excitante problema das traduções de obras em português a autora MARIA ROSA ADANJO CORREIA falou da “Lusofonia e a problemática da tradução das “ousadas verbais” de Luandino Vieira e das “escrevivências desinventosas” de Mia Couto”:

A tradução de qualquer autor das Literaturas Africanas de/em Língua Portuguesa levanta um triplo problema: a situação de «margi-

nalidade» destas literaturas no seio da Comunidade Internacional; o desafio perante a concorrência de escritores oriundos de países mais prestigiados mundialmente; o facto de, muitos deles, subverterem o português europeu (PE) para dar expressão a realidades, conceitos e factos culturais diversos.

Luandino Vieira e Mia Couto. Em Angola, Luandino Vieira escreve nas décadas de 60/70 e é, no momento da independência, para as novas gerações, uma referência fundamental, obrigatória. Ele é um dos escritores que mais se empenhou na criação de uma língua literária genuinamente luandense-angolana, fruto de uma simbiose entre o português vernáculo e as restantes línguas faladas em Angola. Na sua obra, a língua tornou-se tema, no entanto, este procedimento ficaria isolado no sistema literário angolano e seriam necessários alguns anos e uma travessia à contra-costa para que, com Mia Couto, surgisse a “*maneira moçambicana de re-trabalhar a língua portuguesa*” como afirma Tavares (2000)⁽¹⁴⁾. Mia Couto iniciou-se na literatura através da poesia: *Raiz de Orvalho* (Maputo, 1983). Obra que é uma espécie de «pedrada no charco» no seio de uma literatura moçambicana ainda muito marcada pela militância política ao serviço da causa revolucionária. Com este livro, o autor assume uma posição de recusa a esta “...*única forma de escrever...*] *Pode-se falar da revolução sem falar de política no sentido explícito do termo...*] *era preciso afirmar o EU, não contra o NÓS, mas a favor dum colectivo mais verdadeiro*” (Laban, *idem*). O livro foi bem recebido : venderam-se cinco mil exemplares em duas semanas.

Continuando na prosa, a primeira obra surge fruto da ideia acidental de escrever contos : “... *estive em Inhambane e lá me contaram uma lenda ligada às baleias. Era muito interessante contar essa história, ficcionar esta lenda. Eu estava com um grupo de amigos que me entusiasmaram : «Faz uma história!» E eu fiz uma história*” (Laban, *idem*). Do contacto com os camponeses e pescadores, do retorno às histórias da infância, foram surgindo os contos.

Em *João Vêncio: Os seus amores*⁽¹⁵⁾ Luandino Vieira terá chegado ao limite da sua modernidade, da sua “ousadia verbal”, que vão desde frases em kimbundu, umbundu e crioulo (**Suku! ame yu ndasala ulika, vayongola omwenhu wange** –Deus! Estou sozinha, e querem a minha vida...[Umbundu] –Glos^oP.104), a adaptação de palavras bantas à grafia do PE (**menequenos** –cumprimentos, **de ku menekena** –saudar, cumpri-

(14) Tavares, Ana Paula (2000) “Especificidade e originalidade das literaturas africanas de/em língua portuguesa”, (Conferência proferida na Universidade de Genebra em 22 de Maio 2000)

(15) Vieira, José Luandino (1987). *João Vêncio: os seus amores*. Lisboa, Edições 70.

mentar) e de construções típicas do português de Angola (**deu encontro o búzio amarelo**), à criação de amálgamas (**amorizade**) e de palavras novas formadas a partir das regras de composição e derivação do PE tendo como raiz o kimbundu (**quimbundice**) ou outras línguas. Coerente com uma perspectiva política, trata-se de violentar a língua colonial, de a subverter, de inovar, de criar, e de levar à Literatura o discurso do povo de acordo com as «regras» com que este se exprimia em português.

Em *A Varanda do Frangipani*⁽¹⁶⁾ encontramos uma dimensão de afirmação da moçambicaneidade literária. É nossa convicção que esta obra deverá ser lida como uma metáfora sobre o fim de um tempo e o início de outro, onde constatamos, uma vez mais, uma espécie de dimensão escatológica dos cânones literários europeus e do padrão linguístico do português. Mia Couto reproduz, através daqueles velhos, habitantes da Fortaleza de S. Nicolau, “vozes” guardadas na memória dos tempos e cria “estórias” fantásticas. Trata-se de um processo de “escuta” (sob a forma de “confissões”) cuja “reprodução” não é compatível com o português clássico: o mágico, o mitológico, o simbólico da tradição africana não é “traduzível” nas estruturas do PE, por isso é necessário “des-construir” a gramática dessa língua: baralhar os sufixos e os prefixos (**açuraro, desocultar, impestanejável**), alterar as categorias morfológicas (**os antigamentos**), inventar palavras amalgamando as existentes (**salpin-gar**). Senhor de um grande domínio da língua portuguesa, Mia Couto nunca inventa a partir do “nada”: a “des-construção” e “re-construção” do PE, na área lexical, é uma espécie de “alquimia” linguística.

As traduções. Focaremos apenas alguns aspectos lexicais, no fundo, aqueles que se tornam mais evidentes aos leitores. *João Vêncio: os seus amores* foi traduzido para o francês por Michel Laban⁽¹⁷⁾ e para o inglês por Richard Zenith⁽¹⁸⁾. Comparemos estas duas traduções do ponto de vista do uso, ou não de «Notas do Tradutor» e «Glossário» e sobre as soluções encontradas no caso das conotações socioculturais, das palavras e expressões em Kimbundu e dos desvios do PE.

Michel Laban coloca Notas do Tradutor e Glossários, Richard Zenith evita-os. Sobre o segundo aspecto Michel Laban considera ser normal haver conotações socioculturais não acessíveis ao leitor europeu, se a conotação for muito importante, indispensável, põe uma nota. Richard Zenith, por sua vez, tem uma atitude oposta: considera *conditio sine qua*

(16) Couto, Mia (1996) *A Varanda do Frangipani*, Maputo, Njira, Lisboa, Caminho

(17) 1998, *João Vêncio: ses amours*, Paris, Gallimard.

(18) 1991, *The loves of João Vêncio*, San Diego, New York, London, A Helen and Kurt Wolff book.

non sentir empatia pela obra, assim, depois de a ler e interpretar procura “entrar no texto”, de modo idêntico ao dos actores de teatro e cinema, que quase se convertem nas personagens que interpretam, começa, então, a tradução. Para o caso concreto de *João Vêncio: os seus amores* “entrou” na personagem e no local, para adequar a obra ao público e à sociedade estado-unidense e, em simultâneo, poder ser fiel ao texto. Em consequência, deformou a língua inglesa, de forma expressa, criando uma linguagem adequada ao estatuto “marginal” da personagem, de modo a que os leitores a compreendessem (“quionga”- kimbundu - cadeia, traduziu por “lockup” – termo dos marginais). Evitou manter palavras em kimbundu e traduziu tudo, recorrendo a amigos angolanos e ao próprio Luandino Vieira. Quando a situação se poderia tornar ambígua, ou difícil de ser compreendida pelos leitores, utilizava o mesmo processo de Hemingway, ou seja, introduzir no próprio texto, de uma forma natural, a explicação do conceito. Os maiores problemas relacionaram-se com a filosofia da personagem, difícil de entender, e também com alguns conceitos ligados às “nuances” da cor da pele

Como acima dissemos, apenas alguns aspectos lexicais poderão ser focados. Tomando como exemplo o caso de uma frase totalmente em Kimbundu:

(p.14) - *Mas o Salviano decretou um dia minha defesa oficiosa, a quimbundice: a mu-beta kua mundele, kufundilé kua mundele - ... Juíz banzo não percebeu e me deu seis meses - minha mais doce cadeia ...* no Glossário p.93 (K): “se um branco te bater, não te queixes a outro branco - (i.e. os iguais protegem-se)”

Em francês (p.14): ... *à la façon quimbundo: «a mu-beta kua mundele, kufundilé kua mundele » ... Le juge, comme deux ronds de flan...*

Em inglês (p.2): *...and he recited this Kimbundu saying: «If a white man strikes you, don't protest to another white man». That boggled the judge ...*

Constatamos um tratamento diferente desta expressão: o francês traduziu-a em nota de pé de página: «Si un blanc te frappe, ne te plains pas à un autre blanc»; o tradutor inglês integrou-a já traduzida no próprio texto.

Apontaremos um segundo exemplo relativo a tipos sociais, neste caso, às prostitutas

(pp.61/2, no original) - *Antigamente tinha muitas mândias no musseque. [...] Ele era prostitutas rameiras; ele era meretrizes actrizes; cortesãs malsãs; barregonas, comborças e amásias - até as amigadas. No vernáculo: as quiuáias que saíam no engate, quissueias ferrando o dente; as quitatas, as de porta aberta remexe-remexe nos muelos, saracoteio, que muxoxavam as do munhungo; as munhungueiras, cachorras vira-lixos, farejando...*

Francês (p.65) - En ce temps-là, il y avait plein de putes dans le moussèque. [...] C'était des **prostituées fanées**, c'était des **respectueuses turfeuses**; des **putes minute; tapineuses, maîtresses** et même les **concubines**. En vernaculaire: **les quiouaiãs*** [Glossaire: prostituée] qui sortaient faire le trottoir, **chats sauvages** prêts à planter leurs dents; les **quitatas*** [Glossaire: prostituée], devant la porte ouverte, qui se **trémoussaient** sur le seuil, déhanchement, toutes mépris pour **celles qui sortaient racoler**; les **moungougueiras***, [Glossaire: prostituée] chiennes fouine-ordures...

Inglês (p.41) - In the old days the shantytown was full of loose women [...] There were **ordinary old whores, meretricious mistresses, corpulent courtesans, adventuress actresses, concubines, kept women, and paramours**. In local lingo: **the quiuaias, who went out on the prow**, wild cats grinding their teeth; **the quitatas, who'd stand in the doorways**, shaking their hips and wagging their fannies, whistling at the wastrels that wandered by; **the munhungueiras, mongrel bitches that sniffed out their mats**...

Através deste excerto vemos como *quiuias; quitatas; munhungueiras*, foram mantidas pelos dois tradutores. Michel Laban adaptou-a ao francês. De recordar que há um glossário na edição francesa. Richard Zenith conservou a grafia portuguesa e colocou, de forma natural a explicação no texto.

A *Varanda do Frangipani*⁽¹⁹⁾ foi traduzida para francês por Maryvonne Lapouge-Pettorelli e inglês por David Brookshaw⁽²⁰⁾. Ao analisar as edições constata-se que os processos são, em substância, homólogos aos da obra anterior. Tomemos o caso dos africanismos:

p.12 - *Como não me apropriaram funeral fiquei em estado de **xipoco**, essas almas que vagueiam de paradeiro em desparadeiro. [...]* p.15 - *Me retroverteria pelo umbigo e surgiria, do outro lado, fantasma palpável, com voz entre os mortais. Mas um **xipoco** que reocupa o seu antigo corpo arrisca perigos muito mortais [...]* p.16/17 - *Quer dizer que eu vou ter fantasmear-me por um alguém? / - Você irá exercer-se como um **xipoco** [...]* (pp.149/150) – *Eu não podia. Um **xipoco**, em autenticado corpo, não pode tocar num vivo.*

Em francês: p.12 - *Comme on ne m'a pas accomodé de funérailles, je suis resté à l'état de **xipoco** ces âmes qui errent d'abri en désabri. [...]* p.16 - *Resurgir d'une rétroversion par mon nombril, fantôme palpable Mais un **revenant** qui réoccupe son ancien corps court des dangers beaucoup plus mortels. [...]* pp.17,18 - *Ce qui veut dire que je vais devoir me fantasmer dans la peau d'un autre ? - Tu vas aller t'exercer en tant que **fântome** [...]* p.196 - *Je ne pouvais pas. Un **psychopompe**, dans un corps authentique ne peut pas toucher un vivant.*

Em inglês: p.2 - *As they didn't me a proper funeral, I became a ghost, one of those souls who wander from somewhere to nowhere. [...]* p.5 - *I would*

(19) 2000, *La véranda au frangipanier*, Paris, Albin Michel

(20) 2001, *Under the Frangipani*, London, Serpent's Tail.

double back through my navel and come out the other side, a ghost of flesh and bone, with a voice that could be heard by other mortals. But a spirit that reoccupies its former body risks mortal dangers [...] p.7- You mean, I'm going to ghost myself via someone else's body? / - You'll take the form of shipoco, a night spirit [...] p.148 - I couldn't. Like I said, a spirit within a real living body can't touch another living being...

Com este exemplo percebemos a dificuldade em captar o termo exacto para traduzir o africanismo ronga “xipoco”, introduzido no glossário do original como “fantasma” e na tradução francesa como “fantôme”. Vejamos agora o caso da amálgama “escorregatinhosa”:

p. 130 - *Há muito tempo, antes de vir para este asilo, fui enviada para um campo de reeducação. Me desterraram nesse campo acusada de namoradeira, escorregatinhosa em homens e garrafas.*

Em francês: p. 171 - *J'ai été déportée dans ce camp parce qu'on m'accusait d'être une fille facile toujours en train de courir, chatte en chaleur, derrière les hommes et d'aimer la bouteille.*

Em inglês: p. 126 - *They carted me off to this camp charged with being a loose woman, as fast and slippery with men as with a bottle.*

Torna-se evidente a dificuldade em decompor a amálgama “escorregatinhosa” > escorregar+tinhasa ou escorregar+gatinha+osa? Se tomarmos o sentido de deslizar e no nível familiar cometer um erro ou uma falha, um deslize para escorregar e para tinhasa/a o que causa repugnância, nojo (exº ovelha tinhasa), concordamos com a tradução inglesa, mas também gatinho/a que, no nível familiar significa adolescente atraente, é aceitável a interpretação francesa. Neste caso deveremos rever a caracterização de personagem Marta Gimo, a enfermeira, por quem todos se apaixonam, uma jovem, bonita, meiga. Comparando com as traduções catalã e italiana, encontramos a mesma dicotomia: relliscatinyosa en homes i ampollas (p.130). scivologattinosa su uomini e bottiglie. (p.128). Estamos em presença de um neologismo polissémico: podemos interpretar como uma mulher alcoólica e leviana, sugerido pelo lexema “escorregar”, polissémico em PE, e em “tinhasa” a redundância, ou em “gatinhasa” a imagem.

Conclusão Trair ou permanecer fiel a estas formas híbridas e mestiças? Formas que, não sendo acasos, estão intrinsecamente associadas a conteúdos e a intenções. Como traduzi-las? Como levar o leitor a participar do universo cultural do autor através deste discurso elaborado intencionalmente? Será necessário transformar o texto original para o adaptar ao universo cultural do leitor? Será necessário «re-escrever» o texto do ponto de vista da língua de origem mantendo-o fiel apenas às ideias do texto de partida?

Vimos, nestes exemplos, soluções diversas: glossário e notas nas traduções francesas, a sua ausência nas inglesas e, neste caso, como os conceitos foram explicitados no texto. Vimos igualmente como, no caso da tradução francesa de “xipoco” o termo do Glossário não “serviu” em alguns dos contextos. Vimos também como a interpretação do significante “escorregatinhosa” nos pode levar a dois significados, diríamos, díspares.

Muito ficou por dizer, quase tudo, mas o importante é provar que a tradução existe e é uma das formas de banir a maldição de Babel.

• **João Cabrita** abordou o tema “A língua portuguesa e a lusofonia: A perenidade de uma mundivivência”.

Língua maior esta, a portuguesa, de entre as que na Europa medraram. Nove séculos volvidos e vividos a fazer a distinção entre portugueses e outros povos. Sim, porque o que nos distingue das outras nacionalidades, mais que a bandeira e o hino, é a língua que falamos. Somos dum país, sobretudo, porque falamos a sua língua. Há que tratá-la bem, aprimorá-la, preservá-la, como se fosse o bem mais precioso, o instrumento maior.

De Portugal independente, nascido e criado neste pedaço ocidental da Península Ibérica, rezam os documentos que se tornou adulto e se emancipou em idos do século XII. Não foram fáceis os primeiros tempos. Balbuciadas as primeiras palavras, D. Dinis chamou a si o falar português, herdeiro de um galego-português e de um latim que se miscigenaram na produção oral. A língua portuguesa crescia em documentos oficiais. Era preciso criar e alimentar a identidade deste Portugal que já sabia onde eram as suas fronteiras, desde que em Alcanices, portugueses e espanhóis, em tempos de paz, decidiram pôr termo a guerras que já não tinham razão de ser.

Não é fácil levar a cabo mudanças de hábito e hábitos ancestrais através de decreto. Que era utilizar só a língua portuguesa em documentos oficiais? Será que aos falantes e aos escribas se pedia que tirassem a ganga que compunha aquele conjunto heterogéneo constituído pelo latim e outros falares próprios de autóctones e invasores que povoaram o espaço onde era Portugal?

Sabemos que as línguas não são estáticas, sofrem erosões, assimilam, dão e recebem, quantas vezes ao sabor do tempo e das convulsões sociais. Portugal, também, não constituiu um espaço passivo e pacífico. Olhou para o mar e mediu a sua pequenez. Imaginou a sua capacidade de se estender.

À aventura, iniciou um processo de partida que provocou a sua deslocação num voltar e ir que não mais teve fim. Até hoje. Ficou no Oriente, nos antípodas.

Enriqueceu, empobreceu e travestiu-se. Língua portuguesa serve-lhe de comunicação. Estar em comum era dar e receber signos que se unem ao sabor da necessidade, do prazer, do estar bem e do trocar.

Dados novos mundos ao mundo velho, à Europa ciosa de uma civilização, era preciso aferir e cuidar o produto oferecido para troca. À língua ciosa da sua perenidade havia que transmitir regras. O colonizador tinha que o ser até nos mais pequenos pormenores. O nacionalismo. A nacionalidade da língua não podia viver ao Deus dará de marinheiros ignorantes e analfabetos. Que se criassem regras próprias para a fala e a escrita. Não é esta, também, uma forma de mostrar-se português? Era necessário definir os cânones linguísticos, mostrar os códigos e dizer que língua portuguesa também era a nossa. Dirá António Ferreira em pleno Renascimento, em carta escrita, em estro apreciado

*Floresça, fale, cante, ouça-se e viva
A Portuguesa língua! E já onde for,
Senhora vá de si, soberba e altiva.
Se têqui esteve baixa e sem louvor
Culpa é da que a mal exercitaram*

Lançara-se o repto. Como se do eco fosse ouvido, regras responderam à angústia do poeta. 1526 confirma e materializa, pela pena de Fernão de Oliveira, a gramática necessária. João de Barros na sua esteira acrescentará, e outros e outros ditarão as leis que todos aguardavam. O tempo corre célere. A saga dos descobrimentos terminara. O mundo era outro agora. Os portugueses tiveram que se retirar. A língua ficara. Não era um produto ou um espaço fechado. Contaminara e contaminava-se. Tinha chegado ao Brasil. Entrara na Europa.

Disseminava-se pelos núcleos de portugueses espalhados pelo mundo. Na Coreia, na Argentina, na Galiza e por *tutti quanti* viera para ficar. Era preciso florescer e fortificar.

Portugal espalhado pelo mundo na língua de Camões, de Saramago e de Lobo Antunes. Não um português canónico e intransformável. Um português de variantes, tal como no Algarve ou em Trás-os-Montes, das novelas brasileiras, ou da juventude, dos idosos, das escolas, ou bares e dos cafés. Um português alimentado pela comunicação, pela solidariedade, por eventos culturais, pela difusão, pela promoção da leitura.

Uma língua onde a pluralidade impere e a aceitação da variedade seja um facto. Um português onde as gramáticas reconheçam as oralidades tão arreadas da escrita que se pretende pura. Um português transformado, novo, vivo, alegre, triste, dolente, molhado, assobiado, tropicalizado, mas perene, um arco-íris de línguas, hoje denominado de espaço lusófono onde é possível comunicar, não esquecendo, porém, que é impossível criar unicidade linguística entre espa-

ços diferentes, gentes diferentes e mentalidades diferentes, separadas pelas distâncias da geografia, do prazer, dos trópicos, da fartura e da carência.

E é desta diversidade que a língua se homogeneiza criando culturas que se harmonizam através das etnias que persistem em povos por onde o português passou. Ora a capacidade de tornar compatível as culturas africanas, gerindo diferenças é algo que tem sido possível à custa do trabalho esforçado de escritores que fazem parte do nosso universo linguístico.

Entrevistado por Maria Teresa Horta em 9 de Agosto de 1997 para o *Diário de Notícias* afirmava Mia Couto, escritor moçambicano de larga bibliografia, nascido na cidade da Beira, Moçambique, em 1955, acerca da escrita

Para mim escrever é um desafio e esse desafio é o que me dá mais gosto na escrita: uma certa procura de transgressão, não só a nível linguístico, poético, mas também daquilo que possam ser as próprias soluções da escrita, que para mim necessitam ser mexidas, pois penso que para contar as histórias que quero contar a partir de Moçambique não me sinto à vontade, pois sinto-me espartilhado naquilo que são as formas que me ensinaram a mim. Preciso de desarrumar a própria escrita.

Quanto à escrita eu devo imenso aos outros; um segredo que posso dizer que tenho é estar atento aos outros. No caso de Moçambique, esses outros são eles mesmos, a habilidade de construir histórias, de raciocinar, de pensar o mundo através dessas histórias. A metáfora é tão comum, tão vulgar no dia-a-dia que, de facto, quanto a mim, quase me basta estar atento.

A propósito deste escrever, ousemos denominar-lhe, desviante, afirma Saramago que Mia Couto está a criar um português “subtilmente diferente, capaz de comunicar coisas novas”. Fruto da mestiçagem, entre a busca da identidade e da transgressão poética, em torno da necessidade de desarrumar da própria escrita, sem que a língua perca a sua identidade, vejamos um excerto do conto *A Rosa Caramela*, inserta no livro *Cada Homem é uma Raça*.

Nessa noite, eu desconsegui de dormir. Saí, sentei a insónia no jardim da frente. Olhei a estátua, estava fora do pedestal. O colono tinha as barbas pelo chão, parecia que era ele mesmo quem tinha descido, por soma de grandes cansaços. Tinham arrancado o monumento mas esqueceram de o retirar, a obra requeria acabamentos. Senti quase pena do barbudo, sujo das pombas, encharcado de poeira. Me acendi, vindo ao juízo: estou como a Rosa, pondo sentimento nos pedregulhos? Foi então que via a própria, a Caramela, parecia chamada pelos meus conjuros. Fiquei quase gelado, imovente. Queria fugir, minhas pernas se negavam. Estremeci: eu me convertia em estátua, virando assunto das paixões da marreca? Horror, me fugisse a boca para sempre. Mas, não. A Rosa não parou no jardim. Atravessou a estrada e chegou-se às escadinhas de nossa casa. Baixou-se nos degraus, limpou deles o luar. Suas coisas se pousaram num suspiro. Depois, ela se entartarugou, aprontando-se, quem sabe, ao sono. Ou fosse de sua intenção apenas a tris-

teza. *Porque lhe escutei chorar, num murmúrio de águas escuras. A corcunda se deramava, parecia era vez dela se estatuar. Me infindei, nessa viagem. Foi, então. Meu pai, em apuros de silêncio, abriu a porta da varanda. Lento, se aproximou da corcunda. Por instantes, ficou debruçado sobre a mulher. Depois, movendo a mão como se fosse um gesto só sonhado, lhe tocou os cabelos. Rosa nem se esboçava, a princípio. Mas, depois, foi saindo de si, rosto na metade da luz. Olharam-se os dois, ganhando beleza. Ele, então, susurrou: –Vamos, Rosa. Pega suas coisas, vamos embora. E foram-se os dois, noite adentro.*

Liberta de cânones, paira a sensação de desapego pela linguagem, dando origem a novos modelos, a novas relações de solidariedade sintagmática, onde é posta em causa a morfologia, a sintaxe e a própria fonética, o que é, sem dúvida, uma marca de novidade e originalidade na língua portuguesa em jogos de linguagem a quebrar convenções narrativas, linguísticas ou sócio-culturais. Desconstrução a lembrar, por vezes Saramago em romances escritos e publicados a partir de *Levantado do Chão*.

Sem nos alongarmos em comentários acerca do processo de escrita, damos conta da sua aproximação à oralidade, como se esta dominasse a sintagmática escrita, facilitando, deste modo, a leitura e a compreensão. A utilização de próteses em **desconseguir** e **imovente**, a inversão do pronome reflexo e alguns verbos pouco usados como **entartarugar** e **estatuar** são algumas marcas do discurso de Mia Couto que o distingue e singulariza perante outros escritores de Língua Oficial Portuguesa. Se a prosa de Mia Couto retratando a sociedade rural moçambicana apresenta características que não se distanciam ao longo de toda a sua obra, José Craveirinha, também ele fruto da mestiçagem, em forma de verso nos vai dando conta da realidade moçambicana presente em grande parte da sua obra, como se o poeta não deixasse de ser um filho do povo, ele, que lhe retribui com uma fotografia da realidade.

Epígono do modernismo português a lembrar Cesário Verde e Gonçalves Crespo quando a poesia portuguesa tentava emancipar-se de um romantismo já fora de moda com marcas de sócio-realismo não distante do neo-realismo português, numa épica de sabor lírico do povo sofredor, ao mesmo tempo orgulhoso, exultado por uma liberdade conseguida.

Muitos mais seriam de citar neste pequeno périplo pela língua portuguesa, sem esquecer aqueles que do outro lado do Atlântico a vão fortalecendo e disseminando. Outros que venham e façam de outro modo porque o importante é que nós estejamos abertos à inovação. E é assim a língua portuguesa, encruzilhada de quantos a falam e a escrevem, ponto de encontro onde se plasmam culturas e civilizações, veículo de comunicação, de estar em comum em traços de união que se fortalecem e não em cenários de fragmentação, conforme afirmava Carlos Reis no *Jornal de Letras* de 14 de Agosto último. Que vitalidade a nossa!!!

• **Luciano José dos Santos Baptista Pereira** abordou o tema “A cultura e o imaginário açoriano-catarinense na obra literária de Franklin Cascaes”

Ensinar uma língua é ensinar uma cultura. O ensino do português é o ensino de um vasto espaço cultural tecido de línguas e de culturas de forma mais ou menos harmoniosa. Neste contexto, o texto literário, enquanto espaço de sublimação de experiências e de emoções, continua a ser um poderoso e insubstituível meio de formação. O estudo e a valorização do contributo açoriano no sul do Brasil têm sido uma constante desde o Congresso de Florianópolis, comemorativo do bicentenário da colonização açoriana. A influência açoriana sobre a arte e em particular sobre a arquitectura tem sido frequentemente referida.

É no imaginário catarinense, e em particular na obra literária de Franklin Cascaes que encontramos umas das mais originais recriações do génio açoriano. O autor procede a um percurso iniciático em demanda das suas origens. De forma ritual celebra os antigos usos e costumes de um povo que soube escrever uma das mais lindas páginas de amor à terra, à ilha e ao eterno feminino. O presente trabalho não visa apenas evidenciar os processos literários de valorização mas pretende também proceder a uma reflexão crítica sobre a sua função.

O autor e a obra. Franklin Cascaes, descendente de açorianos, nasceu e viveu, de forma simples, em Itaguaçu, no município de São José. Foi professor na Escola de Aprendizes Artífices, Escola Técnica Federal. Todavia o seu espaço de estudo era junto do povo, nos seus locais de trabalho e de lazer. A paixão pelas suas raízes e pela sua cultura levou-o a imortalizar para a posteridade os rituais, as danças, os mitos, as crenças, os hábitos, as técnicas específicos do povo catarinense. Artista, transformava as suas experiências em ilustrações, em esculturas e em contos de sabor popular. Todo o seu trabalho caracteriza-se por um processo de troca permanente entre a sua originalidade e a criatividade colectiva que constituía o seu verdadeiro “objecto de estudo”.

Inovador pelo método de pesquisa, também o foi nas suas formas de divulgação. Faleceu em 1983, com 75 anos. A Universidade Federal de Santa Catarina publicou nesse mesmo ano a segunda edição do primeiro volume dos seus contos “*O Fantástico na Ilha de Santa Catarina*”. Em 1992 veio a lume um segundo volume, perfazendo um total de vinte e quatro contos.

Entre a História e o Mito: a cultura açoriano-catarinense. Foi em 1748 que começaram a chegar os primeiros açorianos e madeirenses ao litoral catarinense, habitado até então unicamente por índios carijós, respondendo assim aos interesses da Coroa Portuguesa em povoar rapidamente esta parte do território para evitar as invasões espanholas. Num curtíssimo espaço de tempo (de 1748 a

1756) a região recebeu mais de 4.500 açorianos e um número significativo de casais madeirenses:

“Colonizada a partir de 1748, por colonos açorianos que habitavam aquelas ilhotas que vivem bem lá em riba da careca do oceano, açoitados diariamente pelas ondas bravias encarneiradas do mar e pelas bocas infernais de vulcões seculares que vomitam fogo e gemem furor incontido sobre as pobres populações. É um povo mesclado, inteligente, audacioso, de espírito arguto e, sobretudo, essencialmente religioso e arreigado em credices mitológicas.” (Eleição bruxólica. Cascaes, I)

Os açorianos que se instalaram no litoral de Santa Catarina, a mais de 8000 quilómetros da sua terra natal, perderam, em larga medida, o contacto com o arquipélago e viveram relativamente isolados, preservando, deste modo, os traços fundamentais de uma cultura com características muito peculiares que sucessivas e posteriores levas de colonos, fugidos da miséria e dos caprichos vulcânicos, ajudaram a reforçar. As suas relações com a sua origem tecem-se apenas no espaço do imaginário, alimentado pelas tradições, pelas superstições, pelos mitos e pelos ritos do quotidiano. Os casais que embarcavam traziam com eles famílias completas, o que viria a contribuir para acentuar do isolamento cultural, permitindo que cada família conservasse os seus próprios hábitos, e continuasse a cultivar a sua ímpar religiosidade. O amor pela palavra, a simplicidade rural de uma mentalidade pré-capitalista, a saudade da terra mítica, o grande respeito pelas coisas sacras e pelo sofrimento humano constituem o universo, a origem e a matéria dos “causos” de Cascaes:

“Sentados sobre a soleira da porta, sobre pedras ou pelo chão do terreiro, recolhidos sob frondosas sombras de garapuvou e outras árvores nativas, saudados pelo cantar dos gaturamos, sabiás, bem-te-vis e muitos pássaros ilheús abriam o livro do pensamento açorita e liam, nas suas páginas sadias, as estórias populares que trouxeram nas malas de suas bagagens culturais, para doarem aos seus herdeiros.” (Congresso bruxólico. Cascaes, I, 19)

“Geralmente, no sítio longe do turbilhão tenebroso chamado cidade e outros nomes galegos, o pessoal, nos domingos de tarde, costuma sentar-se nos bancos e nos portais da casa da venda, em cuja reunião fala-se de roça, de pescaria, moças fugidas, festas e até se conta[m] muitas histórias da tradição das coisas da vida do povo passado. São histórias que vêm passando de boca em boca, guardadas no baú do pensamento humano, como relíquias dos dias de antanho, vividos pelos seus ancestrais.” (Reumatismo bruxólico. Cascaes, II, 79)

“O compadre Manoéli Pereira subiu o morro da Lagoa da Conceição da Ilha de Nossa Senhora do Desterro e, com seus filhos, derrubou um pedaço da mata-virgem, queimou-a e acoivou o terreno “prá móde” plantar rama de mandioca - a mani-oka dos nossos índios.” (Balanço bruxólico. Cascaes, I, 27)

O engenho de mandioca constitui, precisamente, segundo vários estudiosos a primeira inovação da cultura catarinense: E são esses primeiros povoadores que, após adaptação, dão à cultura catarinense a sua primeira e grande inovação: o engenho da mandioca. Em menos de quarenta anos já havia mais de trezentos a transformar a mandioca em farinha." (Fidalgo, 2002, 49). Alguns engenhos de cana e de farinha e algumas embarcações tradicionais subsistem graças aos cuidados de alguns privados e de alguns museus e instituições culturais (Pereira, 1993). Em São Francisco do Sul, no litoral norte do Estado, a terceira cidade mais antiga do Brasil e um dos epicentros da memória viva açoriana, o Museu Nacional do Mar, de criação recente, ostenta algumas das embarcações catarinenses que estão caindo em desuso e perpetua a memória da pesca da baleia que foi uma das ocupações mais importantes da comunidade açoriana: O ciclo da baleia terminou, mas as "lanchas baleeiras" ainda estão em plena atividade nas praias catarinenses. Hoje, servem, essencialmente, para a pesca da tainha e da anchova embora as águas catarinenses sejam muito ricas em muitas outras espécies.

Entre o erotismo e a feitiçaria: o imaginário açoriano-catarinense. A produção artística de Franklin Cascaes assenta numa relação telúrica profundamente erótica. O autor coloca todas as suas faculdades ao serviço da representação da Ilha amada. Para louvar os seus encantos, a sua assombrosa beleza, inicia um percurso de conhecimento que se assemelha a uma demanda, a um regresso às origens, a uma comunhão plena com o corpo e a alma do objecto amado (Ilha adorada).

"Oh! Minha querida ilha de Santa Catarina de Alexandria, és graciosa sereia que repousa sobre brancas areias de cômoros errantes, sambaquis seculares, banhada pelas ondas acasteladas do oceano, perfumada pela brisa acariciante dos ventos e enxuta com as toalhas felpudas dos raios solares que beijam calorosamente seu corpo mitológico." (Vassoura bruxólica. Cascaes, I, 64)

"É rica, bela, admirável e invejada a imaginação popular dos teus habitantes descendentes de açorianos, oh minha querida Ilha de Santa Catarina de Alexandria." (Congresso bruxólico. Cascaes, I, 24).

Criaturas fantásticas povoam o imaginário açoriano-catarinense tais como os curandeiros, as bruxas e os "boitatás". As lendas e os mitos cantam a heroicidade e a valentia de um povo simples, humilde, corajoso que cruzou o mar para confirmar uma coroa, afirmar uma cultura e perpetuar uma identidade. Dessa epopeia ainda nos falam os gestos simples dos ceramistas e dos pescadores, os espaços assombrados dos engenhos de farinha e de açúcar, e a memória viva de um povo que teima em sobreviver:

"-Primo Nicolau! Vossa mecê acardita memo de vredade naquelas istória que o nosso povo lá das ihias dos Açôri (i) contavo prá nós como vredaderas? - Ah!...

Sim, acardito de vredade, sim, minha prima! E inté agora me veio uma delas, no bestunto da minha cabeça e que eu acho ela memo munto inzata. Como tu bem sabes e vancês todos que tão aqui me osvindo, aquelas ihia dos Açôri, de ondi os nosso avó, foram sempre munto infestada por muhié bruxa que roubam embarcação prá móde fazê viagem inté a Índia em quatro horas; que dão nós nos rabo e crinas dos cavalo; chupo sangue de criancinha; intico com as pessoa grande e pratico mil malas-arte." (Congresso bruxólico. Cascaes, I, 20)

O universo imaginário de Cascaes é sobretudo o universo bruxólico e mítico que tão bem soube representar nos seus desenhos fantásticos com uma originalidade genuína e profunda. Para ele, o mito é a possibilidade de aceder às origens, uma realidade inteligível, uma pré-figuração do mistério primordial que antecede a revelação. A sua paixão pelas origens estimula a sua imaginação e a sua força criativa, o artista não se limita a reproduzir, pelo contrário, recria e actualiza a tradição. Abundantes são os pormenores e as referências ao quotidiano, às manifestações mais contemporâneas do rico imaginário catarinense: O universo bruxólico representado pelo autor continua todavia a ser uma emanção das superstições populares, ainda hoje bem vivas tanto na Ilha de santa Catarina quanto o foram no arquipélago dos Açores e no interior do espaço continental português.

As bruxas são uma personificação das angústias e dos medos, uma emanção do mal, uma manifestação do desconhecido, têm pacto com o diabo, lançam "mau-olhado", provocam doenças incuráveis, enfermidades e conflitos irremediáveis. Transformam-se em mariposas para entrar nas casas pelo buraco da fechadura e chupam o sangue de criancinhas antes de serem baptizadas. Exige a sabedoria popular que as bruxas sejam mulheres magras, feias e antipáticas e geralmente esquerdinas. Se numa família nascerem sucessivamente sete crianças do sexo feminino e se a mais velha não baptizar a mais nova com o nome de Benta, uma delas, a primeira ou a última, será bruxa: (Bruxas gémeas. Cascaes, vol. II, 23).

As bruxas de Franklin Cascaes possuem todavia um encanto muito especial, são mulheres de carne e osso, feitas de desejos, de sonhos e de pesadelos, por vezes são brincalhonas, gostam de "judiação", travessias e tropelias, pelo puro prazer de assistir ao sofrimento e ao desespero do comum dos mortais, são frequentemente sedutoras, exibem descaradamente a sua nudez, mulheres enfeitadas que se tornam feiticeiras, mulheres anuladas que se revoltaram contra o destino, mulheres emancipadas que ousaram desafiar as leis do bom senso, "mulheres gostosas e cheirosas" que se oferecem em noites de luar: "As mais famosas bruxas da Ilha vivem lá no Ribeirão só comem pétalas de rosa pra ter cheiro no coração." As bruxas de Frankelin Cascaes são a personificação dos mistérios da feminilidade e da tremenda carga erótica que emana da sua ilha adorada.

Conclusão. A todo o imaginário místico e nocturno bruxólico opõe-se um imaginário diurno heróico que caracteriza o próprio homem açoriano que, nascido do centro incandescente do mundo, ousou desafiar os mares para conquistar o seu canto do paraíso com a força do seu trabalho e da sua imaginação: “É do fascínio dessas vidas extraordinárias da sabedoria popular que tomam o caminho de férteis pensamentos de seres humanos que um dia aceitaram transferirem-se de dentro do coração sempre agitado do oceano para virem aqui desbravar o sertão desconhecido das terras desta ilha de Nossa Senhora do desterro.” (*Congresso bruxólico*. Cascaes, 19).

A obra de Frankelin Cascaes ficará para sempre como um dos exemplos mais conseguidos de reforço e renovação da componente lusitana no conjunto do riquíssimo mosaico cultural brasileiro. Este reforço e esta renovação já haviam sido identificados como prementes por Gilberto Freire em “*Continente e Ilha*”.

• Outro orador, **Chrys Chrystello**, referiu a sua experiência profissional citando:

Confrontei-me, inúmeras vezes, com a falta de consciencialização, a todos os níveis da comunidade quer na Europa quer na Austrália, sobre o papel e as capacidades dos T&I profissionais. Na maior parte dos casos o que mais choca é depararmo-nos com pessoas não qualificadas a desempenharem um papel que só um profissional qualificado deve desempenhar, tal como acontece na maior parte das profissões. A esses amadores que impunemente se auto-denominam de tradutores e de intérpretes devia ser dada a oportunidade de, num certo contexto temporal, obterem as qualificações necessárias, sem as quais não poderiam exercer livremente a profissão.

*Muita gente ainda hoje diz que trabalha com intérpretes quando na realidade quer dizer que trabalha com pessoas bilingues sem qualificações. Além de insultuoso para os profissionais, este aspecto é responsável pela aleatoriedade de preços que existem nos vários mercados. Para se evitar este estado de coisas seria necessário que os países constituíssem uma **Comissão Nacional de Acreditação e Reconhecimento de Qualificações**, apoiada em legislação que limitasse o exercício da profissão aos profissionais, sem os biscateiros que pululam por aí.*

E mais adiante citaria o genocídio linguístico:

O número de línguas existentes no mundo está a diminuir rapidamente, e não se trata de uma morte natural, nem de acidente, nem tampouco de causas naturais. O genocídio linguístico acontece quando as línguas são sistematicamente eliminadas da mesma forma que acontece o genocídio físico.

Entre nós, alguns há que promovem e, simultaneamente, destroem a diversidade linguística. Alguns nem sequer admitem a existência das linguagens gestuais – tradicio-

nalmente ignoradas – enquanto outros professam uma forma de darwinismo proclamando que línguas –como a inglesa– são suficientemente fortes e melhor preparadas para uma comunicação internacional.

Quando se fala em direitos linguísticos devemos ser mais ousados e falar de DIREITOS HUMANOS LINGÜÍSTICOS OU DA LÍNGUA, neles incorporando os direitos humanos básicos e aquilo que SKUTNABB-KANGAS⁽²¹⁾ designa como *ídireitos necessários*, ao apoio de identidade com a língua mãe e, a nível colectivo, permite aos grupos existirem e reproduzirem a sua língua e a sua cultura. Existem sérios danos psicológicos quando se nega uma identidade associada à própria língua e à sua utilização que ocorre quando indivíduos e grupos são “psicologicamente transferidos para outro grupo.”

Duma forma geral, existe um grande desconhecimento sobre línguas –desde o seu total ao número de falantes de cada uma, aos locais e nomes dos lugares onde são faladas. Embora a ameaça a diversidade linguística seja maior do que a ameaça à biodiversidade⁽²²⁾ existe uma casualidade indirecta entre os terrenos, o clima, os ecossistemas, etc.

Cerca de metade das 6 mil línguas hoje faladas extinguir-se-á dentro de cem anos, enquanto 80 a 90%⁽²³⁾ morrerá dentro de duzentos anos. A esta média, uma língua extingue-se em cada duas semanas.

Os antropólogos descrevem o massacre das línguas como se cada uma fosse uma enorme catedral, um monumento à beleza e um produto de intenso esforço criativo, recheado de tapeçarias de conhecimentos. Dado que jamais permitiremos que destruam a Capela Sistina ou a Mona Lisa sem guardarmos delas toda a memória, assim devemos fazer com as línguas.

Os colonizadores europeus da Austrália traziam com eles pragas virulentas e caçaram os aborígenes como se animais se tratasse, até lhes retirarem as suas terras. Durante o século XX “civilizaram” os Aborígenes, ao darem-lhes valores ocidentais, vestuário e escolaridade, mesclados com cristianismo e Inglês. Como sabemos, isto chegou ao ponto de lhes raptarmos as crianças e tirá-las à força – à média de uma em cada dez crianças –, com o intuito de as assimilarmos à força na sociedade branca ocidental.⁽²⁴⁾ De igual modo, os governos dos EUA obliteraram dos mapas tribos de Índios e forçaram as crianças nativas americanas a frequentarem escolas onde lhes era proibido a utilização de línguas que não o Inglês, considerando que lhes estavam a fazer um grande favor, pois as outras línguas eram inferiores. Claro que estes dois países inverteram o rumo nas últimas décadas.

(21) Skutnabb-Kangas, Tove, (2000) *Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights*, Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 785 pages, paperback.

(22) Skutnabb-Kangas, Tove (2000) *Linguistic Genocide in Education or Worldwide Diversity and Human Rights*, Mahwah, New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, 785 pages, paperback.

(23) Daniell Nettle and Suzanne Romaine, *Vanishing Voices: The Extinction of the World's languages*, Oxford University Press, 2000.

(24) *Aboriginal Stolen generation described in the play “Stolen” commissioned by the Ilbjerri Aboriginal and Torres Strait Islander Theatre Company, 1992, played at London's Tricycle Theatre, July 4-15, 2000 and described initially by Archie Roach celebrated 1987 hit song “Took the children away”.*

Muito mais haveria ainda a dizer e a citar dentre os vários outros autores presentes neste Colóquio mas tornariam este artigo demasiado longo. Pode-se afirmar, contudo, que muitas e relevantes foram as apresentações de trabalhos no Colóquio deste ano. Voltaremos em 2005.

Terminamos com um excerto do discurso de abertura:

Embora hoje seja um dia de festa para nós, a Lusofonia está de luto desde 27 de Maio por José Augusto Seabra⁽²⁵⁾, meu mentor intelectual e colega de várias iniciativas, que nestes três anos foi o patrono dos Colóquios de Lusofonia iniciados sob a égide da SLP –Sociedade da Língua Portuguesa– em 2002 no Porto, e em Bragança 2003. Era também um dos membros dos Comitês Científico e Executivo do Colóquio deste ano da Câmara Municipal de Bragança. Com ele se criou a ALFE –Associação dos Lusofalantes na Europa– que serviu como elo motivador de algumas iniciativas culturais sempre ligadas à defesa e preservação da língua portuguesa. Sem ele vai ser difícil prosseguir, pois sempre teve o estímulo certo para os momentos de desânimo, e as palavras de incentivo rumo a uma utopia alicerçada nos seus múltiplos saberes. Foi no seu reinado como ministro da Educação que deu o aval ao Politécnico de Bragança, onde ainda há meses proferiu a Oração de Sapiência. José Augusto Seabra, um literato no mais amplo sentido, um homem das Letras, um republicano indefectível na senda dos verdadeiros republicanos da Iª República. Como Embaixador promoveu a Língua e a Cultura portuguesas de forma ousada e inovadora nos países onde exerceu, como director da Revista Internacional de Língua Portuguesa das Universidades da CPLP editava-a com o labor e a minúcia de quem ama a língua, sempre em busca de autores menos consagrados que merecessem ser apoiados. Para trás ficam inúmeros projectos por acabar e inúmeros sonhos por realizar. Infelizmente, nem os políticos nem os meios de comunicação social portugueses deram o relevo devido à sua passagem para o lado outro deste espelho que é a vida. Ao

(25) José Augusto Seabra. Poeta, Ensaísta, Crítico, Professor Universitário e Diplomata. Opositor democrático ao regime de Salazar, quando estudante, foi preso e condenado por motivos políticos, tendo de exilar-se na URSS e só regressando a Portugal com a queda da ditadura em 1974. Em Paris doutorou-se em Letras, pela Sorbonne, em 1971 com uma tese sobre Fernando Pessoa, sob a orientação de Roland Barthes, tendo sido professor na Universidade de Paris X e na Escola Normal Superior. Professor catedrático na Universidade do Porto, foi fundador do Centro de Estudos Pessoanos e do Centro de Estudos Semióticos e Literários, sendo Director da Revista “Nova Renascença”. Deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República, foi Ministro da Educação do IX Governo Constitucional (1983-1984). Embaixador de Portugal junto da UNESCO, em Nova Delhi, em Bucareste e em Buenos Aires.

Bibliografia Essencial: 1/ Poesia: *A Vida Toda* (1961); *Os Sinais e a Origem* (1967); *Tempo Tátil* (1972); *Desmemória* (1977); *O Anjo* (1980); *Gramática Grega* (1985); *Fragments do Delírio* (1990); *Do Nome de Deus* (1990); *Enlace, em colaboração com Norma Tasca* (1993); *Sombras de Nada* (1996); *Amar a Sul* (1997); *Conspiração da Neve* (1999); *Oximoros* (2001); *Tangos Mentais* (2002). 2/ Ensaio: *Fernando Pessoa ou o Poetodrama* (1974); *Poética de Barthes* (1980); *O Heterotexto Pessoaano* (1985); *Cultura e Política ou a Cidade e os Labirintos* (1986); *Poligrafias Poéticas* (1994); *O Coração do Texto / Le Coeur du Texte* 81996); *Edição crítica de Mensagem e Poemas Esotéricos de Fernando Pessoa* (1993); *Tradução de Poemas de Mallarmé Lidos por Fernando Pessoa* (1998).

ajudarmos a organizar o Colóquio deste ano, prestamos-lhe aqui uma singela homenagem nestes três dias, onde a sua presença se fará sentir e decerto nos ajudará a conseguir os almejados objectivos deste evento que vem colocar Bragança no lugar cimeiro e rarefeito das cidades dedicadas à preservação e discussão da língua portuguesa, a sexta mais falada em todos os continentes, por 200 milhões de pessoas.

Antes de mais queria porém dar-vos a conhecer um pouco desta terra que em tão pouco tempo me soube cativar, despertando em mim heranças transmontanas obnubiladas e laços de coração e sangue que eu olvidara. Sim, esta terra que me acolhe como quem trata um filho emérito, soube adoptar-me engalanada nas suas belezas que contrastam com a agrura excessiva do seu clima. A sua qualidade de vida faz corar de inveja os habitantes das grandes urbes portuguesas pois Bragança dispõe hoje de bons e modernos equipamentos urbanos, de um tecido social coeso ainda que diverso, e de uma vitalidade sustentada durante a maior parte do ano por mais de 6000 estudantes do ensino terciário e outros tantos do secundário. A atmosfera está cheia de contrastes da sua rica história, do seu comércio tradicional e do mais recente. A sua modernização está representa-



da nas novas avenidas decoradas com peças escultóricas e no trabalho da ubíqua Polis que veio recuperar e embelezar espaços que o tempo e a incúria haviam deixado ao abandono, como as margens deste Rio Fervença que serpenteia pela urbe. Do novo Teatro ao novo Centro Comercial, ao novo Centro Cultural e a uma oferta variada em todos os aspectos da vida quotidiana nada nos falta.

Tudo isto serve para me encher de orgulho por viver aqui. Como tal queria partilhar convosco um pouco desta terra cheia de história que é **Bragança**: basta um curto passeio pela Rua Direita e pela Rua de Trás para consumarmos uma verdadeira viagem no tempo. A antiga Cidade de origem neolítica, foi posteriormente um importante centro romano localizado na zona actual da Sé, onde nos encontramos. Às invasões bárbaras sucederam-se as guerras entre mouros e cristãos e essa Bragança primitiva desapareceu permanecendo enterrada até hoje, conforme recentes escavações do programa Polis demonstraram, com inúmeros vestígios que hoje podem ser observados em exposição neste edifício.

Aquando da restauração da cidade em 1130, os coevos de então escolheram um local diferente, no cimo dum outeiro a centenas de metros da anterior cidade. Foi assim que surgiu Benquerença e nela se edificou o castelo que nos olha sobranceiro. Ali se viria a edificar a famosa *Domus Municipalis*, precioso exemplar da arquitectura românica portuguesa do século XIII. Depois duma primeira tentativa de povoamento feita por Fernão Mendes, um homem rico da famí-

lia de D. Afonso Henriques, o Rei D. Sancho I⁽²⁶⁾ concedeu a Bragança, em 1187 foral com grandes privilégios, no intuito de fixar moradores, tendo sido construído nessa época o castelo. Em 1464, a pedido do 2º Duque, D. Fernando, Bragança recebe de D. Afonso V, o foral de cidade. A partir de então a terra cresceu depressa. Dentre as lendas mais antigas da cidade está a da visita de S. Francisco de Assis que, aqui parou quando ia em peregrinação a Compostela, e fundou o mais antigo convento franciscano em Portugal. O Santo de Assis nunca veio à Península, mas é muito verosímil que o convento franciscano de Bragança esteja relacionado com um albergue para peregrinos de Compostela, que já existia no séc. XII. Essa função de escala no Caminho de Santiago pode ajudar a compreender a fixação de uma importante colónia de judeus, cuja actividade foi decisiva para o desenvolvimento económico da região.



A paisagem é rude e bravia, e numa abordagem fugaz dir-se-ia que aqui só há fraguado. Mas numa das mais importantes revoluções pacíficas que aqui ocorreram, os judeus plantaram amoreiras nos interstícios dessas fragas e nos séc. XV e XVI, conseguiram o milagre de fazer de Bragança um importante centro manufaturado de veludos, damascos, e outros tecidos de luxo. Noutro extremo menos agradável, a Inquisição mostrou-se particularmente activa em Bragança. Vitimou ao todo 734 artesãos segundo os números averiguados pelo sábio Abade de Baçal. Naturalmente, nem todos se deixaram apanhar e a maioria (três mil artesãos) fugiu. Os teares fecharam, a produção dos belos veludos de Bragança cessou por completo e a terra conheceu um longo e sombrio período de decadência.

A Bragança de hoje é irmã gémea da outra celta e romana, dela tendo herdado costumes, língua e artesanato, sempre marcados pela sua importância militar e estratégica mas sem jamais perder as suas raízes rurais demonstradas pela presença altiva do *Parque Natural de Montesinho*

(26) D. SANCHO I (O Povoador). Nasceu em Coimbra a 11 de Novembro de 1154. Em 1166 (com apenas 12 anos) chefiou a expedição militar feita a Ciudad Rodrigo, tendo quatro anos mais tarde começado a colaborar activamente no exercício do poder político e na gestão do reino. Casou no ano de 1174 com D. Dulce de Aragão, subindo ao trono em 1185. Depois das sucessivas perdas de terras para os Mouros (incluindo Silves e todo o Alentejo) D. Sancho I aproveitou este facto para realizar medidas respeitantes à povoação do reino e das terras devastadas pela guerra. Para este efeito introduziu a política dos forais (reorganização administrativa local do reino - formação de concelhos) e conseguiu fixar no Ribatejo estrangeiros entretanto chegados. Esta situação advém do facto de que os territórios não povoados eram fáceis de conquistar pelos Mouros, já que não havia neles qualquer tipo de resistência. Em consequência da sua habilidade política (em contraste com os desaires militares) D. Sancho I restaurou as finanças da coroa e promoveu a cultura, tanto em Portugal como no estrangeiro. Foi no seu reinado que se assistiu ao surgimento de um diferecendo com a Santa Sé e com o Bispo de Coimbra. É atribuída, hoje em dia, a D. Sancho I a autoria da mais antiga cantiga de amigo dos Cancioneiros. D. Sancho I morreu no dia 26 de Março de 1211 em Coimbra, deixando como herdeiro do trono seu filho D. Afonso II.

<http://www.bragancanet.pt/vinhais/vslomba/pnm.html>⁽²⁷⁾

O cruzeiro da Praça da Sé como referência central da cidade foi erigido em 1689, e depois peregrinou pela cidade para voltar a ser reposto e reconstituído em 1931 aqui mesmo em frente à *Catedral Velha*, de fachada simples, com portal renascentista de influência barroca e um interior com retábulo de talha dourada e um arco triunfal dominado pelo brasão da cidade. Da Rua Direita, subindo pela “Costa Grande” entramos no labirinto da *Cidadela* onde as ruas têm um aspecto mourisco e medieval, coroadas pelas 15 torres da muralha. A poente do castelo existe uma obra singular, um pelourinho com uma escultura zoomorfa “A Porca da Vila,” um fuste de coluna de granito, cravado no dorso de uma escultura pré-histórica, que lhe serve de pedestal. A escultura representa um animal do tipo da famosa Porca de Murça. Depois de vista a *Domus Municipalis* de datagem e fins indefinidos, devemos parar a admirar as janelas góticas da *Torre de Menagem*, onde existe hoje o valioso Museu Militar. Não vos falarei hoje aqui das várias versões da lenda da Torre da Princesa e dos seus amores proibidos, pois dela se ocupa a nossa página na internet. Se visitarmos depois a Igreja de Santa Maria, datada de inícios do século XVI, podemos sair pela Porta da Traição e percorrer a Rua Abílio Beça onde ainda existem casas de portais estreitos, lembrando a herança dos judeus que aqui se refugiaram da Inquisição, antes de chegarmos ao célebre *Museu Abade de Baçal*⁽²⁸⁾, <http://viajar.clix.pt/com/tesouros.php?lid=316&lg=pt> que aguarda a vossa prolongada visita.

(27) PARQUE NATURAL DE MONTESINHO. Como Ir: De Lisboa ou do Porto pela A1, pelo IP4 em direcção a Bragança. Da Zona Centro, apanhe a N102 em Celorico da Beira até Macedo de Cavaleiros e depois o IP4 até Bragança.

Com uma superfície de 75000 hectares e nove mil habitantes, Montesinho é um dos maiores parques naturais do País. Criado em 79, é também um mundo a (re)descobrir por diversíssimas razões: pelas pessoas, pela fauna e flora, pelo património construído.

O Parque Natural de Montesinho situa-se no "limite" Nordeste de Portugal, englobando a área das serras de Montesinho e Coroa, portanto a parte norte dos Concelhos de Bragança e Vinhais.

A região é caracterizada por uma sucessão de formas arredondadas, aqui e ali separadas pelos vales de rios profundamente encaixados. As altitudes extremas são: 438 metros nas águas de Sandim, no leito do rio Mente, e 1481 metros na Malhada da Cova, na serra de Montesinho. Os rios mais importantes são, na parte ocidental, o Mente e o Rabaçal, na central, o Tuela e o Baceiro, e, na oriental, o Sabor e o Maças. A Serra do Montesinho dá ao nome ao Parque que encerra uma paisagem grandiosa, serena e, muitíssimo bela. Os terrenos são predominantemente xistosos, tendo no entanto expressão afloramentos de rochas básicas, alguns afloramentos de calcários, nomeadamente em Cova de Lua e Dine, e manchas graníticas na parte superior da serra de Montesinho e nos Pinheiros. Para apreciar superfície tão rica e bela, convém dispor de uma viatura e de alguns dias livres. A rede de estradas que atravessa o Parque é bastante boa, cruzando todo o tipo de paisagens e locais. Sob o ponto de vista climático a região situa-se na chamada Terra Fria Transmontana, apresentando, no entanto, aspectos de transição em pequenas áreas localizadas no fundo dos vales dos rios Mente e Rabaçal, e na parte ocidental, e junto a Gimonde e Quintanilha, na parte oriental. O regime das chuvas é o mesmo em toda a área, apresentando a característica mediterrânica de chuvas na estação fria. De uma maneira geral a área é caracterizada por invernos frios e longos e verões curtos e quentes, daí o ditado popular «Nove meses de inverno e três de inferno».

(28) *Museu do Abade de Baçal*. Fundado em 1915, o Museu do Abade de Baçal encontra-se instalado no edifício do antigo Paço Episcopal de Bragança. O acervo do museu integra na sua origem as colecções de arqueologia e numismática do Museu Municipal e peças do recheio do Paço Episcopal. A este fundo inicial foram-se somando dádivas de amigos e artistas, entre os quais se contam na década de 30, as de Abel Salazar e da família Sá Vargas, nos anos 50, o legado Guerra Junqueiro e no início de 60, o de Trindade Coelho, que enriqueceram o museu com colecções de pintura, desenho, escultura, ourivesaria civil e mobiliário.

Outra das lendas diz que foi a 50 metros do Museu, na Igreja de S. Vicente, que se casou clandestinamente o príncipe e futuro Rei D. Pedro com a dama castelhana Inês de Castro, tema da literatura portuguesa e universal. Das lendas à realidade mais recente aconselho a que não se esqueçam das miniaturas em barro de habitações da região ou das máscaras de madeira típicas de tantas festas transmontanas e aqui disponíveis como tiveram decerto oportunidade de observar pela presença de artesãos que a CMB convidou a estarem presentes. Por fim, esqueçam as dietas e degustem a óptima cozinha regional, como mais tarde iremos todos comprovar.

Estamos aqui para juntos fazermos ouvir a nossa voz, para que Bragança seja uma terra onde se congregam esforços e iniciativas em prol da língua de todos nós, da Galiza a Timor, passando pelos países de expressão portuguesa e por todos os outros países onde não sendo língua oficial existem Lusofalantes. Convém então, porque o tempo urge, lutar por uma política efectiva de língua para defender e promover a expansão do espaço cultural lusófono, contribuindo decisivamente para a sedimentação da língua Portuguesa como um dos principais veículos de expressão mundiais. Que ninguém se demita da responsabilidade na defesa do idioma independentemente da pátria.

Hoje como ontem, a língua de todos nós é vítima de banalização e do laxismo. Em Portugal, infelizmente, a população está pouco consciente da importância e do valor do seu património linguístico. Falta-lhe o gosto por falar e escrever bem, e demite-se da responsabilidade que lhe cabe na defesa da língua que fala. Além dos tratos de polé que a língua sofre nos meios de comunicação social portugueses, uma nova frente se está a abrir com o ciberespaço e com as novas redes de comunicação em tempo real. Temos o que merecemos, porque à flácida e ignorante exigência a sociedade responde com o mediatismo, o espectacular e o medíocre. A nossa conformada indiferença não passa duma convivência. Detestamos em Portugal, o rigor e a exigência para facilitarmos a pressa e a santa ignorância. Confundimos quase sempre a esperteza com inteligência sem distinguir a demagogia e o populismo das políticas sérias e profícuas. Raramente usamos ideias próprias mesmo quando as temos, lemos pouco e mal pois habituamo-nos a alucinar diariamente frente ao pequeno ecrã da televisão do nosso contentamento. Somos culturalmente derrotistas, pessimistas, desorganizados, conservadores, masoquistas e rimo-nos de nós mesmos ao falarmos do país pequeno e atrasado. A falta de ambição, iniciativa e criatividade preferimos o novo-riquismo parolo e deleitamo-nos com um falso jet set que nem é jet nem set.

Este colóquio como pedrada no charco que pretende ser, visa alertar-nos para a existência duma segunda língua nacional que mal sabemos que existe e cujo progresso é já bem visível em menos duma década de esforço abnegado e voluntarioso duma mão cheia de pessoas que acreditaram. Visa alertar-nos para a necessidade de sermos competitivos e exigentes, sem esperarmos pelo Estado

ou pelo Governo e tomarmos a iniciativa em nossas mãos. Assim como criamos estes Colóquios, também cada um de vós pode criar a sua própria revolução, em casa com os filhos, com os alunos, com os colegas e despertar para a necessidade de manter viva a língua de todos nós. Sob o perigo de soçobramos e passarmos a ser ainda mais irrelevantes neste curto percurso terreno.

Urge pois apoiar uma verdadeira formação dos professores da área, zelar pela dignificação da língua portuguesa nos organismos nacionais e nos internacionais dotá-los com um corpo de tradutores e intérpretes profissionalmente eficazes. Para tal importa reformular grande parte dos cursos que hoje proliferam pelo país sem qualquer contacto com a realidade do mundo da tradução e interpretação. A actual crise portuguesa não é meramente económica mas reflecte uma nação em crise, dos valores à própria identidade ilustrada pelo seu falar. Jamais podemos esquecer que a língua portuguesa mudou através dos tempos, e vai continuar a mudar. A língua não é um fóssil. Também hoje, a mudança está a acontecer.

Num país em que falta uma visão estratégica para uma verdadeira POLÍTICA DA LÍNGUA, onde o uniformismo é a regra de referência, a competição é uma palavra tabu, onde o laxismo e a tolerância substituem a exigência e a disciplina, e a posse de um diploma superior constitui ainda uma inegável vantagem competitiva, continua a grassar a desresponsabilização. Os cursos estão desajustados ao mercado de trabalho, as empresas vivem alheadas das instituições académicas, existem cursos a mais, e ao contrário do que muitos dizem Portugal não tem excesso de licenciados mas sim falta de empregos. Mas será que falam Português?

Recentemente o emérito linguista anglófono Professor David Crystal escrevia *“O Português parece-me que tem um futuro forte, positivo e promissor garantido à partida pela sua população base de mais de 200 milhões, e pela vasta variedade que abrange desde a formalidade parlamentar até às origens de base do samba. Ao mesmo tempo, os falantes de português têm de reconhecer que a sua língua está sujeita a mudanças – tal como todas as outras – e não se devem opor impensadamente a este processo. Banir palavras de empréstimo doutras línguas pode ser prejudicial para o desenvolvimento da língua, dado que a isola de movimentações e tendências internacionais. O inglês, por exemplo, tem empréstimos de 350 línguas – incluindo Português – e o resultado foi ter-se tornado numa língua imensamente rica e de sucesso. A língua portuguesa tem a capacidade e força para assimilar palavras de inglês e de outras línguas mantendo a sua identidade distinta. Espero também que o desenvolvimento da língua portuguesa seja parte dum atributo multilíngue para os países onde é falada para que as línguas indígenas sejam também faladas e respeitadas. O que é grave no Brasil dado o nível perigoso e crítico de muitas das línguas nativas.”*

Posteriormente manifestando-me preocupado pelo desaparecimento de línguas aborígenes e espantado pelo desenvolvimento de outras contactei aquele distinto linguista. Sabendo como o inglês destronou línguas em pleno solo do Reino Unido, tal como ele afirma para os casos do Cúmbrico, Norn e Manx, per-

guntei-lhe qual o destino da língua portuguesa, sabendo que o nível de ensino e o seu registo eram cada vez mais baixos, dizimados por falantes ignorantes, escribas, jornalistas e políticos. A sua resposta⁽²⁹⁾ pode-nos apontar um de muitos caminhos.

Diz David Crystal: *“As palavras de empréstimo mudam, de facto, o carácter duma língua, mas como tal não são a causa da sua deterioração. A melhor evidência disto, é sem dúvida a própria língua inglesa que pediu de empréstimo mais palavras do que qualquer outra, e veja-se o que aconteceu ao Inglês. De facto, cerca de 80% do vocabulário inglês não tem origem Anglo-Saxónica, mas sim das línguas Românicas e Clássicas incluindo o Português. É até irónico que alguns dos anglicismos que os Franceses tentam banir actualmente derivem de Latim e de Francês na sua origem.*

Temos de ver o que se passa quando uma palavra nova penetra numa língua. A realidade é que linguisticamente estamos muito mais ricos tendo três palavras que permitem todas as variedades de estilo que não seriam possíveis doutro modo. Assim, as palavras de empréstimo enriquecem a expressão. Até hoje nenhuma tentativa de impedir a penetração de palavras de empréstimo teve resultados positivos. As línguas não podem ser controladas. Nenhuma Academia impediu a mudança das línguas.

Isto é diferente da situação das línguas em vias de extinção como,

(29) Em Março 2002.



por exemplo, debati no meu livro Language Death. Se as línguas adoptam palavras de empréstimo isto demonstra que elas estão vivas para uma mudança social e a tentar manter o ritmo. Trata-se dum sinal saudável desde que as palavras de empréstimo suplementem e não substituam as palavras locais equivalentes. O que é deveras preocupante é quando uma língua dominante começa a ocupar as funções duma língua menos dominante, por exemplo, quando o Inglês substitui o Português como língua de ensino nas instituições de ensino terciário. É aqui que a legislação pode ajudar e introduzir medidas de protecção. Existe de facto uma necessidade de haver uma POLÍTICA DA LÍNGUA, em especial num mundo como o nosso em mudança constante e tão rápida, e essa política tem de lidar com os assuntos base, que têm muito a ver com as funções do multilinguismo.

Recordo ainda que não é só o inglês a substituir outras línguas. No Brasil, centenas de línguas foram deslocadas pelo Português, e todas as principais línguas: Espanhol, Chinês, Russo, Árabe afectaram as línguas minoritárias de igual modo."

Por partilhar esta opinião do professor David Crystal espero que todos os que estiveram presentes no Colóquio 2004 possam ter voltado para os seus locais de residência e de trabalho com soluções e propostas viáveis para aceitar a Lusofonia e todas as suas diversidades culturais sem exclusão das línguas minoritárias que com a nossa podem coabitar.

Rectificando e completando

Luís Gonçales Blasco

(I.E.S. Arcebispo Gelmírez I, Compostela)

No meu traballo “*Elegías y Canciones. A ruptura estética de Cunqueiro com a estética falangista*”, publicado no número 69-70 de *Agália*, deslizáron-se umha grande quantidade de erros e gralhas que som da minha inteira responsabilidade; circunstâncias persoais impedírom-me umha revisão acurada, tanto do original como das provas de imprensa. Alguns dos falhos som facilmente remediáveis polo leitor que nom teria maior problema que a moléstia originada por um texto onde o desleixo abunda mais do desejável; outros dificultam e, às vezes, impossibilitam a comprensión do escrito. Por isto vejo-me na necessidade de fazer esta breve nota.

Na alínea 2, *O falangismo de Cunqueiro*, insiro umha citaçom de Rodríguez Puértolas e ao final da mesma indico que o sublinhado é meu; porém, nom aparece sublinhado nengum. As palavras que deviam está-lo som totalmente al margen de la política y de la guerra.

Na mesma alínea, e ainda mais grave, figura o seguinte trecho:

Cunqueiro nom participa na primeira revista literária importante da Falange: Jerarquía. La revista Negra de la Falange que dirigia em Irunha como se pode comprovar em Rodríguez Puértolas.

Neste caso a incomprensom é absoluta e poderia levar ao absurdo de atribuir-lhe a direcçom de *Jerarquía* ao mesmíssimo Cunqueiro. Aqui o problema radica em que, simplesmente, esqueci pôr o nome do director de *Jerarquía*.

Esta revista estava dirigida polo pitoresco crego Fermín Yzurdiaga Lorca, falangista navarro da primeira hora, que nos primeiros dias da sublevaçom militar-fascista abandonou a sotana pola camisa azul e chegou a ser, durante a guerra, *Jefe Nacional de Prensa y Propaganda*, cargo equivalente ao de ministro.

Jerarquía publicou quatro números entre 1936 e 1938, tinha anunciado um quinto número mas parece ser que nunca saiu a lume. O primeiro número de *Jerarquía* apareceu sob a direcção da “Escuadra de *Jerarquía*”, cujo chefe era o próprio Yzurdiaga, nos seguintes aparecia apenas Yzurdiaga como director. Entre os colaboradores da revista havia, polo menos, dous Galegos: Torrente Ballester e o autor do prólogo de *Elegías y Canciones*, Eugenio Montes.

Na alínea 4.1 volta a aparecer um trecho incompreensível:

Que musgo quiere romper na minha soma
Pra volver a ser paseante de longas zancadas

por:

¡Qué musgo quiere romper en nuestra sombra
Para volver a ser paseante de grandes zancadas

A mudança do sujeito verbal e da pessoa do possessivo, será um indício de desconformidade do poeta com os tempos actuais?

O leitor deve ficar desconcertado ao ler *a mudança do sujeito verbal* e perguntar-se de que mudança se trata. O erro deve-se a que na transcrição do poema aparecido em *Nós* onde di *quiere* devia dizer *quero*.

Finalmente, na bibliografia haveria que acrescentar o livro de Herbert R. Southworth: *Antifalange. Estudio crítico de “Falange en la guerra de España” de M. García Venero*, publicado em Paris no ano 1967 por *Ruedo ibérico*.

Nom quero concluir sem pedir desculpas aos leitores que lêrom um texto com tam graves deficiências, facto agravado por ser um trabalho que figera com particular interesse.

Galiza e o referente irlandês: estudo comparativo de *Cathleen ni Houlihan*⁽¹⁾ de W. B. Yeats e *Mátria*⁽²⁾, de A. das Casas

Maurício Castro

(E.O.I. da Corunha)

Nas páginas que se seguem, tentaremos aproximar-nos de duas mostras de produtos artísticos em países dependentes⁽³⁾. Num dos casos, trata-se de umha criação teatral enquadrada num contexto sócio-temporal marcado polo processo de libertação nacional irlandês, na primeira década do século XX. Vincamos esta circunstância por ter umha influência fundamental no trabalho dos autores irlandeses da altura, que procuravam a fundação de um teatro que merecesse o nome de nacional, afrontando, isso sim, múltiplas contradições derivadas da própria influência inglesa. Assim, é manifesta a vontade de fugir da linha artística decadente que impera no palco inglês, através do reencontro com umha fecundíssima tradição gaélica; mas, simultaneamente, dá-se carta de natureza ao próprio idioma inglês como veículo expressivo face a umha língua irlandesa em franca decadência já desde alguns séculos antes⁽⁴⁾.

No outro caso, o galego, situamo-nos numha peça dramática da década de trinta do próprio século XX. A Irlanda tinha sido um dos referentes históricos fundamentais para o galeguismo já desde o século anterior, e foi-no também nuns anos em que surgia mais umha vez o debate sobre a necessária renovação de um teatro galego ancorado no regionalismo costumista, folclórico e dependente das correntes imperantes na Espanha da altura.

A saliência do factor “dependência” tem umha importância fulcral, pois que situa a pugna dialéctica na luta pola constituição de um sistema cultural próprio face a diversas gradações num processo histórico de

(1) In W. B. Yeats, *Dous dramas populares*. Ed. Castrelos, Col. O Moucho nº 53, Vigo, 1977. Primeira edição in Ed. Nós, Santiago, 1935.

(2) In Álvaro das Casas, *Matria*. Ed. Nós, Santiago, 1935.

(3) Este texto foi escrito em Agosto de 2000.

(4) Se ainda no século XVI, com motivo da proclamação de Henrique VIII como rei da Irlanda em 1541, o seu discurso tivo de ser traduzido para ser percebido polos irlandeses (Stephens, Meic, 1976: *Linguistic Minorities in Western Europe*, Llandysul, Dyfed, Wales, Gomer Presss), calcula-se que durante o último quartel do século XVIII só 45% da população era já falante de irlandês, percentagem que desceu na metade do século seguinte até 30% e a 11% em 1911, sendo já a sua prática totalidade bilingüe. Durante o século XIX, desenvolveu-se na Irlanda umha prática bem conhecida na Galiza: a de os pais tentarem que os filhos e filhas aprendessem e falassem inglês para ultrapassar toda a negatividade associada à língua própria.

assimilação cultural por parte do sistema dominante: inglês e espanhol nos contextos que nos ocupam. Está em causa em um e outro caso o que Elias Torres denomina “suficiência sistémica”⁽⁵⁾, para fazer referência à necessidade de superação da subalternidade a respeito do sistema dominante. O estudo de processos como os que comentamos costuma reflectir essa pugna, de cujo desenvolvimento e desfecho depende a subsistência mesma da identidade colectiva, quer seja na sua essência prévia, quer numha redefinição mais ou menos próxima do modelo “teito”⁽⁶⁾.

Contodo, a referência ao contexto irlandês tem um interesse acrescentado na Galiza. Objectivamente, a similitude ultrapassa a falta de soberania cultural comum a ambos povos na altura em que as obras que estudaremos fôrom criadas, o que pode verificar-se com umha vista de olhos às suas características e circunstâncias históricas. E, subjectivamente, o nacionalismo galego histórico situou o processo irlandês como referente inescusável a nível político e cultural.

Breve aproximação da realidade histórico-literária irlandesa

Característica dominante ao longo da história irlandesa é o seu marcado ruralismo, o que juntamente com o seu isolamento geográfico lhe permite conservar umha personalidade arcaica e claramente diferenciada. Do século XII data o início da influência inglesa, a partir da assinatura do tratado de Windsor, que estabelece já a soberania legal do rei da Inglaterra sobre a Irlanda.

Nem a conquista romana, nem posteriormente as vagas “bárbaras”, alcançaram a ilha. A primeira tem grande importância na hora de explicar as diferenças culturais com outros povos da Europa ocidental, bem como a subsistência da rica tradição gaélica. A mesma cristianização chegou tardiamente, no século V, embora a sua introdução fosse profunda e determinante para a história posterior. Isto deveu-se à boa adaptação eclesiástica à identidade irlandesa, quer na sua organização, quer na própria liturgia. Também nos mosteiros se compilam e conservam os textos da literatura gaélica, base fundamental na moderna criação de umha literatura nacional.

(5) Elias Torres Feijó: “Cultura portuguesa e legitimação do sistema galeguista: historiadores e filólogos (1880-1891)”, in revista *Ler história*, nº 36, 1999. P. 275.

(6) De facto, no caso irlandês, temos hoje como resultado umha comunidade nacional que atingiu a sua independência política, deixando no caminho boa parte dessa identidade prévia que servia de base étnica ao projecto nacional irlandês. A assunção do inglês como língua própria é o exemplo mais evidente, servindo outros elementos idiossincráticos como a religião ou a música para reforçar essa transmutada identidade face ao referente de negação inglês.

Mas o peso cultural e religioso medieval irlandês bate com umha progressiva fraqueza política; primeiro ante as invasons nórdicas, das quais se incorporam traços literários e artísticos; e depois ante o contingente anglonormando nos séculos XII, XIII, XIV e seguintes, e que suporá entre outras muitas conseqüências a partir do século XVI a tentativa de imposiçom da igreja anglicana. Daí partem as primeiras sublevaçõs contra a Inglaterra e a primeira repressom massiva. Excluídos do Parlamento, das terras mais férteis e do progresso inglês, vem como a sua economia é forçada a situar-se ao serviço de aquela, como exportadora de materias primas a baixo preço. No século XVIII, a miséria económica e cultural invade a Irlanda. No plano cultural, unicamente os angloirlandeses produzem literatura, incorporada à inglesa, ao tempo que fam o possível por deixarem o país em direcçom à Inglaterra. Paradoxalmente, sectores angloirlandeses incorporam-se à incipiente movimentaçom patriótica irlandesa de fins de século.

O capitalismo industrial afunde mais o povo irlandês, alheio ao florescimento fabril inglês, reduzido a mercado dos produtos da metrópole. A situaçom do campo irlandês é dramática, e a miséria empurra à emigraçom e à revolta política. Umha revolta política que terá duas vias, a reformista-parlamentar e a armada. É conhecido o resultado final do processo de afirmaçom nacional contra os ingleses, plasmado na constituiçom da República da Irlanda como Estado soberano em 1921.

Desde a fundaçom da *Gaelic Athletic Association*, em 1884, promoveu-se a recuperaçom das tradiçõs culturais e desportivas históricas, ante a degradaçom da própria identidade, nomeadamente a língua, reforçada por acontecimentos como a grande fome, em meados de século, que provocou a morte de um milhom e meio de irlandeses e botou para a emigraçom um outro milhom.

Autores como Hyde ou Patrick Pearse começam a escrever literatura em irlandês, face ao hábito mais estendido de fazê-lo em inglês. Nesta etapa —finais do século XIX— está a coalhar o renascimento literário irlandês, que se debate entre o recurso retórico e romântico à recuperaçom da própria língua e o seu minoritário uso efectivo.

Em 1893, funda-se a *Liga Gaélica*, através da qual intelectuais e escritores reivindicam a recuperaçom da tradiçom gaélica como única própria de umha Irlanda livre. Porém, a contradiçom surge do facto de nom poderem fazer uso da língua irlandesa, que na altura contava com umha percentagem muito minoritária de utentes, reduzida até 1% de falantes monolíngües. As tímidas tentativas de recuperaçom literária do idioma

próprio resultam estéreis, impondo-se o contraditório hábito de fazer do inglês veículo expressivo de umha literatura que aspirava à emancipação desse domínio cultural.

De outra parte, a relativamente bem conservada tradição gaélica, de grande originalidade, erguia-se como fonte inesgotável de recursos face a umha literatura dramática inglesa em horas baixas desde a clausura dos teatros ingleses em 1640. A política puritana golpeará daquela a meritória cena inglesa, de carácter popular e de massas; e a abertura de teatros chegada com a Restauração monárquica só reabilitou um teatro minoritário e elitista, coincidente com o coetâneo e afastado teatro popular na falta de renovação e criatividade.

O *Movimento Dramático Irlandês*, erguido por autores como Yeats, Lady Gregory ou Synge, parte do objectivo de atingir um sistema cultural próprio. O seguimento da sua trajectória põe em evidência a pugna dialéctica a que fazíamos referência linhas atrás, no senso de partir de umha tradição própria que se opom à dominante da cultura imposta, procurando ao mesmo tempo a universalidade consubstancial a toda obra de qualidade, como reflexo da própria natureza humana. A batalha polo idioma, ingrediente fundamental no repertório sistémico em qualquer processo de (re)construção, foi claramente perdida já no início, chegando-se a um resultado em que resulta menos clara a exigência assumida entre nós para reclamar umha obra literária como galega. Se na Galiza o idioma é tido na actualidade por condição *sine qua non* na definição de umha obra como galega⁽⁷⁾, tal premissa perde peso num contexto em que a língua teito acabou por ser incorporada a umha nova identidade irlandesa anglófono⁽⁸⁾.

O problema de nom incorporar a língua própria ao repertório sistémico tem a sua importância, mas o sistema cultural autónomo pode construir-se igualmente com a condição de que se alcance um equilíbrio entre os factores que intervem na sua fundamentação: *tradição*, *tradução* e *importação*, de acordo com J. Lambert (1986). O peso da *tradição* costuma ser grande em fases de reconstrução sistémica como a que caracterizou a formação do *Movimento Dramático Irlandês*, que vinha preencher o excesso de *importação* da literatura inglesa. A própria assunção dessa língua obrigou a carregar nas tintas da *tradição* ante o peso da *tradução* e *importação* da ilha vizinha.

(7) Tenha-se em conta, contodo, que nem sempre isto foi assim, como se comentará mais adiante.

(8) Como mostra do abandono da luta política por parte do nacionalismo irlandês, López-Suevos (in *Naçom, língua, classes sociais. Dialéctica do desenvolvimento*, Ed. AGAL, 1983) cita o próprio James Connolly, "que escrevia em 1903 a propósito da defesa do gaélico: "...como nom se trata dumha questom política nem económica, nom entra na nossa competência de nos pronunciar sobre ela".

Como acontece na maioria de brilhantes movimentos dramáticos, a iniciativa conta com o concurso de grandes poetas, no caso irlandês J. M. Synge e o próprio W. B. Yeats. O encontro deste e de Lady Gregory, juntamente com Edward Martyn —escritor e investidor no projecto— é o que faz viável o *Movimento*, fundado em 1899. A sua procura da fonte da tradição lendária e mítica gaélica, guiada por impulsos patrióticos e de renovação estética, não os faz cair em simplificações ou panfletarismos. Umha outra característica deste grupo há de ser a procura de novos caminhos no uso da linguagem, a partir do aproveitamento literário das inexploradas possibilidades expressivas do inglês da Irlanda.

A visão vanguardista que da criação dramática tem este grupo provoca inicialmente o rechaço tanto das instituições inglesas como da própria comunidade católica irlandesa, ainda que por motivos diferentes: a exaltação patriótica no primeiro caso, e temas supostamente denigrantes para a tradição nacional no segundo, como podiam ser o abandono por umha mulher do seu marido para fugir com um vagabundo, ou a corrupção moral de sectores camponeses da Irlanda do seu tempo,...

O grupo, que mudou de autores, de actores e de nome em várias ocasiões, acabou por ser valorizado positivamente mesmo em Inglaterra, e contou finalmente com apoios económicos que lhe permitiram possuir um edifício próprio em que ensaiar diariamente a eficácia das suas criações artísticas: o *Abbey Theatre*. Este chegou a se converter no referente institucional de um teatro nacional irlandês, com a incorporação de numerosos autores vinculados a umha tradição comum, cujos cara e coroa viriam debuxados pelo realismo de Synge e o simbolismo de Yeats. A comunhão entre autores, público, textos, instituições e repertórios ajudou a alicerçar o teatro nacional irlandês nas primeiras duas décadas do século XX, limiar da iminente independência irlandesa⁽⁹⁾.

A cena galega na Geração Nós

Logo de bosquejados alguns traços que caracterizam o processo histórico-artístico que explica o desenvolvimento do *Movimento Dramático Irlandês*, aginha saltam à vista certas semelhanças significativas com a realidade galega, nas quais sem dúvida reparáramos os primeiros teóricos do nacionalismo galego, como o próprio Manuel Murguía. Povos ambos de essência rural, secularmente subdesenvolvidos e dependentes, enquadrados nas culturas atlânticas de raiz céltica, com grandes sangrias emigratórias...

(9) Pode ver-se, a respeito do *Movimento* e autores que comentamos, a obra *Teatro y política. El Movimiento Dramático Irlandés*, de A. Usandizaga, editado pola Universidade Autónoma de Barcelona em 1985.

As diferenças som igualmente significativas, e a própria deriva política de umha e outra nação marcam perfeitamente as suas conseqüências. Entre elas nom é menor a inexistência entre nós de um conflito religioso incorporado à problemática nacional, ou a maior conservação do idioma apesar de marcar também o século XIX um ponto de inflexom na Galiza quanto à deterioraçom da nossa comunidade lingüística.

Em todo o caso, e para além de semelhanças e diferenças como as comentadas, ambas as comunidades nacionais vírom, sobretudo a partir do século XIX, como se começou a forjar a construçom de um sistema cultural próprio. No caso galego, a história do chamado *galeguismo* apresenta um dos temas de pugna constante na consideraçom ou nom como literatura galega de obras escritas em espanhol. O galego, de facto, tivo que evoluir, quanto à sua consideraçom, da etiqueta de dialectal, a “poético” depois, ficando fora do género ensaístico durante décadas. Só mediante a imposiçom “pola força dos factos”, por parte dos sectores ligados às *Irmandades da Fala*, foi que se conquistou um estátus pleno para o galego como veículo de expressom formal. No teatro, desenvolveu-se umha dialéctica semelhante nom só em termos de uso lingüístico absoluto, como também com a escusa da verosimilhaça, pola qual autores como Cotarelo recusavam fazer falar galego personagens nom adscritas a grupos sociais e contextos em que fosse esperável esse uso. A criaçom de um repertório culto foi outro dos temas polémicos na construçom do sistema literário galego já no século XIX, enfrentando o grupo liberal da Corunha –Murguia, Pondal,...— com o ourensano representado na altura por um Lamas Carvajal, mais partidário de reduzir a presença do galego à reproduçom de temas e formas populares. Emília Pardo Bazán representa e teoriza tal proposta, antagonicamente enfrentada a qualquer vontade de construçom sistémica face ao sistema cultural imperante na Galiza da altura⁽¹⁰⁾. Esta luta atravessa a história do nosso nacionalismo, apresentando diferentes caras e perspectivas como a da luta entre etimologistas e demoticistas, vanguardistas e costumistas, “políticos” e culturalistas,... ou hoje mesmo reintegracionistas e isolacionistas⁽¹¹⁾.

Desta perspectiva, os textos produzidos ao longo da nossa história literária representam diferentes modelos de sistema (às vezes, só de *sub-sistema*) literário galego: modelo de língua, forma literária, temas, etc.,

(10) E. Pardo Bazán, *De mi tierra*. Reimp. Ed. Xerais, 1988, Vigo.

(11) Contra o que pudéssemos julgar, este tipo de debates dá-se em qualquer âmbito em que se tenta constituir um novo sistema, com o seu repertório cultural próprio, e tenhem por objecto estabelecer as *normas sistémicas* polas quais se há de reger. A este respeito, resulta esclarecedor o trabalho de Itamar Even-Zohar “O surgimento de umha cultura hebraica nativa na Palestina (1882-1948)”. *Cadernos de Língua e Literatura Hebraica*, nº1. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

na procura do equilíbrio dinámico que caracteriza umha literatura normalizada. De novo, o equilíbrio entre *tradiçom*, *traduçom* e *importaçom* situa-se como pano de fundo, com um excesso da primeira na trajectória regionalista, que progressivamente tenta ser contrarrestado polos membros das Irmandades e Nós recorrendo à importaçom de elementos de outros sistemas literários e a traduçom de obras que ajudassem a renovar a criaçom galega.

Repare-se também na transcendência que progressivamente vai tomando o projecto literário galego na medida que os seus agentes nom se limitam a elaborar um número de textos sem precedentes na história literária precedente, senom que o movimento galeguista tenta erguer todo um autêntico sistema sócio-cultural que inclui instituições (*Academia da Língua, Escola Dramática Seminário de Estudos, ...*), editoras (*Nós, Lar, ...*), jornais e publicaçoms especializadas (*A Nosa Terra, Nós, ...*), e, no caso do teatro, a procura da profissionalidade dos grupos, bem como de espaços onde representar as obras, entrando em comunicaçom directa com o público receptor. Este processo, dilatado no tempo, chegou durante a primeira metade da década de trinta a atingir o seu máximo nível de desenvolvimento, truncado como se sabe pola sublevaçom fascista de 1936.

Quanto ao teatro, um ponto em comum com o acontecido na Irlanda é a identificaçom deste com o patriotismo político representado na Galiza polo Partido Galeguista. De facto, foi das suas instâncias que se impulsionou a renovaçom dramática, que tivo como umha das suas premissas a vontade de chegar às camadas populares, que tinham dado mostras do seu interesse polo teatro feito em galego. O próprio Antom Vilar Ponte, anos atrás partidário dos grupos de teatro íntimo para formar elites, aposta claramente pola nova orientaçom⁽¹²⁾.

Nesta estratégia, a figura de Álvaro das Casas toma especial relevo, nom só como autor, mas como promotor dos grupos juvenis *Ultreya*, para os quais projectara a criaçom de grupinhos de teatro que percorressem o meio rural galego⁽¹³⁾.

Um outro elemento de identificaçom galego-irlandesa achamo-lo no convencimento a que nestes anos chegam os principais teóricos artísticos galeguistas quanto à necessidade de desligarem da tradiçom espanhola, velha proposta de Risco, reencontrando-se com umha tradiçom popular

(12) Veja-se Laura Tato, *Historia do teatro galego*, Ed. A Nosa Terra, 1999. P. 143.

(13) *Ibid.* P. 142.

e histórica própria com base geográfica e etnográfica, nom isenta de carga ideológica patriótica. Tal orientação pretendia ao mesmo tempo servir de revulsivo ante o lamentável estado em que ficara a cena galega após a ditadura de Primo de Rivera, fomentadora do espanholismo misturado com um folclorismo vácuo. Vicente Risco e Antom Vilar Ponte representam essa vontade de constituíçom de um autêntico teatro nacional, fazendo em diversas ocasiõs alusom directa a autores irlandeses, entre eles o próprio Yeats, como complemento representável pola falta de obras que superassem os modelos regionalistas anteriores. Claro que nom faltárom vozes contrárias ao avanço em direcçom ao teatro nacional, e o dramaturgo Leandro Carré representa nesses anos a tendência conservadora dentro do mundo teatral galego.

O interesse de Vilar Ponte, Vicente Risco ou Álvaro das Casas polo teatro irlandês partia já de antes da ditadura de Primo de Rivera, quando o teatro ruralista era ainda hegemónico na cena galega. Já entom Leandro Carré representava a oposiçom às inovaçõs naturalistas e ao teatro histórico ou de tese. No caso de Álvaro das Casas, o interesse polas vanguardas levava-o a defender o teatro poético e de massas, orientado para o povo.

Nos anos seguintes, Vilar Ponte encontrará nos folc-dramas irlandeses o modelo a incorporar ao repertório dos coros populares galegos, com as adaptaçõs precisas. Na década seguinte, outros autores e teóricos como Castelao, além dos já citados, incorporam novas propostas de inovação dramática na encenaçom, além de nos temas, fruto dos seus contactos com outros teatros como o russo, que o rianjeiro conheceu na altura em França.

É neste contexto que confluem, de umha parte, as traduções feitas por Vilar Ponte dos dous folc-dramas de Yeats (*Catuxa de Houlihan* e *O país da saudade*), e de outra parte a obra *Mátria*, de Álvaro das Casas (juntamente com *Noutúrnio de medo e morte*, de A. Vilar Ponte), todos eles publicados em 1935.

Mátria versus Cathleen ni Houlihan

E chegamos assim à análise comparativa de duas obras que, a partir do até aqui revisto, tenhem evidentes pontos de contacto nada casuais, que afectam a todo o que envolve a criação literária como produto social pertencente a um espaço e um tempo determinados.

Álvaro das Casas, defensor da volta ao teatro popular feito ao ar livre, em verso e de temática histórica ou política, fundador dos grupos juvenis *Ulltreya*, foi autor de grande número de obras como *O tolo da lastra*, *A*

gavilha e sobretudo *Pancho de Rábade*, a mais reconhecida e representada. *Mátria*, publicada em 1935, supom umha incursom no teatro simbolista, tendo como referência evidente a criaçom dramática de Yeats no temático e no formal. Esta afirmaçom, que tentaremos comprovar nas próximas páginas, supom reconhecer a serôdia incorporaçom da corrente simbolista ao teatro galego, algo habitual e explicável em literaturas desnormalizadas, ao verem dificultada a sua via de comunicaçom directa com outros sistemas literários em pé de igualdade. Este *défice projectivo* evita ao sistema galego, ao longo da sua história, o estabelecimento do que A. M. Machado e D-H Pageaux denominam *República das Letras* –relaçom igualitária entre vários sistemas—⁽¹⁴⁾. Com efeito, o simbolismo tinha perdido já boa parte da sua vigência na década de trinta noutros âmbitos literários europeus, sendo neste senso mais “moderna” a aposta expressionista e vanguardista de Castela.

Segundo temos visto, o teatro galego discutia nesses anos ainda sobre a superaçom da espartilhada escola regionalista. Além do mais, o grau de desenvolvimento da consciência nacional no nosso povo era pequeno, o que tornava necessário pegar em qualquer ajuda nessa direcçom; e qual melhor que a representada polo esplendoroso nascimento do teatro nacional irlandês de inícios de século, poucos anos antes de conquistar o seu povo a independência política. Um teatro que, em palavras de um dos tradutores galegos de obras irlandesas, Plácido R. Castro, servira para libertar o teatro irlandês das mesmas serventias de que cumpria libertar o teatro galego, segundo assinala Laura Tato na sua *Historia do teatro galego*.

Em ambas as obras, *Mátria* e *Cathleen ni Houlihan*, debruçamo-nos sobre um ambiente de grande solenidade patriótica, num contexto rural e popular característico dos respectivos países, com umha figura protagonista central que entesoura umha grande carga alegórica, umha mulher de idade. No caso de *Mátria*, o próprio autor afirma que Nela de Albán “*podería sinñificar a Patria nun fermoso lenzo de retabro nacional*”, enquanto na obra de Yeats se dam pistas evidentes no mesmo senso para o leitor inserido na realidade irlandesa –os “*catro fermosos campos verdecentes*” que lhe roubárom, como representaçom das quatro províncias irlandesas de Leinster, Ulster, Connaught e Munster; bem como referências à genealogia histórica da mitologia céltica irlandesa ou episódios épicos da luta irlandesa contra o invasor viquingue.

(14) Estes autores falam das relaçons entre sistemas literários em termos de “fílico” (entre dous iguais: literaturas espanhola e italiana, por exemplo); “júbilo” (de superioridade: literatura espanhola e portuguesa); “maníaco” (de inferioridade: às avessas, literatura portuguesa face à espanhola); e “República das Letras”. Vide in *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*, Lisboa, ed. 70, s/d.

Catuxa de Houlihan pertence a umha etapa criativa do seu autor em que reflecte nas suas obras um ambiente que mistura o realismo com o sonho, contrapostos numha tensom dramática muito evidente na outra obra traduzida para o mesmo volume em que esta foi publicada na Galiza: *The Land of Heart's Desire (O País da Saudade)*. Trata-se da luita em que se debatem os seus protagonistas, entre a vida acomodada e o idealismo. Nesta, publicada pola primeira vez em 1894, a pugna é para a sua protagonista entre o sonho do mundo das fadas e a mitologia celta, representada por umha meninha que vai procurá-la à sua casa, e o seu próximo casamento. Em *Catuxa de Houlihan*, a anciá Cathleen, representaçom do anseio de liberdade irlandesa, atrai para si a vontade de Michael, também a ponto de casar.

Na obra de Álvaro das Casas, respiramos também esse ambiente de encantamento misturado com a rudeza própria do âmbito rural galego, e o idealismo vem dado pola vontade de partir à luita por parte dos três filhos da velha Nela de Albán, cujo objectivo é voltar para lhe oferecer o seu êxito. Porém, e ao contrário das obras irlandesas, em que a açom ficava aberta nesse momento, concluindo a obra, na galega continua até oferecer-nos o desfecho trágico achegado pola morte de dous dos filhos —Xelo e Bastián— e, logo a seguir, da própria mae. Mas o ressaibo final nom é de derrota, e sim de esperança, pois fica o terceiro irmao, Xohan, que conclui a obra fazendo um alegato à luita: “*hoxe estamos vencidos, pro mañián venceremos*” ... “*Alento, irmáns na Patria! A goleta perdeuse; a nosa espranza non*”.

Um outro aspecto comum a ambas as obras, a irlandesa e a galega, é a perspectiva do autor, que nos oferece umha sucessom de primeiros planos carregados de força dramática e lirismo, para tramas muito similares, caracterizadas pola apresentaçom despida de forças em conflito relacionadas dialecticamente no desenvolvimento de umha açom de fim incerto. Nesta trama, o conflito apresenta-se como umha síntese entre conflito “social” e “de situaçom”⁽¹⁵⁾, quer dizer, de umha parte ligado à luita contra um ambiente, leis e condiçoms impostas a umha colectividade, e de outra parte definido pola vontade individual de abandonar a situaçom particular ocupada no presente. Todo o conflito, no entanto, aparece tingido de um profundo idealismo trascendente, próprio da estética simbolista e seguramente da posiçom de classe que ocupam ambos autores (pequena burguesia, instável e contraditória como a situaçom

(15) Tomando a nomenclatura proposta por J. L. Alonso de Santos no seu manual *La escritura dramática*, Ed. Castalia, Madrid, 1998, pp. 110.

que padece em momentos de forte crise social como a que sacudia a Irlanda de inícios de século e a Galiza da década de trinta).

Quanto à estrutura das obras, devemos reparar como na peça irlandesa o “incidente” (“peripécia” aristotélica) que espoleta o conflito vem do aparecimento da velha num lar corrente e popular. Em *Matria*, polo contrário, embora a cena se situe também num lar tradicional galego, a alegórica velha está já incorporada na apresentação da situação prévia, partindo o conflito da rebelião simultânea dos seus três filhos, fartos de a verem padecer, e jogando Nela de Albán nesse senso um rol mais passivo.

Desenvolvida numha cena única *Cathleen ni Houlihan* e em três *Matria*, ambas participam do uso da prosa poética, que no caso do drama irlandês evoca a fala dialectal do Oeste da Irlanda. *Matria* está escrita no galego *supradialectal*⁽¹⁶⁾ que caracteriza a obra da maior parte dos autores da *Geraçom Nós*, na procura de um padrom culto que ultrapasse o *dialectalismo* e *interdialectalismo* de etapas anteriores. Lembre-se que esta aposta padronizadora bateu com a incompreensão de sectores galeguistas que, como o próprio Carré, acusavam o galego resultante de “aportuguesado”⁽¹⁷⁾. De resto, nom cabem demasiados paralelismos quanto ao uso da língua em umha e outra obras, como já temos comentado linhas atrás, ao partir umha da assunção do inglês como veículo expressivo –por mais que vestido com a sonoridade irlandesa—, e apostar outra por fazer do galego *norma sistémica* de um universo literário –lembremo-lo mais umha vez— ainda em construção.

No que di respeito ao tratamento das personagens, o teatro histórico e simbólico, com a sua carga de moral patriótica, lembra as personagens religiosas e alegóricas do teatro medieval europeu, também carregadas de intenção doutrinal e propagandística, prévias à chegada da personagem arquetípica, mais realista, própria dos teatros naturalista e social. Pesa sobretudo, tanto em *Matria* quanto na obra de Yeats, a tendência simbolista mais própria em geral de inícios de século, mais serôdia na Galiza. Em *Cathleen ni Houlihan*, a personagem principal leva a alegoria ao extremo de acompanhar o desenvolvimento da ação com a sua transformação física. Assim, a incorporação de novas vidas à causa patriótica provoca o seu rejuvenescimento, convertendo-se nas últimas linhas da peça a velha em “moza que camiñaba coma unha raiña”. Neste

(16) Veja-se a respeito das fases galego-portuguesa, oral, dialectal, interdialectal e supradialectal do nosso idioma o trabalho de Carvalho Calero “A constituição do galego como língua escrita”, in *Problemas da língua galega*, ed. Sá da Costa, Lisboa, 1981. PP. 37 a 51.

(17) *Historia da Literatura Galega. Tomo II. A Etapa Contemporânea (S. XX)*, Ed. A Nosa Terra, Vigo, 1996, p. 621.

senso, a velha tem um carácter mais épico do que na obra galega, talvez mais dramática do que épica, embora nos dous casos cheias de idealismo e transcendência.

Se tivéssemos que estabelecer um modelo actancial, poderíamos esquematizá-lo para umha e outra obras como um **sujeito** –*Irlanda/Galiza*—, com umha **funçom** –*a vontade de ser*—, e um **objecto** –*a liberdade*—. Nestes termos, resulta evidente que contêm importantes afinidades no discurso oculto –o que Stanislavski denomina “subtexto”⁽¹⁸⁾, fazendo referência aos “*distintos planos e dimensons da ficçom que o texto nom achega directamente, mas que permite e sugere*”⁽¹⁹⁾. A importância do actor é fundamental neste senso, com a sua capacidade de evocar ou insinuar significados nom transmitidos directamente polas palavras, fazendo da obra teatral um complexo sistema simiótico muito para além do signo lingüístico representado num papel impresso. De resto, esse poder simbólico da literatura é umha das bases do simbolismo que alicerça a estrutura dramática de *Matria* e de *Catuxa de Houlihan*.

Cabe lembrar, por último, a diferente sorte de umha e outra obras quanto à sua encenação, pois se a irlandesa foi estreada em 1902, com acolhida muito favorável por parte do público, a de Álvaro das Casas, como a maior parte das obras do movimento renovador do teatro galego, nom tivo oportunidade de ser levada à cena. Sim tentou o grupo “*Keltya*” da Corunha representar a peça de Yeats que estamos a comentar, impedindo o levantamento militar fascista que se verificasse tal iniciativa, como qualquer outra rumada para a dignificação e renovação do teatro galego como instrumento ao serviço da fundação de um sistema cultural próprio.

(18) Constantin Stanislovski, *Obras Completas*, Ed. Quetzal, Buenos Aires, 1977.

(19) Veja-se J. L. Alonso de Santos no seu *manual La escritura dramática*, Ed. Castalia, Madrid, 1998, p. 327.

Caixas. Caixas. Caixas.

Roberto Zular

(USP)

*Quando a flauta soou
um tempo se desdobrou
do tempo, como uma caixa
de dentro de outra caixa.*

(João Cabral de Melo Neto)

Uma caixa. E dentro dessa caixa uma outra que se abre como um tríptico. Uma caixa modernista, cuja aparente adjetivação revela-se enquanto forma. Assim como o poema moderno constrói seu ritmo a partir de dentro, o espaço desta caixa, mais do que um espaço vazio a ser preenchido, resulta da força dos objetos que contém.

Tempos desdobrando-se dentro de uma caixa: desde a Semana de Arte Moderna de São Paulo de 1922, apresentada por meio de documentos históricos, passando pelas realizações mais fecundas que deixou (livros, quadros, esculturas, músicas etc...) até sua perspectiva programática mais contundente, a Antropofagia, de 1928. Tempos e seus desdobramentos de que uma perspectiva meramente cronológica não daria conta. Projetos que se tocam, deslocam-se, chocam-se, assumem ligações inesperadas. Projetos que buscam uma linguagem moderna, ao mesmo tempo em que se unem em torno de uma visão de modernidade que se realiza em múltiplas linguagens, visão da qual deriva a vocação interdisciplinar do feito editorial de Jorge Schwartz.

E se remetemos a caixa ao seu organizador, que praticamente não se deixa ver senão por uma pequena introdução, é porque ela não poderia ter sido concebida sem o trabalho de fôlego que a antecede: a exposição *Brasil: 1920-1950. Da Antropofagia a Brasília*, realizada no IVAM (Institut Valencià d'Art Modern) e no MAB-FAAP (Museu de Arte Brasileira da

Fundação Armando Alvares Penteado), e o belíssimo catálogo que dela resultou. Mas se a abrangência das obras e análises apresentadas naquelas outras espécies de caixas (museu e livro) não se encontra na *Caixa modernista*, esta possibilita um manuseio e uma mobilidade que aquelas não permitem. Não se trata, pois, de uma reunião de fetiches “milagrosamente” reproduzidos, mas de um diálogo com as caixas de Duchamp e Joseph Cornell, às quais Schwartz se refere na introdução. Um “museu portátil”, menos pela facilidade de transportá-lo do que pela liberdade de manuseio que permite. É que se tomamos o paradigma do espaço moderno, a cidade, como metáfora, vemos que não estamos diante de uma caixa “de guardar”, mas de um espaço para transitar entre inúmeros roteiros possíveis. Além disso, é como se cada roteiro operasse sobre a própria cidade alterando as mãos das ruas, aproximando casas distantes, vendo como ficariam prédios em lugares inauditos. Entre a cidade como metáfora e a operação metonímica de criação de contigüidades, vejamos alguns roteiros, lembrando, com Benjamim, que é fácil achar-se numa cidade, difícil é saber perder-se nela.

Roteiros. Roteiros. Roteiros

A beleza do projeto gráfico e o recorte certo das escolhas criam, de pronto, um primeiro direcionamento. De um lado, a Semana de 22, com fac-símiles de programas e catálogos que nos dão um panorama do alcance interdisciplinar da empreitada; do outro, o catálogo da exposição de Tarsila do Amaral na Galerie Percier, em que as reproduções de alguns quadros da pintora são acompanhadas dos poemas de Blaise Cendrars sobre São Paulo, e o primeiro número da *Revista de Antropofagia* que traz, além do Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade, artigos e poemas reveladores das tensões envolvidas na proposta. Ambos “os lados” têm o mérito de ampliar o contexto de inserção de muitos textos e eventos que líamos isoladamente, mérito este que é também da parte central da caixa em que estão, lado a lado, reproduções fac-similares das primeiras edições dos livros *Paulicéia desvairada* e *Pau Brasil*, respectivamente de Mário e Oswald de Andrade, além de inúmeras reproduções de pinturas e mesmo de esboços de obras centrais do modernismo brasileiro, como também tapeçarias, esculturas, construções, fotos e até o anúncio do filme *São Paulo, a symphonia da metrópole*.

Se a maioria desses documentos e obras já são há muito conhecidos, vê-los reunidos e em suas concepções originais nos dá uma sensação

parecida com a dos modernistas, como se estivéssemos olhando para aquilo – como eles para o Brasil – pela primeira vez. Ao lado disso, quase que literalmente, “quando a flauta souou um tempo se desdobrou do tempo”, e envolvidos pela música (um belíssimo CD com vários inéditos e obras bastante raras do período), vendo as reproduções, passando os olhos pelos programas e lendo alguns poemas, um certo clima de época se constrói, reforçado por fotos como a do grupo da Semana de 22 e da visita de Marinetti ao Brasil, e por um sugestivo desenho de Anita Mafalti do “Grupo dos cinco” (a própria autora, Tarsila do Amaral, Menotti Del Picchia, Mário e Oswald de Andrade).

Claro que o aspecto lúdico e móvel da caixa, a possibilidade de manusear e conviver com todos aqueles objetos como nenhuma exposição permite, gera a tentação irresistível de aproximar tudo. Salta então aos olhos o diálogo entre o popular e o erudito, natureza e cultura, rural e urbano, seja no interior da própria música popular urbana de Ernesto Nazareth, seja nas re-interpretações de Darius Milhaud e sobretudo na estupenda música de Villa-Lobos nos anos 1920, como ainda nos versos que “abrasileiravam” o português na *Paulicéia desvairada* de Mário de Andrade (que de maneira lapidar se define como “um tupi tangendo um alaúde”) ou os *ready-made* extraídos da linguagem popular que percorrem todo o livro *Pau Brasil*. Esse diálogo aparece também na imagem dos negros, mulatas e vegetações nativas que atravessam os quadros desse período.

Na seleção que encontramos na caixa, as pinturas guardam um forte lastro figurativo e mesmo a manutenção de uma tensão entre figura e fundo, em que a natureza brasileira aparece constantemente transformada por técnicas do modernismo europeu. Também na música de Villa-Lobos, vemos figuras harmônicas e melódicas brasileiras, referências à natureza (rios, montanhas etc.), aos índios e africanos, às tradições rurais e urbanas, captadas em timbres que lembram Debussy e em polirritmias e politonaisidades próximas de Stravinski, como aponta José Miguel Wisnik.

Essa dinâmica marcante do modernismo brasileiro – hesitação prolongada entre diversos registros – não deixa, contudo, de transparecer tensões de difícil resolução. A cidade, tão fundamental na estética moderna e bastante presente na literatura modernista, praticamente não aparece nos quadros selecionados, que pairam numa certa estilização da natureza e das raças que constituem o povo brasileiro. Esse choque fica patente no convite da exposição de Tarsila, no qual a atmosfera colorida e quase isenta de seus quadros parece referir-se a uma outra cidade que não aquela constante nos poemas de Blaise Cendrars sobre São Paulo ali

reproduzidos, nos quais bondes, operários, buzinas elétricas se sobrepõem num movimento constante.

Não deixa de ser curioso, talvez por pura coincidência, que todos os esboços que acompanham a reprodução dos quadros, sejam de Anita Malfatti (já na década de 1910), Lasar Segall ou Tarsila do Amaral, partem de figuras humanas, a boba, o escravo, a negra, que se impõem ao conjunto da composição. É como se os quadros se formassem no arco da tensão entre a vontade de representação e uma visada construtiva. Embora algo apressada, parece-me que valeria a pena perscrutar a hipótese de que esse arco, partindo da representação e buscando a autonomia da arte, possa caracterizar o modo de produção do modernismo brasileiro, como também acontece com as melodias de Villa-Lobos, a “língua do povo” na literatura etc...

Chama a atenção, contudo, que no tocante à arquitetura, há uma visada fortemente construtiva e abstrata, fazendo com que a Casa Modernista dialogue muito mais com a imagem futurista do filme *São Paulo, a symphonia da metrópole* do que com quaisquer outras obras incluídas na caixa.

As tensões a que nos referimos e tantas outras, de certa forma, justificam a necessidade de uma grande inflexão no próprio modernismo e que culminou no Manifesto Antropófago de Oswald de Andrade. Não que essa inflexão também não gerasse outras tensões como se pode ver já no fac-símile da *Revista de Antropofagia*, na qual foi originalmente publicado. Basta ler o manifesto e compará-lo ao artigo de Plínio Salgado “A língua tupy” para que se perceba como os brilhantes deslocamentos históricos daquele surgem neste naturalizados num momento original utópico, como se a língua indígena possibilitasse “o contato imediato entre o homem e o mundo”. Vê-se também na “nota insistente” a tentativa de evitar uma pulverização do movimento, colocando o “estômago” como instrumento capaz de estar acima (ou abaixo) de quaisquer orientações ou tendências. Contudo, a própria proposta antropofágica tinha um caráter excessivamente abarcador, reduzindo as diferenças que pretendia englobar. Caráter esse que já estava na dedicatória de Oswald a Mário na qual o livro deste, *Paulicea*, era absorvido pelo livro daquele: “Ao autor de **Pau...** licea **Brasil** admirado” (g.m.). Enfatize-se, no entanto, que o grande mérito da caixa, como de qualquer história da arte suficientemente aberta, é fazer com que essas tensões e seus desdobramentos não sejam apagados e que, ao contrário, deixem seus rastros nos novos espaços em que operam.

Por fim, um capítulo à parte na relação entre pintura e literatura no modernismo brasileiro pode ser acompanhado pelas inúmeras capas de livros que integram a caixa, desde *Paulicéa desvairada* e *Pau Brasil* até *Vamos caçar papagaios?*, *Martim Cererê*, *Cobra Norato* e *História do Brasil*. Nestas últimas, já se percebe uma forte mudança na paleta que não tem mais a vivacidade e o colorido dos anos anteriores. Mudança que se vê também no belíssimo *Eu vi o mundo... Ele começava no Recife* de Cícero Dias, em que já se pressente o caminho mais melancólico que a arte brasileira viria a trilhar nos anos 1930.

Resta lembrar que esses pequenos apontamentos aqui apresentados só terão algum valor se incitarem a construção de outros roteiros. Afinal, o estômago das caixas (e do leitor) é certamente maior que o das resenhas.



estom

Três mestres

Silviano Santiago

(Universidade Federal Fluminense)

Aos meus velhos colegas de neolatinas, com carinho

Há professores. Há mestres. Os professores passam o conhecimento disciplinar a uma massa uniforme de alunos, reunidos numa sala de aula. Classifica os estudantes por nota, estabelecendo uma hierarquia que, no melhor dos casos, nunca é injusta, embora o sistema seja sempre tendencioso. O mestre, na mesma situação e circunstância, distingue cada aluno na sua individualidade, constrangedora para a uniformidade almejada.

Na sala de aula, o mestre enxerga o pique de cada aluno, independentemente da nota. Esta é o modo como o mestre regulariza a situação dele e do aluno junto à burocracia institucional. Pôr em ordem os alunos é apenas uma das maneiras de associar culturalmente o que é, por natureza, dissociável. Querer do mestre mais do que isso é transformá-lo em professor. Pode parecer ridículo dizer isto, mas é a verdade. O pique de um adolescente pode manifestar-se de maneira mais evidente no modo de vestir-se do que nas suas palavras ou na expressão das suas idéias, quando condicionadas ao lugar comum da sala de aula. O comportamento do adolescente ou do jovem se expressa por uma língua mais sincera do que a das palavras e idéias.

Há um querer egoísta ou hipócrita que busca transformar o mestre em professor. Pode vir das altas instâncias, dos colegas e até mesmo dos alunos. Na maioria dos casos, ele é o responsável pelo mal-estar que a presença do mestre causa no cotidiano da vida institucional. Sem chegar a ser uma figura maldita, até mesmo porque é impossível não reconhecer

o seu valor, o mestre é sempre passível de “culpa”. Fora da sala de aula, nas reuniões departamentais e dos conselhos universitários, o mestre tem algo do bode expiatório nos rituais primitivos. Sangue nas mãos, limpeza na alma comunitária. Lembram-se do poema “Caçada”, de Carlos Drummond? “Ai, tão bem educadas, as pessoas./ Que fazer, para não morrer de paz?” Em grupos que se norteiam por idéias abstratas sobre o bem e a justiça, não há como não causar mal-estar quando os critérios de análise dos seus membros são feitos pelo canino da individualidade.

Saber trabalhar de maneira equilibrada e produtiva com uma estrutura feita de desigualdades (humanas, demasiadamente humanas) é o dom do mestre. Daí poder ser ele julgado pelos pares como figura por demais liberal, beirando aos princípios anárquicos de organização social, ou como tendo o caráter próximo ao de um ditador, incólume diante das restrições que (julga ele) são medíocres ou convencionais. Apesar de ser o mais democrata de todos, o mestre nunca é considerado como tal. Ele excede as estruturas convencionais por fazer explodir silenciosamente os cinco sentidos de cada indivíduo. O mestre dialoga com os gritos individuais dos rapazes e moças em formação, sussurrando. O sussurro não é a forma menos intrusiva da fala hierarquicamente superior? A transmissão do conhecimento não é a forma menos abusiva da domesticação do homem pelo homem?

A nota final, dada ao aluno, é para ele advertência. Não é produto da constatação de mérito, já que, por mais justa que seja, nunca chega a lhe proporcionar a segurança de que o trabalho foi feito na sua totalidade, e chegada é a hora de lavar as mãos. O mestre nunca lava as mãos depois da aula, ou ao fechar um curso. Ele as traz sujas para casa. É a sujeira do ofício de ensinar às novas gerações (e não a constatação senhorial de que o trabalho foi feito) que o impele ao aperfeiçoamento.

Graduei-me em 1959 pela Universidade Federal de Minas Gerais, mais precisamente, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na época em que esta estava localizada nos últimos andares do edifício Acaiaca, em plena avenida Afonso Pena, de frente para a igreja S. José. Rodrigues Lapa, em literatura portuguesa, Damien Saunal, em literatura francesa, e José Carlos Lisboa, em literatura espanhola, foram meus mestres. Adjetivá-los pela disciplina que ensinavam é pouco e pode parecer um modo desrespeitoso de julgar a *totalidade* do saber que cada um a sua maneira me deu de presente. Mais notável foi a oferenda dada por eles, porque mediada, por sua vez, pelo estado nacional. O ensino superior, como se diz apressadamente, era gratuito. Não era. Era da responsabilidade financeira do Estado.

Feliz o aluno que pode ter sua formação profissional proporcionada pela associação do dom do mestre ao dom do Estado.

Dos três, Lisboa era o único mineiro. Vivia no Rio de Janeiro.

Rodrigues Lapa era português, exilado em Minas Gerais pelo ódio ao regime salazarista e pelo amor à literatura mineira do século 18. Tinha um pé lá, outro cá. Organizava e anotava as cantigas d'escarnho e de mal dizer, publicadas posteriormente, em 1965, pela Editorial Galáxia. A dedicatória resume tudo: "À Galiza de sempre, raiz anterga da nosa cultura, adico afervoadamente iste libro". Para o nosso Instituto Nacional do Livro, estabelecia o texto e anotava a poesia de Cláudio Manuel da Costa e Silva Alvarenga. O homem mais manso que já conheci tinha algo de homem das cavernas quando, indignado, alçava a voz. E ele a levantou em instante que detectou complô e injustiça no provimento de uma cátedra. Os jornais da cidade não deixaram por menos. Retomaram a verve dos inconfidentes mineiros às voltas com D. Maria. Uma lástima.

Rodrigues Lapa foi único numa especialidade. Era capaz de dar uma aula como se estivesse apresentando uma página aberta diante dos alunos. Um *pôster*, diríamos hoje. Tal a clareza na exposição, tal o ritmo em linhas paralelas no desenvolvimento das idéias. A página da aula comportava notas ao pé. Notas de pé de página, como as chamamos. Estas poderiam ser – e muitas vezes o foram – tão instigantes quanto o conteúdo propriamente específico da aula. Se estivesse em matéria que cobria o passado, o pé da página nos remetia ao presente. E vice-versa. Se fosse matéria européia, suplementava-a com exemplo do Novo Mundo. E vice-versa. Era o modo muito especial que tinha de piscar a este ou àquele aluno, distinguindo-o com o excesso que o creme de chantili proporciona às boas sobremesas.

Damien Saunal era de origem francesa, enviado à Faculdade pelo serviço diplomático daquele país – "en mission", como se diz no jargão deles. Antes tinha passado pela universidade de Coimbra, onde se especializara em Almeida Garrett. Seu conhecimento da nossa língua não era comparável ao que tínhamos da língua francesa. Muito melhor. Ao contrário de muitos dos seus conterrâneos, não se empertigava dentro da fatiota de europeu superior diante da ignorância tropical. Na sala de aula, era um franciscano racional. Queria a simplicidade mais fervorosa do simples, entulhada com a complexidade natural ao edifício da cultura de Rabelais, Racine e Flaubert. Só se satisfazia quando se julgava compreendido pelo aluno, isto é, quando nós todos pensávamos como ele, francês. No momento em que se dava conta da uniformidade que tinha

conseguido, se deleitava em observar, com o luxo de *voyeur*, o modo como alguns se distanciavam por conta própria.

O ensino de língua e cultura estrangeiras não tem obrigatoriamente de passar pela intolerância do professor e pela rejeição pelos alunos dos próprios valores? Ao se despir pela simplicidade, Saunal nos entregava algo que não era encarnação dele, mas algo – um objeto – que deveria nos fascinar, ainda que de forma carcerária? De dentro da prisão daquele objeto é que a gente conhece uma cultura estrangeira e é lá de dentro que vamos construindo, a partir de um olhar outro, os caminhos igualitários, livres e justos que conduzem ao futuro da nossa nação.

A aula de Saunal era conduzida pelo olhar, que ia à frente e abria caminho para a riqueza e diversidade semânticas das palavras que iria proferir. Era baixinho e atarracado. Fumava *gauloises*, deixando o cigarro pender nos lábios, como ator de quinta categoria do cinema francês. Tinha o rosto redondo como bola de futebol. Os olhos tinham a condição cismarenta de quem viveu a *belle époque*. Só os fui encontrar semelhantes em retrato de Eça de Queirós ou de Marcel Proust. Olhos daquele tédio legítimo que a clarividência do conhecimento traz. Tédio legítimo e, se não o fosse, legitimado por Charles Baudelaire na série de poemas intitulada “Spleen”. Olhos de opiômano chinês, talvez porque desprovidos da ruga que é a sobancelha.

Lisboa era de família mineira. Vivia no Rio, onde era professor na Nacional. Vinha duas vezes a Belo Horizonte para nos dar, de maneira compacta, as aulas do mês. Lisboa era brasileiro. Ensinava literatura espanhola. Lisboa era metódico. Impaciente (sem ser impulsivo) no trato do ritmo que queria imprimir à explicação de poema ou de trecho em prosa. A voz era calma e pausada. Sem acompanhamento de trovão, as palavras transbordavam como a cheia faz transbordar as águas do rio, confundindo leito e margens. Talvez porque viesse tão concreta e carregada de significado, a cheia do seu discurso didático afogava o aluno e o levava de roldão. Eu saía sempre semi-náufrago e encharcado das suas aulas, embora sereno e revoltado. A serenidade era o alicerce que sustentava a revolta que se dirigia contra o estado placentário das coisas que me circundavam.

Essas coisas que escrevo aparentemente nada têm a ver com a literatura espanhola que ensinava. Têm a ver com a Belo Horizonte e o mundo em que eu vivia, nós vivíamos.

Não era possível apreender Lisboa num compartimento ou em outro. Estava aqui, ali e acolá. Escapava pelas frestas e se recompunha inteira-

ço em outro espaço, como se fosse uma dessas figuras escorregadias e sem molde definitivo que só o cinema digitalizado está conseguindo apreender de forma notável. Essa capacidade de o ser humano se transformar no seu outro e, no entanto, semelhante talvez seja o cerne da lição que Lisboa nos dava pela complementaridade de opostos infinitos. A falsa histrionice (a histrionice de ator, de artista da palavra) era crítica e autocrítica e deve ter advindo da capacidade que teve de, sendo brasileiro, conhecer a cultura e a literatura espanholas como se fosse autêntico andaluz. Lisboa foi o primeiro intelectual que me fez duvidar do sentido da palavra *autenticidade*, quando usada para caracterizar qualidades de tipo nacional num indivíduo, num grupo ou numa comunidade. A autenticidade é um foco equivocado de luz, que a gente joga nos olhos da platéia para poder encobrir formas nocivas de ensimesmamento patriótico.

Lisboa não era patriótico e muito menos ufanista. Era nacionalista. Não sei por quê. Não sei mesmo. Agora que me lembro dele, mais do que dos poemas que ensinava, me lembro de imagens esparsas do cinema brasileiro então em fase de consolidação, à espreita da chegada extraordinária do *cinema novo*. Será que me lembro de imagens cinematográficas porque Lisboa tinha uma forma peculiar de tratar a coisa nacional espanhola, iluminando-a de verde e amarelo na “minha” cabeça. Ou será por que o correspondente às contundentes e expressivas imagens poéticas dos espanhóis só apareciam nos filmes nacionais e continuariam a aparecer nos filmes de Glauber Rocha? Será por que tratava a coisa nacional pelos vieses que a literatura espanhola engendra, que as culturas estrangeiras fomentam, que o distanciamento permite. Em suma, Lisboa tratava a coisa nacional aconselhando a admirar uma gravura de Goya na parede, enquanto o coração soçobra no âmago do país.

Como Goya esclarece!

Nisso se assemelhava, embora de modo diferente, aos dois estrangeiros, Rodrigues Lapa e Damien Saunal. No conjunto, eles me proporcionaram as melhores aulas sobre literatura brasileira. Sobre literatura, *tout court*. Diziam o que era a formação em letras neolatinas para um brasileiro. E o significado dessa formação para o (melhor) conhecimento da cultura e literatura brasileiras.

Aprendi com Lisboa a não ser teórico pela causa da teoria literária. A ser teórico pela causa da literatura. Disse-me que a solda de parte duma aula na outra não é feita de palavras abstratas, de conceitos. Tirava do fundo do poço semântico as imagens poéticas, tão extraordinárias na lín-

gua de Quevedo, Góngora e García Lorca. Pedia que as contemplássemos como se fossem quadros ou esculturas. Que as tocássemos e as cheirássemos, como se fizessem parte do nosso cotidiano sensível. Lisboa não destratava a história da literatura. Aconselhava que não perdêssemos tempo com ela nos preciosos minutos em que nos encontrávamos em sala de aula. Que fosse lida num manual escolar, na biblioteca ou em casa. A história da literatura era matéria para fichas, não razão para o decoreba.

Com ele aprendi a ser contemporâneo por dar primazia ao tempo presente no ensino da história da literatura. Tínhamos todos a antologia de Martín de Riquer. Entrávamos literatura espanhola adentro, até a Idade Média, pelos poemas de Antonio Machado, García Lorca, Juan Ramón Jimenes e tantos outros modernos. Depois de ter explicado um poema do *Romancero gitano*, de Lorca, comprei o livro na livraria Oscar Nicolai. Encantou-me o sofrido jeito cigano de ser e amar. Li-o de fio a pavio, compreendendo-o. Não posso dizer que não lia poesia na época. Lia-a e muita. No entanto, retirava um conhecimento (por que ter medo de usar a palavra?) que era movido a solavancos sentimentais. A graça da explicação de texto, tal como o Lisboa a punha em prática, não se traduzia pela proposta de um modelo energético, espécie de chave *passé-partout*, a abrir portas indiferenciadamente. Tal metodologia era típica dos professores de literatura francesa, e não dos mestres.

Lisboa ensinava o modo como se infiltrar por aquele conglomerado feliz de palavras, a fim de retirar algo que ia além dos sentimentos, da sensibilidade doentia e da intuição. Algo que bulia com sentidos acesos e emoções incendiárias, sem que, no entanto, se desprendessem de raciocínio lúcido sobre o real. Ao aprender o modo como se organizava determinado poema, você descobria como destampar outros frascos, a fim de perceber o perfume único que cada um exalava. Sim, ler é um modo de destampar com a mente alerta frascos de palavras.

Olhar e audição. Tato. Odor e paladar. Os cinco sentidos num só, como disse Murilo Mendes.

Ler não é o modo mais extraordinário que encontramos para nos desprender da palavra e enxergar com olhos livres o mundo que nos encanta e oprime? Vivê-lo na longitude e latitude que as pernas coíbem, os braços não alcançam, o corpo rejeita.

Se a personalidade multifacetada de Lisboa tinha a elasticidade da borracha, suas aulas buscavam a compostura da pérola. Brasileiro, tinha sido acostumado à “pedra” drummondiana e cabralina, inspirada por sua vez pelas concreções racionais de Mallarmé e Valéry.

Lisboa nos dizia que nem tudo é *pedra* no reino da poesia. Há que reparar. Há máscaras que se superpõem como camadas de tinta a óleo num quadro. Há uma translucidez na arte da palavra que não advém do chapado ritornelo de uma pedra no meio do caminho ou da educação pelo duro e faminto nordeste. Há uma translucidez absurda na arte da palavra que se presentifica em superfícies que se encaixam a outras superfícies, não com o fim de camuflar uma origem divina, mas com o fim de se chegar a uma construção tão babélica e reveladora quanto a torre.

A horizontalidade prosaica de Drummond e Cabral, de Mallarmé e Valéry, se sentiam desmistificadas e engrandecidas pela verticalidade contagiosa de García Lorca e Antonio Machado, de Góngora e Quevedo.

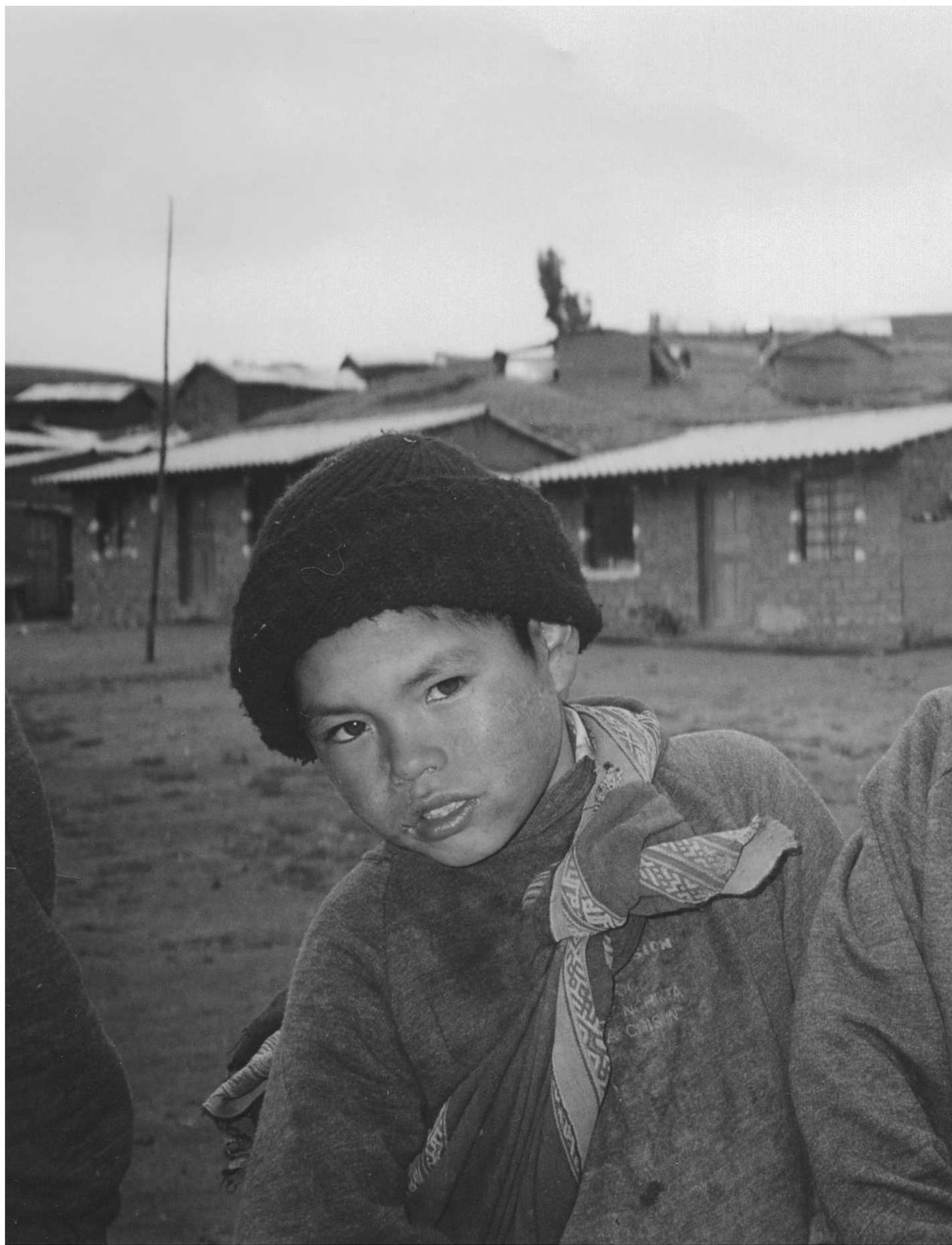
Lisboa nos disse que há uma espécie de vertigem que não é produto da claustrofobia modernista brasileira, que nos encaixota e lacra em pedras. A vertigem que nos levou a conhecer é produto das alturas a que o corpo sensível chega quando a palavra que o comove deixa de ser pedra, vira brilho, para ser pérola. Barroca.

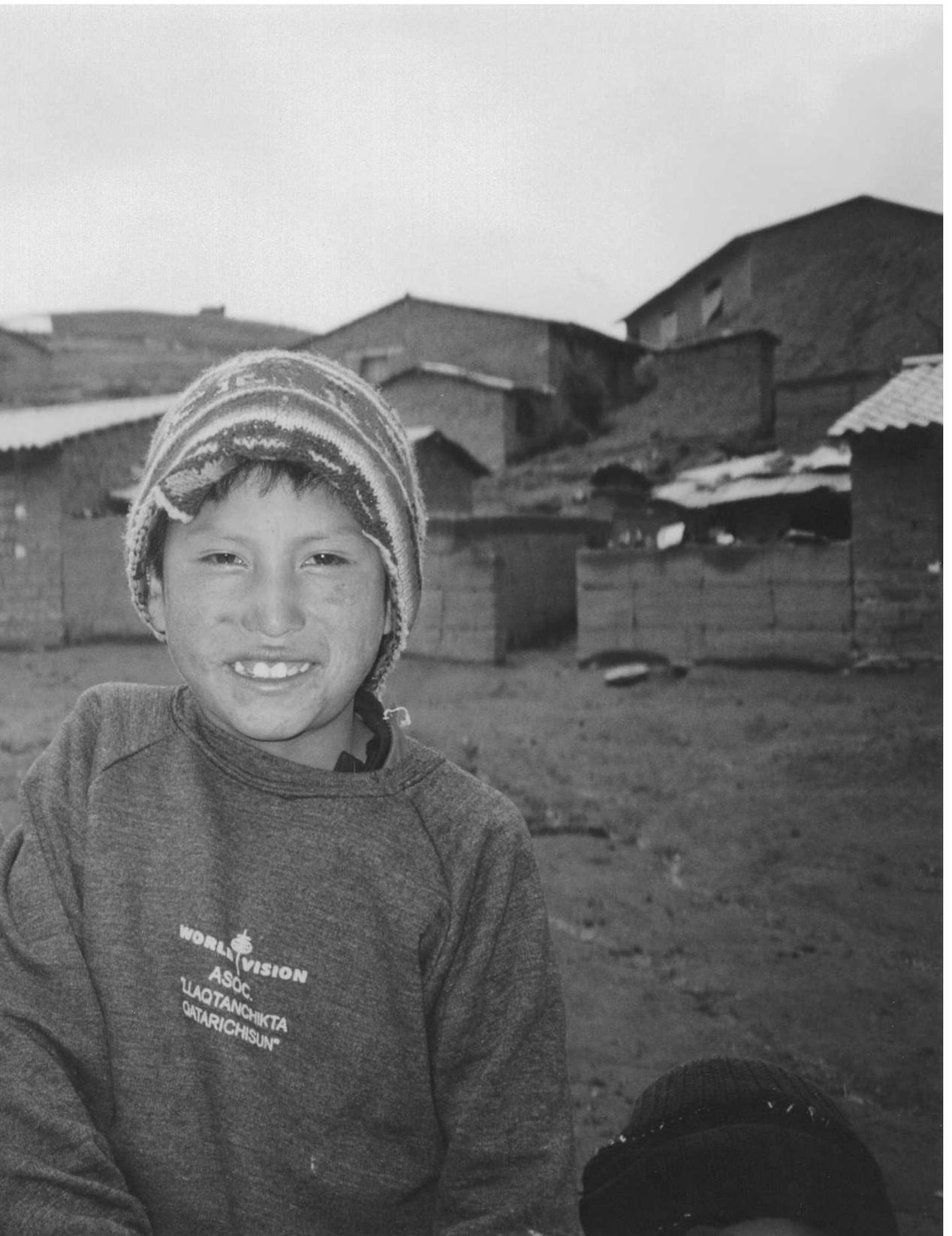


2 6 t o n r



recensons





WORLD VISION
ASOC
'LAQTANCHIKTA
QATARICHISUN'



research

CONSTRUIR O (RE)CONHECIMENTO (*)



“A matéria inerte é perversa”

Eça de Queirós

O campo literário foi historicamente um espaço privilegiado na luta entre diferentes grupos pela imposição daqueles repertórios culturais com que cada um deles pretendia definir e identificar uma comunidade e manter a sua coesão social; esta imposição é o resultado dum longo, lento, complexo e –em maior ou menor grau– conflituoso processo de canonização mediante o qual foram atribuídos a produtos e a produtores uma série de valores (morais, éticos, estéticos, políticos...) considerados por esses indivíduos e grupos como imprescindíveis para a configuração da colectividade. Partindo deste argumento central, Joel R. Gómez –jornalista, escritor e investigador do Grupo Galabra da Universidade de Santiago de Compostela– estuda em *Fazer(-se) um nome...* a tra-

jectória do professor galego Ernesto Guerra da Cal (Ferrol, 1911-Lisboa, 1994) em relação com a sua decisiva intervenção no processo de canonização do escritor português José Maria Eça de Queirós (Póvoa de Varzim, 1845-Paris, 1900).

O livro de Joel R. Gómez está alicerçado em dois trabalhos de investigação orientados na USC em 2000 e 2001 pelo Professor Doutor Elias J. Torres Feijó (director do grupo Galabra e responsável pelo prefácio) e utiliza a metodologia habitual nas produções desta equipa universitária (de orientação sociológica e sistémica: com base nos trabalhos do sociólogo francês Pierre Bourdieu e do professor israelita Itamar Even-Zohar). Produto, portanto, do campo académico, este livro analisa com rigor e pormenor o processo de canonização de Eça de Queirós ao longo de todo o século XX centrando-se nas várias tomadas de posição do professor Ernesto Guerra da Cal para elevar esse integrante da “Geração de 70” ao centro do cânone português, à vez que, paralelamente, o próprio Guerra da Cal é retribuído com a centralidade e a consagração no campo da crítica literária portuguesa e internacional graças à receptividade e à produtividade das suas actuações.

O livro organiza-se num percurso estritamente cronológico pelo labor investigador de Guerra da Cal desde o início das pesquisas para a sua Tese de Doutoramento em 1939 –defendida na Columbia University de Nova Iorque dez anos depois– até a consa-

(*) Joel R. Gómez (2002): *Fazer(-se) um nome. Eça de Queirós – Guerra da Cal: Um duplo processo de canonicidade literária na segunda metade do século XX*. Prefácio de Elias J. Torres Feijó: “Guerra da Cal, Eças e os valores da Nação” (pp.7-12) Ed. do Castro, Sada-Santiago de Compostela.

graçom definitiva no âmbito da crítica literária com o Doutoramento Honoris Causa pola Universidade de Coimbra em 1988 e o reconhecimento institucional em 2000, com ocasiom dos vários actos organizados na comemoraçom do centenário da morte de Eça de Queirós e da convocatória do prémio de investigaçom “Professor Ernesto Guerra da Cal” de estudos queirosianos. Na longa trajectória que desembocaria na dupla canoizaçom de Eça de Queirós e de quem foi o seu máximo estudioso e professor universitário no exílio nova-iorquino durante quase quarenta anos (1939-1977), Joel R. Gómez destaca como balizas fundamentais a publicaçom pola Universidade de Coimbra da tese de doutoramento de Ernesto Guerra da Cal em 1954, sob o título *Lengua y estilo de Eça de Queiroz*, e os cinco tomos em seis volumes da *Bibliografía Queirociana* saídos do mesmo prelo universitário entre 1975 e 1984.

Com a sua obra crítica, Guerra da Cal funda os modernos estudos queirosianos apoiando-se em novos instrumentos metodológicos como os representados na altura pola estilística, a literatura comparada e a crítica genética, em clara oposiçom à crítica tradicional baseada no biografismo e no psicologismo defendidos principalmente por João Gaspar Simões. Assi mesmo, Guerra da Cal combateu com as suas produçoms os preconceitos ideológicos a respeito de Eça de Queirós (alguns vindos já do século XIX) que vigoravam e eram defendidos polos grupos dominantes no Portugal salazarista, tais como a estrangeirice lingüística e ideológica de Eça, a falta de originalidade do

romancista ou o carácter pernicioso das suas narrativas. Luita metodológica por novos instrumentos de legitimaçom e luita ideológica em defesa da originalidade e das inovaçoms lingüísticas e literárias de Eça de Queirós, do iberismo e do progressismo, e mesmo do direito a intervir em pé de igualdade no campo da crítica literária portuguesa que Da Cal reivindica alegando a sua condiçom de galego. O resultado desta dupla luita foi o (re)conhecimento da renovaçom lingüística, social e estética postulada por Eça de Queirós e o (re)conhecimento de Ernesto Guerra da Cal como mestre indiscutido e modelo de inovaçom, de rigor e de exaustividade, características que a crítica literária contemporânea atribui à sua obra queirosiana.

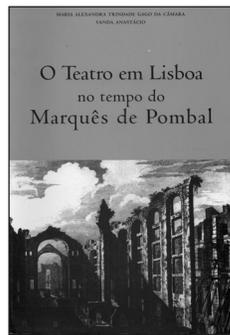
Também a exaustividade está presente por toda a parte neste trabalho de Joel R. Gómez, já que nom só assinala e analisa as multiplas ocorrências da obra crítica dacaliana e a sua presença e produtividade no campo dos estudos queirosianos, mas também conta ainda com umha recolha de iconografia (fotografias e reproduçom facsimilada de documentos marcantes na trajectória de Da Cal) e umha completa epígrafe de “Bibliografias” (pp. 415-471) em que, juntamente com as numerosas referências bibliográficas procedentes dos estudos queirosianos, encontramos referida a prática totalidade da produçom de Ernesto Guerra da Cal, quer aquela que foca em exclusivo a obra de Eça de Queirós, quer a vária bibliografia também citada no texto e derivada das relaçoms de Guerra da Cal com os campos literários da

Galiza e Portugal (sobretudo devido à sua actividade como poeta) e com o galeguismo e o reintegracionismo.

A obra de Joel R. Gómez supom, enfim, um sério contributo do âmbito académico para desvendar o funcionamento, as motivações e as estratégias com que opera a crítica literária e, neste sentido, ajuda a entender também as razões pelas quais a crítica que ocupa por enquanto a posição central na Galiza tem focado praticamente Ernesto Guerra da Cal, umha figura com enorme capital simbólico que, para além de poeta, professor universitário e crítico literário de reconhecido prestígio internacional, foi republicano exilado, nacionalista galego, decidido defensor da unificação lingüística galego-portuguesa já desde a publicação do seu primeiro poemário por Galaxia em 1959, e também o modelo escolhido por Manuel Rodrigues Lapa em 1973 para apoiar a sua proposta de reintegração da Galiza no intersistema cultural compartilhado com os espaços do sistema lingüístico comum galego-luso-brasileiro. Este livro de Joel R. Gómez supom também, portanto, discutir a perversidade que significa que Ernesto Guerra da Cal seja tratado quase como matéria inerte pela crítica literária da sua terra natal e o início do regresso do professor galego à sua pátria perdida.

Roberto López-Iglésias Samartim
(Grupo Galabra-USC)

PERSPECTIVAS SOBRE O TEATRO (*)



Neste volume, que se vem incorporar à pouca bibliografia existente sobre o assunto, Maria Alexandra Trindade Gago da Câmara e Vanda Anastácio, apresentam-nos um estudo que na realidade abrange algo mais do que o indicado no título, ocupando-se do teatro encenado e publicado em Lisboa durante os reinados de D. José e D. Maria e parte da regência de D. João, ou, o que é o mesmo, desde 1750 até a viragem do século.

O texto é articulado a partir da conjugação de duas perspectivas: a primeira, procedente da investigação literária, é chegada por Vanda Anastácio, sobejamente conhecida no âmbito dos estudos sobre o século XVIII português pela sua edição das obras completas de Francisco Joaquim Bingre (2000-2003, formada até agora por cinco volumes) e pela sua participação no projecto de edição das cartas da Marquesa de

(*) Câmara, Maria Alexandra Trindade Gago de; Anastácio, Vanda (2004): *O teatro em Lisboa no tempo do Marquês de Pombal*; [s. l.]: Museu Nacional do Teatro.

Alorna, ao amparo da Fundação das Casas da Fronteira e Alorna; a segunda, é a própria de umha historiadora da arte como Maria Alexandra da Câmara, professora da Universidade Aberta que tem trabalhado sobre arquitectura teatral no século XVIII na sua dissertação de mestrado (*Os espaços teatrais na Lisboa setecentista*) e sobre espaços de sociabilidade no mesmo período na sua tese de doutoramento (*A "arte de bem viver": a encenação do quotidiano na azulejaria portuguesa da segunda metade de setecentos*).

Para levar a termo com sucesso os seus objectivos, as autoras utilizam abundante documentação da época, que ajuda a superar preconceitos habituais na bibliografia sobre o assunto em relação com as linhas ideológicas fundamentais de cada reinado e com a suposta baixa qualidade estética da literatura coeva. Abordam-se aqui todas as dimensões do texto teatral e da sua encenação, desde a legislação até as máquinas teatrais, passando pelas fontes das traduções, as características formais e ideológicas das obras, os espaços e os seus arquitectos, as classes sociais associadas a cada um desses espaços, etc. Persegue-se assi a construção de umha imagem completa e veraz de todos os elementos que condicionam a produção e o consumo de teatro na capital portuguesa durante a segunda metade do século, com a enorme complexidade que implica o estudo de um género no qual, para além do texto literário, existem também a música, as técnicas de encenação, a arquitectura, etc. E isto acentua-se particularmente numha altura como esta em que nom existe umha delimitação clara entre o teatro, a ópera, o

ballet, ou até determinados géneros recitativos.

Deve-se levar de conta também o enorme alcance social do teatro setecentista, porque o próprio facto da encenação ao lado dos baixos preços dos bilhetes permitia o acesso de pessoas de baixa procedência sócio-cultural que nom sabiam ler nem escrever, nem podiam investir dinheiro na compra de livros. Por outro lado, existiam ainda espaços diferenciados tanto públicos como privados que proporcionavam formatos específicos para as camadas sociais mais altas, como o teatro da corte ou as representações em casas particulares da primeira nobreza, chegando a constituir-se o teatro num lugar de sociabilidade privilegiado onde tinham lugar lutas pelo poder entre membros da primeira nobreza e negociantes enriquecidos.

Câmara e Anastácio realizam um percurso polos diferentes teatros que existírom em Lisboa durante o século XVIII, tentando precisar quais os públicos e quais os repertórios que se localizam em cada um, prestando especial atenção aos dous fitos do teatro português do Setecentos: a Ópera do Tejo, inaugurada em 1755 para maior glória do rei D. José e do seu ministro Pombal e como espaço de convívio para aqueles sectores sociais que os acompanhavam no poder, e o Teatro de São Carlos (1792), que supujo a confirmação definitiva da burguesia como classe dominante no campo intelectual português e a consagração, mediante o financiamento desta construção, de umha série de famílias que dirigiram a política portuguesa no século seguinte.

As autoras recolhem também as polémicas ideológicas geradas arredor do teatro pondo o acento na consciência existente tanto entre as autoridades legislativas como entre os censores, os próprios produtores de textos teatrais, de músicas, de cenários ou de crítica e teoria do teatro, das possibilidades que este espectáculo encerrava para promover ideias políticas mas também novas formas de comportamento ou de actuação perante a vida. Mostram, por exemplo, como as censuras som exercidas de forma diferente em função dos públicos a que vam destinados os textos, proibindo circular em português o que se permite ler em latim, ou revisando com especial atenção a correcta utilização da língua portuguesa em função da origem social das diferentes personagens.

Todo isto pom de relevo, como salientam as autoras, o controlo que se exerce sobre absolutamente todas as ideias, comportamentos ou formas de agir que contenham os textos, sempre avaliados em função das capacidades que se supõem no público a quem vai destinado e sempre focadas para dotar o teatro de umha finalidade fundamentalmente didáctica e de criação e promoção de umha série de valores éticos e sociais, enquadrando isto numha série de disputas (reflectidas tanto nos textos de teoria teatral como nos legislativos) em volta do papel moralizante do teatro e da dignidade ou indignidade da profissão de actor.

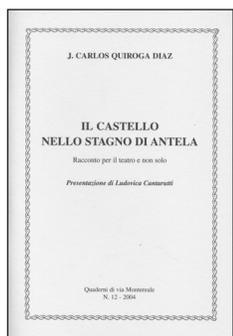
Em definitivo, este volume, cuidadosamente editado polo Museu Nacional do Teatro, será de grande interesse nom apenas para aquelas

peçoas que se dediquem de forma mais ou menos especializada ao estudo do século XVIII nas suas diferentes facetas culturais ou sociais, mas também para quem se achegar com curiosidade a um género literário definido nessa altura de maneira bem diferente à actual, e para quem quizer conhecer os processos polos quais se produzem, difundem e promovem ideias e comportamentos utilizando em cada momento aqueles mecanismos de maior alcance social, como era nesta altura o espectáculo teatral.

Raquel Bello Vázquez

(Grupo Galabra-USC)

O TEXTO TEATRAL
COMO PRODUTO MULTIFUNCIONAL



A vigorante crítica essencialista que ocupa posiçõs centrais na Galiza, muito amiga das palabras de ordem e de um imobilismo conservador e favorecedor dos cânones estabelecidos polos poderes dominantes, costuma afirmar que o objectivo principal do texto teatral é a representação, e que nom se realiza plenamente até que se materializa no palco. Umha demonstraçom do reduccionismo de formulaçõs deste teor é o produto de Carlos Quiroga objecto da presente recensom⁽¹⁾, claro exemplo das múltiplas funçõs para que umha proposta de encenaçom pode ser utilizada, das quais a execuçom para o público é umha possibilidade mais, e nom necessariamente a de maior relevo.

Em “Nota prévia” datada em Janeiro de 2004, explica Quiroga ter redigido umha primeira versom para a Mostra de Teatro Infantil de Ferrolterra de 1988 “onde foi premiada e nunca publicada”. Ao surgir, três lustros mais tarde, a oportunidade da ediçom, revisou-na, acrescentando a referência local da Antela mas “conservando, no entanto, toda a atmosfera oriental primitiva que pretendia dar à geografia perdida que evoca a evanescência longínqua e mágica que tanto fascina a infância –e nom só”. O resultado desse labor pom em destaque o rendimento que se pode tirar para aproveitar didacticamente, e nom unicamente, o contacto com o teatro, e convencer o professorado e o alunado da sua actualidade e proximidade; ao nom ficar o teatro necessariamente desfasado e ultrapassado por outras produçõs audiovisuais como com frequência também se escuita e se lê, mas precisar por vezes reformulaçom para cumprir o papel de catarse, formaçom colectiva e comunicaçom que tivo entre os seus objectivos preferentes, e a que nom tem por quê renunciar de se perspectivar adequadamente.

Apelo aqui à didáctica e ao professorado/alunado por estar orientado o teatro infantil de preferência para o ensino obrigatório, embora nom seja este o seu único público⁽²⁾. Carlos Quiroga oferece umha pro-

(1) Quiroga Díaz, J. Carlos, (2004), *Il Castello nello stagno di Antela/ O Castelo da Lagoa de Antela*, Pordenone, Quaderni di via Montereale, n.º 12, 64 páginas, com texto de apresentaçom de Ludovica Cantarutti, e traduzido para italiano por Laura Scalabrín.

(2) É esta outra formulaçom vigorante que é preciso desmitificar. Como assinala Zohar Shavit (no trabalho “La posición ambivalente de los textos. El caso de la literatura para niños”, no volume *Teoría de los Polisistemas*, Madrid, Arco Libros, 1999, p. 149), os textos infantis “pertenecen normalmente al sistema de la literatura para niños, aunque el hecho de que sean leídos por adultos es una condición *sine qua non* para su

posta pensada para ser representada, e assim o indicam elementos como as didascálias, as sugestões musicais, de figurinos para o vestiário, mesmo alternativas para algumas das possíveis dificuldades da posta em cena. Há também intencionalidade participativa, pois apesar de só sete personagens, na parte final (p. 56) podem actuar quantos actores e atrizes se desejar, recomendando mesmo que se misturem com o público e entrem e saiam da sala⁽³⁾.

A história que se relata é apresentada na já citada “Nota prévia” como “um sonho” posto a limpo, mas dos que “alimentam a vida” e têm como objectivo ajudar “a melhorar o mundo”: um ponto de partida que explica em parte o pendor moralizante e exemplarizante com que se depara na leitura. O texto alude a uma estória relacionada com esse tremedal do sul de Ourense, que com 35 quilómetros de perímetro era “a maior [lagoa] da Península Ibérica e a segunda maior da Europa Ociden-

tal”; dessecado segundo os planos do desaparecido “Instituto Español de Colonización” nos tempos do franquismo, orientando depois semelhante extensom para a agricultura, com insucesso. A partir deste facto fôrom desaparecendo também relatos de tradição oral respeitantes àquele espaço, como o que se reivindica.

A utilidade deste texto para as aulas é transversal. Em primeiro lugar, por familiarizar docentes e discentes com a própria realidade, como se aconselha na legislação vigente mas nem sempre se faz, pois ainda restam, no ensino galego deste curso 2004-2005⁽⁴⁾, bem exemplos a contrário. Os conteúdos podem servir para um trabalho de pesquisa em diversas disciplinas curriculares, como música, história, ecologia, geografia, astronomia, arte, educação para a saúde..., para além de trabalhar a tradição popular e a transformação experimentada, com perspectiva transcultural. Sem esquecer outras

éxito”. Na Galiza de hoje o consumidor escolar é o que mais move o mercado editorial autóctone, e os produtos que recebe são assinalados, não se esqueça, pelos docentes ou os pais e outras pessoas adultas, não por vontade dos próprios escolares.

(3) Carlos Quiroga situa-se numa linha semelhante à de produtores como Jenaro Marín del Valle, quem defende no seu trabalho “Monólogo a pano baixo” que “povo e público vem sendo a mesma cousa. Embora que o teatro não seja nunca espectáculo. Povo amansado, não de ditadura”; ou na entrevista que concedeu a Monterroso e a Rabunhal publicada no número 18 da *Agália*, onde define o teatro como “o pulmão de uma colectividade”: colectividade participativa, não meramente espectadora. Quiroga continua, pois, uma tradição presente na Galiza: o teatro não deve, enfim, manter distâncias com o público, mas confundir-se quando possível com ele.

(4) Veja-se, v. gr., o volume *Coñecemento do medio 4*, de Olga Espino *et alii*, publicado polo “Departamento de Primaria de Edicións Obradoiro, S. A./ Grupo Santillana” em 2001 e reeditado em 2004: o primeiro tema, dedicado a “Os seres vivos”, começa (pp. 6-7) com texto e fotografia respeitantes a “O paraíso dos flamengos”, referente à “lagoa de Fuente de Piedra, en Málaga”, acompanhando mesmo um pequeno mapa em que se situa na Andaluzia, sem aparecer o resto da Península Ibérica. Não vale a pena estender-se em comentar esta desafortunada escolha, numa matéria cujo objectivo central é que o alunado de 9-10 anos conheça melhor o próprio meio em que vive. Cito-o por ser um dos livros de texto mais recomendados e usados na Galiza, ao pertencer a uma empresa inserida num grupo editor sediado em Madrid, com esta linha orientada para o ensino, e que faz campanhas muito agressivas para introduzir os seus produtos nas escolas. Não é esta a única amostra da desactualização desse volume, claro exemplo de invasão cultural, no sentido do formulado por Paulo Freire no conhecido estudo *Pedagogia do Oprimido*; e leva mesmo a questionar estes livros de texto.

possibilidades, como umha viagem às terras da Antela, contacto directo com testemunhas da dessecação e outras pessoas que lá residem, pesquisar os efeitos da transformação, a evolução da agricultura... Ou aproveitar para investigar tradições e estórias mais próximas do próprio centro de ensino. A actuação dos poderes públicos (autoritária, democrática...), as soluções para os conflitos sociais (mesmo vizinhos), ou o estudo das classes sociais, som outros assuntos para os quais se oferecem possibilidades de diálogo e indagação.

Tem também proveito considerar a riqueza do produto literário editado e dos dados nele fornecidos: discutir sobre o papel dos prémios literários; por que se publicam alguns textos e outros nom⁽⁵⁾, e quem e como o faz; ou sobre a tradução (que se traduz, por que, com que finalidade...). E, é claro, valorizar a ortografia empregada⁽⁶⁾ e o por que acontece isso, tendo em conta que o autor é docente universitário. Deste modo, nas aulas de primária também se familiarizaria o alunado com o galego-português –ao que dá pé, por certo, a referência à Idade Média que se encontra na leitura—, um conhecimento respeitante à história, à tradição e à realidade da Galiza que

costuma estar ausente nesta etapa escolar⁽⁷⁾.

Além disso, para a posta em cena, professorado e alunado –além de outras pessoas que estiverem envolvidas— podem discutir a adaptação para as suas preferências e necessidades. A proposta nom é dogma que se deva respeitar ao pé da letra, e nom só se deve adaptar ao número de personagens disponíveis, mas também intervir directamente sobre trechos que podam resultar de especial dificuldade ortológica, ou que se veja que nom funcionam para esse grupo concreto; mesmo ver de colocar outras opções.

Encenar *O Castelo da Lagoa de Antela* pode ser o final feliz a todo este trabalho prévio, e limitar-se só àqueles que se envolvem nesse labor, alargar-se para toda a sala de aula ou, a surgir oportunidade, para todo o centro, mesmo para o exterior. Defrontar um público, quer seja conhecido ou nom, tem um valor formativo inegável, e nom só.

O contacto directo com o próprio produtor para que acuda à sala de aula, participe no processo, assista à eventual encenação, ou de qualquer outro modo, é também aconselhável.

Nom finaliza aqui o valor deste trabalho. Porque estamos, com certeza, perante um texto concebido para teatro, mas que se pode utilizar como

(5) A pesquisa num elemento de evidente validade didáctica como o Portal Galego da Língua (www.agal-gz.org) levará os leitores/encenadores a textos de Carlos Quiroga relacionados com umha viagem realizada no mesmo ano 2004 a Itália, que explica a edição. E conseqüências dessa viagem podem encontrar-se no número anterior a este da *Agália*. Estas questões ajudam a conhecer como funciona umha literatura e para que serve, fugindo do pendor essencialista e passadista que predomina na concepção que boa parte dos docentes, maioritariamente infelizmente, oferece da literatura na Galiza de hoje, alicerçada em livros de textos escolares –e nom só— que favorecem interessadamente essa visom. A literatura também deve servir para um ensino activo e actual, nom se limitar a transmitir o conhecimento passivo do resultado dos processos de canonicidade.

(6) Na capa do volume que circula na Galiza aparece um autocolante, destacado sobre fundo verde, em que se adverte tratar-se de “UM LUSISTA (assim, em maiúsculas) traduzido para italiano. Texto galego/italiano”.

conto, ou para fazer roteiros para banda desenhada ou para realizações audiovisuais (o que permite focar o conceito de género literário). E, é claro, serve como modelo para que os consumidores se ponham no papel de produtores.

Conhecido como docente, pela pesquisa sobre Fernando Pessoa, pelo labor como crítico literário, por promover diversas iniciativas —como a revista *O Mono da Tinta* ou o encontro *Galego no Mundo-Latim em Pó*, por citar duas especialmente felizes—, e por dirigir na actualidade a *Agália*, entre outras; ou, no campo literário, por produtos de poesia (*Gong, A espera crepuscular*) e de narrativa (*Periferias*), Carlos Quiroga entra com esta nova produção no teatro e na literatura infantil, dous ámbitos certamente complexos na Galiza actual, como complexa é a realidade e as lutas que se travam entre diferentes grupos e interesses para a sua conservação e/ou transformação, e nas quais este produtor está activamente inserido.

Joel R. Gómez

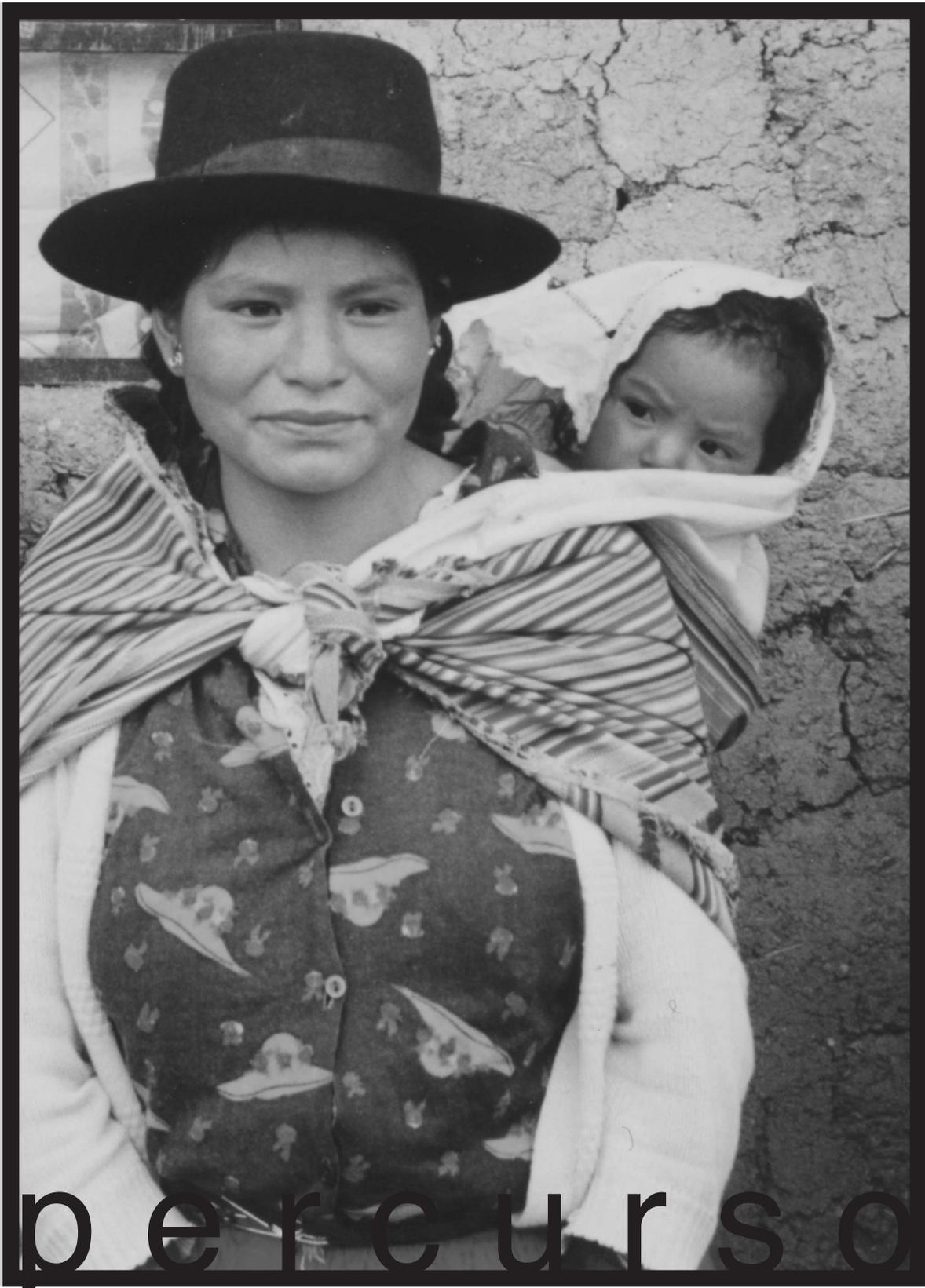
*(Grupo Galabra-USC)
Milhadoiro, Dezembro de 2004*

(7) Vale a pena apelar aqui de novo a Paulo Freire: este mestre brasileiro, referência internacional da pedagogia, insistiu em como no ensino tam importante como o que se comunica é aquilo que se oculta. Na formação da esmagadora maioria do estudiantado galego a ocultação de informação sobre o galego-português foi umha realidade historicamente, e ainda o é nestes inícios do século XXI. O trabalho com textos como este de Quiroga, entre outros, pode com certeza ajudar a remediar esse mal.



research





percursio







perso

t e s e d e J o r g e R o d r i g u e s G o m e s

Sirvam estas linhas para deixar grata constância da brilhante conclusom da investigaçom de doutoramento de Jorge Rodrigues Gomes, membro da Comissom Lingüística da AGAL, que a 4 de Outubro do presente ano 2004 defendeu com grande sucesso na Faculdade de Filologia e Traduçom da Universidade de Vigo a sua tese doutoral, intitulada *Estudo Comparativo da Formaçom de Gírias Gremiais Galegas e Castelhanas*. Esta tese foi elaborada sob a direcçom da Prof^a. Doutora Maria do Carmo Henriquez Salido, do Departamento de Língua Espanhola da Universidade de Vigo, e mereceu a máxima qualificaçom ("Sobresaliente *Cum Laude*", outorgado por unanimidade) da parte do júri, integrado polos professores doutores José Antonio Pascual (Universidad Carlos III de Madrid e Real Academia Española), María José Quilis Sanz (Universidade de Vigo), Carlos Costa Assunção (Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro), José Ignacio Pérez Pascual (Universidade da Corunha) e José Álvaro Porto da Pena (Universidade da Corunha).

A tese doutoral de Jorge Rodrigues Gomes estuda a constituicòm morfológica de cerca de trinta gírias gremiais galego-portuguesas, ásturo-leonesas e castelhanas e rasteja as suas origens e as possíveis relaçoms existentes entre elas. Por *gírias gremiais* deve aqui entender-se o conjunto de códigos verbais, derivados

da língua comum, que fõrom gerados (polo menos desde a Idade Média) no seio de certos colectivos profissionais de carácter tradicional (afiadores [*baralhe-te*], alvanéis [*verbo dos chafoutas*], pedreiros [*verbo dos arguinhas*], telheiros [*verbo dos cabaqueiros*], músicos [*verbo dos xingreiros*], etc.) com a finalidade de se impedir a inteligència das mensagens a indivíduos alheios ao officio (de facto, na tese pode ler-se a denominaçom alternativa *criptolectos gremiais* aplicada a estes códigos). A pesquisa filológica e lexicográfica de Jorge Rodrigues Gomes é de enorme interesse e originalidade, porquanto sobre as gírias gremiais apenas existiam estudos antigos, elaborados na sua maioria por etnógrafos amadores e de valor científico mui limitado. Além disso, muitas destas gírias estãm hoje à beira da extincòm, polo qual se revela urgente o levantamento de testemunhos directos do seu emprego. Como fonte do material lingüístico estudado, Jorge Rodrigues efectuou um minucioso escrutínio da bibliografia e realizou entrevistas pessoais a utilizadores/conhecedores de várias destas gírias.

Desde a redaçom da *Agália* damos os parabéns ao novo Doutor Jorge Rodrigues Gomes e fazemos votos por que estudo tam interessante poda chegar a um público mais alargado através da sua publicaçom como livro ♦

2004
european social forum

Foro Social Europeu LONDRES

Associação de Amizade
GALIZA-PORTUGAL

A
G
A
L

ASSOCIACIOM
GALEGA
DA LINGUA

MOVIMENTO
Língua

colectivos
luso-reintegracionistas
representam a Galiza

As organizaçõs galegas AAG-P, AGAL e MDL participárom no Forum Social Europeu que se celebrou em Londres no mês de Outubro. Também assitirom colectivos de defesa da língua de Euskádi, Catalunha, Gales e do povo curdo, para reclamar os direitos linguísticos no quadro da União Europeia. A presença dos colectivos lusos-reintegracionistas -única representaçom do nosso país no FSE-interviu no foro sobre "Identidade e Direitos Linguísticos na Europa". Apresentou-se um resumo da situaçom linguística do nosso país e dos problemas que enfrenta o galego-português no quadro legal espanhol. Os representantes de Euscádi, Catalunha, Gales e Curdistám explicárom as dificuldades e possibilidades das suas línguas no âmbito da União Europeia.

As três organizaçõs acordárom igualmente assinar um comunicado conjunto em que, com as entidades participantes no encontro, reclamam das autoridades da U.E. açõs eficazes na defesa dos direitos linguísticos de todos os habitantes, ao tempo que reconhecem oficialmente a unidade da língua portuguesa na Galiza e dos diferentes dialectos do catalán. Também se defende, neste texto, que seja permitido a todos os cidadãos comunitários o relacionamento com as administraçõs da U.E. nas suas línguas respectivas. Os colectivos galegos estariam representados na manifestaçom que decorreu em Londres no dezassete de Outubro, presidida por uma faixa na que se podia ler em vários idiomas: "Todas as línguas, oficiais numa Europa livre" ♦

docentes portugueses na Galiza

Os dias 15 e 16 de Outubro as cidades de Mondonhede e Lugo foram cenário dos terceiros encontros do projecto "O Caminho das Letras", no qual participam galegos e portugueses, profissionais do ensino secundário e da rede de bibliotecas

O conhecimento da vida e a obra de Álvaro Cunqueiro foi o motivo da visita dum grupo de quarenta profissionais do ensino secundário e da rede de bibliotecas da região Norte de Portugal. O programa iniciou-se em Vilalva com umha comida. Continuou com viagem a Mondonhede e visitas à Fonte Velha, à casa natal de Cunqueiro e ao bairro dos



Moinhos. Também efectuárom visita à botica do pai do escritor, à Praça da Catedral assim como a outros lugares relacionados com a vida do autor do

Merlim e família. Durante a sua estadia em Mondonhedo, a delegação lusa entrevistou-se com Ramom Reimunde e Bernardo Penabade, que entregárom aos coordenadores do evento exemplares das Actas do Congresso organizado pola AGAL (celebrado em Mondonhedo em Abril de 1991). Cada um dos assistentes recebeu também cópias de diversos artigos relacionados com a obra de Cunqueiro, nomeadamente um da autoria do poeta Manuel Maria.

O encontro, coordenado por Xavier Senín –da Conselharia de Cultura– contou com o apoio científico da professora Isabel Soto e do escritor Lino Braxe, que se ocupou da leitura dos textos narrativos e do recitado dos poemas de Cunqueiro. O projecto “Cultura sem Fronteiras” veu dar continuidade ao já longo trabalho de parceria e intercâmbio institucional entre as administraçõs políticas galega e portuguesa. Em 2003 realizou-se o Caminho do Douro, dedicado a Eça de Queirós, João Araújo Correia e Miguel Torga. Da parte galega as actividades estivérom dedicadas a Rosalia de Castro. Neste ano 2004, o primeiro dos encontros –celebrado em Amarante em 12 e 13 de Março– honrou a figura de Teixeira de Pascoães. No mês de Setembro umha delegação galega estivera em Portugal para estudar mais em profundidade a obra de Camilo Castelo Branco ♦

"Planeta dos Macacos", nas ondas

A voz de Vítor Manuel Lourenço Peres guia "Planeta dos Macacos", um dos primeiros programas de criação própria para *radioGaliza.net*. Este "coquetel radiofónico", como o definem os responsáveis polo programa, é ideia original de Miguel R. Penas, e visa abrir novas janelas e debater acerca da actualidade internacional, sempre com visom "alternativa" e desde a Galiza. O *Planeta* acolhe, para além da secçom "Debate e reflexom", as "Histórias" na que Raquel Peres dramatiza lendas e histórias lusófonas, e o "Noticiário da Língua", secçom que fez parte em seu dia do "Falares sem Cancelas" e que agora, da mao do seu responsável, passa para este programa ♦



Línguas e cérebro



As pessoas que falam duas línguas têm mais matéria cinzenta na zona cerebral destinada à linguagem. O cérebro, contrariamente ao que se pensava até há pouco tempo, é como um músculo que, treinado, aumenta de volume e consistência. A afirmação é do Doutor italiano Andrea Mechelli, do Instituto de Neurociências Cognitivas de Londres, que leva cinco anos investigando sobre a matéria ♦



Rosalia de Castro no Brasil

Editora Crisálida lança antologia bilingue de poemas de Rosalia de Castro no Brasil, com o título *A Rosa dos Claustros*. O lançamento aconteceu na *Primavera dos Livros*, dias 17, 18 e 19 de Setembro no Rio de Janeiro (Jóquei Clube). Após a feira, a antologia estará nas melhores livrarias ♦

candidatura
galego-portuguesa
na UNESCO



Umha delegaçom de professores de Galiza e do Norte de Portugal deslocárom-se até Paris para entregar pessoalmente na Divisom do Património Imaterial o dossiê da Candidatura do Património Oral e Imaterial Galego-Português. Acompanhárom esta representaçom D. Ana Zacarias, embaixadora de Portugal perante a UNESCO, e o representante de Espanha, D. Miguel Arias, a quem se lhe fiço entrega de umha versom da documentaçom no seu próprio idioma. O acto de recepçom estivo presidido polo Subdirec-



tor da Divisom de Património Imaterial, Mr. Yoshi Higushi, acompanhado polo coordenador das candidaturas D. César Moreno. A representante de Portugal louvou o trabalho realizado durante estes anos pola Associaçom *Ponte...nas ondas!*, os centros educativos promotores e as escolas associadas da UNESCO e dixo que esta iniciativa era muito importante por vir dum âmbito tam fundamental como o da educaçom.

Mr. Yoshi Higushi felicitou os promotores polo excelente trabalho realizado e manifestou que as candidaturas multinacionais som muito importantes para a UNESCO. D. César Moreno sublinhou que o facto de se deslocar a Paris um grupo de pessoas demonstrava o entusiasmo que há detrás deste projecto.

Na continuaçom, entrevistárom-se com a coordenadora das Escolas Associadas da rede da UNESCO, Dra. Sigrid Niedermayer, quem se mostrou muito satisfeita das escolas associadas de Espanha e Portugal por estarem apoiando e participando desta candidatura.

Esta Comissom Promotora continua empenhada em dinamizar toda a sociedade, particularmente os sectores vinculados com este património, com vista à Proclamaçom de Julho de 2005 ♦

Iº Ciclo de Cultura Galego-Portuguesa em Ourense

De 3 de Novembro de 2004 a 17 de Março de 2005, às segundas e quartas-feiras, de 19 a 21 h., e sob a direcção da Prof. M^a Manuela Ribeira Cascudo, decorreu um novo Curso de Cultura Galego-Portuguesa. Organizado pela AGAL (Associação Galega da Língua) e a parcerias da Universidade de Vigo (Cámpus de Ourense. Faculdade de Ciências da Educação), é o primeiro dos grandes eventos emoldurados no IIº Ciclo de Cultura Galego-Portuguesa que se realizou na cidade das Burgas.

O curso tinha por objectivos relacionar autores e pensadores da Literatura Galega e Portuguesa, informar a sociedade galega sobre a problemática da nossa língua, fomentar o uso oral e escrito do nosso idioma demonstrando que o galego-português é um idioma útil e internacional ♦

mais Rádio em galego... na Galiza

A direcção de RNE informou que a sua emissora *Radio 5 -Todo Noticias*, emitirá os programas feitos desde a Galiza em galego. A pressão dos trabalhadores galegos do ente público estão entre os principais motivos desta mudança na política linguística de RNE. A Rádio 5 realiza várias desconexões a nível galego, a nível local e mesmo uma a nível estatal. Para além disso, no Congresso espanhol acaba de aprovar-se um estudo de viabilidade da recuperação de Rádio 4 no nosso país. Uma emissora pública que emite na Catalunha uma programação íntegra em catalão, sob o nome de *Ràdio 4*. Foi o BNG quem apresentou, em Maio, uma proposta com o nome de lei que pretendia recuperar esta estação. Agora a proposta foi aprovada mas com uma emenda do PSOE que propõe a nome recuperação automática do canal e sim a realização dum estudo de viabilidade ♦



radioGaliza.net A EMITIR



Desde 19 de Novembro de 2004, a estação *radioGaliza.net*, cuja emissão se realiza via internet, já está a emitir regularmente, encerrando o período de provas começado quando o seu lançamento público, em passado 25 de Julho. Conforme informou o responsável pela grelha de programação desta estação radiofónica, Ricardo Cabanelas, a equipa de *radioGaliza.net* está realmente satisfeita pela qualidade e mesmo quantidade de programas que se vão emitir. "Cada um dos programas tem muito bom nível dentro da sua temática específica", manifestou Cabanelas, que, ainda, acrescentou, "é muito significativo que já contemos com contributos contactados via correio-e após o lançamento do projecto no Verão passado, como o *magazine* realizado pelo grupo "Olho". Cabanelas também deu a conhecer que a grelha de programação de madrugada esta

pensada para o Brasil e a das 8 da manhã para a primeira hora de Portugal. Segundo a informação fornecida por Ricardo Cabanelas, os programas de produção própria som: o coquetel de propostas "Planeta dos Macacos", o magazine de temática galega "Olho com as ondas", da responsabilidade do grupo Olho, e o programa "Histórias mínimas", direcção de Raquel Miragaia e Luz Castro. Ainda, a programação completa-se com a parçaria de Rádio Alhariz e os seguintes programas: *O programa sem nome*, *O cartafolk*, *A veleta*, *Totus revolutum rock*, *Expresso 80*, *Totus revolutum* e *262*. A programação completa-se com a emissão de conferências e palestras de temáticas diversas♦

nova organização juvenil independentista

A nova organização juvenil de esquerdas e independentista reconhece AGAL como referente lingüístico. No artigo 16 dos seus primeiros estatutos, BRIGA declara ter "como única língua de uso tanto na sua comunicação interna quanto externa a língua nacional da Galiza, o galego, conhecida internacionalmente por português, utilizando o padron normativo reintegracionista estabelecido pola AGAL. Estabelece aliás, a utilização em todo o momento de umha linguagem nom sexista"♦



AGAL Países Cataláns

No passado sábado, 6 de Novembro, tivo lugar em Valência a assembleia fundacional do grupo da AGAL nos Países Cataláns. Cinco pessoas, três valencianas e duas galegas, integram por enquanto este grupo que tenciona dar a conhecer o caso galego nos PPCC e o caso valenciano na Galiza. A assembleia fundacional decorreu no local da Sociedade Coral "El

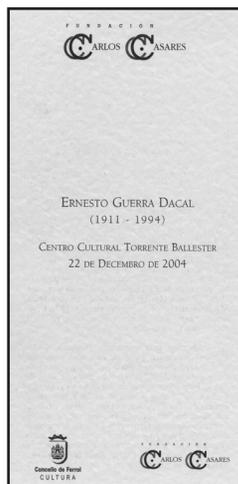
Micalet", umha das mais prestigiosas associações da cidade. Rafael, Toni e Teresa, por parte valenciana, e Eduardo e Eugénio, por parte galega. Entre os objectivos do grupo destaca noticiar no PGL a informação que for saindo sobre o caso valenciano. Doutro ponto de vista, dar a conhecer o caso galego nos PP.CC., e manter contacto com *Acció Cultural del País Valencià* e entrar na sua programação anual, o que lhes permitirá fazer apresentações polos <<http://acpv.net/casals.html>> *Casals Jaume I* que esta associação tem distribuídos por toda a geografia valenciana (e nom só). O grupo marca-se como objectivo a mais longo prazo a edição, em língua catalá, de cadernos de pequena extensão sobre temática galega, dando especial importância ao conflito identitário da nossa língua, dum ponto de vista claramente reintegracionista. Se alguma pessoa estiver interessada em entrar contacto com este grupo, pode enviar correio-e para: ppcc@agal-gz.org♦



Homenagem institucional a Guerra da Cal em Ferrol

A Cámara Municipal de Ferrol e a “Fundación Carlos Casares” organizáron umha homenagem a Ernesto Guerra da Cal com o ensejo do décimo aniversário da sua morte. Os actos celebráron-se no *Centro Cultural Torrente Ballester*, em 22 de Dezembro, e fôrom como relatores Xosé Estévez, da Universidade de Deusto, para falar de “A Galicia de Ernesto Guerra da Cal”; o escritor Xavier Alcalá, e Xosé María Dobarro, catedrático da Universidade da Corunha, para terem um diálogo aberto sobre diferentes aspectos da biografía e da produçom de Da Cal; Joel R. Gómez, membro do Grupo de Investigación Galabra da USC, para focar o tema “A obra científica de Guerra da Cal: Eça de Queirós”; e José Martinho Montero Santalha, da Universidade de Vigo, para se referir a “A poesia de Ernesto Guerra da Cal”. Também se anunciava a leitura de umha comunicaçom do Professor Carlos Reis, da Universidade de Coimbra.

A actividade foi anunciada nos meios de comunicaçom (mesmo com um anúncio publicitário no mesmo dia do acto, em páginas gerais da secçom de “Sociedade” *La Voz de Galicia*), e divulgada através de um programa de mao em que, para além das características do acto em si, incluía umha breve referência biográfica e das principais produçoms do exímio Membro de Honra da *Associaçom Galega da Língua*, na qual figurava esta valorizaçom do seu significado: “*foi unha ponte entre Galicia e o mundo lusófono, cuxa unidade lingüística e cultural defendeu sempre veementemente. Unha Galicia integradora e plural non pode deixar á marxe a homes como Guerra da Cal. De aí esta contribución nosa* [da “Fundación Carlos Casares”, assinante do texto] *a um maior e*



mellor coñecemento deste ferrolán illustre que non merece ficar na sombra e no silencio”.

A jornada da manhã foi, finalmente, um diálogo aberto entre organizadores e relatores —com a participaçom do vereador de Cultura de Ferrol, J. M. Couce Fraguella, e do secretario técnico da Fundação Casares Pedro X. Blanco Llano— em que se destacáron numerosos dados de interesse biográfico, do relacionamento com a Galiza e da produçom de Guerra da Cal, com referência ao seu claro e coerente posicionamento a respeito da língua da Galiza.

De tarde, Joel R. Gómez proferiu a palestra programada, em que admitiu que a produçom queirosiana é, com efeito, a que mais consagrou Guerra da Cal, mas representa umha espécie de “ponta do iceberg” do seu grande labor, no qual se salientam outros estudos de Literatura Portuguesa (está considerado um “pioneiro pessoano” por ser o introdutor e primeiro tradutor de Fernando Pessoa no

mundo lusófono, para além de se perfilar um cânone da Literatura Portuguesa desde os seus trabalhos), Literatura Galega (grande defensor e difusor dela nos âmbitos lusófono e anglófono, contribuiu decisivamente para o processo de canonicidade de Rosalia de Castro e ofereceu também um discurso canónizador próprio), Literatura Brasileira (introduziu Manuel Bandeira e Cecília Meireles no âmbito anglófono, estudou Machado de Assis e ofereceu também umha visom canónica própria da Literatura da Terra de Santa Cruz), Literatura Espanhola (estudou Cervantes, García Lorca e outros autores clássicos, para além de ter um volume sobre os principais vultos do século XX), Literatura Hispanoamericana (publicou um estudo, muito citado, sobre o gaúcho, e um livro de parçaria com a sua primeira esposa sobre o cânone desta literatura no século XX), Literatura Medieval (traduziu e estudou Afonso X e focou também outros trovadores em diferentes trabalhos editados em vários países), Teoria da Literatura (é referência internacional nos âmbitos da Estilística e da Literatura Comparada), para além de contributos na História (tem um trabalho publicado sobre os navegadores portugueses na descoberta dos EUA) e na Pedagogia (com contributos sobre o estudo do espanhol e do português como línguas estrangeiras, promoçom de instituiçoms como o Brazilian Institute na New York University, organizaçom dos primeiros Junior Years de universitários norte-americanos em Espanha, Brasil e Portugal). Por estes múltiplos campos em que é figura referencial, e polos milhares de páginas que publicou em vários idiomas e países, Joel R. Gómez insistiu na sua já conhecida fórmulaçom de ser Guerra da Cal o cientista galego do século XX com maior reconhecimento internacional, entre outros merecimentos.

A conferência de encerramento foi proferida por Martinho Montero Santalha, quem ao focar o labor poético de Guerra da Cal indicou que se trata de um poeta tardio, que nom aparecia na Escolma de Fernández del Riego do ano 1955 e que se revelou só em 1959 com a publicaçom de *Lua de Alén mar*, poemário que tivo muitas e muito positivas recensons. Lembrou como com anterioridade se conhecera como poeta o seu irmao Fernando, que publicara em *Nós*; e referiu o seu importante contributo nos *Seis Poemas Galegos de Federico García Lorca*. Também relatou o tratamento da poesia trovadoresca por parte de Da Cal e definiu a sua poesia como “muito vivencial”, salientando nela diferentes linhas de força, como a necessidade íntima de se expressar, a presença de elementos biográficos, a experiência do exílio, mas também formas de poesia muito moderna e eclética como tem destacado a própria crítica, mas sempre com muita presença de elementos como a rima e a métrica. Nom é a poesia de Da Cal tam fácil como outra de verso livre, insistiu Montero Santalha, quem também assinalou a presença dos temas do amor e existencial, além de umha poesia de carácter patriótico na produçom docaliana, e finalizou com a leitura de “Fuga”, “Pergunta à tona”, “Pátria” e “Poema ao mariscal Pardo de Cela”, entre outras amostras que citou da sua poesia.

Em várias rádios e televisions ocupárom-se deste acontecimento de Ferrol, e o mesmo aconteceu com a imprensa diária, dedicando importantes espaços os jornais *La Voz de Galicia* e *Diario de Ferrol* no dia 23; e neste último um artigo do professor X. M. Dobarro no domingo 26 também referenciava esta homenagem♦

Campanha no ensino e galeguizaçom da banca



A Mesa fai chamamento especial ao professorado para cobrarem o seu salário através de entidades que utilizem o galego. A campanha centra-se numha ideia mui singela: A Mesa reunirá o máximo número possível de pessoas que estejam dispostas a passar a sua nómina para entidades que se comprometam a dar passos importantes na sua galeguizaçom. O colectivo centrará agora os seus esforços em atingir o apoio do pessoal dos centros de ensino, tanto docente como nom docente. Depois negociará com os bancos e caixas de aforros com a carteira de clientes interessados no uso do galego. Além do compromisso de galeguizaçom, negociarám-se também para os novos clientes as máximas vantagens, económicas e de gestom, mesmo a melhorarem as condições existentes actualmente no mercado ♦

grupo local da AGAL-Límia

Na terça-feira, 7 de Dezembro de 2004, constituiu-se oficialmente o grupo local da AGAL-Límia. O acto decorreu no salom de actos da câmara de Vilar de Santos e contou com o apoio de José Manuel Barbosa, coordenador do grupo local de Ourense. Os assistentes resolveram que proximamente se irá eleger um coordenador geral e umha organizaçom interna consistente em diversas comissions, entre elas umha comissom económica e umha de formaçom, para instruir e dar a conhecer a quem quizer a proposta da norma AGAL mediante cursos de galego-português.

Os amigos que acudiram foram todos eles *amig@s* e *companheir@s* dos impulsores da AGAL na Límia, Borxa e André, que vinham maturando a ideia da criaçom do grupo dum tempo para cá. A formaçom do grupo local da AGAL-Límia



pretende expandir-se para além das fronteiras comarcais, graças à situaçom estratégica da comarca, ao lindar com outras várias comarcas da regiom ourensana. Aliás, também é umha zona cujos limites se abrem para a vizinha comarca transmontana de Barroso, o que será aproveitado para tentar contactos com o vizinho norte português ♦

Gentalha do Pichel e a toponímia

A Comissom de língua da Gentalha do Pichel acaba de editar o primeiro de umha série de mapas das diferentes áreas da comarca compostelana, neles colocam os topónimos de concelhos, paróquias e lugares na sua grafia e forma histórica. Utilizando como fonte o TOPOGAL, a Gentalha do Pichel está a distribuir este material entre as instituições, associações culturais e vizinhais da comarca. O fim é fomentar a utilização dos nomes correctos dos diferentes locais e consciencializar sobre a importância da utilização dos mesmos. O primeiro dos mapas é o correspondente ao Vale da Amaía (concelhos de Ames e Briom)♦

matéria de português no liceu de Bande

Aulas de português estão já a ser ministradas no Liceu "Aquis Querquernis" de Bande (Ourense). No presente ano 2004-05 ofertouse aos rapazes por vez primeira em 3º curso do ESO (14 a 15 anos de idade) esta cadeira como 2º Língua Estrangeira (sic!), a ser escolhida como optativa a par do Francês. Houve quase duplo de rapazes e raparigas que escolhêrom Português. O resultado ultrapassou as mais optimistas previsões do centro já que, apesar dos preconceitos iniciais existentes, deu resultado a campanha de informação que o centro de ensino efetuou entre as crianças e os seus pais♦



AGAL assessora o Jornal Marea Negra



Recentemente a AGAL e o Jornal Libertário *Marea Negra* acabam de alcançar um acordo polo qual a associação reintegracionista assessorará linguisticamente os redactores desta publicação bimestral. A AGAL oferece este serviço gratuitamente a todas aquelas publicações ou associações que cumpram uns requisitos mínimos. Jornal Libertário nasceu após a catástrofe do *Prestige* e já está no quarto número♦

Centro Social Atreu na Corunha



Após muitos esforços, bota a andar o Centro Social Atreu!, um espaço livre e aberto que tem entre os seus objectivos a realização de diferentes actividades sociais, culturais, desportivas, artísticas, educativas ..., com o fim de fomentar a cultura nacional e dinamizar os movimentos sociais alternativos da cidade. Um centro aberto a quem quizer trabalhar nele ou fazer uso das suas prestações (sala de actividades, biblioteca-videoteca, sala de exposições, aulas, obradoiros ...) bem seja a título individual ou colectivamente: associações de vizinhas/os, culturais, ecologistas,...; organizações políticas, sindicais, juvenis... sito na travessia de Sam José, nº 2, rés-do-chao, do corunhês bairro de Monte Alto, às 18:00 h.♦

CAIXANOVA E O GALEGO

Ante a noticia da estreia do portal de internet de Caixanova (www.caixanova.es) a *Mesa pola Normalización Lingüística* manifestou o seu malestar pola exclusom total do idioma galego nos conteúdos do mesmo. Neste sentido, A Mesa está a desenvolver umha campanha de galeguizaçom da banca consistente em compilar dados de pessoal disposto a mudar o seu ordenado para as entidades que se comprometam a dar passos importantes na sua galeguizaçom. A Mesa considera que com actuaçoms como esta, Caixanova autoexclui-se dos potenciais destinatários da bolsa de clientes. Como nota curiosa, cumpre salientar que A Mesa tem encontrado atitudes mais receptivas para a galeguizaçom do serviço entre os bancos e caixas estrangeiros do que nos galegos ♦

A Esmorga em Ourense



A Associação Cultural A Esmorga de Ourense abriu o seu local nesta cidade, uma nova iniciativa que procura a criaçom de espaços sociais para a norma-lizaçom da língua e a cultura galegas. O local situa-se na rua Cabeça de Maceda 20, no bairro de Sam Francisco e mesmo ao lado da zona histórica da cidade das Burgas ♦

O galego na escola ou a escola em galego?

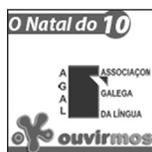
Os últimos inquéritos acerca do uso do galego mostram um claro retrocesso da língua, designadamente entre as camadas mais jovens. Paradoxalmente som aquelas que, de acordo com a legislaçom vigorante, têm recebido ao menos parcialmente educaçom em galego. É por isso que desde há tempo se está a produzir ampla reflexom sobre a importância do ensino em galego-português nas crianças para o futuro da língua, sem aparecerem iniciativas nesse sentido. Pessoas preocupadas por tal situaçom estão a trabalhar tentando reunir um grupo mais amplo para definir estratégias, mas, sobretudo, para levar a termo iniciativas concretas neste âmbito. Existe já umha pequena página web de apresentaçom na **url**,

www.sallent.comtenidos.com

onde as pessoas interes-sadas podem pôr-se em contacto com este grupo de trabalho. Também se pode contactar através dum endereço electrónico

escolaemgalego@yahoo.com.br ♦

O Natal do 10



A produtora discográfica Ouvirmos e a Associação Galega da Língua (AGAL) acabam de acordar a campanha "O Natal do 10". Assim, Ouvirmos realizará umha doaçom de 10% dos seus ingressos nas vendas obtidas nesta campanha de Natal. Esta empresa especializada na recuperaçom da história musical, com ediçom de livros e discos, reconhece assim "o labor normalizador desenvolvido pola AGAL, nomeadamente por meio do Portal Galego da Língua e da revista Agália". Com a posta em andamento desta iniciativa, a Associação Galega da Língua receberá arredor de 10% do preço de venda ao público de todos os produtos vendidos para a Galiza (e limites administrativos) pola discográfica Ouvirmos entre os dias 18 de Dezembro e 10 de Janeiro. A promoçom fai referênciam a todos os produtos que se comprem desde o web www.ouvirmos.com, para isto deverá incluir-se na encomenda –antes do nome do comprador– a palavra "Agal" ♦



programaçom estável em português

Parabéns à Sala NASA de Compostela, que continua a propor actividades artísticas com presenças lusófonas. Em Dezembro tivemos de novo os *Trigo Limpo* com duas ricas obras, entre outras cousas. E haverá mais... ♦

TV e rádio portuguesa na Galiza

A princípios de Dezembro foi criado um grupo de discussom que visa acabar com o isolamento mediático a que a Galiza está submetida a respeito de Portugal. A lista de correio tvspnagaliza@yahoogroups.com tem tencionado ser o primeiro passo na criaçom dumha Plataforma Galega Para a Recepçom de Televisom e Rádio em Português. Hoje a única possibilidade que tem quem quiser ouvir rádio ou ver televisom portuguesa é viver nalgumas regions fronteiriças ou recorrer ao uso de antenas parabólicas.

A recepçom livre de televisom e rádio proveniente de um outro estado nom é nada novo na Europa, apesar de o ser na Espanha. Por exemplo, nas regions francófonas da Suíça ou da Bélgica recebe-se o sinal das emissoras francesas, reforçando assim o sentimento de unidade cultural e linguística. Também em grandes áreas de Portugal se pode ver a TVG, que reforça o sentimento de divisom cultural e linguística e a imagem folclórica da Galiza.

Além disso, a existênciam de meios de comunicaçom portugueses seria facilmente aceite pola populaçom galega no seio de uma Uniom Europeia e de uma Euro-regiom galaico-portuguesa. A lista é de associaçom aberta e todos os que estiverem interessados em participar podem cadastrar-se enviando umha mensagem para tvspnagaliza-subscribe@yahoogroups.com ♦

grave ataque ao Portal www.agal-gz.org

No dia 5 de Outubro foi atacado e destruído com efectividade profissional o PGL. O serviço ficou suspenso durante bastantes horas e temeu-se o pior. Era o portal galego mais sistematicamente atacado por todo o tipo de crackers (e nom hackers, pessoas que procuram deficiências nos sistemas para a sua correcção, e que para além disso contribuem para o espalhamento do software livre). O motor interno fora modificado repetidamente para resistir estas acometidas. Parece que nesta oportunidade a abordagem chegou por vias diferentes e coordenadas (via ftp, via directiva para aceder a base de dados, e via registados do PGL). Conseguírom assim apagar vários arquivos carregados no ftp *agal-gz.org* e os arquivos do protector, e a partir daí eliminar por completo a base de dados sem deixar rasto. Tinham-se padecido ataques anteriormente, pois o motor php-nuke é alvo frequente, mas só desde Julho-Agosto passado deveu começar a gestar-se um golpe como este, levado a cabo por um cracker agressivo com alargados conhecimentos informáticos.

O Portal era até à altura um verdadeiro sucesso independente do reintegracionismo e do compromisso com a língua e o país (nom era partidário mas seriamente comprometido), como sabem bem todas os grupos organizados que nele difundiam os seus actos e comunicados. Respeitava a norma escrita de quem enviar as suas mensagens, tinha um banco de dados e artigos, documentos e textos de todo tipo sobre a Galiza, o maior que existia na internet, e recebia todos os meses mais de 40.000 visitas.

Até vinte pessoas trabalhavam de jeito altruista para garantir o seu sucesso,

ainda que a gestom prática recaía sobre algo menos de meia duzia. Estava colocado no nº 24 das páginas galegas mais visitadas (a do BNG nom entra nas 100 primeiras e a da CIG anda polo sessenta ou setenta): de facto ocupava o segundo ou 3º posto das páginas mais visitadas escritas na integra em língua galega. A Galiza e a sua língua eram o seu argumento, por cima de qualquer outra cousa, e tal preferência nom deixava de incomodar.

Durante horas intermináveis, este site, perfeitamente legal e registado, foi dado por desaparecido, e a sua perda qualificada de irreparável. Por fortuna, as cópias aprecêrom e o problema foi resolvido. Os infatigáveis Vítor M. Lourenço e Miguel Penas están de novo ao leme. O Portal está reposto na rede. Alargada vida ao Portal ♦

Renovação no nº 20!

Boletim informativo e cultural da EMBALCADA GALEGA DA CULTURA

Ao professor e amigo Isaac Alonso Estraviz

Prximamente vai-se reformar as suas funções de professor de professores. É o mais grande filólogo da nossa nação, é uma opinião pessoal mas acho que comarilhada por muitos outros pessoas.



No ano 1977 foi a primeira vez que li o apelido seu assinando um artigo, agora me não lembro bem se foi na revista "Gala" da cultura Gallega ou no "correntoneiro" que era nos tempos nos gallegos, segunda feira, terça... etc. Tinha eu vinte e dois anos... aquela análise mal posso crer que as publicações gallegas, abreviava-me a tudo o que se publicava em gallego; entre outras, publicações estavam naquela altura entre duas revistas europeias, passado o tempo deixava de pagar e como conseqüência dos exames de enviar-me as publicações. Eu -estudante de electrónica e de letras se não queria "desaprender" o pouco sabido (português da Galiza) que sabia não devia ter castrado!

Em 1979, após uma apresentação de três artigos no congresso do BNG (Bloco Nacional Popular Galego) - hoje BNG - no conselho de Inca (Lago) viaje a Madrid para fins trabalhando numa empresa publica na que ainda presto meus serviços na profusão... criei, e essa serie de trabalho de tarde polo que apenas frequentava a local da associação cultural "Lorongo". Lorongo era afin a BNG, enquanto "Irmandade Galega" era outra sociedade cultural menos dependente dos partidos políticos gallegos.

Depois de umas negociações subiu as duas atingindo certa unidade. Ficamos nos nomes "Irmandade Galega-Lorongo"... Meu futuro amigo, naquela altura só futuro, era da "Irmandade Galega"... Bem, o caso é que após uma curta minha publicação no semanário "A Noza Terra" - outra publicação castroprina - o professor Isaac Alonso Estraviz, interessara se por me conhecer. O seu número de telefono terminava no número 20000 e o nome Alonso Estraviz.

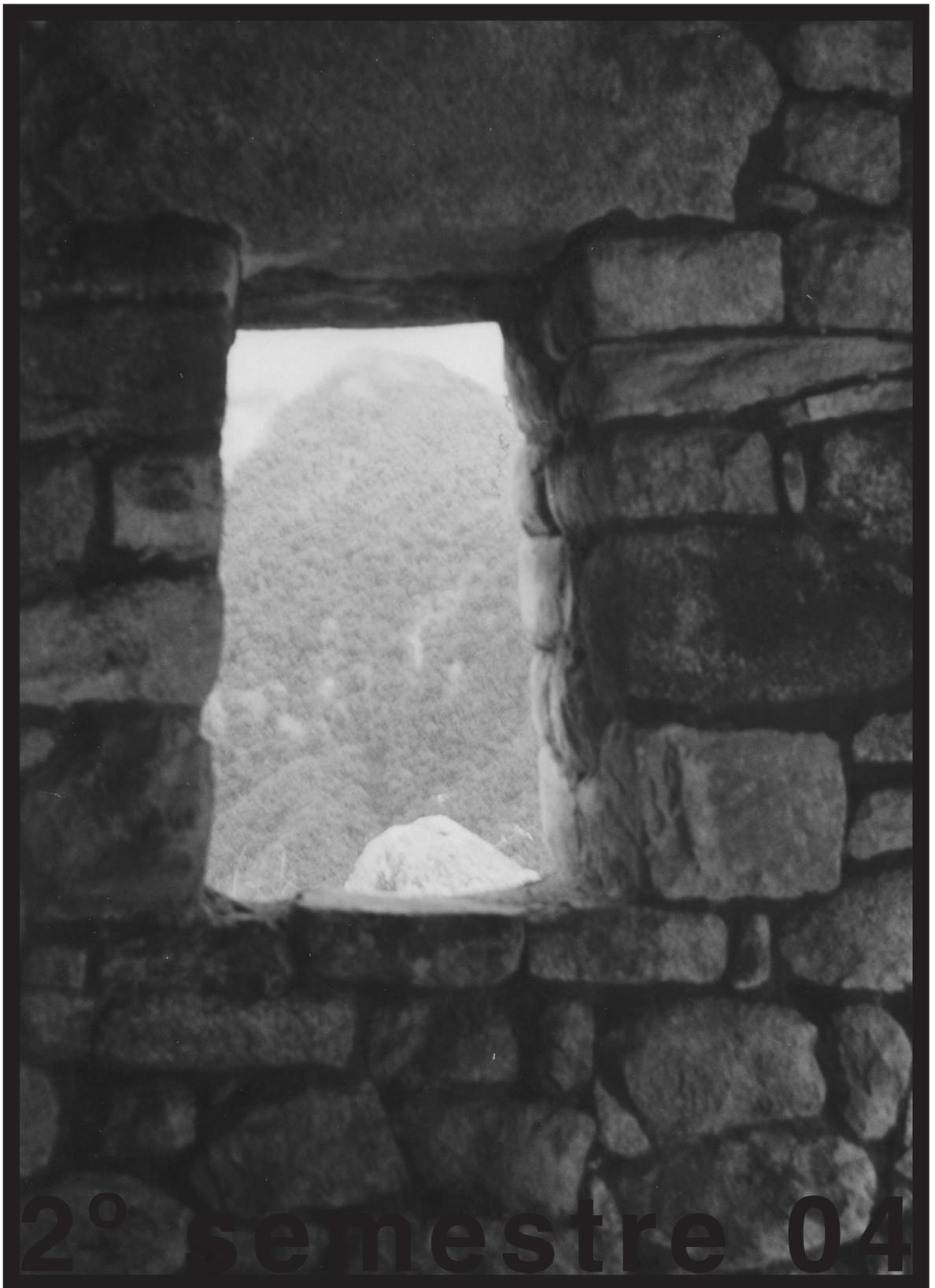
Quem é - ouvia-se uma voz feminina, era Lois Alonso Pazo sobrinho do professor que estava ajudando-me no dicionário que andava a fornecer naquele ano. Com efeito, a sobrinha do Estraviz participaria anos mais tarde (já seio se tinha ido para a Califórnia na fundação de "Renovación-Embudo Galego da Cultura".

renovação

Nº 20 JUNHO, AGOSTO 2004

CONTEÚDOS DESTA NÚMERO

Ao Professor Isaac Alonso Estraviz	Moncho de e rtaigo.
PROVERBOS PORTUGUESES, OLIVINHA E BOSSA	Ana Maria Aguiar
A tonética galega	Jose Luis Vainna
CAUSAS DA VIDA	FRANCISCO AVENDAÑO
Congresso de Historia: um tetiz encontro	A Redacção



2° semestre 04